

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES

VITOR CARLETTI EVANGELISTA

A CONSTRUÇÃO DO MITO SERGIO MORO EM *VEJA* E *CARTACAPITAL*: O
HERÓI E O JUSTICEIRO NO JORNALISMO DE REVISTA

VITÓRIA

2023

VITOR CARLETTI EVANGELISTA

**A CONSTRUÇÃO DO MITO SERGIO MORO EM *VEJA* E *CARTACAPITAL*: O
HERÓI E O JUSTICEIRO NO JORNALISMO DE REVISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades.

Linha de pesquisa: Comunicação e Poder

Orientador: Prof. Dr. Victor Gentili

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C279c Carletti, Vitor, 1985-
A construção do mito Sergio Moro em Veja e CartaCapital : o
herói e o justiceiro no jornalismo de revista / Vitor Carletti. -
2023.
243 f. : il.

Orientador: Victor Gentili.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Jornalismo. 2. Mitos. 3. Narrativa. 4. Imprensa e política. I.
Gentili, Victor. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77

Vitor Carletti Evangelista

**A construção do mito Sergio Moro em Veja e CartaCapital:
o herói e o justiceiro no jornalismo de revista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades, na linha de pesquisa a Comunicação e Poder.

Aprovada em 31 de maio de 2023.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Victor Israel Gentili
(Orientador – PÓSCOM/UFES)

Prof. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza
(Examinador Interno – PÓSCOM/UFES)

Profa. Dra. Marcia Benetti Machado
(PPGCom/UFRGS)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RAFAEL BELLAN RODRIGUES DE SOUZA - SIAPE 1549808
Departamento de Comunicação Social - DCS/CAR
Em 06/06/2023 às 10:34

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/724937?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por VICTOR ISRAEL GENTILLI - PROFESSOR VOLUNTÁRIO Departamento de Comunicação Social - DCS/CAR Em 06/06/2023 às 11:42

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/725078?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir conquistar esse sonho. Dedico este trabalho a minha família. Pai e mãe pelo amor e esforços permanentes. Especialmente, à minha amada esposa Cintia pela dedicação, compreensão e amor indelével e aos meus amados filhos Julia e Bento que moram no meu coração.

Como nada na vida é esforço apenas individual, agradeço a todos os professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo pelos ensinamentos nas aulas. Em especial, ao orientador e grande parceiro Victor Gentili por abrir caminhos e me fazer pensar fora da caixa.

Agradeço também ao Instituto Federal Fluminense, instituição onde exerço o cargo de jornalista, pela compreensão em conceder minha licença para esta qualificação, e aos jornalistas André Petry e Sergio Lirio pelas entrevistas concedidas.

“Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é
realidade”. (Raul Seixas)

RESUMO

Uma análise da construção de duas representações antagônicas de Sergio Moro enquanto juiz da Lava Jato, maior operação de *lawfare* já realizada no Brasil no jornalismo de revista. O objetivo foi estabelecer as características da formação das narrativas míticas a partir de seis reportagens de *Veja* e quatro de *CartaCapital* que expuseram a representação de Moro em suas capas entre os anos de 2014 a 2018. Identificou-se que o jornalismo de revista constrói mitos ideológicos. Para chegar a essa definição, foi feito um estudo dos mitos de forma a identificar as características formadoras desses fenômenos midiáticos presentes nas publicações estudadas. Além disso, buscou-se relacionar esse estudo com os fundamentos do jornalismo de revista e da reportagem elaborados por autores e pesquisadores brasileiros e internacionais. A pesquisa buscou identificar a interseção entre os dois tipos de narrativa a fim de confirmar a hipótese de que as revistas construíram cada uma delas uma representação mítica de Moro como juiz da Lava Jato. *Veja* representou Moro como herói nacional, enquanto em *CartaCapital* ele foi um justiceiro. A análise foi feita baseada na construção discursiva das capas, títulos, linhas-finas e trechos das reportagens. O estudo chegou às seguintes conclusões: os mitos produzidos pelo jornalismo são resultados primeiramente da ideologia da empresa responsável pela publicação. A repetição de uma unidade de sentido, o uso sistemático de imagens arquetípicas atreladas a um estereótipo presente na sociedade, a escolha por defender uma verdade de opinião e a narrativa de conflito foram elementos evidenciados durante o trabalho. A pesquisa aprofundou o tema em entrevistas com jornalistas que compuseram as equipes das revistas responsáveis pelas edições. Os dados analisados e os questionamentos respondidos permitiram o presente estudo estabelecer e explicar a estrutura narrativa do jornalismo de revista que mitificou de acordo com a ideologia de cada revista a representação de Sergio Moro como juiz da Lava Jato.

Palavras-chave: Mito. Narrativa. Sergio Moro. Lava Jato. *Veja*. *CartaCapital*

ABSTRACT

An analysis of the construction of two antagonistic representations of Sergio Moro as a judge of Lava Jato, the largest lawfare operation ever carried out in Brazil in magazine journalism. The objective was to establish the characteristics of the formation of mythical narratives from six reports from *Veja* and four from *CartaCapital* that exposed the representation of Moro on their covers between the years 2014 to 2018. It was identified that magazine journalism builds ideological myths. To arrive at this definition, a study of the myths was carried out in order to identify the characteristics that form these media phenomena present in the studied publications. In addition, we sought to relate this study to the fundamentals of magazine journalism and reporting developed by Brazilian and international authors and researchers. The research sought to identify the intersection between the two types of narrative in order to confirm the hypothesis that the magazines each built a mythical representation of Moro as a Lava Jato judge. *Veja* represented Moro as a national hero, while in *CartaCapital* he was a vigilante. The analysis was based on the discursive construction of the covers, titles, fine lines and excerpts of the reports. The study reached the following conclusions: the myths produced by journalism are primarily the result of the ideology of the company responsible for the publication. The repetition of a unit of meaning, the systematic use of archetypal images linked to a stereotype present in society, the choice to defend a truth of opinion and the conflict narrative were elements highlighted during the work. The research deepened the theme in interviews with journalists who composed the teams of the magazines responsible for the editions. The analyzed data and the answered questions allowed the present study to establish and explain the narrative structure of magazine journalism that mythified, according to the ideology of each magazine, the representation of Sergio Moro as a Lava Jato judge.

Keywords: Myth. Narrative. Car Wash. Sergio Moro. *Veja*. *CartaCapital*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Capa de <i>Veja</i> da edição nº 2398	123
Figura 2 Capa de <i>Veja</i> da edição nº 2424	126
Figura 3 Capa de <i>Veja</i> da edição nº 2458	128
Figura 4 Capa de <i>Veja</i> da edição nº 2480	130
Figura 5 Capa de <i>Veja</i> da edição nº 2529	133
Figura 6 Capa de <i>Veja</i> da edição nº 2607	136
Figura 7 Capa de <i>CartaCapital</i> da edição nº 923	139
Figura 8 Capa de <i>CartaCapital</i> da edição nº 952	142
Figura 9 Capa de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1002	145
Figura 10 Capa de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1028	148
Figura 11 Capa de <i>Veja</i> da edição nº 2398	163
Figura 12 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2398	163
Figura 13 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2398	164
Figura 14 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2398	164
Figura 15 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2398	165
Figura 16 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2398	165
Figura 17 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2398	166
Figura 18 Capa de <i>Veja</i> da edição nº 2424	166
Figura 19 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2424	167
Figura 20 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2424	167
Figura 21 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2424	168
Figura 22 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2424	168

Figura 23 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2424	169
Figura 24 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2424	169
Figura 25 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2424	170
Figura 26 Capa de <i>Veja</i> da edição nº 2458	170
Figura 27 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2458	171
Figura 28 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2458	171
Figura 29 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2458	172
Figura 30 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2458	172
Figura 31 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2458	173
Figura 32 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2458	173
Figura 33 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2458	174
Figura 34 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2458	174
Figura 35 Capa de <i>Veja</i> da edição nº 2480	175
Figura 36 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2480	175
Figura 37 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2480	176
Figura 38 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2480	176
Figura 39 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2480	177
Figura 40 Capa de <i>Veja</i> da edição nº 2529	177
Figura 41 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2529	178
Figura 42 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2607	178
Figura 43 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2607	179
Figura 44 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2607	179
Figura 45 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2607	180

Figura 46 Reportagem de <i>Veja</i> da edição nº 2607	180
Figura 47 Capa de <i>CartaCapital</i> da edição nº 923	181
Figura 48 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 923	181
Figura 49 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 923	182
Figura 50 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 923	182
Figura 51 Capa de <i>CartaCapital</i> da edição nº 952	183
Figura 52 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 952	183
Figura 53 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 952	184
Figura 54 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 952	184
Figura 55 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 952	185
Figura 56 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 952	185
Figura 57 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 952	186
Figura 58 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 952	186
Figura 59 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 952	187
Figura 60 Capa de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1002	187
Figura 61 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1002	188
Figura 62 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1002	188
Figura 63 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1002	189
Figura 64 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1002	189
Figura 65 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1002	190
Figura 66 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1002	190
Figura 67 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1002	191
Figura 68 Capa de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1028	191

Figura 69 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1028	192
Figura 70 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1028	192
Figura 71 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1028	193
Figura 72 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1028	193
Figura 73 Reportagem de <i>CartaCapital</i> da edição nº 1028	194

SIGLAS

Gaeco – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MPF – Ministério Público Federal

MPL – Movimento do Passe Livre

PP – Partido Progressista

Psol – Partido Socialismo e Liberdade

OMC – Organização Mundial do Comércio

PCO – Partido da Causa Operária

PF – Polícia Federal

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

SD - Solidarietà

STF – Supremo Tribunal Federal

TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região

TCU – Tribunal de Contas da União

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

Unesp – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 METODOLOGIA	22
1.1 Trajetória até achar os conceitos	23
1.2 Múltiplos métodos	29
2 A COMPLEXIDADE DAS HISTÓRIAS SOBRE A LAVA JATO	30
2.1 Breve histórico — as manifestações de Junho de 2013	32
2.2 Tiro, porrada e bomba contra vinagre e bolinha de gude	35
2.3 Quem é quem — MPL	39
2.4 <i>Anonymous</i>	40
2.5 <i>Black Blocs</i>	40
2.6 A direita radical	42
2.7 A Lava Jato: nada será como antes	47
2.8 Acusados têm duas opções: delatar ou mofar na cadeia	52
2.9 Empresários e políticos na cadeia	57
2.10 A posse de Lula	62
2.11 O golpe travestido de <i>impeachment</i>	64
2.12 Zé Dirceu	67
2.13 Delações e morte de Teori	68
2.14 O avião do ministro caiu!	71
2.15 JBS	73
2.16 Lula preso	75
3 O JORNALISMO E A CRIAÇÃO DE MITOS IDEOLÓGICOS	79

3.1 As características	81
3.2 A ideologia	84
3.3 A jornada do herói	88
3.3.1 A partida	89
3.3.2 A iniciação	91
3.3.3 O retorno	92
3.4 O justiceiro	93
3.5 Jornalismo de revista	95
3.6 A reportagem	97
4 AS HISTÓRIAS DE VEJA E CARTACAPITAL	100
4.1 <i>Veja</i>	101
4.2 O começo	102
4.3 Censura prévia	105
4.4 O auge	108
4.5 A queda	110
4.6 Pesquisas sobre <i>Veja</i>	111
4.7 <i>CartaCapital</i>	112
4.8 Mino Carta	113
4.8 Pesquisas sobre <i>CartaCapital</i>	118
5 O HERÓI E O JUSTICEIRO	120
5.1 <i>Veja</i> faz o herói para chamar de seu	121
5.2 O justiceiro	137
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149

REFERÊNCIAS	153
ANEXOS	163
APÊNDICES	195

INTRODUÇÃO

A Lava Jato, maior operação de *lawfare*¹ feita no Brasil pelo Ministério Público Federal e a Justiça Federal de Curitiba, mexeu com o imaginário popular. Ela foi criada para apurar inicialmente crime de lavagem de dinheiro feita por doleiros, mas acabou virando uma operação política com alvos escolhidos de acordo com a ideologia daqueles que se julgavam os baluartes da moralidade. Tudo com amplo apoio da mídia hegemônica.

A criminalização da política tradicional e especialmente das lideranças do PT formavam a razão de ser da Lava Jato e dominavam o “interesse público” dos jornais e revistas com manchetes e chamadas da primeira página e títulos de matérias que buscavam colocar aquela operação como a saída para crises política e econômica pelas quais passara o Brasil depois das eleições de 2014. E pesquisar sobre esse momento histórico da política brasileira mostrou como a cobertura da operação feita por duas revistas de linhas editoriais diferentes revelou a divisão do pensamento social e a disputa de poder existente nas mais variadas territorialidades (HAESBAERT, 2006).

O contexto social brasileiro desde a colonização foi formado baseado na desigualdade de renda e do preconceito de raça (SOUZA, 2019) em que as elites econômicas, formadas por pessoas da cor da pele branca, sempre dominaram os principais postos de comando do Estado e impuseram a pobreza às classes populares, majoritariamente formadas por pessoas negras.

O nosso sistema de Justiça em grande medida alicerça essa base social e visão elitista. Tanto é que os crimes de colarinho branco, como são popularmente conhecidas ações criminosas feitas por empresários e políticos, receberam a pecha de gozarem da impunidade, muito porque o fisiologismo e o sistema de autoproteção entre congressistas e juízes ajudavam a livrar aqueles que subtraíram recursos financeiros do erário brasileiro.

O discurso da Lava Jato amplificado pelos jornais, revistas, TVs, rádios e redes sociais das empresas que formam os oligopólios da comunicação no Brasil (MORAES; RAMONET; SERRANO, 2013) desde o início veio para suprir esse vácuo de desconfiança nas instituições brasileiras e na classe política do país provocado pela impunidade no imaginário popular. Membros da Justiça se autoproclamavam agentes capacitados a acabar com a impunidade.

¹ O instituto do *lawfare* consiste no uso das leis para promover perseguição política. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-21/diario-classe-lawfare-quando-lei-ou-uso-estrategico-aniquila-direito> . Acesso em 10 de maio de 2023.

Na verdade, foi a forma de ganhar o apoio da opinião pública e disfarçar as ilegalidades processuais cometidas pelo juiz Sergio Fernando Moro e o grupo de procuradores coordenados por Deltan Dallagnol. Embora recebesse amplo apoio popular, a Lava Jato também angariou críticas tanto de quem estava no alvo das investigações, como membros do PT e de partidos aliados à época e juristas que revelavam que os métodos de investigação visavam a apenas desgastar a imagem dos investigados perante a opinião pública à revelia da presunção de inocência, direito expressamente previsto na Constituição Federal de 1988.

É a partir desse contexto que a presente pesquisa irá investigar como o jornalismo de revista ajudou a construir dois mitos completamente opostos: o do herói (CAMPBELL, 2007) nacional e o do justiceiro (ECO, 1978). O estudo terá como objetos as edições de *Veja* e *CartaCapital* que expuseram Sergio Moro em suas capas enquanto juiz da Lava Jato entre os anos de 2014 a 2018.

O presente estudo está dividido em quatro capítulos nos quais foram priorizados três campos do conhecimento: a história da Lava Jato e das duas revistas (capítulo II e IV), as teorias escolhidas (capítulo III) e a parte empírica (capítulo V) para análise e a aferição dos resultados da pesquisa. As conclusões apontam que o jornalismo de revista usa a mitificação de personagens da política para difundir a sua linha editorial, que é o resultado de um conjunto de opiniões, informações, crenças e preconceitos que formam a ideologia da empresa. Outros dados apurados no estudo são que a reportagem está dividida entre os gêneros informativo e opinativo e a subjetividade do jornalista no conteúdo publicado está sendo admitida pelos profissionais entrevistados para a pesquisa.

Por entender a representação midiática de Moro durante a Lava Jato como um fenômeno da comunicação de massa definida por Mauro Wolf² (2012) com três funções propusemos um estudo para identificar as similaridades das narrativas míticas com as do jornalismo de revista. O objetivo é elencar as características do discurso jornalístico que contribuem para que um personagem da política brasileira fosse interpretado como um herói e um justiceiro ao mesmo tempo por diferentes públicos e explicar que, quando as revistas

² “a. a atribuição de *status* e prestígio às pessoas e aos grupos transformados em objeto de atenção por parte da mídia [...]. b o reforço de prestígio para os que se adaptam à necessidade e ao valor socialmente difundido de serem cidadãos bem-informados; c. o reforço das normas sociais, ou seja, uma função que exerce a ética” [...] (WOLF, 2012, p.56).

optam por um tipo de representação com a unidade de sentido pronta e acabada deixam de priorizar os valores deontológicos da profissão (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Como as histórias míticas, “jornais e revistas são obras culturais. Cultura é entendida aqui como o conjunto das criações mentais humanas que cresce e muda continuamente” (GROTH, 2011, p.33). Esse aspecto cultural, portanto, amplia as formas de enxergar o objeto da pesquisa e obriga o pesquisador a pensar em variados procedimentos de análise.

As manifestações de Junho de 2013 e Lava Jato foram dois acontecimentos políticos que mudaram o cenário eleitoral, conduziram o sistema político a mudanças de discurso e de prioridades e fizeram com que grupos organizados de direita ganhassem lideranças políticas capazes de angariar votos e apoio popular, principalmente após a massificação das redes sociais (CASTELLS, 2013).

Entender o fenômeno das jornadas de Junho de 2013 foi o primeiro passo para traçar o momento sociológico para que uma operação de combate à corrupção ganhasse tanto apoio popular. Por isso, o estudo começa com o resgate desse movimento de massa que, mesmo sem uma direção política unitária, abalou as estruturas de poder, sem rompê-las, no entanto, mas que foram fundamentais para uma mudança simbólica da forma como as pessoas, principalmente os jovens das classes médias, queriam ser governados. Buscou-se assim, autores que estudaram aquelas manifestações.

Depois de estudar as características dos movimentos de Junho de 2013 e seus desdobramentos para política brasileira, propõe-se um resgate da história da Lava Jato a partir de livros publicados por jornalistas como Vladimir Netto (2016) cujo trabalho ratificava os métodos da força-tarefa e Paulo Moreira Leite (2015) um crítico de Moro e da força-tarefa. A ideia é apontar as contradições presentes nas duas obras e mostrar a manipulação das informações a favor do discurso antissistema que ajudava a desgastar a então presidente da República Dilma Rousseff executada diuturnamente pela mídia hegemônica que prioriza a acusação com capas em jornais e revistas e um maior tempo das reportagens de TV, principalmente.

Como a pesquisa vai tratar sobre a representação de Moro nas revistas de linhas editoriais opostas, identificou-se a necessidade de mostrar por que os métodos da Lava Jato eram tão exaltados por uma parcela da sociedade enquanto outra parte criticava a forma autoritária de condução das investigações e das audiências com os acusados. O estudo, então, procurou artigos e ensaios de cientistas políticos que demonstrassem os equívocos cometidos

na aplicação da lei que instituiu a delação premiada e na forma como a prisão preventiva foi usada para melindrar os alvos da operação e obrigá-los a falar aquilo que força-tarefa queria ouvir. Além disso, propõe-se também descrever e apontar as contradições de autobiografias como as lançadas por Moro (2021), Dallagnol (2017) e pelo ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot (2019).

No segundo capítulo, há a descrição das teorias que irão embasar a metodologia da pesquisa que será detalhada logo mais. Nessa parte, procurou-se explicar a estrutura conceitual do estudo que, para auferir seus resultados, usou a teoria das narrativas míticas seguindo a linha sociológica como propõe Campbell (1990) para desenvolver a tese de que o jornalismo constrói mitos ideológicos.

Antes de determinar os conceitos de ideologia pertinentes à nossa abordagem, identificamos aspectos da teoria dos mitos presentes nas reportagens de revista. Essa explicação foi fundamental para que o estudo tivesse uma sustentação teórica e permitisse a identificação das características das narrativas míticas e como elas se desenvolvem na capa, no título, nas linhas-finas e em trechos das publicações jornalísticas estudadas.

A pesquisa defende que o jornalismo constrói mitos ideológicos. Houve essa preocupação, portanto, de delimitar a que tipo de mitificação o estudo estava se referindo, uma vez que há narrativas míticas sobre fenômenos da natureza, de religiões e do poder de entes sobrenaturais, ou seja, uma infinidade de temas. Mas, um aspecto que iguala esses tipos de histórias é uma essência. “E todos os mitos lidam justamente com a transformação da consciência de um tipo ou de outro” (CAMPBELL, 1990, p.134).

O heroísmo de Moro destacado por *Veja* contemplava, portanto, os interesses políticos e econômicos da empresa. A revista vendeu a imagem do juiz como uma jornada do herói descrita por Campbell (2007). Já no plano oposto do espectro ideológico do Brasil, *CartaCapital* usou os mesmos artifícios retóricos, porém com a devida crítica de que exaltar o juiz da Lava Jato como um salvador da pátria era um erro porque, para a revista de Mino Carta, ele desempenhara o papel de justiceiro, personagem descrito por Umberto Eco (1978).

A pesquisa escolheu trabalhar com a perspectiva de Mészáros (2004) sobre ideologia nas sociedades capitalistas. O estudo estende este conceito ao modo de consciência social (MÉSZÁROS, 2004) que vigora e impõe uma maneira de pensar que influencia as decisões da

sociedade e mantém a estrutura de desigualdade presente na sociedade brasileira, mesmo com o discurso da liberdade de imprensa.

A ideologia para esta pesquisa é o vetor da narração do jornalismo construtor de mitos políticos, porque é por meio dela que as revistas se comunicam e como afirma Barthes (2001) se significam. Embora a análise parta do princípio de que houve uma dupla e oposta produção de sentido em relação a Moro, o enredo das histórias se desenvolveu por meio da narrativa de conflito (MOTTA, 2013).

O terceiro capítulo é um estudo que ajuda a embasar o argumento de que a ideologização das reportagens é um resultado das ações de quem fundou e comanda as revistas seja do ponto de vista administrativo ou editorial. A história dos dois veículos de comunicação foi contada de forma resumida. Nessa parte, o estudo se baseou em livros escritos por jornalistas que fizeram parte das revistas e da entrevista feita com o redator-chefe de *CartaCapital*, Sergio Lirio, exclusivamente para a pesquisa.

O quarto capítulo analisa as edições escolhidas a partir da metodologia formatada para a presente pesquisa confirmar as suas hipóteses e descobrir novas características da reportagem de revista. Nesta parte, o estudo faz uma descrição do que foi publicado e explica as produções de sentidos atribuídas a Moro. Além da confirmação das características presentes tanto na narrativa mítica como nas reportagens, a pesquisa acrescentou as opiniões do ex-diretor de *Veja* André Petry e Lirio sobre a imagem do juiz construída pela mídia.

A importância de se pesquisar a construção de mitos pelo jornalismo e, conseqüentemente, produzir conhecimento sobre assunto se justifica, pois os meios de comunicação produzem sociabilidades com seus discursos e ao analisar as narrativas fabricadas pelas revistas pode-se ampliar o campo de crítica da mídia, além de servir como documentação histórica.

A presente pesquisa foi um desafio metodológico, porque analisar como o jornalismo constrói mitos requer uma base conceitual ampla além do recorte do objeto analisado não se ater a apenas a uma parte do que foi publicado, mas a várias delas. Estudar a Lava Jato não requer somente descrever e explicar as transformações da política brasileira nos últimos 10 anos, mas fazer um estudo sobre as mudanças sociais que o mundo vive em razão das novas sociabilidades e uso intensivo e extensivo das redes sociais.

Ao longo de quase dois anos como aluno do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo várias mudanças metodológicas precisaram ser feitas. As reuniões de orientação serviram para ampliar a forma de ver o objeto de pesquisa tanto do ponto de vista metodológico quanto teórico. Vamos a partir de agora explicar com detalhes o percurso conceitual até o desenvolvimento do método da pesquisa.

1 METODOLOGIA

Antes de detalhar como se chegou ao método de pesquisa desenvolvido é importante conhecer por que esse tema foi escolhido. Uma das razões já foi exposta nas linhas acima que é a importância editorial dada à Lava Jato e a Sergio Moro, Deltan Dallagnol e juízes de tribunais a partir do começo da maior operação de *lawfare* feita pelo Estado brasileiro. Outras duas justificativas foram fundamentais nesse processo.

Entender como a reportagem de revista é capaz de produzir um personagem capaz de despertar paixões tanto para idolatrá-lo como para criticá-lo foi uma indagação inicial que ajudou nesta hipótese confirmada durante a pesquisa de que as narrativas de *Veja* e *CartaCapital* mitificaram, cada uma de acordo com a sua ideologia, a representação de Moro enquanto juiz da Lava Jato. É importante deixar claro que os mitos ideológicos produzidos pelo jornalismo são efêmeros, portanto, não possuem a longevidade dos que tratam sobre os feitos de heróis da Idade Antiga ou a sobrenaturalidade de entes da natureza. Nesta perspectiva sobre as reportagens, outro detalhe importante foi a necessidade de se evidenciar o caráter opinativo e de dramatização deste gênero jornalístico, apesar deste aspecto se caracterizar nesta pesquisa como a linha de chegada e não ser o centro da discussão epistemológica do trabalho.

Definindo conhecimento científico como uma relação que se estabelece entre um sujeito que conhece, um objeto do conhecimento e determinadas formas sem as quais o conhecimento não pode ocorrer, isto é, teorias científicas e pressupostos (CARDOSO, 1983), põem-se em evidência as proposições teóricas, ou seja, as linhagens que todas as pesquisas devem escolher (BARBOSA, 2020, p.20).

Para finalizar essa explanação inicial, o movimento político iniciado com as manifestações de Junho de 2013 continuado pelos desdobramentos da Lava Jato com o apoio da mídia hegemônica incitaram questões e divergentes análises que cabe à ciência política e da comunicação tentar respondê-las. Algumas o presente trabalho conseguiu responder; outras, não. A pesquisa descreveu como foi feita a cobertura da operação pela mídia e o papel da ideologia de cada empresa na representação de Moro. O que não conseguimos evidenciar é por que jornalistas, mesmo sabendo das ilegalidades da força-tarefa, escolheram endossar a posição de *Veja* como relatou o ex-diretor da revista André Petry em entrevista.

Entre todo material jornalístico publicado pelas revistas como artigo, editorial, comentário, o estudo fez a opção de estudar as reportagens de edições cujas capas expuseram a foto do então juiz entre os anos fervilhantes da força-tarefa. Para isso, foi feito um

levantamento de acervo² em que se checou as datas de cada publicação entre 520 publicações, somados os dois periódicos. A partir da identificação do perfil do objeto da pesquisa cada página foi fotografada para criação de arquivos digitais que foram acessados com rapidez e facilidade.

1.1 Trajetória até achar os conceitos

No início do mestrado, a ideia era fazer uma análise semiológica alinhada aos estudos de Roland Barthes. Porém, ao longo do curso e as reuniões de orientações ficou mais evidente que esse método seria insuficiente para dar conta de um objeto tão complexo como a representação de Moro enquanto juiz da Lava Jato pelas revistas. Isso porque para explicar os mitos é preciso conhecer o contexto de seu surgimento na sociedade. Essa constatação veio a partir da leitura dos textos sobre a jornada do herói (CAMPBELL, 2007) e o poder dos mitos (CAMPBELL, 1990). Ao longo do estudo, percebeu-se que era possível fazer uma discussão em que se provariam as similaridades das narrativas míticas com as produzidas pelo jornalismo de revista.

As leituras, as pesquisas e as análises indicaram que era preciso, para conseguir provar as hipóteses, um estudo sociológico retrospectivo de como os grupos sociais se comportavam e as respostas do governo à época. A partir disso, identificou-se a formação e a consolidação das forças conservadoras que potencializaram a Lava Jato e ajudaram na eleição do primeiro presidente de extrema direita, em 2018: as mobilizações de Junho de 2013 e a Lava Jato.

O método específico das ciências humanas mais importante é o compreender. Nas ciências humanas trata-se, como nós vimos, em primeiro, e principalmente, do conhecimento de finalidades, que são estabelecidas por causa das necessidades e das ideias de valores, e do sentido que estas finalidades dão ao pensamento e à ação humanos (GROTH, 2011, p.66).

O objetivo era comparar como alguns acontecimentos foram relatados nessas obras e identificar pontos que não foram abordados que dificultam o entendimento desse momento histórico. Mas, ao se deparar com essa revisão histórica, outros problemas se colocaram e mereciam ser aprofundados. Nesta perspectiva, o estudo aprofundou a discussão sobre os métodos de investigação e de punição da força-tarefa como as prisões preventivas e delações premiadas a partir das análises de autores das ciência política. Ou seja, usamos o método da

² A pesquisa começou com o levantamento de acervo feito na biblioteca do Instituto Federal Fluminense *Campus Campos Centro*.

observação do fenômeno entendido aqui como a espetacularização (GOMES, 2004) das ações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal a mando de Moro na mídia e a revisão bibliográfica do que já foi publicado sobre o tema neste campo do conhecimento. Deduzimos baseados em evidências empíricas que houve um uso político dos instrumentos jurídicos que iam ao encontro do estereótipo (LIPPMANN, 2010) existente no imaginário popular no Brasil de que “todo político é ladrão e merece ir para cadeia”, apesar da impunidade.

A partir dessa revisão histórica, outras questões se impuseram à pesquisa uma vez que o estudo teria esse caráter multidisciplinar em que conceitos da teoria dos mitos, do Jornalismo e das Ciências Sociais precisariam ser aplicados ao objeto. Portanto, a metodologia foi composta por múltiplas formas a fim de se confirmar as duas principais hipóteses. *Veja* representou Moro como um mito do herói nacional (CAMPBELL, 2007). Já para *CartaCapital* o juiz foi, na verdade, um justiceiro (ECO, 1978).

Justamente no caso dos seus objetos, quase sempre muito complicados, que nunca podem ser isolados artificialmente nem do seu cosmo natural nem sociocultural, que estão envolvidos em uma quantidade raramente previsível de correlações e interações, o pluralismo de método é estritamente uma lei (GROTH, 2011, p.69).

Os múltiplos caminhos metodológicos foram alcançados por uma extensa pesquisa bibliográfica sobre o assunto a fim de encontrar o estado da arte e fundamentar a crítica. Buscamos em *sites* de compra de livros, bibliotecas virtuais como a plataforma Catálogo de teses e dissertações³ abastecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e *Google Acadêmico*⁴ e publicações de revistas mantidas em páginas virtuais por outros programas de pós-graduação em comunicação, jornalismo e ciências sociais.

O fato de a pesquisa sustentar que as revistas construíram a representação de Moro em suas edições como um mito ideológico foi determinante para a investigação que culminou na elaboração de um capítulo em que se priorizaram os principais acontecimentos e decisões que ajudaram a consolidar *Veja* e *CartaCapital* no segmento das *magazines*. Conhecer a histórias dos veículos de comunicação estudados permitiu a pesquisa associar os discursos das revistas a fatos e a formas de relatar os acontecimentos, o que corrobora com a tese de que as empresas de comunicação estão associadas a ideias defendidas por grupos políticos e

³ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

⁴ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>

econômicos.

Neste capítulo, o trabalho utilizou obras publicadas por jornalistas que trabalharam em *Veja*, artigos acadêmicos que contaram a história da semanal de informação e dados disponíveis no *site* e redes sociais. No caso de *CartaCapital*, a entrevista com o redator-chefe foi fundamental na apuração de dados como o início da revista, os financiadores e a estrutura da redação. Informações do *site* da revista dirigida por Mino Carta, que mereceu ter um resumo da sua trajetória contada nesta pesquisa, e das mídias sociais também foram utilizadas.

A pesquisa, portanto, fundamentou sua sustentação teórica em quatro campos do conhecimento: as origens, o comportamento e o que compõe a narrativa mítica; a ideologia como elemento formador do pensamento social que sustenta o poder simbólico dos meios de comunicação, a semiologia e a representação de sentidos dos signos e, por último, a deontologia e as características do jornalismo de revista e da reportagem e a história das revistas. As escolhas metodológicas ajudaram no estabelecimento de relações de sentido que sustentam a tese de o jornalismo construiu dois mitos ideológicos durante a Lava Jato.

Desta forma, a fundamentação teórica se estruturou. A pergunta central a ser respondida neste capítulo é: quais características das narrativas míticas estão presentes nas reportagens? Após a leitura das obras de Campbell (1990), Mircea Eliade (2016) e Barthes (2012) foi possível identificar elementos que ajudaram a sustentar a hipótese de que o jornalismo constrói seus mitos ideológicos. A repetição de uma unidade de sentido (ELIADE, 2016), (CAMPBELL, 1990) e (BARTHES, 2012) — Moro é o herói em *Veja* e o justiceiro em *CartaCapital* —, o uso sistemático de uma imagem arquetípica (CAMPBELL, 1990) alinhado a um estereótipo (LIPPMANN, 2010), a presença de recursos visuais que tornam a representação do juiz uma metáfora (CAMPBELL, 1990), a escolha por uma verdade de opinião (CORNU, 1999) em uma narrativa de conflito (MOTTA, 2013) constituem a estrutura dos mitos no jornalismo.

Neste capítulo, exploramos conceitos vinculados ao poder que a ideologia exerce na sociedade como entende Mézaros (2004) no conteúdo publicado pelas revistas. A nossa escolha é por analisar os mitos a partir de uma perspectiva sociológica como definiu Campbell (1990). Outras características específicas do jornalismo de revista e da reportagem foram identificadas por meio da leitura e análises de artigos e explicadas a fim de reforçar confirmar a hipótese central.

Como nas narrativas míticas, o jornalismo de revista (SCALZO, 2020) estabelece uma relação de confiança com o leitor que acredita naquilo que foi publicado, usa de temas de longa duração, que podem ou não ter elementos repetitivos, possui uma autoridade para falar sobre um assunto e emociona ao trazer à tona fatos da realidade (BENETTI, 2013). A força e a tensão (FERRARI; SODRÉ; 1986) também foram conceitos aplicados às reportagens escolhidas para pesquisa.

Ao longo da pesquisa e após a banca de qualificação surgiu a necessidade de caracterizar a jornada do herói (CAMPBELL, 2007) de acordo com as edições de *Veja* que expuseram a foto de Sergio Moro na capa sozinho. A única exceção foi a publicação que anunciara como um duelo o encontro entre o juiz e Lula. Não utilizamos, porém, todas as fases estabelecidas pelo mitólogo. A explicação delas encontra-se no terceiro capítulo, mas aqui vamos citar apenas como ficou organizada essa análise. Usamos, portanto, a metodologia estabelecida por Campbell (2007) para caracterizar a jornada do herói. O autor estabeleceu três estágios: a partida, a iniciação e o retorno dentre os quais estão 17 fases. No entanto, o presente estudo definiu que apenas parte delas já seria suficiente para confirmar a hipótese. Serão analisadas as seguintes etapas da jornada: o chamado da aventura, o auxílio sobrenatural, a passagem pelo primeiro limiar, o caminho de provas, a apoteose, a benção última, a recusa do retorno e Senhor dos dois mundos.

Já a análise das quatro edições de *CartaCapital* partiu do conceito de justiceiro descrito por Umberto Eco (1978) que caracteriza os personagens dos romances populares como aquele que procura um ideário próprio de se fazer justiça à revelia do que diz as leis. A partir dessa perspectiva cada edição que trouxe Moro sozinho na capa foi classificada em uma unidade de sentido. O juiz foi infantilizado-irracionalizado, depois apareceu como o inquisidor. No auge, era um prepotente; no fim, o farsante.

Portanto, a revisão bibliográfica permitiu estruturar a metodologia do ponto de vista conceitual. Por ser um objeto complexo e o campo do conhecimento entre mitos e jornalismo abranger variados conceitos que dialogam com a hipótese central da pesquisa escolhemos analisar qualitativamente a representação simbólica de seis edições de *Veja* e quatro de *CartaCapital*, os títulos, as linhas-finas e alguns trechos das reportagens. A pesquisa parte do pressuposto de que a primeira página é o que ganha a atenção do leitor. Ela representa a unidade de sentido da representação simbólica e envolve decisões tomadas por jornalistas. O que nos é mais útil para análise é de terceiro poder descrito por Nelson Traquina (2023).

O primeiro poder dos jornalistas é o poder de seleção: a decisão entre a vida ou morte do acontecimento, ou seja, o seu desaparecimento ou a sua transformação e divulgação no espaço público. O segundo é o poder de construção: a versão do acontecimento que prevalece depende da seleção das fontes, da seleção do vocabulário e do enquadramento, e a decisão final depende do jornalista. E o terceiro é o poder de saliência: qual o destaque que será dado à notícia, será publicado na primeira página ou numa página anterior? Será abertura de telejornal ou apenas notícia de ligação no interior do noticiário? Através da reportagem, o quarto poder do jornalista é o acesso direto ao campo jornalístico. Se ninguém fala do assunto, o jornalista pode constituir em reportagem um trabalho sobre esse tema (TRAQUINA, 2023, p.16).

Os títulos e as linhas-finas explicam a eficácia da narrativa mítica, ou seja, por que é importante acreditar que aquelas informações representam a verdade, mesmo que esta seja fruto da ideologia do veículo de comunicação. A capa dá a dimensão simbólica do fenómeno mítico, e os títulos e linhas-finas explicam as proezas daquele personagem, a sua força e a organização de um estado de tensão provocado pela organização da matéria, como destaque e sentidos para fotos, e a exclusividade das informações — muitas delas vazadas antes de ganharem publicidade oficial (DUARTE, 2022), ou seja, o que é desconhecido gera mais apreensão ainda mais vindo de uma autoridade da República como o então “juiz da Lava Jato”. Esta denominação já evidencia o poder do magistrado naquela época que hierarquicamente tinha outros juizes que autorizavam ações do MPF e julgavam réus, mas nem por isso ficaram conhecidos desta forma. A pesquisa escolheu denominá-lo assim e provou por que na análise empírica.

A pesquisa não problematizou a capa a partir dos estudos sobre fotografia porque não fazia parte do objetivo da investigação. A representação da fotografia de Moro, os recursos visuais e o sentido das palavras da manchete e do subtítulo foram a unidade de sentido relatada acima. “A função-signo é a testemunha de um duplo movimento que cumpre analisar. Num primeiro tempo (esta decomposição é puramente operatória e não implica uma temporalidade real), a função penetra-se de sentido;” (BARTHES, 2012, p.53). Os conceitos de denotação e conotação também foram aplicados para determinadas explicações.

Quanto ao significado de conotação, tem um carácter ao mesmo tempo geral, global e difuso: é, se se quiser, um fragmento de ideologia: o conjunto das mensagens em português remete, por exemplo, ao significado “Português”; uma obra pode remeter ao significado “Literatura”; estes significados comunicam-se estreitamente com a cultura, o saber, a História; é por eles que, por assim dizer, o mundo penetra o sistema; a ideologia seria, em suma, a forma (no sentido hjelmsleviano) dos significados de conotação, enquanto a retórica seria a forma dos conotadores (BARTHES, 2012, p.115).

O estudo buscou entender por que as revistas optaram por essas representações a fim de confirmar ou refutar as hipóteses centrais. Entrou em contato e realizou duas entrevistas com jornalistas com poder de decisão sobre o conteúdo das reportagens estudadas. Uma dificuldade que a pesquisa encontrou foi encontrar e ter o retorno dos profissionais da *Editora Abril* que trabalharam nesta época na revista.

A partir de um primeiro contato com o ex-editor de *Veja São Paulo* e *Playboy* Carlos Maranhão¹⁴ foi possível estabelecer uma comunicação por meio do aplicativo *WhatsApp* com Fábio Altman, um dos redatores-chefes da revista atualmente. Ele ajudou no contato com os editores. Foi enviado também *e-mail* para empresa para pedir uma entrevista, mas até o momento em que este texto é finalizado não houve retorno.

Por meio da sua secretária no jornal *O Estado São Paulo*, Eurípedes Alcântara, que chefiou a *Veja* de 2004 a 2016, afirmou que não responderia às perguntas enviadas por *e-mail*. O único que aceitou falar até o momento, não por videoconferência, mas por escrito, foi André Petry, que foi diretor de jornalismo da *Veja*, de 2016 a 2019. Com ele o método de apuração se deu por uma entrevista semiestruturada com o envio de perguntas abertas por correio eletrônico. “Com ele, é possível fazer análises rapidamente, replicar com facilidade, limitar as possibilidades de interpretação e de erro do entrevistado e comparar com outras entrevistas similares” (DUARTE, 2007, p.67).

Com o redator-chefe de *CartaCapital*, Sergio Lirio, que foi mais solícito em participar da investigação acadêmica, a entrevista em profundidade do tipo semiaberta feita por meio de videoconferência com a utilização da plataforma de reuniões *Zoom*. Foram definidos dois temas centrais. Na primeira conversa, feita em 25 de março de 2022, foram apuradas informações sobre a história desta revista. Em um segundo momento, foi debatido como foi feita a representação de Moro. A decisão de mudar o tipo de técnica de entrevista tem a ver com a qualidade do relato apurado. “Ela conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle. As questões, sua ordem, profundidade, forma de apresentação, dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista” (DUARTE, 2017, p. 66).

1.2 Múltiplos métodos

A presente pesquisa partiu de uma premissa de certa forma simplista de que *Veja* e *CartaCapital* produziram reportagens que ajudaram a mitificar a representação de Sergio Moro enquanto juiz da Lava Jato. Porém, as questões que foram surgindo — muitas delas vindas das reuniões de orientação e aulas com os professores — adensaram o estudo.

Um dos objetivos era conseguir caracterizar como o jornalismo constrói narrativas míticas. Mas, para alcançar isso, foi necessário desenvolver uma metodologia multimodal. Primeiramente, foi feita uma análise histórica tanto do contexto sociológico do Brasil que permitiu o fenômeno estudado como dos agentes discursivos. A partir disso, identificou-se a necessidade de caracterizar o tipo de mito produzido pelo jornalismo de revista. Para tanto, buscou-se fazer uma revisão teórica sobre o conceito de ideologia e a partir dela foram estabelecidas características que dialogavam com a pesquisa.

Outra questão que se colocou durante a pesquisa foi como caracterizar o mito. Além da identificação desses elementos constituidores da narrativa mítica fez-se uma comparação com a fabricada pelas empresas responsáveis pelas edições estudadas. Conseqüentemente, a pesquisa precisou explicar a teoria do jornalismo de revista e da reportagem a fim de fundamentar a hipótese do estudo.

Para analisar os dados, foram utilizados conceitos da semiologia e da análise estrutural das narrativas. As entrevistas com os jornalistas de *Veja* e *CartaCapital* foi mais um método para atestar as hipóteses, além de enriquecer e ampliar a discussão sobre o gênero da reportagem.

2. A COMPLEXIDADE DAS HISTÓRIAS SOBRE A LAVA JATO

A História da humanidade só é possível de ser compreendida porque houve quem a organizasse, escolhesse aspectos relevantes e interpretasse os fatos. E, se for parar para pensar, cada feito histórico possui narrativas que se assemelham, mas que também se contradizem. O que é importante ser dito por um autor pode não ser para outro. Há, obviamente, questões que, se não forem levadas em conta, distorcem a produção de conhecimento e, conseqüentemente, a construção de uma verdade possível. Para compreender as produções de sentido realizadas pelos discursos do jornalismo, é preciso conhecer a complexidade e os antagonismos presentes numa mesma história. O presente trabalho, neste capítulo, propõe organizar e comparar os principais argumentos de jornalistas e cientistas políticos que publicaram livros sobre as transformações recentes da política do Brasil.

Três acontecimentos singulares marcaram a sociedade brasileira nesta segunda década do século XXI. As manifestações de Junho de 2013 (aqui cabe incluir os demais protestos que vieram em seguida como os que foram contra a Copa do Mundo e a favor do *impeachment*), a operação Lava Jato e a eleição de Jair Bolsonaro como primeiro Presidente da República de extrema-direita, em 2018. Embora não há como se provar a correlação direta entre eles, até pela complexidade e o envolvimento de vários segmentos sociais nestes fenômenos sociais, é evidente que uma nova configuração política, no aspecto ideológico, e não estrutural — diga-se de passagem — se consolidou desde então.

As jornadas de Junho de 2013 e a Lava Jato ganharam nomes próprios devido à importância que tiveram para a História recente (AVELAR, 2021). As manifestações de rua começaram a partir de um movimento contra o aumento da tarifa do transporte coletivo na cidade de São Paulo e foram ao longo do mês ganhando adeptos, grupos coletivos organizados e mais pautas contestatórias. Elas foram consideradas movimentos de massa (GOHN, 2014) e ocorreram nas principais cidades do Brasil e materializaram a indignação de diferentes segmentos sociais com as condições sociais de saúde, educação, segurança e transporte. Era um movimento por direitos, cidadania e contra a corrupção, os partidos e os representantes eleitos pelo voto. Liderados, inicialmente, por jovens conectados às redes sociais das classes médias, os atos não possuíam lideranças estabelecidas até para se distinguirem principalmente das legendas partidárias. A horizontalidade das decisões tomadas naqueles dias como decidir qual percurso da caminhada pelas avenidas paulistanas foi uma singularidade daquelas mobilizações.

A partir daí, instaurou-se uma agenda da crise da representação democrática amplificada pelas inúmeras operações e prisões realizadas pela força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) do Paraná autorizadas pela 13ª Vara Criminal de Curitiba chefiada pelo então juiz federal Sergio Fernando Moro. A mídia hegemônica, controlada pelas oito principais famílias que dominam o setor da informação, — Marinho (Globo), Saad (Grupo Bandeirantes), Edir Macedo (Record), Silvio Santos (SBT), Sirotsky (RBS), Frias (Folha S. Paulo), Civita (Abril*) e os Mesquita (Estado de S.Paulo) — endossou o discurso punitivista justamente para se aliar ao sentimento de indignação exposto pelos protestos de Junho de 2013 que começaram após o aumento da tarifa da passagem do transporte público na cidade de São Paulo e passaram ao longo do mês a ser um movimento contra os governos eleitos, principalmente o da presidente Dilma Rousseff.

O combate à corrupção estava entre as principais preocupações dos brasileiros na eleição de 2018, mas o tema perdeu protagonismo¹. O atual procurador-geral da República, Augusto Aras, nomeado por Jair Bolsonaro, determinou, em 3 de fevereiro de 2021, o fim da força-tarefa² e as investigações da Lava Jato foram incorporadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Entre 2014 e 2018, a operação que investigou os pagamentos milionários de propina a diretores e gerentes da Petrobras e políticos feitos por empresários que ganhavam as licitações da estatal do petróleo e em troca financiavam campanhas eleitorais, até então legalizadas, se tornou um patrimônio, mesmo que simbólico, para boa parte da população, principalmente as classes médias.

Havia uma pesada campanha midiática em favor da Lava Jato cujos métodos de atuação eram validados pela retórica do permanente combate à corrupção. O jornalismo foi um ator importante para validação da operação. Para analisar as narrativas produzidas por *Veja* e *CartaCapital* como propõe esta investigação acadêmica, é preciso entender as diferentes visões de autores que se dispuseram a compreender os desdobramentos políticos

* O Grupo Abril foi vendido em 2018 e deixou de ser controlado pela família Civita.

¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/03/21/como-queda-na-preocupacao-do-brasileiro-com-corrupcao-impacta-eleicoes.htm>. Acesso em 21 de junho de 2022.

² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/mpf-anuncia-fim-da-forca-tarefa-da-operacao-lava-jato-no-parana/>. Acesso em 21 de junho de 2022.

neste período. Antes, porém, propõe-se resgatar a memória desses dois primeiros fenômenos sociais.

2.1 Breve histórico — as manifestações de Junho de 2013

Até hoje — este texto foi escrito em 20 de junho de 2022, nove anos exatamente depois que foram às ruas “mais de 1 milhão de pessoas em 75 cidades do país”, (GOHN, 2014) protestar por melhores serviços e contra a corrupção — uma pergunta ainda não foi respondida sobre Junho de 2013. Por que o movimento não conseguiu provocar reformas estruturantes como uma efetiva participação popular na elaboração e fiscalização da execução dos Orçamentos ou a melhora dos serviços prestados pelo poder público, reivindicação que levou milhares a participar daqueles atos?

Houve sim, é bom que se reconheça, ações consideradas respostas à tamanha indignação vinda das ruas. O governo federal contratou mais profissionais de medicina vindo de Cuba por meio do Programa Mais Médicos, lançado em 8 de julho de 2013, e o Congresso Nacional aprovou a Lei 12.850 que trata das Organizações Criminosas. A legislação entrou em vigor a partir de 2 de agosto daquele ano e foi instrumento jurídico importante na instrução criminal dos processos da Lava Jato com a ampliação das delações premiadas.

A indagação não tem o propósito de desmerecer aqueles levantes de essência pacífica que não nasceram e nem faziam questão de carregar as bandeiras de partidos ou de sindicatos, principais instituições por meio das quais, ao longo dos últimos 70 anos pelo menos, as demandas sociais eram organizadas e tornadas públicas. No entanto, o que se questiona é o saldo para sociedade e os desdobramentos advindos dos protestos.

Como se afirmou acima ainda não há teses baseadas em evidências que possam responder àquela pergunta, mas algumas características daquele movimento de massa podem indicar que, depois do arrefecimento da temperatura contestatória, efetivamente não houve mudanças substanciais na política brasileira. Políticos denunciados por corrupção permaneceram em postos-chave da República, como o então deputado Eduardo Cunha que, mesmo denunciado pela Procuradoria Geral da República por receber propina de US\$ 5 milhões em contas na Suíça após negociação da Petrobras para compra de navios-sonda, presidiu a sessão, em 17 de abril de 2016, que autorizou a instauração do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (PT).

Naquela época a polarização se dava entre o PT— vencedor das eleições presidenciais de 2002, 2006, com Lula, e de 2010, com Dilma—, e o PSDB que no discurso era favorável às manifestações, principalmente por criticar o governo petista. Na prática, no entanto, o governo liderado pelo governador tucano Geraldo Alckmin autorizara a Política Militar de São Paulo a conter com excessiva violência quaisquer manifestantes. A repressão policial não era, porém, uma exclusividade de governos psdebistas, como bem observa Manuel Castells. “O governador do estado de São Paulo, tucano, e o governador de Brasília³, petista, disputaram para ver quem reprimia com mais violência as primeiras manifestações” (CASTELLS, 2013, p.184).

Independentemente da violência policial dos governos, o que se quer chamar atenção aqui é para a falta de coerência dos partidos cujas lideranças falavam em legitimidade do movimento que clamava por ética na política brasileira, mas faziam exatamente o contrário na atuação como representantes eleitos democraticamente pelo povo. “Assegurando a Cunha todo oxigênio necessário à sobrevivência, a oposição revela a verdade sobre o projeto de *impeachment*: sem qualquer prova material, é um produto da baixíssima política” (LEITE, 2015, p.354).

Este salto no tempo é importante para entender o argumento de que o caráter multifacetado dos manifestantes, que revelara a exaustão da população em trabalhar, pagar altos impostos, testemunhar denúncias de desvios de dinheiro público e ter serviços essenciais como saúde, educação e segurança precarizados, deu a oportunidade para que grupos coletivos de direita e até quem reivindicava a volta dos militares ao poder se organizassem nesta onda do “basta de corrupção” e “eles não nos representam”. Fato é que Junho de 2013 trouxe de volta o protagonismo das ruas e os movimentos conservadores souberam trabalhar o discurso de ser contra tudo e todos. É um simbolismo identitário ter em suas origens a “luta” por direitos por “um país melhor, decente” vinda de uma manifestação popular, mesmo que, como percebe Rubens Figueiredo (2014), não houvesse uma motivação concreta, ou seja, uma percepção altíssima de incompetência governamental ou um caso de corrupção espetacular.

Os movimentos Nas Ruas⁴ e Revoltados On Line⁵, por exemplo, participaram ativamente dos protestos de Junho de 2013, organizaram uma militância online, que se expandiu, e foram atores importantes para apoiar a Lava Jato e pressionar, por meio de protestos de rua, o

³ O Distrito Federal era governado pelo petista Agnelo Queiroz (2011-2015).

Congresso Nacional a abrir o processo de *impeachment* de Dilma. Com exceção do MPL que tinha uma pauta definida de reivindicações, a maioria dos brasileiros e brasileiras foi protestar por um Estado mais eficiente e cidadania, o que denuncia uma falta de clareza do que poderia ser feito para melhorar a sociedade.

Gohn (2014) também compartilha dessa visão, porém, se equivoca ao afirmar que havia perigo dos outros grupos serem capturados pela direita, já que o MPL, os *Black Blocs*, *Anonymous*, coletivos de mulheres e de estudantes, por exemplo, — grupos mais ligados a pautas contra o capitalismo — não passaram a integrar a onda conservadora que ganhou força política após 2013. “Entretanto, vários analistas alertaram que faltam a esses movimentos definições estratégicas, programáticas e teóricas, alertando para a fragilidade organizatória do movimento, a não definição de rumos e o perigo de serem apropriados por forças conservadoras da direita, como já aconteceu em outros momentos históricos de tensão social” (GOHN, 2014, p.67). O que é uma evidência é que o discurso anticorrupção serviu aos interesses de quem pertencia às classes médias ligadas ao empresariado, instituições de ensino particulares e banqueiros.

Enquanto os políticos de PT e PSDB eram hostilizados nas manifestações, abriu-se um espaço para que novas lideranças das classes médias e empresariais pudessem se colocar no jogo político. A partir de então, criou-se um “estado permanente de suposta vigilância”, com a cobertura massiva da imprensa tradicional cujos discursos eram replicados nas redes sociais, muitas vezes distorcidos — daí o fenômeno das *fake news* — para que a opinião pública continuasse a apoiar as investigações da Lava Jato. O que permaneceu, portanto, foi a ideia do discurso antissistema utilizado com maestria pela força-tarefa um ano depois, em 2014, até 2018.

Para compreensão das reações que Junho de 2013 provocou na política brasileira, é importante resgatar o contexto daquela época, descrever a atuação dos principais coletivos organizados e a lógica dos acontecimentos.

Portanto, para analisarmos os protestos nas manifestações de junho, faz-se

⁴ Carla Zambelli deu entrevista ao documentário “Junho de 2013: o começo do avesso” como liderança do movimento de direita “Na Ruas” que participou das manifestações de junho de 2013, apoiou a Lava Jato e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. No mesmo pleito, ela foi eleita deputada federal por São Paulo.

⁵ Marcello Reis também foi entrevistado pelo documentário citado como liderança do movimento “Revoltados Online”, apoiou o *impeachment* de Dilma e foi candidato a deputado estadual por São Paulo, mas não se elegeu.

necessário um olhar mais acurado para a realidade anterior nos meses que as antecederam. Os noticiários da mídia nacional nos oferecem um painel dos prováveis motivos de ordem mais geral para a indignação que levou milhares de brasileiros às ruas, quando se identificaram e aderiam ao movimento dos jovens, a saber: os gastos altíssimos com estádios da Copa de 2014 e com a Copa das Confederações que aconteceria em junho de 2013; megaeventos com o uso do dinheiro público contrastando com a má qualidade dos serviços públicos, especialmente nos transportes, educação, saúde e segurança pública. Outros agravantes são: a persistência dos índices de desigualdade social, inflação, denúncias de corrupção, clientelismo político, a PEC 37 (também conhecida como a PEC da Impunidade, projeto de emenda constitucional que tinha como objetivo implodir o poder investigatório do Ministério Público), assim como sentimento de impunidade nas histórias de corrupção, o sistema político arcaico, a criminalização dos movimentos sociais — especialmente rurais e indígenas —, o projeto de lei que tramitava no Congresso sobre “cura gay”, a condução de importantes postos políticos no cenário nacional por políticos com passado marcado por denúncias etc (GOHN, 2014, p.20-21).

Quem esteve nas ruas naqueles dias em alguma cidade brasileira testemunhara nos rostos dos jovens uma insatisfação latente que contagiava os que não pertenciam a algum coletivo organizado. Um espírito cívico que derrubara a tese de apatia imposta ao povo brasileiro por alguns cientistas sociais (GOHN, 2014). As últimas grandes mobilizações populares tinham acontecido nos protestos dos “caras pintadas” pelo *impeachment* do então Presidente da República Fernando Collor de Melo, em 1992. Antes disso, em 1984, com os comícios das “Diretas Já” pelo retorno da democracia no país após 21 anos de ditadura militar.

2.2 Tiro, porrada e bomba contra vinagre e bolinha de gude

Gohn (2014), que estudou as características do movimento a partir do que aconteceu na cidade de São Paulo, classifica as manifestações de Junho de 2013 em três momentos. O 1º ato liderado pelo Movimento Passe Livre (MPL) foi interpretado como uma mobilização de estudantes, ainda com baixa adesão, criminalizada pela mídia que ressaltava em suas imagens os atos de vandalismo que parcela minúscula do movimento promovia nos patrimônios público e privado.

A segunda parte desta história, segundo a cientista política, se deu a partir do 4º ato com a violência da Polícia Militar de São Paulo, quando houve dezenas de feridos e 192 detenções, no dia 13 de junho⁵. “O impacto das imagens e os relatos do 4º ato marcaram a virada da opinião pública às manifestações e a adesão de milhares de pessoas que passam a ir às ruas nos atos seguintes” (GOHN, 2014, p.23). O terceiro momento se dá no 7º ato, em 20

de junho, quando há o cancelamento do aumento das tarifas um dia antes. “Em 21 de junho o MPL retira-se das convocações das manifestações, grupos alheios às causas iniciais do movimento promovem atos de depredações e o governo federal assume a frente de elaborar, diariamente, um rol de propostas, promessas e tentativas de acalmar os ânimos, e, além disso, buscar recuperar o prestígio da Presidente Dilma” (GOHN, 2014, p.24).

É unânime entre os autores que estudaram este acontecimento histórico essa constatação de que a ação violenta da PM convulsionou ainda mais o movimento, como também explica o professor Idelber Avelar, mesmo com boa dose de exagero, já que caracterizar algo como massacre é preciso de mais evidências. Neste caso, caberia melhor a palavra covardia. Nos dias mais tensos, policiais prenderam os manifestantes antes mesmo do início da caminhada pelas ruas. Quando a massa se aproximava das propriedades privadas, a Polícia Militar não hesitou em usar tiros de bala de borracha, cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os jovens carregavam em suas mochilas vinagre para amenizar o cheiro da substância gasosa que faz arder as vias aéreas e bolinha de gude que usaram em legítima defesa.

A civilidade ocupou o mesmo espaço da violência no imaginário coletivo, até porque a mídia hegemônica destacava as depredações que ocorriam e a ação da PM para conter os que partiam para o enfrentamento direto.

Usando linguagem aristotélica, poderíamos dizer que a causa formal de Junho foi o massacre policial contra manifestantes na noite de 13 de junho. Nessa noite, Junho transformou-se em acontecimento contínuo (valha o aparente oximoro), nacional e irreversível. Mas, para prosseguir com a linguagem aristotélica, a repressão policial de 13 de junho, causa formal de Junho, nada nos diz sobre sua causa material (ou seja, a matéria da qual surge Junho, o caldo social, por assim dizer, que o torna possível), nem sobre sua causa final (aquilo pelo qual se lutou ao longo de meses das manifestações que se abrigaram sob o nome de “Junho”, o que se poderia definir como o horizonte de Junho), nem sobre sua causa eficiente (o sujeito responsáveis por Junho). A causa formal, no entanto, foi esta e sobre isso há acordo na biografia. A Polícia Militar de São Paulo e, com certeza os dois grandes jornais da cidade, que pediram mão dura em editorial, antecipavam que a repressão violenta amainaria os protestos e restauraria a pax petucanista. Aconteceu o contrário: a violência policial em 13 de junho encheu a cidadania de revolta e pôs fogo em multidões em todo o Brasil (AVELAR, 2021, p.189).

⁵ Relatório da Organização Não Governamental Artigo 19 aponta que neste dia 235 foram detidos com mais de 100 feridos – sendo 2 detidos e 22 feridos jornalistas que cobriam a manifestação. Disponível em: https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2014/06/Protestos_no_Brasil_2013-vers%C3%A3o-final.pdf. Acesso em 21 de junho de 2022.

Mais especificamente, o relatório da ONG Artigo 19 aponta que as polícias militares atuaram para cercear a liberdade de expressão por meio da violência. O documento cita 10 situações presenciadas por quem participou dos atos:

1) Falta de identificação dos policiais; 2) Detenções arbitrárias, como detenção para averiguação, prática extinta desde o fim da ditadura militar; 3) Criminalização da liberdade de expressão por meio do enquadramento de manifestantes em tipificações penais inadequadas às ações do “infrator”; 4) Censura prévia, por meio da proibição, legal ou não, de manifestantes usarem máscaras ou levarem vinagre para o protesto; 5) Uso de armas letais e abuso de armas não letais; 6) Esquema de vigilantismo nas redes sociais montado pelas polícias locais, pela Abin e também Exército; assim como as gravações realizadas pelos policiais durante os protestos; 7) Desproporcionalidade do efetivo disposto para o policiamento do protesto com o número de manifestantes; 8) Policiais infiltrados nas manifestações que, por vezes, causavam e incentivavam tumulto e violência; 9) Maior preocupação policial com a defesa do patrimônio do que com a segurança e integridade física dos manifestantes; 10) Ameaças e até mesmo sequestros foram relatados (ARTIGO 19, 2014, p.26-27).

Ainda segundo este relatório, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, ocorreram no Brasil 696 protestos, sendo 15 com mais de 50 mil manifestantes, 16 tiveram 10 ou mais pessoas feridas, registrou-se 112 usos de armas não letais e 10 usos de armas de fogo, oito pessoas morreram, 827 ficaram feridas, 2.608 foram detidas pelas polícias militares. Os atos tiveram 117 jornalistas agredidos ou feridos sendo que 10 profissionais foram detidos. É importante registrar que em 6 de fevereiro de 2014, ainda na onda de protestos iniciados no ano anterior, o cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago Andrade⁶ morreu após ser atingido na cabeça por um rojão acendido por um jovem ao registrar um confronto entre manifestantes e a PM, no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Existe uma dualidade quando se analisa o papel que a violência exerceu durante as manifestações em junho e depois. Como afirmam Gohn (2014) e Avelar (2021), a repressão policial insuflou ainda mais os manifestantes depois de 13 de junho, e os atos atingiram a condição de movimento de massa com a ampliação da pauta e o crescimento no número de adeptos. Depois, os atos violentos, tanto os cometidos por *Black Blocs* como os praticados pelas polícias militares, resultaram no esvaziamento das manifestações, que perderam o apoio popular que elas tinham.

Para sustentar seu argumento, Gohn (2014) cita uma pesquisa feita pelo Curso Estado

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/cinegrafista-atingido-por-rojao-em-protesto-no-rio-tem-morte-cerebral.html>. Acesso em 22 de junho de 2022.

de Jornalismo, realizada em dezembro de 2013, em que 47% dos entrevistados que participaram dos atos afirmaram que não voltariam às ruas por causa da violência “O fato concreto é que a violência, quando passou a ser constante e a predominar nas manifestações, fragmentou os atos e fez dos protestos um campo de ataque e violência” (GOHN, 2014, p.77).

Ainda é preciso ressaltar dois aspectos sobre a violência durante as manifestações de rua durante e após 2013 que ajudam a entender a conexão, mesmo que indireta, dos atos com os protestos contra Dilma e em apoio a Lava Jato. A resignificação do sentido da ação feita pelos jovens que adotaram a tática de depredar o patrimônio público e privado como forma legítima de afirmar um discurso contra a opressão capitalista e estatal. As cenas de quebra-quebra e confronto com a polícia marcaram o imaginário popular e dominaram as críticas da opinião pública da mídia hegemônica. Quem não compactuava com aquele *modus operandi* de ser percebido se afastou. O outro ponto a ser considerado é que os grupos de direita perceberam que existia um espírito cívico e uma indignação ainda pulsando na sociedade e organizaram manifestações em que as polícias militares cumpriam o papel protocolar de assistir e dar segurança a quem queria derrubar uma presidente eleita, em 2014. As camisas amarelas, principalmente da Seleção Brasileira de Futebol, eram o elemento identificador dos privilegiados das classes médias formadas por pessoas da cor da pele branca, com ensino superior e renda superior a 10 salários mínimos⁷.

Existe, no entanto, visões divergentes sobre o perfil dos manifestantes de Junho de 2013 entre os autores. Gohn (2014) sustenta que a maioria pertencia às classes médias baseada na pesquisa feita pelo Ibope no dia 20 de junho. “O grau de escolaridade revela-nos que a grande maioria que saiu às ruas foi de camadas médias para cima. 43% tinham curso superior; 49%, ensino básico completo e superior incompleto. Apenas 8% tinham só o ensino básico incompleto” (GOHN, 2014, p.40). A autora, porém, reconhece que, à medida que o número de participantes aumentou, houve uma diversificação das características sociais.

Avelar contesta esse perfil baseado em sua observação participante relatada no livro “Eles em nós” em que afirma que a população mais pobre participou também dos protestos.

A própria presidente Dilma, depois de um longo silêncio, tentou explicar a irrupção dos protestos com o raciocínio de que a população brasileira havia

⁷ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150316_pressreview_protestos_lab. Acesso em 20 de junho de 2022.

conquistado muito durante os anos petistas, e o ganho acumulado, como se sabe, naturalmente aguça o apetite. A explicação era pedestre, mas foi o que o governo conseguiu balbuciar, mais de uma semana depois de que também as periferias já haviam saído às ruas em peso (AVELAR, 2021, p.191).

2.3 Quem é quem — MPL

Essas divergências sobre a quais classes sociais pertenciam os manifestantes não impediram as Ciências Sociais identificar os coletivos de jovens com celulares *smartphones* nas mãos e suas pautas reivindicatórias que demonstraram ao longo do mês e dos protestos seguintes um perfil de resistência para enfrentar o poder constituído. É necessário para o presente estudo estabelecer as características mais específicas dos coletivos que se organizaram e logo depois se desenvolveram e alguns, como o caso do “Revoltados On Line” e “Nas Ruas” que se estabeleceram como forças políticas com alto potencial de aglutinação de pessoas conservadoras e ricas em que a pauta de costumes era o carro-chefe desses movimentos.

Como já dito acima, as manifestações de Junho de 2013 começaram após os primeiros atos organizados e comunicados pelas redes sociais feitos pelo Movimento Passe Livre (MPL) que, desde 2003, tinha o objetivo claro de reivindicar a melhoria da qualidade do transporte público e resistir a aumentos da passagem.

Gohn (2014) conta que o MPL ficou mais conhecido em 2005, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, mas esteve presente na “Revolta do Buzu”, em Salvador, em 2003, com manifestações similares em Vitória, na capital gaúcha e em Belém. Em 2004 e 2005, houve a “Revolta da Catraca”, em Florianópolis. Na capital paulista, os protestos ocorrem desde 2006 quando o valor da tarifa passou de R\$ 2 para R\$ 2,30. Neste ano, ficaram conhecidos “os escrachos”, “momentos em que ridicularizavam atos oficiais e pautavam a demanda da Tarifa Zero” (GOHN, 2014, p. 45). Em 2010, os integrantes do movimento se acorrentaram a catracas na Secretaria Municipal de Transportes após novo reajuste no valor que passou a R\$ 2,70.

Na gestão do ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, em 2011, o MPL promoveu novos atos de protestos após a tarifa passar a custar R\$ 3. “Em 2011, o MPL contou com o apoio de vereadores do PT (Partido dos Trabalhadores), em 2013, alguns desses políticos vieram a ocupar cargos relevantes no escalão do prefeito petista Fernando Haddad” (GOHN, 2014, p.46). Esse coletivo formado por jovens, sem uma liderança constituída, tem a horizontalidade das decisões como marca identitária da organização que se autodenomina

como independente e apartidária. Gohn aponta, porém, que representantes MPL tinham vínculos com o Psol, PSTU e PCO e com sindicatos nas manifestações de junho. No dia 21 deste mês de 2013, o MPL anunciou que não convocaria mais atos. Um ano depois, apoiou manifestações dos sem-teto em São Paulo e, no dia 19 de junho, durante a realização da Copa do Mundo no Brasil, convocou um ato com a pauta Tarifa Zero.

2.4 Anonymous

Pela primeira vez no país, as redes sociais e o conteúdo produzido pelos manifestantes com seus celulares foram decisivos tanto para engajar a militância e ampliar o número de pessoas nos atos como para denunciar a violência da polícia. É dentro do universo digital que o Anonymous teve participação intensa e confirmou a presença de grupos internacionais no ativismo via redes digitais, principalmente quando as manifestações ganharam seu caráter de massa. O grupo, formado por inúmeros coletivos, foi criado nos Estados Unidos e ganhou notoriedade a partir de 2008. “Ele ganhou a atenção da mídia em 2010 quando realizou um cerco cibernético às empresas que atuaram contra o *WikiLeaks*, site de denúncias criado por Julian Assange. O Anonymous assumiu causas populares e disseminou suas ações entre os jovens, influenciando os movimentos como *Occupy Wall Street*, Primavera Árabe e o combate internacional à censura da internet” (GOHN, 2014, p.52). A marca do grupo é a máscara que foi popularizada no filme “V de vingança” que faz referência a Guy Fawkes, soldado católico que em 5 de novembro de 1605 tentou explodir o Parlamento Inglês. Os Anonymous, representados por aqueles que usavam esse acessório para não ser identificado nas ruas acabaram isolados junto aos *Black Blocs* após imperar o ciclo de violência e iniciar o esvaziamento das manifestações.

2.5 Black Blocs

A participação dos *Black Blocs* foi decisiva para o esvaziamento das manifestações principalmente após Junho de 2013. Gohn (2014) afirma que a atuação dos que escondiam o rosto com máscaras ou camisas — para garantir o anonimato e não ser perseguido pelo Estado —, vestiam roupas pretas, depredavam prédios públicos, estilhaçavam vidraças de bancos e entravam em confronto direto com os policiais se intensificou a partir de agosto. Considerado anarquista, o grupo foi criado na Alemanha, no início dos anos de 1980. Surgiu como uma tática para se defender da ação violenta da polícia alemã, em 1980, contra os acampamentos antinucleares. Oito anos mais tarde, a tática se difundiu para os Estados Unidos onde o grupo, contrário à formação de esquadrões da morte financiados pelo governo americano em El

Salvador, fez suas primeiras intervenções. Os *Black Blocs* ficaram mais conhecidos depois de promover manifestações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, em 1999.

Black Bloc é uma tática de ação direta, que se caracteriza por ataques à propriedade privada para se opor àquilo que os seus adeptos consideram símbolos do capitalismo, como instituições financeiras. Essa tática, originalmente utilizada como meio de proteção de ocupações e manifestações da repressão policial, passou a assumir um conteúdo mais claramente anti-sistêmico e de inspiração anarquista no final dos anos de 1990, em manifestações do movimento anti-globalização (PROTESTOS, 2014, p.26-27).

Embora desprovidos de qualquer liderança ou hierarquia importando tão somente a adesão à ideologia de que não há violência contra patrimônio, mas sim contra pessoas, como faz a polícia, a ressignificação da violência é um dado concreto que preocupa as autoridades porque os adeptos são em sua maioria jovens. Este ponto é significativo no debate do negacionismo imperativo nos dias atuais até como política de Estado como visto no governo Bolsonaro após 2019. Negar a concretude dos fatos para reafirmar uma ideologia põe em xeque também até o conceito de verdade, mas este debate é mais profundo e merece uma discussão mais aprofundada, o que não é o objetivo deste capítulo.

Como afirma Gohn (2014), os *Black Blocs* são interpretados, sim, como um movimento, mesmo que fora do padrão tradicional. “Para nós, trata-se de um movimento que tem alcance internacional; o modelo *Black Bloc* se reproduz em várias partes do mundo e na reprodução adotam-se as táticas preconizadas pelos ideólogos que o criaram — o uso da violência nos contextos e os significados que eles lhe atribuem” (GOHN, 2014, p.59).

Em artigo publicado na Revista do Laboratório de Estudos sobre a Violência da Universidade Estadual Paulista (Unesp), intitulado “As manifestações de junho de 2013, *Black Blocs* e a Polícia Militar de Goiás”, os professores Ivanilda Junqueira e o Leon Costa fazem referência a duas pesquisas sobre esse movimento que ajudam a entendê-lo.

Na pesquisa de Dupuis-Déri, aponta para um perfil heterogêneo dos *Black Blockers*, quanto à idade, gênero, raças, profissões, porém sugere-se que em sua maioria são jovens e homens. De igual forma, na pesquisa de Esther Solano Gallego (2014), realizada entre agosto de 2013 até julho de 2014 em São Paulo, por meio de observações, entrevistas com os adeptos no calor das manifestações, segundo a socióloga, por trás das máscaras, os participantes dos *Black Blocs* são tanto jovens com baixos níveis de consciência política em busca de emoção quanto ativistas altamente politizados (COSTA; JUNQUEIRA, 2018, p.14).

Essas características colocam as manifestações de Junho de 2013 em outro patamar de análise de movimentos de massa no Brasil. Primeiro, pelo protagonismo das redes sociais em serem lugares de encontro em que pessoas divididas territorialmente se conectam por afinidades e divergências de ideias, mas com um propósito comum. Segundo, pela falta de um programa específico de reivindicação. Ser contra o sistema e não se sentir representado é um sintoma de que as pessoas, mesmo a maioria não sendo contra a democracia, estão insatisfeitas com a ineficiência do Estado e com os partidos políticos. Porém, elas não sabem o que pôr no lugar. Os protestos seguintes foram perdendo seu caráter de massa, mas classes médias não deixaram aquela insatisfação com os governos do PT e com a “corrupção” — este último era mais retórico do que uma essência ideológica — baixar a voltagem. A mobilização precisava permanecer e neste ponto as redes sociais foram fundamentais. As classes médias souberam usar as tecnologias com intenso uso de informações falsas com objetivo de diminuir a popularidade de Dilma a ponto de o Congresso Nacional não ter outra opção a não ser abrir o processo de *impeachment* e retirar uma presidente reeleita com mais de 54,5 milhões de votos, em 31 de agosto de 2016.

2.6 A direita radical

Quem foi às manifestações de Junho de 2013 e as seguintes e via cartazes pedindo a volta dos militares, a criminalização dos partidos e o pedido para que a Justiça colocasse o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cadeia não tinha a dimensão concreta do que aqueles grupos teriam capacidade de fazer. No início eram interpretadas como manifestações isoladas sem coerência com o sistema democrático que permanecia com eleições livres e aprimoradas com a adoção das urnas eletrônicas há cinco eleições presidenciais, de 1998 a 2014. Mas a onda conservadora ganhou força, a Lava Jato e seus métodos inconstitucionais de atuação com o apoio da mídia tradicional dialogavam com essas classes médias — era a conquista da opinião pública. Esse movimento discursivo do “Eles não nos representam” foi potencializado pela Lava Jato um ano depois. “O desgaste causado pela Operação Lava Jato levou algumas agremiações a retirarem a palavra “partido” de suas nomenclaturas, para se apresentarem como novas alternativas e se descolarem da crise política, tendo em vista a necessidade de aproximação com os eleitores” (BRAGA; CASSOTA; CONTRERA, 2018, p.137).

Gohn (2014) não chegou a problematizar a participação de grupos de direita em seu livro “Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo” e se ateve a analisar as características dos coletivos que ficaram mais conhecidos naqueles

protestos. No documentário “Junho de 2013: o começo do avesso”, as entrevistas com os manifestantes provam que aqueles atos reuniam a indignação com o sistema e a classe política, mas com raízes em vários espectros ideológicos.

A dissertação de mestrado de João Arthur Donadon chega à conclusão de que a espontaneidade daqueles jovens não era despropositada.

Primeiramente, limitá-lo a uma revolta dos jovens que saíram às ruas revoltados, com seus cartazes, celulares e perfis em redes sociais à mão, não reflete um evento que, somente entre os movimentos sociais, contou com a influência de tantas organizações, como o MPL, Mídia NINJA, Fora do Eixo (FdE); além de setores de partidos políticos como as juventudes do Psol, PSTU, PCO e PT; entidades estudantis, embora com pouca força, como o Rizoma e o JUNTOS!, movimentos urbanos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), sem deixar de mencionar as atenções despertadas pelos movimentos anárquicos e táticas de protesto, como os black blocs, anonymous, e anarcopunks (DONADON, 2016, p.35).

Grupos como “Revoltados Online” e “Nas Ruas” se mostraram como opções a quem não concordava com os governos do PT que controlava o Estado havia 10 anos. Antes dos protestos, Dilma tinha 51% de aprovação⁸ e a economia tinha pleno emprego⁹. Um dos legados da gestão da presidente foi aumentar o acesso das classes populares às Instituições Federais de Ensino (Ifes) com as políticas educacionais como a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas que mudou o perfil do estudante universitário.

Com base no cruzamento de dados do Censo da Educação Superior (2012-2016) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Melo e Senkevics (2018) desenvolveram uma pesquisa para medir a eficácia dessa política pública e chegaram à conclusão que a Lei de Cotas está ajudando o país a incluir pessoas que estudaram em escolas públicas cuja renda familiar per capita é de até 1,5 salário mínimo. “O grupo mais beneficiado, entre 2012 e 2016, foi o de indivíduos PPI (pretos, pardos e indígenas) de escolas públicas. Constatou-se, também, um aumento da participação de indivíduos de escolas públicas independentemente da cor ou raça, porém em proporção inferior àquele observado para os PPI” (MELO; SENKEVICS, 2018, p.195-196).

Os governos petistas não foram capazes de diminuir a desigualdade social de forma

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html>. Acesso em 24 de junho de 2022.

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/07/desemprego-sobe-para-6-em-junho-mostra-ibge.html>. Acesso em 24 de junho de 2022.

estrutural até porque essa tarefa demanda tempo e empenho contínuo, mas a Lei de Cotas pode ser considerada uma ação neste sentido de minimizar o fosso social que sempre esteve presente na sociedade brasileira desde 1522. A direita radical não foi às ruas e às redes sociais à toa. Pelo contrário. As políticas de inclusão incomodam no Brasil. O fato de integrantes das classes populares estarem disputando com certa igualdade os pontos de poder é uma hipótese de trabalho, mas que encontra certa convergência com a realidade. A mentalidade escravocrata impera até os dias de hoje, como descreve o cientista político Jessé Souza.

Como a classe social não pode ser compreendida apenas pela renda, mas também pelo monopólio de outros capitais que estão a seu alcance e que servirão como armas dos indivíduos na competição social pelos recursos escassos, a classe média é uma classe do privilégio. É a socialização familiar diferencial da classe média, como já vimos, que a capacita privilegiadamente, em relação às classes populares, para o sucesso escolar e, depois, para o sucesso no mercado de trabalho (SOUZA, 2019, p.155).

A formação de grupos conservadores é uma reação a essa tentativa de dividir os espaços de poder que a ampliação do acesso às universidades proporciona. O grupo *Revoltados On Line* foi fundado por Marcello Reis e se notabilizou nas manifestações de Junho de 2013, em São Paulo. Ele criou e abasteceu uma *fanpage* no *Facebook* que chegou a 2 milhões de seguidores. Sua plataforma política é ser antipetista, não do ponto de vista programático, mas sim por meio de um radicalismo em que os berros e palavrões indicam um ódio latente em que todas as ações dos governos do PT são ressignificadas com o discurso de ser um partido corrupto. Mas, tudo em nome de Deus, da família tradicional formada por um homem e uma mulher e da pátria.

Baron (2019) problematizou o discurso e o papel que quatro grupos de direita exerceram na mobilização pelo *impeachment* de Dilma, em 2016. Porém, a cientista política considera que essa onda conservadora começou a partir de 2014 e se consolidou na campanha para derrubar a presidente do poder, em 2015. Ela, embora afirme que o Movimento *Revoltados On Line* tenha surgido em 1º de agosto de 2010, não cita o papel que seus integrantes tiveram nas manifestações de junho de 2013, quando já propagavam um discurso anti PT. Já Oliveira (2018) considera este momento histórico na formação do grupo e registra que a principal plataforma de divulgação foi retirada do ar pela empresa que comanda esta rede social. “Ocorre que o grupo, que teve forte atuação nos protestos que ocorreram no Brasil entre os anos de 2013 e 2016, teve sua página tirada do ar por determinação do próprio *Facebook* no dia 28 de agosto de 2016, sob a alegação de que a *fanpage* ia contra as políticas de uso da rede social” (OLIVEIRA, 2018, p.62).

Reportagem¹⁰ da Revista Piauí revelou que a militância de Reis antes das manifestações de junho de 2013, em São Paulo, onde literalmente brigara com aqueles que levantavam bandeiras de partidos e sindicatos, vinha de um trauma familiar. Uma de suas filhas, na época com três anos, fora molestada. Desde então, o líder do grupo perseguia abusadores na internet fazendo rondas em comunidades infantis do já extinto Orkut¹¹.

As manifestações de junho de 2013 e a consequente mídia espontânea que Reis recebera lhe proporcionou aumentar o número de seguidores, conseguir doações de simpatizantes a sua militância política que reivindica a intervenção militar e o fim do PT.

A parceria com a ex-procuradora de Justiça Beatriz Kicis — eleita deputada federal em 2018 pelo Distrito Federal — veio em fevereiro de 2015, quando conheceu Reis em um evento de juristas ativistas que organizara em Brasília. Juntos propuseram um pedido de *impeachment* contra Dilma.

Em outubro daquele ano, o líder do grupo montou um acampamento em frente ao Congresso Nacional e estreitou laços com Jair Bolsonaro, ainda pré-candidato a presidente da República, e o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha que, à época, já havia sido denunciado, em 20 de agosto, pela Procuradora Geral da República por participação no esquema de corrupção da Petrobras. A aliança, portanto, evidenciara que o combate a desvio de dinheiro público era mera retórica desse movimento.

Reis foi sendo colocado de lado por outros grupos de direita que nasceram em 2014 e 2015, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua, após o acampamento. “Na ânsia de crescer ainda mais e esmagar a influência crescente de outros líderes – sobretudo do MBL —, ele começou a pressionar seus fãs para que trabalhassem mais e mais na militância. Foi quando o Revoltados On Line começou a derreter” (PAVARIN, 2017). No dia 28 de agosto, ele perdera a *fanpage* onde tinha 2 milhões de seguidores e mais de 100 mil publicações. O argumento do Facebook para retirar a página do ar era que conteúdos com discurso de ódio e homofobia não seriam aceitos.

Outro movimento de direita com atuação nas manifestações de junho de 2013 que

¹⁰ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>. Acesso em 25 de junho de 2022.

¹¹ O Orkut era uma rede social que ficou de 2004 a 2014 na internet.

ganhou força política e popularidade digital foi o “Nas Ruas”. No site e na *fanpage* do *Facebook* cujo número de seguidores é de 921 mil em junho de 2022, o grupo informa que foi fundado em julho de 2011 e se autodenomina uma organização não governamental e um movimento de combate à corrupção e à impunidade. Entre as propostas estão pautas como a diminuição do Estado, o voto impresso, a prisão após julgamento em 2ª instância da Justiça, apoio permanente à Lava Jato, Escola Sem Partido, redução da maioria penal e revogação do estatuto do desarmamento¹².

Embora o site careça de atualização, já que em 2022 não há registros de novas Publicações, na *fanpage* do *Facebook*, há publicações recentes. O grupo publica e apoia as ações do governo Jair Bolsonaro. A maior liderança do “Nas Ruas” é Carla Zambelli, eleita deputada federal por São Paulo, em 2018.

O auge desses movimentos foi os protestos de 15 de março de 2015¹³ contra a corrupção e a favor do processo de *impeachment* de Dilma quando mais de 2 milhões de pessoas saíram às ruas. Dois dias antes, em 13 de março, uma manifestação¹⁴ em apoio à chefe do Executivo foi organizada pelos partidos de esquerda (PT, PSOL e PCdoB), movimentos sociais e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) cujos manifestantes falavam em defesa da democracia e contra o golpe, representado pelo pedido de *impeachment* já no radar da oposição e dos movimentos de direita. No entanto, a iniciativa não obteve a adesão esperada.

O perfil dos manifestantes a favor do *impeachment* chama atenção. As jornadas de Junho de 2013 foram marcadas pela participação dos jovens, principalmente de classes médias que se mobilizavam por redes sociais. Nos protestos pela saída da presidente, contra a “corrupção” e a favor da Lava Jato, pesquisa¹⁵ mostra que houve um equilíbrio entre as faixas etárias. Entre os entrevistados 69% se autodeclararam da cor branca; 5%, pretos. Registra-se também o apoio incondicional e a ampla cobertura da mídia hegemônica a esses protestos. A

¹² Disponível em: <https://www.nasruas.net.br/quem-somos/> . Acesso em 25 de junho de 2022.

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html> . Acesso em 25 de junho de 2022.

¹⁴ Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contraa-corrupcao.shtml> . Acesso em 25 de junho de 2022.

¹⁵ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150313_protestos_paulista_cc_lgb . Acesso em 25 de junho de 2022. Acesso em 25 de junho de 2022.

agenda anticorrupção estava posta e foi amplamente usada pela Lava Jato, mas outras pautas, principalmente a de comportamento, foram ganhando força, como registrou Baron.

Os movimentos fizeram uso desta credibilidade, bastante arraigada em determinados setores da sociedade, para fazer prevalecer uma pauta de mudanças legislativas bastante significativa. Uma vez que a procedência do *impeachment* se colocou como uma possibilidade muito provável, eles ampliaram as pautas das grandes manifestações para incluir a defesa de projetos de cunho conservador — como o Projeto Escola sem Partido e as 10 medidas anticorrupção — assim como a defesa das privatizações e demais pautas liberalizantes.

Se as primeiras manifestações tinham por foco o *impeachment*, é nítido que houve um deslocamento nos sentidos discursivos das manifestações após o recebimento da denúncia na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016.

Os movimentos passaram de um papel reativo à um papel ativo, fazendo proposições que influíram na vida política corriqueira (BARON, 2019, p.213).

As manifestações de Junho de 2013 trouxeram para cena política uma nova territorialidade (HAESBAERT, 2006) para as ruas, que passaram a materializar um descontentamento visto em publicações das redes sociais. Estabelecida a influência que esses movimentos tiveram desde então na sociedade brasileira, parte-se agora para outro momento importante, que é entender o protagonismo de parte da Justiça brasileira para atender essa indignação. O presente trabalho acadêmico pretende estabelecer, em linhas gerais, como Sergio Moro foi representado como juiz da Lava Jato em *Veja* e *CartaCapital*. Para conseguir estabelecer linhas de análises interpretativas e estabelecer uma crítica, é preciso estudar o que foi destacado e o que foi suprimido pelo jornalismo. Resgatar a história da força-tarefa é fundamental na tarefa de entender o poder simbólico que esse personagem assumiu na política brasileira desde 2014.

2.7 A LAVA JATO: NADA SERÁ COMO ANTES

O objetivo desta parte do capítulo é contar como a Lava Jato se desenvolveu e tornou-se uma força política, apontar as contradições de seus métodos de investigação e a violação de direitos previstos na Constituição de 1988. As escolhas dos autores que produziram narrativas e análises sobre a força-tarefa evidenciam a complexidade desse processo que inegavelmente colocou a política brasileira nas lonas por um período e foi decisiva na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

É sabido que a forma que se conta uma história influencia a opinião pública. Nesta parte, a pesquisa vai analisar as escolhas editoriais feitas pelo repórter da TV Globo Vladimir

Netto ao escrever o livro *“Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil”* e as do também jornalista Paulo Moreira Leite autor de *“A outra história da Lava-Jato: uma investigação necessária que se transformou numa operação contra a democracia”*. É prudente que se reconheça que as duas possuem narrativas diferentes. O primeiro opta por percorrer a história cronológica da operação, exalta o desempenho de Moro e valoriza detalhes da sua personalidade e até da intimidade do magistrado. O outro escolhe uma visão mais analítica, misturando contexto político, a espetacularização da Justiça criminal, os métodos de investigação da operação, a perseguição ao Partido dos Trabalhadores e como a Lava Jato se transformou em uma plataforma política que proporcionou retrocessos democráticos.

Tudo começou quando o posto de gasolina — o Posto da Torre, em Brasília — teve o sigilo telefônico quebrado para que fosse investigada uma denúncia de que doleiros estariam lavando dinheiro no Paraná. Na mira da Polícia Federal (PF) estava um já conhecidíssimo integrante do crime organizado. Alberto Youssef havia sido condenado por Sergio Moro então juiz titular da 13ª Vara Criminal de Curitiba no esquema de remessa de divisas ilegais do caso Banestado. O doleiro foi preso pela PF, em 17 de março de 2014, em São Luís, no Maranhão. O delegado Márcio Anselmo ao analisar o relatório sobre as contas de e-mail que Youssef usava descobriu uma nota fiscal do pagamento de um Range Rover Evoque comprada para presentear Paulo Roberto Costa, que foi diretor de Abastecimento da Petrobras até 2013, quando se aposentou (NETTO, 2016).

A prisão temporária dele foi decretada por Moro em 20 de março de 2014. Paulo Roberto era funcionário de carreira e se aposentou após 35 anos na companhia. Desde 1995, ainda no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, já ocupava cargos de direção. Em 2004, tornou-se diretor de Abastecimento. “Costa afirmou em depoimento que foi no começo do governo Lula que ele conheceu o deputado federal pelo Paraná José Janene, líder do Partido Progressista na Câmara dos Deputados. Janene o chamou para conversar e disse que o faria diretor da Petrobras, mas em troca ele teria que atender aos pedidos do partido. Paulo Roberto aceitou” (NETTO, 2016, p.25).

Um leitor atento pode-se perguntar: se Paulo Roberto ocupava cargos de gestão desde o governo FHC, por que não se investigou as suas relações nesta época também? A Polícia Federal não quis? Moro não autorizou? O fato de Vladimir Netto se ater aos fatos não o impediria de fazer essas buscas ou pelo menos deixar claro em seu texto que determinada

informação foi buscada. A TV Globo — empresa que emprega Netto — reforçou esse caráter de que os desvios de dinheiro da Petrobras começaram após o PT assumir a Presidência da República.

Dois episódios relatados por Leite (2015) mostram que as investigações miravam atingir apenas o PT. “Em reportagem publicada no Estado de S.Paulo, Julia Duailibi revela que delegados encarregados da investigação da Operação Lava-Jato utilizaram-se de redes sociais para fazer campanha a favor de Aécio Neves e ofender o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente Dilma Rousseff” (LEITE, 2015, p.113). Netto (2016) faz menção ao episódio, porém, não questiona a imparcialidade da investigação. “O diretor-geral da PF, Leandro Daiello, soube antes que a matéria seria publicada e ligou para avisar os delegados, que resolveram abrir uma sindicância interna para apurar o caso. Era mais um sinal de que poderia haver gente dentro da PF trabalhando contra a Lava Jato” (NETTO, 2016, p.87).

Outro fato que corrobora com este argumento de direcionamento das investigações é o convite recusado¹⁶ para comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras feito ao então ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Jorge, que era em 2014 relator de cinco denúncias contra diretores da Petrobras, entre elas a compra da refinaria de Pesadema. Ele fora indicado ao cargo no tribunal por Fernando Henrique Cardoso. Antes, foi ministro de Minas e Energia do governo FHC e presidiu o Conselho Administrativo da Petrobras, quando ocorreu uma operação de troca de ativos entre a estatal brasileira e subsidiária da Repsol, na Argentina, com prejuízo estimado em US\$ 2,5 bilhões. Jorge e mais 18 pessoas se tornaram réus neste processo¹⁷. “O segundo foi o naufrágio da P-36, plataforma oceânica responsável por 6% do petróleo do país. Prejuízo estimado: US\$ 1 bilhão por ano” (LEITE, 2015, p.78).

Segundo Netto (2016), o ex-deputado José Janene, falecido em 2010, é um elemento central para contar o começo da Lava Jato. O empresário Hermes Magnus procurou, em 2008, e relatou a policiais federais que era sócio do ex-parlamentar do Partido Progressista. Sua empresa a Dunel Indústria e Comércio, fabricante de produtos eletrônicos, passava por

¹⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/jose-jorge-recusa-convite-para-comparecer-na-cpi-da-petrobras-pt-reage-12644989>. Acesso em 25 de junho de 2022.

¹⁷ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/06/18/interna_politica.540455/pt-quer-jose-jorge-fora-de-processos-com-petrobras.shtml. Acesso em 25 de junho de 2022.

dificuldades financeiras. Janene aceitou a sociedade quando já era denunciado por supostamente receber R\$ 4,1 milhões em propina no caso do Mensalão. A primeira transferência para empresa de Hermes — que depois da parceria transferiu a sua sede de Santa Catarina para Londrina, no Paraná — no valor de mais de R\$ 1 milhão foi dividida. Desse total, R\$ 618.343 a depositante era a empresa CSA e R\$ 537.525 foram depositados por meio de contas ligadas ao Posto Torre. Esse era o começo da investigação que, considerando os locais dos supostos crimes não poderiam ser julgados em Curitiba.

O relato de Netto (2016) é verídico, mas não há uma menção sequer ao fato de Hermes¹⁸ ter enviado um e-mail para Moro em 2008. Em 2014, começa a Lava Jato. O fato do então juiz receber uma denúncia o incapacita a julgar futuramente o processo porque evidencia interferência no processo investigatório, atribuições do MPF e PF, no caso. Outra informação importante é que a Dunel, para Moro, era o elo para investigar os desvios de dinheiro da Petrobras, cuja sede fica no Rio de Janeiro. A CSA tinha inscrição em São Paulo.

Neste caso, Curitiba não era o foro correto de julgamento, e Moro não era o juiz natural desse processo. O Supremo Tribunal Federal (STF) — anos depois que se testemunhou violação de direitos constitucionais, como a presunção de inocência, grampos ilegais e cerceamento das defesas dos acusados —, em 15 de abril de 2021, usou esse argumento para anular a condenações de Lula¹⁹ feitas no juízo de Curitiba. O plenário do STF logo depois confirmou decisão da Segunda Turma do Supremo que declarou o ex-juiz parcial ao analisar a sua conduta no julgamento do ex-presidente²⁰. É importante destacar que, embora fora dos autos dessas duas decisões, as reportagens conhecidas pela alcunha de Vaza Jato (DUARTE, 2020) feitas contribuíram para o início da decadência desse personagem que chegou a ser o herói da nação. O site *The Intercept Brasil* revelou o conteúdo das mensagens trocadas entre Moro e os procuradores da Lava Jato que evidenciara que o magistrado orientava também a investigação e depois julgava de acordo com a sua conveniência.

Netto (2016) escrevera, porém sem dar explicação ou mesmo questionar, o que é

¹⁸ Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/exclusivo-fui-usado-diz-empresario-que-ajudou-moro-a-criar-a-lava-jato-19sp590q>. Acesso em 25 de junho de 2022.

¹⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56768338>. Acesso em 26 de junho de 2022.

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/23/plenario-do-stf-reconhece-decisao-da-segunda-turma-que-declarou-moro-parcial-ao-condenar-lula.ghtml>. Acesso em 26 de junho de 2022.

prudente para todo repórter, que o procurador da República José Soares, antes da formação do grupo de trabalho da operação, já dera parecer para que a investigação fosse para outro estado. “A Lava Jato tinha nascido no Paraná. E lá iria ficar” (NETTO, 2016, p.37). Leite, porém, fez as suas ressalvas sobre o assunto.

Um debate importante sobre a Lava-Jato envolve a competência— no sentido jurídico, não técnico — de Sergio Moro para assumir a frente dos trabalhos. A questão diz respeito ao princípio do juiz natural, garantia destinada a definir critérios objetivos na escolha de um magistrado, evitando que ele próprio se apresente para resolver casos em que possui algum interesse especial — seja pelas melhores intenções, seja por motivos condenáveis. A palavra natural, aqui, pode ser traduzida por neutralidade (LEITE, 2015, p.29).

Youssef operava o esquema de cobrar propinas nas obras da Petrobras e repassar ao Partido Progressista, mesmo depois da morte de Janene, em 2010. Segundo Netto (2016), os procuradores começaram a identificar a participação de empreiteiras após analisar extratos, planilhas e comprovantes de depósitos apreendidos da empresa do doleiro.

A obra da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, foi o primeiro caso de corrupção descoberto pela força-tarefa. A GFD Investimentos e a MP Consultoria e Laudos Estatísticos, empresas de Youssef, receberam, respectivamente, R\$ 6 milhões e R\$ 26 milhões, entre 2009 e 2013, da Sanko Sider, empresa terceirizada do Consórcio Nacional Camargo Corrêa, responsável pela construção do empreendimento da Petrobras. Após a quebra de sigilo bancário, os investigadores identificaram depósitos milionários das construtoras Mendes Júnior, Galvão Engenharia e OAS, segundo Netto (2016), para as empresas de Youssef. As empreiteiras justificaram os pagamentos com contratos de consultoria, mas eles não convenceram os membros do MPF.

A coleta de provas para incriminá-lo foi alvo de contestação por parte dos advogados de defesa. Segundo Netto (2016), eles alegaram que a interceptação das mensagens do aparelho *Black Berry Messages* realizado pela Diretoria de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal não tinha validade como prova, uma vez que precisaria que o Ministério da Justiça firmasse um acordo de cooperação internacional com o Canadá, onde fica a sede da empresa telefônica. Moro negou o pedido. Mais uma vez, há descrição de uma ilegalidade praticada pelo magistrado, mas que Netto (2016) faz a opção de colocar como medida protelatória de quem estava tendo o direito de defesa cerceado pela autoridade judicial que é apresentado como um juiz “mão firme” (NETTO, 2016, p.44).

A defesa de Paulo Roberto Costa recorreu ao Supremo. Relator da Lava Jato na Corte o ministro Teori Zavascki, em resposta, suspendeu os inquéritos da Lava Jato e mandou soltar os 12 presos suspeitos de participação no esquema criminoso, em 19 de maio de 2014. O grampo no telefone de Youssef tinha registros de mensagens com os deputados federais André Vargas (à época filiado ao PT) e Luiz Argôlo (SD) e no escritório do doleiro teriam sido identificados depósitos na conta bancária do senador Fernando Collor (PTB).

O ministro entendeu que Moro usurpou de suas prerrogativas como juiz de primeiro grau ao desmembrar e remeter apenas partes do processo em que os parlamentares são citados ao Supremo, foro adequado para julgar parlamentares do Congresso Nacional. No entanto, Netto (2016) fez questão de ressaltar o ofício enviado por Moro ao relator para justificar mais uma ilegalidade. Teori, à época, foi complacente e deferiu apenas a soltura de Paulo Roberto e manteve presos os outros investigados. Nesta época, a cobertura da imprensa já era uma aliada da Lava Jato por atender a esse clamor por menos impunidade em crimes de desvios de dinheiro, pauta reivindicatória das manifestações de 2013. O apoio da opinião pública era fundamental para a continuidade dos trabalhos. Moro já havia sinalizado, em artigo publicado, em 2004, chamado “Considerações sobre a Operação Mani Pulitti”, investigação contra a corrupção política realizada na Itália nos anos de 1990, que, no Brasil precisava acontecer algo semelhante. Mas, para isso ocorrer, era preciso a legitimação dos métodos processuais interpretados à sua maneira. “Numa afirmação que chama atenção, Moro reconhece que a punição de agentes públicos é sempre difícil “pela carga de prova exigida para alcançar a condenação em processo criminal” (LEITE, 2015, p.133).

2.8 Acusados têm duas opções: delatar ou mofar na cadeia

Mas vamos voltar à história dos fatos desencadeados pela considerada a maior operação de *lawfare* do país. Dois instrumentos jurídicos aliados à ampla cobertura midiática foram fundamentais para o fortalecimento da Lava Jato: as delações premiadas e as prisões preventivas. Nesta parte, o estudo vai discutir como esses métodos de investigação e punição, esta antes da condenação criminal, dialogavam com o senso comum e satisfaziam os apelos da opinião pública e dos grupos de direita que ganharam força política a partir das manifestações de Junho de 2013.

Solto, Paulo Roberto Costa deu entrevistas e prestou depoimentos à CPI da Petrobras no Congresso Nacional e negou participação no esquema criminoso. Mas, o MPF havia pedido a sua prisão novamente. “Enquanto Paulo Roberto Costa estava no Congresso, a

Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal se reunia do outro lado da Praça dos Três Poderes para avaliar se deveria trazer todos os processos da Lava Jato para o STF, o que tornaria o andamento mais lento, ou deixá-los na Justiça Federal do Paraná (NETTO, 2016, p.56). Os ministros decidiram que os processos deveriam ser tocados por Moro, que não perdeu tempo e mandou prender o ex-diretor que não revelara aos procuradores ter US\$ 23 milhões em contas na Suíça em nomes de empresas *offshore* recebidos de empresas com contratos na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Moro alegou que Paulo Roberto tinha passaporte português e havia risco de fuga.

A situação do ex-diretor da Petrobras revelou o método de trabalho da força-tarefa com o aval de Sergio Moro. Prender por tempo indeterminado (prisão preventiva) o acusado para forçar que ele assine um acordo de delação premiada e assim se comprometa revelar outros participantes do esquema criminoso. No dia 27 de agosto de 2014, Paulo Roberto Costa assinou o acordo para revelar as supostas falcatruas feitas após 2003. Antes disso, nas gestões tucanas, a investigação não era tão importante como bem destacou Leite (2015). As suas revelações abriram caminho para que empreiteiros e políticos fossem passar um tempo atrás das grades, até que resolvessem confessar, mesmo sem apresentar provas das ilicitudes.

Nos depoimentos que prestou aos procuradores, Paulo Roberto explicou como funcionava o esquema criminoso. Segundo Netto (2016), as diretorias da estatal eram divididas por partidos da base do governo Lula e Dilma. O PT indicava os diretores de Gás e Energia, Exploração, Produção e Financeira e a de Serviços, esta última comandada por Renato Duque. O PP ficou com a de Abastecimento, e o PMDB, com a Internacional. O ex-diretor revelou que as empresas contratadas pela Petrobras tinham margem de lucro em torno de 10% a 20% em cada contrato cujo valor final era superfaturado em mais 3% para que houvesse o pagamento da propina.

Um ponto central em qualquer investigação jornalística é mostrar por que empreiteiros tinham essa prática de superfaturar orçamentos. O financiamento privado das campanhas eleitorais, que à época era permitido, não é problematizado no relato de Netto (2016). Neste ponto, Leite (2015) resgata trecho dessa delação. “Falando na condição de delator, Paulo Roberto Costa, diretor de Abastecimento da Petrobras, repetiu num de seus depoimentos que não há doações legais, mas sim “empréstimos a serem cobrados posteriormente a juros altos dos beneficiários das contribuições quando no exercício dos cargos” (LEITE, 2015, p. 32). Após as denúncias da Lava Jato, o Supremo proibiu o financiamento de empresas em

campanhas eleitorais. Em outubro de 2017, o Congresso Nacional aprovou o Fundo Eleitoral²¹, reserva bilionária no Orçamento da União destinada a partidos que distribuem os recursos aos seus candidatos, que passou a valer no pleito de 2018.

Além da retrospectiva dos fatos, o presente estudo quer contribuir com a discussão sobre a eficácia dos métodos de trabalho da Lava Jato. Ou seja, a seletividade do MPF e de Moro em acusar os “inimigos da nação”, disposição verbalizada nas mensagens reveladas pela Vaza Jato (DUARTE, 2020), e o dinheiro que os delatores puderam usufruir depois de ter reduzida drasticamente o tempo de pena, são evidências colocadas para a sociedade brasileira.

Mais na linha da Ciência Política encontram-se análises que ajudam a elucidar essa questão. Os professores Fábio Kerche e Marjorie Marona problematizam o papel dos Ministérios Públicos a partir da Constituição de 1988 e como os governos FHC, Lula e Dilma lidaram com a autonomia funcional de procuradores. Os presidentes petistas abdicaram da prerrogativa constitucional de nomear o Procurador-Geral da República (PGR) e escolheram para a função o procurador mais bem votado da lista tríplice elaborada pela Associação Nacional dos Procuradores da República. Na visão do PT, era a decisão mais acertada para evitar a crítica de engessamento de um órgão de controle. Porém, o respeito às eleições do MPF teve um preço e alto, segundo Kerche e Marona (2018). Além do PGR não ter controle de demissões e promoções, segundo a Constituição de 1988, os cientistas sociais afirmam que a força-tarefa da Lava Jato foi facilitada porque houve outra inovação em relação ao desenho original do MP feita na constituinte. “Referimo-nos à criação de grupos especializados de promotores e procuradores em que o princípio do promotor natural é, no mínimo, relativizado. Os procuradores-gerais e os órgãos colegiados da instituição passaram a selecionar quadros de suas preferências para atuar em determinados casos” (KERCHE; MARONA, 2018, p.79).

No caso da Lava Jato, a acusação foi potencializada em detrimento do legítimo direito de defesa. A presunção de culpa era a prerrogativa mais usada pela Lava Jato ao investigar o sistema político do país. Lembra-se dos motes das manifestações de Junho de 2013 “eles não nos representam” “todo político é corrupto” “Sem partido!”? A força-tarefa comandada por Moro tinha em sua essência uma prepotência intelectual em que se colocavam como depuradores do sistema corrompido. É a criminalização da política e a deslegitimação de

²¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/como-fica-o-financiamento-de-campanhas-apos-a-aprovacao-da-reforma-politica.ghtml>. Acesso em 28 de junho de 2022.

quem exerce mandato e foi escolhido democraticamente para exercer aquela função.

A entrevista coletiva, em 16 de setembro de 2016, em que Lula foi apresentado como chefe da organização criminosa da Petrobras em uma apresentação de *PowerPoint* feita pelo então chefe da força-tarefa, em Curitiba, Deltan Dallagnol, é exemplo claro desse protagonismo do MPF que, sem a legitimação do voto, quer ocupar o lugar dos políticos que foram eleitos em um processo democrático de votação (KERCHE; MARONA, 2018).

A Lei de Organizações Criminosas (Lei n.12.850/13) deu tratamento sistemático ao mecanismo jurídico conhecido como “delação premiada”, que favorece práticas negociáveis no âmbito da jurisdição penal, e foi originariamente previsto pela Lei dos Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90), passando a integrar outras numerosas legislações nos anos seguintes. Existem importantes críticas dirigidas ao instrumento, não apenas relativas à tensão que estabelece com o sistema de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988, mas particular e concretamente à falta de critérios e limites seguros para a sua utilização. O fato é que a delação premiada foi amplamente utilizada pelos procuradores da Lava Jato, os quais atuaram com um alto grau de discricionariedade sem a contrapartida da *accountability*, frequentemente escolhendo as denúncias que os interessavam e descartando outras (KERCHE; MARONA, 2018, p.91).

Rodrigo Janot (2019) recupera um diálogo que teve com o grupo de procuradores de Curitiba sobre essa apresentação, o que evidencia a usurpação de poder feita pela força-tarefa à época.

O problema era delicado. Na fase inicial das investigações sobre Lula e o triplex, eu pedira ao ministro Teori Zavascki o compartilhamento dos documentos obtidos no nosso inquérito sobre organização criminosa relacionada ao PT com a força-tarefa. Eles haviam me pedido para ter acesso ao material e eu prontamente atendera. Na decisão, o ministro deixara bem claro que eles poderiam usar os documentos, mas não poderiam tratar de organização criminosa, porque o caso já era alvo de um inquérito no STF, o qual tinha como relator o próprio Teori Zavascki e cujas investigações eram conduzidas por mim.

Ora, e o que Dallagnol fez? Sem qualquer consulta prévia a mim ou à minha equipe, acusou Lula de lavar dinheiro desviado de uma organização criminosa por ele chefiada. Lula era “o grande general”, o “comandante máximo da organização criminosa”, como o procurador dizia na entrevista coletiva convocada para explicar, diante de um *PowerPoint*, a denúncia contra o ex-presidente (JANOT, 2019, p.184).

Dallagnol (2017) ao escrever sobre esse episódio sequer cita esse impedimento e resgata apenas que Teori Zavascki “criticou a ‘espectacularização’ da denúncia, com lastro na mesma premissa de que o papel de Lula supostamente foi descrito de modo desnecessário como líder de toda a organização criminosa” (DALLAGNOL, 2017, p.149). Ou seja, a narrativa do ex-procurador demonstra que a força-tarefa se colocava acima do juízo das cortes

superiores da Justiça e que a única interpretação da lei válida era aquela feita pelo grupo de investigadores de Curitiba.

A segunda delação premiada no âmbito da Lava Jato foi assinada por Youssef, mesmo ele tendo descumprido um primeiro acordo com Moro no caso Banestado. Em 24 de setembro de 2014, o acusado preso resolveu colaborar e assinou os termos da colaboração com MPF.

“Naquele momento, ainda havia algum receio dentro da força-tarefa em fechar um acordo de colaboração com o doleiro. Ele já tinha feito um acordo semelhante no caso Banestado e voltara para o mundo do crime depois de solto. Por que confiar em Alberto Youssef de novo? O debate durou semanas, mas, ao final prevaleceu a tese de que era melhor aceitar. Ele tinha muito a dizer” (NETTO, 2016, p.68).

Este trecho do livro escrito por Vladimir Netto oculta um questionamento fundamental, mas que a imprensa tradicional na época normalizou. O fato de o criminoso ter o que dizer não é sinônimo de ter como provar as ilicitudes. O MPF não foi questionado por que um condenado pela Justiça que perdeu a sua primariedade poderia ser tão valorizado como aquele que iria revelar todo o esquema.

Em média, as penas têm sido reduzidas em 81% para aqueles que assinam os acordos de delação no âmbito da Lava Jato. Muitas vezes foram oferecidos benefícios não previstos em lei. Exemplarmente, Alberto Youssef, conhecido delator da Operação, foi beneficiado com uma redução de 78 anos de pena para 5. A ele foi garantida, ainda, a liberação de imóveis em favor da esposa e das filhas, a despeito da comprovação de que sejam ou não produto de crime. Outra peculiaridade do acordo de delação de Youssef é o fato de que ele poderá manter 2% de todo o dinheiro que ajudar a recuperar, quantia que pode chegar a 20 milhões de reais, metade do patrimônio do doleiro confiscado pela Justiça (KERCHE; MARONA, 2018, p.93).

O vazamento do conteúdo de delações da Lava Jato ainda serviu como instrumento político da operação para abastecer o discurso antissistema durante as eleições presidenciais em que Dilma derrotou Aécio Neves (PSDB). Segundo Netto (2016), no dia 8 de outubro, três dias depois do primeiro turno, Moro marcou depoimento público em que Paulo Roberto e Alberto Youssef detalharam como funcionava o esquema de pagamento de propina. E *Veja* publicou uma reportagem com trechos do depoimento de Alberto Youssef em que afirma que Lula e Dilma sabiam de tudo, mas sem apresentar as provas.

Além de Alberto Youssef, outros doleiros ou operadores da lavagem de dinheiro ficaram conhecidos. Fernando Antônio Falcão Soares, mais conhecido como Fernando Baiano, era o responsável por distribuir a propina a agentes políticos do PMDB. O tesoureiro

do PT João Vaccari Neto à época foi denunciado e preso pela força-tarefa por operar o esquema para o partido. Dos três, Vaccari foi o único que não fechou acordo com o MPF.

As delações de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef colocaram empresários e funcionários da estatal sob pressão. Júlio Camargo e Augusto Ribeiro de Mendonça, ligados ao grupo Toyo Setal logo se adiantaram para fechar acordos com a força-tarefa. O ex-gerente Pedro Barusco²², subordinado a Renato Duque na Diretoria de Serviços, assinou a sua colaboração e, segundo os procuradores, ajudou a recuperar cerca de 100 milhões de dólares. Sua pena foi ficar dois anos preso em regime aberto (domiciliar) com o uso de tornozeleira eletrônica e prestar serviços comunitários. A revelação de uma foto do ex-gerente da Petrobras bebendo uísque na praia²³ é uma das excrescências produzidas pela Lava Jato.

2.9 Empresários e políticos na cadeia

A Lava Jato conquistou mais apoio da opinião pública quando começaram as prisões de empreiteiros envolvidos e de políticos do PT ou da base aliada de Dilma no Congresso. A partir do fechamento de novos acordos outras investigações foram abertas. Em 14 de novembro de 2014, a Polícia Federal prendeu temporariamente o ex-diretor da Petrobras Renato Duque e cumpriu mandados de busca e apreensão na sede da Camargo Corrêa, na avenida Faria Lima, em São Paulo na operação conhecida como “Juízo Final”. Segundo Netto (2016), naquela operação foram cumpridos 85 mandados judiciais, sendo que 49 eram de busca e apreensão e 25 de prisões das quais 19 temporárias e seis preventivas. “Vinte executivos de oito grandes empreiteiras do país, responsáveis por centenas de milhares de empregos, foram presos. As suspeitas: corrupção, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, cartel e fraude de licitação” (NETTO, 2016, p.90).

O subtítulo “A cadeia muda o homem” já carrega um poder simbólico de ratificação daquele método em que prender antes da condenação era uma vitória no país conhecido pela lentidão da Justiça e a impunidade de quem pertence às classes sociais do topo da pirâmide. A questão da prisão era tão importante para a Lava Jato, e os desdobramentos políticos tão intensos, que Avelar (2021) caracterizou a operação como jurídico-político-policial.

²² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/delator-da-lava-jato-que-devolveu-us-100-milhoes-de-propina-tira-tornozeleira-22580461> . Acesso em 30 de junho de 2022.

²³ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/justica-nega-pedido-de-delator-para-cumprir-pena-na-praia/> . Acesso em 30 de junho de 2022.

A própria operação político-jurídico-policia era baseada em um jogo de iscas e recompensas entre a força-tarefa acusatória e a imprensa, mas era a segunda metade da dialética que a tornava especialmente perversa: parte das recompensas eram prisões para as quais a própria imprensa havia contribuído com material probatório. Essa operação retórica, podemos chamar de a tautologia da Lava Jato (AVELAR, 2021, p. 215).

As prisões como as delações foram, na verdade, instrumentos midiáticos de “promover” justiça ao moldes da redação do artigo de Moro sobre a Operação Mãos Limpas. No lugar da aplicação da lei, as punições por senso comum, para que o investigado tenha a sua honra ceifada e o seu direito de se defender abafado por uma narrativa pré-fabricada que reflete o pensamento das elites conservadoras de que a corrupção sempre é praticada pelos outros, nunca por elas. A sociedade democrática pressupõe respeito às garantias fundamentais do indivíduo. A condução coercitiva de Lula²⁴, em 4 de março de 2016, para prestar depoimento sem que a sua defesa fosse previamente comunicada é uma evidência deste método da Lava Jato que não prioriza a realidade dos fatos, mas sim uma orientação política.

O outro elemento de desequilíbrio trazido pela Lava Jato foram as chamadas delações premiadas dos empreiteiros. Esta fase começa com a prisão dos principais empreiteiros do país, presidentes de empresas como a OAS, UCT e Camargo Corrêa, entre outras. Nesta fase começa a vigorar o mais forte instrumento da Lava Jato, a prisão preventiva realizada com o objetivo de forçar a delação premiada. A delação premiada, instituto que no direito americano recebe o nome de *plea bargain*, foi introduzida no Direito Penal brasileiro em 2013, com a Lei n. 12.850. No caso da Operação Lava Jato, ela foi associada a uma mudança de interpretação da prisão preventiva, mudança essa surpreendentemente sustentada pelas cortes superiores, com exceção do STF. Ressalte-se, neste caso, que a ideia de prêmio não está apenas no nome, mas é parte essencial da estratégia da Lava Jato. A redução da pena dos réus confessos de corrupção sistêmica confere ao juiz perigoso poder discricionário e cria um forte desequilíbrio do ato de julgar. Assim, réus confessos que aderiram a delação premiada puderam passar o natal de 2015 em casa, ao passo que suspeitos sem condenação não tiveram acesso ao benefício. Alguns réus empreiteiros aderiram à delação premiada depois de sofrerem pressões no cárcere ou terem informações de sua vida pessoal vazadas para a imprensa. E o mais grave, em troca de delações políticas, o juiz Moro reduziu em quase trinta vezes a pena de condenados por corrupção sistêmica, no caso ex-diretores da Petrobras (AVRITZER, 2018, p.40).

Essa análise de Avritzer é factível, mas nela existe uma visão equivocada. O Supremo Tribunal Federal ratificou sim esse método de prender o acusado antes da condenação. A prisão do então líder do governo Dilma no Congresso Nacional Delcídio do Amaral é uma evidência que prova que os ministros foram influenciados pelas denúncias da Lava Jato. O

²⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/legalidade-de-conducao-coercitiva-gera-debate/>

caso foi emblemático pois pela primeira vez um senador foi preso no exercício do mandato.

Nesta mesma operação realizada em 25 de novembro de 2015, o pecuarista José Carlos Bumlai, que ficou conhecido pela alcunha de “amigo do Lula” feita pela imprensa, e o banqueiro André Esteves também foram detidos pela PF. Segundo a Constituição de 1988, parlamentares só podem ser presos se tiverem cometendo ação ilícita em flagrante que se enquadre nas categorias de crime inafiançável²⁵, o que não era o caso de Delcídio acusado de tentar comprar o silêncio do ex-diretor Internacional da Petrobras Nestor Cerveró e a integrar uma organização criminosa. O Senado Federal²⁶ cassou o mandato do então líder do governo Dilma por quebra de decoro parlamentar em 10 de maio de 2016, após ele fazer delação²⁷.

A prisão de Delcídio se justificava, segundo o STF, porque ele estaria cometendo crime em flagrante. Netto também registrou o fato, mas, mais uma vez, mostrou a limitação da sua apuração e deixou de fazer uma correção de um erro do Supremo e da mídia.

Delcídio preferiu ouvir de pé a voz de prisão.

- Isso pode ser feito com um senador no exercício do mandato?- perguntou.

A resposta dos policiais foi que sim, poderia. Sua prisão foi considerada “em flagrante” porque havia indícios de que ele tentava atrapalhar as investigações e ajudar na fuga de um condenado, Nestor Cerveró. Essa é uma das mais fortes justificativas previstas no Código Penal. Não cabia a ele reclamar. Nem era o momento. Ele obedeceu às ordens da polícia. Assim, o líder do governo foi levado para uma sala de 9 metros quadrados na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, onde permaneceu preso (NETTO, 2016, p.294-295).

Este estudo não quer discutir se Delcídio é inocente ou não como entendeu a Justiça²⁸ anos mais tarde, em 2018, mas sim mostrar o universo simbólico que os fatos foram registrados e apontar as suas incoerências que, de certa forma, justificam a análise da representação de Sergio Moro como juiz da Lava Jato em *Veja* e *CartaCapital*.

²⁵ Segundo a Constituição em seu inciso XLIII, “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”.

²⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/senado-cassa-mandato-de-deldicio-por-74-votos-favor-e-nenhum-contra.html> . Acesso em 3 de julho de 2022.

²⁷ Disponível em: <https://exame.com/brasil/stf-confirma-homologacao-da-delacao-premiada-de-deldicio/> . Acesso em 4 de julho de 2022.

²⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/deldicio-comemora-absolvicao-e-diz-que-estuda-voltar-a-politica.shtml> . Acesso em 3 de julho de 2022.

Ignorar que o Supremo endossou esse discurso antissistema é brigar com as evidências. O senso comum de que os ricos ficam impunes no Brasil foi responsável pela cegueira de quem deveria fazer cumprir o que está na Carta Magna de 88. A autorização da prisão de condenados que tenham a condenação confirmada por tribunais, feita pelo STF, em 17 de fevereiro de 2016, foi o alinhamento da Corte com o que pregava os procuradores da força-tarefa e Moro em detrimento do que prevê a Constituição que estabelece que ninguém pode ser considerado culpado antes do trânsito julgado, isto é, depois que o acusado tenha o direito de defender em todas as instâncias recursais da Justiça.

Esta jurisprudência foi responsável por colocar o ex-presidente Lula atrás das grades por 580 dias, após Moro condená-lo no processo que acusou o petista de ser proprietário de um apartamento tríplice, no Guarujá, sem ter um documento que comprove a compra de fato. A condenação foi confirmada em 24 de janeiro de 2018 pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), e Lula foi preso em 7 de abril de 2018 e ficou inelegível. Nesta época, ele era o pré-candidato mais bem colocado nas pesquisas eleitorais para voltar a governar o país. O ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad substituiu Lula na chapa, chegou ao 2º turno, mas perdeu para Jair Bolsonaro. Em 7 de novembro de 2019, o Supremo mudou de novo a jurisprudência e entendeu que a pena de prisão só poderá ser executada após o trânsito em julgado. Lula foi solto no dia seguinte.

As engrenagens da Lava Jato evidenciaram que a racionalidade técnica, elemento essencial na interpretação das leis, foi derivada para reforçar uma tese pronta em um movimento hermenêutico em que pertencer a um partido ou exercer um mandato já é a sentença de ser favorável à corrupção. E a imprensa tradicional passou a encampar a ideologia dos *releases* da Assessoria de Imprensa do MPF que sustentava seus textos na espetacularização dos números de prisões e de documentos apreendidos ou bens bloqueados.

A seletividade dos vazamentos de trechos da delação a repórteres como Vladimir Netto (DUARTE, 2020) também compunha o método de execração de empresários e agentes políticos pela opinião pública. O espaço para o contraditório era menor nas reportagens e, muitas vezes, se restringia a dizer que as empresas e os investigados estavam colaborando com Justiça, o que impacta no equilíbrio das vozes que compõem a notícia e reforça a tese de que Lava Jato não poderia ser questionada.

Até agora o capítulo mostrou como a história da Lava Jato é complexa. Mas existe outro ponto que corrobora com a visão de que os métodos da operação e a conivência dos

tribunais eram verdadeiros atentados às garantias fundamentais. Durante a Lava Jato o instrumento jurídico inafastável dos regimes democráticos o *habeas corpus* foi sumariamente negado mesmo que os acusados não tivessem sido condenados como bem registrou Leite (2015).

No Brasil de 2015, o *habeas corpus* não foi legalmente suspenso, mas entrou em desuso na Operação Lava Jato, processo onde se resolve — longe da decisão do eleitor — uma fatia importante de nosso futuro. Dezenas de empresários e executivos foram conduzidos à prisão, em novembro de 2014, onde ficam trancafiados enquanto não se dispõem a abrir a boca para colaborar com as investigações. Não têm culpa formada nem respondem a uma acusação precisa. Mas seguem presos. Apenas um pedido de *habeas corpus*, do diretor Renato Duque, foi aceito — por interferência do ministro Teori Zavascki, do STF. Mas já foi revogado. Em entrevista ao Espaço Público, o jornalista e escritor Bernardo Kucinski estimou em oitenta o número de *habeas corpus* pedidos e rejeitados (LEITE, 2015, p.176).

Por ser uma narrativa cronológica, diferente da obra de Leite (2015), Netto (2016) registrou que em 28 de abril de 2015 a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal mandou soltar os executivos presos sem que tivessem sido julgados. Ganharam a liberdade depois de seis meses cumprindo pena antecipada, no Complexo Médico-Penal do sistema penitenciário do Paraná o presidente da UTC Ricardo Pessoa, o presidente da OAS, José Aldemário Pinheiro, mais conhecido como Léo Pinheiro, os executivos desta construtora José Ricardo Nogueira Breghirolli, Agenor Franklin e Mateus Coutinho. Sergio Mendes, da Mendes Júnior, Gerson Almada, da Engevix, Erton Medeiros, da Galvão Engenharia, e João Ricardo Auler, da Camargo Corrêa. “Os ministros entenderam que a prisão preventiva não pode ser uma sentença antecipada e que eles já estavam havia muito tempo na cadeia” (NETTO, 2016, p.190).

Os empresários soltos foram fechando acordos de delação. Os donos e executivos da Organização Odebrecht foram últimos a fechar colaborações. Neste ponto da narrativa contada por Netto (2016) há outra supressão de informação que faz diferença na compreensão da Lava Jato. É óbvio que a sonegação de conteúdo tem o objetivo de não abrir espaço para possíveis questionamentos da operação. Como disse Groth (2011), o silêncio também é discursivo. A interpretação é que somente as doações eleitorais feitas ao PT eram propina.

Primeiro grande dono de empresa a colaborar com as autoridades, Pessoa apresentou provas documentais de repasses em dinheiro a três partidos: PP, PT e PMDB. Na campanha de Lula em 2006, a UCT doou oficialmente 1,2 milhão de reais e mais 2,6 milhões de reais por fora. Pessoa revelou aos investigadores que Vaccari se referia às propinas como “pixuleco”, termo

que ganhou destaque nacional e acabou batizando o boneco inflável de Lula vestido de presidiário, usado nas manifestações populares.

O empreiteiro também deu declarações sobre a campanha de Dilma em 2014. Ele contou que Edinho Silva, secretário de Comunicação Social do governo Dilma que tinha sido tesoureiro da campanha de reeleição da presidente, lhe pedira 20 milhões de reais. Pessoa pagou um total de 7,5 milhões de reais em duas remessas, a primeira de 5 milhões e a segunda de 2,5 milhões. Aos procuradores, Pessoa entregou uma planilha com o sugestivo título “Pagamentos ao PT por caixa 2”, em que relacionou o nome dos petistas que receberam os pagamentos ilegais em 2010 e 2014 (NETTO, 2016, p.192).

A crítica faz sentido ao analisar a descrição deste mesmo fato feito por Leite (2015), referenciado pelas prestações de contas das campanhas de Dilma e Aécio Neves (PSDB), candidato tucano em 2014 que perdeu as eleições e pode ser considerado um precursor da onda de contestação²⁹ dos resultados eleitorais, plataforma da campanha à reeleição de Jair Bolsonaro, em 2022.

O comitê de Dilma Rousseff recebeu contribuições polpudas de várias empresas. No primeiro turno, por exemplo, a UCT lhe entregou R\$ 7,5 milhões, contra R\$ 2,5 milhões para Aécio. As contribuições da Odebrecht totalizaram 12,6 milhões para Aécio, entre agosto e novembro, contra R\$ 3 milhões para Dilma. As contribuições da Brasken, que pertence ao mesmo grupo, também foram mais generosas com o candidato do PSDB: R\$ 2 milhões a mais. O total que Dilma recebeu da OAS chegou a R\$ 30 milhões. Aécio ficou com R\$ 10 milhões. Na rubrica Andrade Gutierrez, Dilma recebeu R\$ 16 milhões. Aécio, R\$ 20,2 milhões (LEITE, 2015, p.33).

2.10 A POSSE DE LULA

Antes de finalizar essa comparação de narrativas sobre a Lava Jato dois fatos merecem ser ainda problematizados: a posse de Lula como ministro-chefe da Casa Civil do governo Dilma e o *impeachment* da petista. As versões sobre esses dois acontecimentos evidenciam o poder político que Moro exercera no auge da operação e como a imprensa foi conivente com a sua desfaçatez em usurpar de suas prerrogativas de juiz de primeiro grau.

Na tentativa de reorganizar a base aliada no Congresso Nacional e evitar o prosseguimento do *impeachment*, Lula tomou posse como ministro da Casa Civil em 17 de março de 2016. Antes, Moro mandou grampear o telefone de Lula que em conversa com Dilma tratou sobre a sua nomeação no governo. O juiz da Lava Jato cometeu dois erros neste

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>

episódio que afrontam o Estado Democrático de Direito, mas que foram normalizados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes que suspendeu a nomeação do ex-presidente por compartilhar da tese da força-tarefa de que a ida de Lula para o ministério era para adquirir foro privilegiado e uma tentativa de obstruir o trabalho judicial.

Moro vazou para imprensa os diálogos de Lula com a Presidente da República, Dilma Rousseff, que na época tinha foro por prerrogativa de função e só caberia ao Supremo investigar e autorizar a gravação da ligação. Além disso, e não menos grave, a interceptação da conversa foi feita após ordem dada a Polícia Federal para encerrar o grampo. Mesmo assim o juiz vazou o trecho do diálogo que lhe convinha e induziu a opinião pública a compartilhar de sua tese que os petistas estavam obstruindo o trabalho da Justiça. Netto (2016) registra o fato, mas evita culpar Moro ou mesmo afirmar que aquela decisão era ilegal. O jornalista relativiza o erro.

Além da questão técnica sobre se uma gravação interceptada depois da suspensão da escuta poderia ser incluída nos autos, a discussão maior era se um juiz de primeira instância poderia ter divulgado uma conversa da presidente da República, que tem foro privilegiado, ou se ele teria usurpado a competência do Supremo e colocado em risco a soberania nacional, como alegou Dilma em seu pedido ao STF: Moro explicou que o telefone grampeado era o que Lula usava, e não o da presidente. Dilma é que ligara para aquele número. Mas a polêmica estava aberta e a questão só seria pacificada no Supremo (NETTO, 2016, p.362).

A ilegalidade foi exposta no registro feito por Leite (2015) ao trazer para o leitor a representação simbólica que a ordem de Moro, a decisão de Gilmar Mendes e a lentidão do plenário do Supremo em julgar se o mandado de segurança do ministro contra Lula era constitucional ou não representavam naquele momento histórico. Dilma deixou o Planalto sem a avaliação dos demais integrantes da Corte sobre o assunto.

O ministro tomou sua decisão com base na reprodução de um diálogo entre a presidente e o futuro ministro. Era uma prova ilegal. Não só porque Moro não tinha autorização para grampear a presidente da República, mas porque a gravação fora feita quando sua própria autorização para o monitoramento de Lula — fosse quem fosse seu interlocutor — havia expirado. Nessas circunstâncias, o artigo 9º do Código de Processo Legal determina que “a gravação que não interessa a prova será inutilizada” (LEITE, 2015, p.418).

Moro (2021) em sua autobiografia faz questão de não reconhecer seus erros neste episódio do desmembramento dos processos e na captação da conversa e divulgação de partes do diálogo entre Dilma e Lula ao tratar sobre a nomeação do ex-presidente como ministro da Casa Civil.

Três meses mais tarde, em 13 de junho de 2016, ao julgar o mérito do caso, Teori Zavascki decidiu anular a interceptação do diálogo relativo à assinatura do termo de posse em caso de necessidade, mantendo a validade das demais conversas captadas na escuta. Por outro lado, determinou a devolução dos processos do ex-presidente para a 13ª Vara Federal de Curitiba. Como eu já disse, eu não concordava com a nulidade apontada, mas ao menos os processos poderiam prosseguir.

Naquele intervalo de tempo entre as duas decisões do ministro do STF, a Câmara dos Deputados aprovou, no dia 17 de abril, a abertura do processo de *impeachment* da Presidente Dilma — ainda naquele ano ela seria definitivamente afastada do cargo em votação no Senado. Mas, reforço aqui, essa era uma questão em relação à qual eu não tive qualquer participação ou mesmo intenção de influir (MORO, 2021, p.98-99).

O próprio título deste capítulo elucida a argumentação defendida neste trabalho. As histórias sobre a Lava Jato foram contadas durante o auge da operação e depois do fim, em 2021. Os dois livros, tanto o escrito por Netto (2016) quanto o de Leite (2015) revelaram uma parte do que foi a operação e seus personagens. Portanto, as produções de sentidos das narrativas são complexas e, muitas vezes, incompletas. Outros fatos políticos foram descobertos até 2018 que contribuíram para reforçar o discurso antissistema utilizado por Bolsonaro na campanha eleitoral daquele ano.

2.11 O golpe travestido de *impeachment*

A honestidade intelectual é um dos princípios que regem a atividade científica. Em política, é importante assumir um lado até para deixar claro para o leitor do trabalho quais análises podem ser valorizadas ou não. O presente estudo parte da perspectiva de que boa parte do Congresso Nacional com o apoio daqueles grupos de direita emergentes das manifestações de Junho 2013 e da imprensa tradicional se uniram em uma campanha massiva e estimularam a concepção de um golpe, não de Estado, mas constitucional, como também defende o pesquisador e professor titular do Departamento de Filosofia da USP Vladimir Safatle.

Com tal força, a direita, mesmo não ganhando as eleições de 2014, impôs uma dinâmica acelerada de desabamento do governo e de incitação a um golpe parlamentar disfarçado de legalidade, capitaneado por um processo jurídico capaz de práticas criminosas como grampear advogados de réus (o que implica em quebra de todo princípio elementar de defesa dos cidadãos contra o Estado) e divulgar tais grampos em cadeia nacional. Enquanto isso, tudo o que os setores majoritários de esquerda fizeram foi clamar pela legalidade e pela ordem. As cartas tinham se invertido (SAFATLE, 2022, p.123).

O processo que instaurou o *impeachment* obedeceu ao que prevê a lei. A grande questão foi o motivo: crime de responsabilidade fiscal porque praticou as chamadas pedaladas

fiscais, que consistiram em atrasar o repasse de verbas para bancos públicos e privados com o objetivo de melhorar a situação fiscal do governo. A história comprova. Todos os governos depois da redemocratização fizeram o mesmo, e a petista não foi responsabilizada diretamente pelos decretos suplementares³⁰. É bom que se reconheça que Dilma havia perdido a linha política e se mostrou inábil no tratamento com os parlamentares. A nomeação de Lula governo era para justamente “arrumar a casa” e abrir um canal de diálogo que pudesse impedir o prosseguimento da denúncia, mas Moro, o STF, a imprensa e as manifestações de rua foram mais fortes. Dilma foi julgada e condenada pelo Senado por 61 a favor contra 20 votos contrários, em 31 de agosto de 2016. Outra evidência que corrobora com a tese de golpe é que a petista permaneceu com seus direitos políticos contrariando a Constituição, que determina a inelegibilidade do presidente que sofrer *impeachment*. É consensual entre os cientistas sociais que a Lava Jato foi também força motora para que o desgaste de Dilma, mesmo que contra ela a operação não tenha conseguido imputar nenhum tipo de crime.

A aceitação da abertura do processo de *impeachment* cabe ao presidente da Câmara dos Deputados fazer, como consta na Constituição de 88. Eduardo Cunha, já denunciado pela PGR e alvo de um pedido de cassação de seu mandato no Conselho de Ética da Casa, havia rejeitado inúmeros pedidos contra Dilma. Mas aceitou um antes de selar seu destino na Lava Jato. Em 2 de dezembro de 2015, o anúncio foi feito em entrevista coletiva no Salão Verde Netto (2016) narra os motivos, que evidenciam a tese de golpe contra a petista.

Durante um mês, Eduardo Cunha tentou negociar com o Planalto. Afinal, o governo queria destravar a pauta do plenário e aprovar matérias positivas contra a crise econômica. Em entrevista para este livro, Delcídio conta que chegou a aconselhar a presidente: “Dilma, chama o Eduardo, leva ele para tomar um café com você no Alvorada”. Dilma não fez isso, disse que com ele só teria uma relação institucional. Segundo Eduardo Cunha, o ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, teria lhe prometido ajuda em troca de apoio ao governo. Mas, na hora de o PT ajudar, isso não aconteceu. Ao contrário: o partido fechou questão no Conselho de Ética. Os deputados anunciaram que votariam a favor do processo contra Cunha. Foi a gota d’água para derramar o pote de mágoas do presidente da Câmara (NETTO, 2016, p.317).

Embora Vladimir Netto cite trechos dos diálogos gravados pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado com o então ministro do Planejamento do governo Temer Romeró Jucá, que afirmara que “tem que mudar o governo para estancar essa sangria”

³⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais.html>

(NETTO, 2016, p.377), o autor não transcreve o trecho em que Jucá fala a favor de um pacto.

Leite (2015) faz esse registro. “É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional, diz. Jucá concorda: Com Supremo com tudo (LEITE, 2015, p.403) ³¹. Essas conversas foram gravadas por Machado e tornadas públicas em maio de 2016 que queria fechar um acordo de delação premiada com a Lava Jato. Elas evidenciam a tese de golpe (SAFATLE, 2022) contra Dilma defendida neste trabalho. Netto (2016) ao não deixar registrado que havia um movimento contra a petista que envolvia também o STF praticamente isenta a Corte de responsabilidade nos desdobramentos políticos daquela época. A preocupação de Netto (2016) é evidenciar o medo que os políticos investigados tinham de serem julgados por Moro.

O jornalista da TV Globo não problematiza os motivos e as consequências de processar uma presidente eleita. O respeito ao voto popular não é uma questão na narrativa do Netto (2016) nem a relação direta da oposição, liderada pelo PSDB, tinha com Cunha naquela época que foi afastado do mandato pelo Supremo logo depois de liderar a votação para a denúncia contra Dilma prosseguir ao Senado.

Analisar as duas narrativas permitem chegar a uma conclusão sobre a influência da Lava Jato no processo de *impeachment*. Existia uma mobilização popular, advinda das manifestações de Junho de 2013, que ao longo dos anos de 2014 e 2015 ganhou grupos organizados e financiados por empresários, principalmente, mas faltava um indício concreto para colocar Dilma como criminosa. Sobrou a tese das pedaladas fiscais.

Acusado pela mesma denúncia que custou o mandato a Dilma, as pedaladas cometidas por Temer nos momentos em que assumiu a Presidência somaram R\$ 10,7 bilhões, mas o vice nunca foi chamado a prestar contas a respeito.

Ao assumir a Presidência, Temer possuía uma condenação eleitoral. Também foi denunciado na Lava-Jato para solicitar um pagamento em dinheiro vivo à empreiteira Odebrecht. Nenhuma dessas acusações foi considerada um motivo para questionar a sua condição de assumir o Planalto. Não há dúvida que irão contribuir para gerar tumultos futuros.

Na tarde de 31 de agosto, publiquei uma nota no portal Brasil 247 na qual classificava a ascensão de Temer como a vitória do “golpismo de coalizão”. Trata-se de um sistema idêntico ao presidencialismo que leva o mesmo nome, com o agravante de não possuir lastro na soberania popular. No esforço para formar uma maioria parlamentar capaz de garantir a tomada de

³¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/05/em-gravacao-juca-sugere-pacto-para-deter-lava-jato-diz-jornal.html>

poder por qualquer atalho — daí o “golpismo”— Temer construiu uma malha de políticos que formam um passivo ao mesmo tempo conservador, autoritário e muitas vezes corrupto, sem outro compromisso além da promessa de abrir as portas do governo para que o ajudasse a derrubar uma presidente eleita por mais de 54,5 milhões de votos (LEITE, 2015, p.439).

2.12 Zé Dirceu

Um leitor mais atento deve estar se perguntando: essa pesquisa vai endossar todos os argumentos de Leite (2015)? A resposta é: não. Embora a maioria das análises seja pertinente para sustentar a tese de que a Lava Jato perdeu os limites democráticos que toda investigação criminal precisa de ter, um capítulo intitulado “Deixem José Dirceu em paz” merece ser criticado e problematizado, porque faz parte de uma obra que conta um momento político importante da História do Brasil. Não é o propósito deste estudo apontar se o ex-ministro do governo Lula é inocente ou não, mas descrever incompatibilidades da narrativa com as evidências. Dirceu foi condenado no mensalão e desde novembro de 2014 cumpria prisão domiciliar. Em 3 de agosto, foi preso na 17ª fase da Lava Jato conhecida como Operação Pixuleco sem denúncia ou condenação.

O jornalista do *Portal 247* ao defender Dirceu ignorou evidências que pesam contra o petista e dificultam o entendimento correto da história. “Entre os diversos políticos brasileiros, Dirceu cometeu erros inúmeros, exibe defeitos mas, é um dos poucos que, em sua estatura, não foi cooptado” (LEITE, 2015, p.329). Leite (2015) com razão afirma que há uma perseguição contra PT e suas principais lideranças e que é preciso averiguar a forma como certas premissas são divulgadas pela mídia contra o partido.

Essa retórica fica enfraquecida, porém, após Dirceu admitir³² que a Engevix, uma das empresas denunciadas pela Lava Jato, pagou reformas em seu apartamento em troca dos serviços de consultoria prestados por sua empresa JD Assessoria e Consultoria. Em seu depoimento³³ a Moro, o ex-ministro disse que, depois de sair do governo Lula, em 2006, manteve contratos com mais de 60 empresas. Indagado, Dirceu negou que a prestação de serviços tenha relação com o esquema de propina da Petrobras, porém, não mostrou relatórios da prestação de contas.

³² Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/dirceu-admite-a-sergio-moro-que-lobista-pagou-reforma-de-seu-imovel-caythzvm6fhqkd5na07hiz75c/> . Acesso em 23 de junho de 2022.

³³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7raePzNJb4g> . Acesso em 23 de junho de 2022.

Netto narra com detalhes o que aconteceu com o petista.

Um relatório da Receita Federal revelou que, entre 2006 e 2013, a JD recebeu dinheiro de pelo menos cinco empresas implicadas na Lava Jato — as construtoras OAS, Galvão Engenharia, Camargo Corrêa, UTC e Engevix. Além de repasses dessas empresas, a consultoria de Dirceu também recebeu depósitos milionários do empresário Milton Pascowitch, acusado de ser um dos operadores do PT que atuavam na Diretoria de Serviços da Petrobras. Milton Pascowitch tinha sido apontado pelo ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco como o pagador de propina da Engevix (NETTO, 2016, p.233).

As narrações dos dois jornalistas sobre um mesmo objeto, no caso o envolvimento ou não de Dirceu com o esquema de corrupção na Petrobras, comprova a tese desse capítulo de que entender a Lava Jato é como juntar um quebra-cabeça. O problema é que nem todas as “peças” ou informações estão em um mesmo livro. A importância de estudar, comparar as obras e produzir um estudo científico se justifica porque é a maneira de expor contrariedades que prejudicam a produção da memória deste acontecimento no Brasil. A análise comparativa como método se demonstrou eficaz pois, mesmo que não dê conta de retratar a longa história, deixa como contribuição a cautela na hora problematizar questões sobre a força-tarefa.

2.13 Delações e morte de Teori

Os políticos com mandato no Congresso Nacional só podem ser investigados pela Procuradoria-Geral da República. Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa já haviam apontado em seus depoimentos alguns envolvidos no esquema como o então deputado André Vargas e Luiz Argolo. Mas, a delação dos executivos da Odebrecht aumentou essa lista consideravelmente. A empresa liderava o grupo de empreiteiras que, segundo MPF, formava um cartel para abocanhar obras públicas e superfaturá-las. Em troca, os políticos e servidores da Petrobras ficavam com parte da propina e financiavam campanhas eleitorais com dinheiro declarado à Justiça Eleitoral e não contabilizado, o famoso caixa 2. Os donos da empresa Emílio Odebrecht e seu filho, Marcelo, preso em junho de 2015, foram os últimos empresários a aceitarem assinar o acordo de delação. A empresa na época apresentava um faturamento anual de R\$ 100 bilhões anuais e negócios em países da América Latina, Ásia e África, além dos Estados Unidos.

O pagamento de propina funcionava de forma profissional na Odebrecht. O setor onde se gerenciava quem deveria receber o dinheiro desviado tinha até nome próprio. Era o Departamento de Operações Estruturadas. Os executivos da empreiteira resolveram revelar o que sabiam do esquema de corrupção da Petrobras após a 23ª fase da Lava Jato, batizada de

Operação Acarajé, porque assim alguns investigados se referiam aos pagamentos ilícitos. Por meio de um bilhete manuscrito apreendido na casa do lobista e operador de propina da Petrobras Zwi Skornicki a investigação chegou às contas no exterior dos marqueteiros das campanhas presidenciais petistas de 2006, 2010 e 2014, João Santana e sua mulher, Mônica Moura (JANOT, 2019) que receberam dinheiro de empresas *off shore* mantidas pela Odebrecht.

A 23ª fase da Lava Jato tinha como alvo o executivo da Odebrecht Fernando Migliaccio que havia esvaziado contas na Suíça dias antes do começo da operação. Em parceria com Ministério Público daquele país ele foi preso e o primeiro dos 77 funcionários da empresa a confessar crimes em troca de redução de pena, em um episódio conhecido como “Delação do fim do mundo”.

Com base na delação da Odebrecht, veio a segunda “lista de Janot”, três vezes maior do que a primeira, com 83 pedidos de inquérito sobre políticos com foro privilegiado no STF. Ela continha também 211 processos de declínio, nos quais pedia a remessa para instâncias inferiores de trechos de delação que se referiam a pessoas sem foro no STF, como governadores com foro no STJ. Com base na segunda “lista de Janot”, o ministro Edson Fachin, novo relator da Lava Jato no STF, autorizou a abertura de inquéritos contra oito ministros do governo Michel Temer, 24 senadores, incluindo o então presidente do Senado, Eunício Oliveira; e 39 deputados federais, incluindo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. As acusações atingiam os principais líderes de todos os grandes partidos: PT, PSDB, PMDB, PP, DEM, entre outros (JANOT, 2019, p.159-160).

Moro (2021) também registrou a quebra do sigilo telemático do Setor de Operações Estruturadas e escolheu, para falar do caso, as informações sobre pagamentos feitos a pessoas próximas a Lula e do PT, principalmente ao ex-ministro da Economia Antonio Palocci.

Quanto a Palocci, a força-tarefa, ao quebrar, com autorização judicial, o sigilo telemático do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht encontrou um e-mail com uma planilha denominada “Posição Programa Especial Italiano”, que retratava uma espécie de conta-corrente informal, com crédito de cerca de 300 milhões de reais, colocada, segundo conclusões das investigações da PF, à disposição de agentes políticos, incluindo Palocci. O ex-ministro da Fazenda foi preso e condenado a doze anos e dois meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro — tempos depois, ele assinaria acordo de colaboração com a Polícia Federal, homologado pelo Tribunal Regional da 4ª Região (MORO, 2021, p.88-89).

O ex-juiz da Lava Jato, no entanto, não explica o porquê de o MPF ter se recusado a assinar um acordo de delação com Palocci. O acordo do ex-ministro foi fechado com a Polícia Federal, na ocasião. A Vaza Jato (DUARTE, 2020), investigação jornalística que revelou diálogos de Moro com os procuradores em aplicativos de mensagens, mostrara que eles

consideravam frágeis³⁴, do ponto de vista jurídico, as informações relatadas por Palocci, o que é mais uma evidência da interferência do chefe da Lava Jato na investigação.

O controle da agenda midiática e a espetacularização das ações de investigação formavam o *modus operandi* da força-tarefa. Como faz Moro em sua biografia, a sonegação de informações era um princípio basilar desses personagens. Pereira e Silva (2021) vão além. Eles defendem que a atuação de Moro à frente da Lava Jato se sustentou na negação da política, no revisionismo histórico, cuja intenção era implantar, no Brasil, os métodos de investigação da Operação Mãos Limpas, da Itália, e no negacionismo da crítica. Os autores afirmam que o conceito da transparência foi o escudo para que a força-tarefa pudesse se esquivar de críticas, atacar o sistema político e ganhar a confiança dos brasileiros que clamavam por menos corrupção mais precisamente depois das manifestações de Junho de 2013.

Em nome de uma cruzada moral de combate à corrupção, envolvendo problemas de desvio de competência, constrangimento das relações entre autonomia do judiciário e soberania popular, ampliação do escopo de atuação do juiz enquanto herói revolucionário monopolizador de virtudes morais, a Lava Jato produziu e operou com um tipo particular de negação da política, que se traduziu numa forma de intervenção na política movida pela opinião pública, por meio da produção dos escândalos canalizada pelos grandes meios de comunicação em constante atualização (PEREIRA; SILVA, 2021, p.153).

Nessa época, o apoio da opinião pública fazia com que os procuradores pudessem investigar quaisquer crimes independentes do local. A depuração do sistema corrupto era uma meta, mas, como lembra Leite (2015), com investigados selecionados como também provou a Vaza Jato (DUARTE, 2020), anos mais tarde. A Lava Jato para existir precisava alimentar o ciclo de denúncias, delações e prisões.

O topo do sistema político era uma meta, alcançada com as prisões do ex-governador Sergio Cabral Filho, que em depoimento confessou a prática de crimes como recebimento de propina, e do megaempresário Eike Batista, em 15 de dezembro de 2016.

Em 6 de dezembro o núcleo da Lava Jato no Rio havia acusado Cabral e mais 12 pessoas por corrupção e lavagem de dinheiro, pelo recebimento de propina em obras estaduais como o Arco Metropolitano, a reforma do estádio do Maracanã e o PAC da favela de Manguinhos. No meso dia Adriana Anselmo, esposa do ex-

³⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/15/lula-delacao-palocci-mpf-lava-jato.htm>. Acesso em 14 de setembro de 2022.

governador também denunciada, foi presa preventivamente por ordem do juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal carioca. O pedido dos procuradores se fundamentou em evidências de recebimento de dinheiro em espécie de pessoas do esquema, compras de joias valiosas e contratos fictícios celebrados para lavar recursos ilícitos. No fim de janeiro de 2017, o mesmo juiz decretou a prisão do empresário Eike Batista por suas relações com o esquema de Sérgio Cabral, a quem teria pago 52 milhões de reais em propina (DALLAGNOL, 2017, p.269).

2.14 O avião do ministro caiu!

Em 2017, depois de dois anos e meio do começo da investigação com suas sucessivas operações e a classe política em xeque, um acontecimento marcou o início daquele ano. O avião que transportava o relator da Lava Jato no Supremo, Teori Zavascki, caiu quando sobrevoava a região de Paraty, no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro. O ministro e a tripulação morreram no acidente.

A morte de Teori causou apreensão nos investigadores. A delação dos executivos da Odebrecht que mencionavam políticos com foro privilegiado não havia sido homologada. Qual ministro da Corte assumiria a relatoria passou a ser um ponto-chave nos rumos da operação. “Enquanto a questão era debatida, a ministra Cármen Lúcia, responsável pelo plantão no recesso forense, determinou que as audiências prévias à homologação dos acordos fossem retomadas. Uma vez encerradas, e após um fim de semana dedicado à análise do material, a presidente do Supremo homologou as colaborações da Odebrecht, no dia 30 de janeiro” (DALLAGNOL, 2017, p.273-274). O ministro Edson Fachin foi sorteado para assumir o caso. A decisão trouxe alívio para os principais nomes da Lava Jato (MORO, 2021; DALLAGNOL; JANOT, 2019).

Nessa época, já tramitava no Congresso o projeto de lei 4.850/2016 que propusera as “10 medidas contra corrupção”, elaborado pelos membros da força-tarefa. A proposta teve como relator o então deputado federal Onyx Lorenzoni que admitiu ter recebido dinheiro de caixa 2 mas fora “perdoado” por Moro³⁵. O pacote anticorrupção recebera mais de 1,74 milhão de assinaturas de cidadãos brasileiros validadas pela Câmara dos Deputados em um universo de mais de 2,5 milhões protocoladas à iniciativa popular, mas que, ao ser debatida pelos parlamentares, sofreu modificações substanciais (DALLAGNOL, 2017). Dentre as

³⁵ Disponível em : <https://veja.abril.com.br/politica/moro-diz-ter-confianca-pessoal-em-onyx-que-admitiu-caixa-dois/>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

medidas que, segundo os procuradores aumentariam a punição dos agentes públicos e empresários envolvidos com práticas corruptas, estavam alterar a tipificação do crime de corrupção para hediondo, alterar prazos de prescrição em casos que envolvam desvios de dinheiro público e até cassar o registro de partido político condenado por ações deste tipo. Nesta pesquisa, porém, não caberá um aprofundamento da análise do projeto cuja iniciativa evidenciara uma tentativa de o Ministério Público Federal de pressionar a classe política para alterar a legislação. Mas é importante destacar o empenho das entidades evangélicas em apoiar o projeto e ressignificar a corrupção como um “mal” cujo combate precisa ser priorizado dentro das igrejas com a força da fé como estudado por Bezerra e Moura (2021). Os autores ao analisarem materiais de divulgação e entrevistas com pastores que apoiavam o pacote de anticorrupção evidenciaram que o discurso da luta contra a corrupção é uma mistura de obrigação dos cristãos com uma autoproclamação de eleitos do Senhor para tal missão.

Podemos observar como esses elementos operam a partir, por exemplo, de um boletim de fevereiro de 2016, da Primeira Igreja Batista de Campo Grande (RJ), que anuncia a palestra do coordenador da força tarefa. O boletim intitulado “É tempo de combater a corrupção” traz, abaixo do título, o versículo bíblico de Filipenses 2:15. A abertura do texto com a passagem bíblica introduz um sentido religioso ao combate à corrupção ao indicar que alguns dos filhos de Deus estariam no meio de uma geração corrupta, mas que estariam aptos a iluminar o mundo (BEZERRA; MOURA, 2021, p.198).

O pacote com as 10 medidas anticorrupção mesmo com o empenho das igrejas evangélicas não fora bem recebido por parte dos parlamentares. Com os vazamentos das delações de executivos da Odebrecht que citaram políticos de peso do Congresso e a ofensiva legislativa da Lava Jato o pacote anticorrupção, o presidente do Senado Renan Calheiros reagiu.

O presidente do Senado se movimentou ainda para aprovar outras propostas contra o Judiciário. Houve manobras para desarquivar e pôr em pauta, por exemplo, o projeto de lei 65/99 — isso mesmo, de 1999 —, que contemplava dois objetos delicados. Primeiro, punir promotores, procuradores e juízes por abuso e por dar declarações em processos, o que lhe valeu o apelido de “lei da mordaca”. Em segundo lugar, a iniciativa também garantiria a ele e a outras autoridades com foro privilegiado o direito de serem julgados apenas por tribunais caso fossem processados por atos de improbidade (DALLAGNOL, 2017, p.281).

O texto do então chefe da força-tarefa mostra que Lava Jato estava empenhada não só investigar e eventualmente punir empresários, doleiros e políticos, mas atuar para modificar e pautar o sistema político de acordo com sua ideologia.

A proposta de Renan, porém, foi modificada. O Senado Federal foi aprovar um texto substitutivo em 26 de abril de 2017³⁶. Dois anos depois, em 14 de agosto de 2019, a Câmara aprovou o projeto de abuso de autoridade³⁷.

2.15 JBS

O golpe contra Dilma já estava dado. Michel Temer, como vice, assumiu a Presidência da República em 31 de agosto de 2016. Menos de dois meses após a homologação das delações dos executivos da Odebrecht, (JANOT, 2019), Joesley Batista, um dos donos da JBS, empresa de proteína animal, em 7 de março de 2017, gravou uma conversa que teve com o presidente no Palácio do Jaburu, entre 22h e 23h, fora da agenda oficial, e entregou a gravação à Procuradoria Geral da República para tentar fechar um acordo de colaboração. Ele temia a Operação Greenfield³⁸, investigação sobre desvios em fundos de pensão de empresas e bancos públicos, segundo Janot (2019). O ex-procurador-geral afirma que no diálogo Joesley “insinua a manipulação de um juiz federal e o suborno de R\$ 50 mil mensais a um procurador da República” (JANOT, 2019, p.195).

A conversa sugeria que o empresário estaria repassando dinheiro a Cunha e a outro preso, Lúcio Bolonha Funaro, para que os dois não fizessem acordo de colaboração.

“Eu estou de bem com o Eduardo”, confidencia Batista.

“Tem que manter isso, viu?”, responde o presidente.

“Todo mês”, acrescenta o empresário.

E a conversa segue num zigue-zague medonho. Não por causa do sotaque carregado do ricoço da J&F, que fala como se estivesse lendo Guimarães Rosa de trás para a frente, mas pelo conteúdo do diálogo. Batista reclama que, com o aperto das investigações sobre o ex-ministro Geddel Vieira Lima e com as dificuldades para falar com o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, estava sem interlocutor no governo. Temer indica, então, o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) (JANOT, 2019, p.195).

Joesley também gravou uma conversa em que o senador e candidato a presidente derrotado em 2014 Aécio Neves (PSDB-MG) pedira R\$ 2 milhões ao empresário, combina

³⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/26/senado-aprova-projeto-que-altera-lei-de-abuso-de-autoridade>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

³⁷ Disponível em : <https://www.camara.leg.br/noticias/571081-CAMARA-APROVA-PROJETO-QUE-DEFINE-CRIMES-DE-ABUSO-DE-AUTORIDADE>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

³⁸ Disponível em: <https://tudo-sobre.estadao.com.br/operacao-greenfield> . Acesso em 20 de setembro de 2022.

como vai ser a entrega da dinheirama e sugere um possível homicídio caso os envolvidos na receptação do dinheiro façam delação. “Tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer delação. Vai ser o Fred com um cara seu. Vamos combinar Fred com um cara seu, porque ele sai de lá e vai no cara. E você vai me dar uma ajuda do caralho” (JANOT, 2019, p.197).

Ao fazer uma análise dos discursos que compõem as delações dos empresários da J&F, Alexcina Oliveira Cirne em sua tese de doutorado chega à conclusão da falta de ética entre um representante eleito e um empresário.

O auge da polarização do ‘ELES/NÓS’ é quando Aécio Neves afirma que Fred deve ser morto em caso de delação. Joesley Batista não se manifesta contrário à afirmação de que Fred deverá ser morto, caso opte por uma delação. Neste caso, do ponto de vista também de Joesley, Fred é ‘NÓS’ e ‘ELES’, em pequeno espaço de tempo. A facilidade do senador Aécio Neves em realocar as pessoas e instituições nos dois pontos da polarização, tão rapidamente, revela seu desprendimento ético com a coisa pública (CIRNE, 2020, p.189).

Esses dois diálogos foram levados ao novo relator da Lava Jato no Supremo, ministro Edson Fachin que autorizou o que Janot (2019) afirma ser ações controladas. As entregas de dinheiro tanto a Rocha Loures, o homem de confiança de Temer, quanto a Fred, a mando de Aécio, foram filmadas com o apoio da Polícia Federal. Os homens de confiança dos dois experientes políticos foram flagrados com malas de dinheiro. Com os áudios das conversas e as imagens os procuradores iriam fechar o acordo de delação com os empresários da JBS, que incluía o irmão de Joesley, Wesley Batista e o executivo Ricardo Saud o qual fora o responsável pela entrega do montante acertado.

O dinheiro seria a primeira parcela de uma propina que, conforme o acerto prévio entre Saud e Loures, poderia chegar a R\$ 38 milhões. Pelo acordo criminoso, Loures, atuando como representante do presidente, melhoraria as condições de compra de gás da Empresa Produtora de Energia (EPE) junto à Petrobras e, em troca, receberia 5% dos lucros adicionais obtidos pela empresa. A EPE era uma das empresas do grupo J&F. Antes do pagamento da propina, Loures fora gravado negociando uma ajuda extra do CADE em favor da EPE e contra os interesses da Petrobras. Saud atuara como o antigo operador de Joesley Batista. Era um caso com ciclo completo. Tínhamos a conversa nada republicana entre o empresário e o presidente. Em seguida, tínhamos o assessor faz-tudo vendendo influência e recebendo uma mala de dinheiro.

A outra frente da investigação também estava completa. A Polícia Federal gravara Frederico Pacheco, primo e emissário de Aécio Neves, recebendo R\$ 2 milhões das mãos de Saud. O dinheiro fora repassado em quatro parcelas, tudo conforme o acertado dias antes entre Batista e o senador num hotel de São Paulo (JANOT, 2019, p.200).

O vazamento do conteúdo das conversas entre Joesley e Temer e do empresário com Aécio foi feito pelo site do Jornal *O Globo*, em 17 de maio de 2017. A delação da JBS, como ficou conhecida, estava homologada por Fachin, mas naquele dia, ela era ainda sigilosa, segundo Janot (2019). O problema, segundo conta o ex-procurador-geral, era que a Polícia Federal iria na manhã seguinte fazer uma operação para prender os receptadores da propina e recolher provas em endereços dos investigados.

Diferentemente do aconteceu com o líder do governo no Senado, em 2015, Delcídio do Amaral que foi preso após conversas gravadas pelo filho do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, Bernardo Cerveró, indicando uma certa influência do senador em decisões de ministros do Supremo, Aécio se livrou da cadeia e sequer foi cassado pelo Senado³⁹.

No mesmo dia, Fachin rejeitou a prisão, mas acolheu nosso pedido de suspensão do mandato de Aécio Neves. As outras frentes da operação seguiram dentro do roteiro traçado, inclusive a prisão de Andrea Neves, irmã de Aécio Neves, a primeira a abrir negociações em busca do dinheiro de Joesley Batista. Também foi presa Roberta Funaro, irmã de Lúcio Bolonha Funaro, a qual, numa ação controlada, fora filmada recebendo uma mala de dinheiro entregue por Saud a pedido de Batista. Foram feitas também buscas em endereços de João Batista Lima, coronel aposentado da Polícia Militar de São Paulo, e numa de suas empresas, a Argeplan (JANOT, 2019, p.207).

2.16 Lula preso

A presente pesquisa buscou contextualizar os principais episódios que marcaram a Lava Jato, de 2014 a 2018, período em que Sergio Moro era o responsável pela Justiça criminal de Curitiba, interstício que faz parte do objeto desta investigação acadêmica. Outros fatos após este último ano do magistrado à frente dos julgamentos e também das investigações como comprovou a Vaza Jato, em junho de 2019, não serão objetos de análise. O último acontecimento desta época com relevância política e que evidenciou a interferência do Estado na democracia brasileira foi a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva.

Mesmo condenado por Sergio Moro no processo do triplex do Guarujá cuja sentença foi mantida pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª região, com sede em Porto Alegre, Lula liderava as pesquisas de intenção de voto nas eleições presidenciais de 2018 com o então deputado federal Jair Bolsonaro em 2º colocado. Esse acontecimento político é mais um exemplo do argumento principal deste capítulo de que para entender a Lava Jato é preciso

³⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/senado-derruba-afastamento-de-aecio.ghtml>. Acesso em 21 de setembro de 2022.

explorar as diferentes visões semânticas de cada narrativa escrita por personagens que fizeram parte diretamente da força-tarefa, dos jornalistas e cientistas políticos que analisaram os desdobramentos.

Como narrado por Janot (2019), os procuradores de Curitiba pediram para que a PGR denunciasse Lula como chefe de uma organização criminosa e outros políticos com foro no Supremo e assim viabilizasse a denúncia de lavagem de dinheiro contra o petista apresentada a Moro. Mas, como é sabido, a força-tarefa passou por cima da decisão do procurador-geral e do ministro Teori. Moro (2021), por sua vez, nega que tenha atuado com parcialidade contra o petista. Porém, descreve a prisão do ex-presidente — naquela época o líder das pesquisas de intenção de voto contra Bolsonaro, para o qual o ex-juiz foi ser seu auxiliar a partir de novembro de 2018, — como uma conquista política.

“No dia seguinte, 5 de abril, o TRF-4 decretou a prisão de Lula e encaminhou a ordem à 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba para a expedição do mandado, o que eu fiz ainda na naquele dia, às 17h50. Em deferência ao ex-presidente, dei a ele o prazo de 24 horas para que se apresentasse voluntariamente para iniciar o cumprimento da pena. Mas, em vez disso, Lula preferiu transformar a sua prisão em um circo, refuginando-se no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campos, região metropolitana de São Paulo. Com o prédio cercado por militantes do partido, o líder petista desafiava a Polícia Federal e a Justiça a ir buscá-lo. A PF relutava em invadir o local, pois, devido à grande concentração de apoiadores dele, poderia haver tumulto e gente ferida (MORO, 2021,p.113).

A narrativa de Moro briga com as evidências. Lula em seus discursos não disse que iria descumprir a decisão judicial naquela ocasião. Almeida (2018) que estudou a fala do petista antes de se entregar até questiona essa fidelidade dos setores progressistas aos julgamentos desiguais do Poder Judiciário, embora não apresente uma razão para a obediência da classe trabalhadora à Justiça que majoritariamente está do lado do capital.

Trata-se do que denominamos noutro trabalho como expressão do “fetichismo jurídico de esquerda” (ALMEIDA: 2015), confiante na edificação de um “outro direito” ou de um “direito emancipatório”, conectado com a realização dos direitos humanos e com a transformação social. Esta variante fetichista se contrapõe à versão positivista dominante, que caracteriza o direito pela sua neutralidade e objetividade, valorizando assim o respeito à ordem jurídica como garantia do “bem comum” e da “paz social (ALMEIDA, 2018, p.1603).

Lula foi preso porque o Supremo Tribunal Federal mudou a jurisprudência sobre o início do cumprimento da pena. Os ministros decidiram em 2016 que o condenado que tenha sentença confirmada por um tribunal poderá iniciar o regime de cerceamento de liberdade, embora a Constituição determine que ninguém é considerado culpado antes do trânsito em

julgado, ou seja, após o réu ter seus recursos analisados por mais de uma instância da Justiça. O STF, no entanto, retomou o entendimento e ratificou o que está escrito na Carta Magna, em 7 de novembro de 2019. Lula foi solto um dia depois.

Diante dos argumentos expostos é possível afirmar que o registro da história da Lava Jato nestes dois livros foi influenciada pelas ideologias políticas de seus autores. É verdade que é um processo natural. A subjetividade do jornalista, no entanto, não deve guiar a apuração mesmo que a realidade dos fatos se contraponha ao que pensa o autor da narrativa. O livro de Vladimir Netto teve o mérito de organizar os principais fatos, reunir informações dos bastidores principalmente do fechamento dos acordos de delação. Porém, o jornalista fez a escolha de endossar o discurso de criminalização da política feita pelos procuradores da força-tarefa e Moro. O juiz foi representado como um herói que não cometeria erros. Os que foram descritos por Netto (2016) eram minimizados como quando ele mandou prender a cunhada de Vaccari Marice Corrêa de Lima de forma errada. A naturalização de erros é o primeiro passo para que a perseguição seja velada e medidas antidemocráticas sejam instituídas.

Nesse sentido, Netto cumpre os requisitos de uma boa pesquisa até o momento em que o leitor percebe que as fontes vêm de um lugar só, que coincide com o protagonista da história, que por sua vez coincide com o ponto de vista narrativo. O que o juiz fonte passa é tomado como verdadeiro sem checagem e a partir daí se constrói o personagem do juiz herói para deixar claro, no processo, que a história também será narrada do ponto de vista do juiz, ou pelo menos de um cidadão virtual que compartilha com ele valores e postura (AVELAR, 2021, p.217).

A investigação acadêmica inevitavelmente precisa fazer escolhas. Uma operação que durou mais de quatro anos tem muita história. Neste capítulo, procurou-se, a partir de dois livros específicos analisar as suas narrativas. Mas é importante mostrar também a dimensão da força-tarefa. Neste resumo, os dados são do Ministério Público Federal. O MPF dividiu a operação em quatro cidades: Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília que era controlada pela PGR.

No núcleo da investigação onde nasceu a Lava Jato, na capital do Paraná, foram apresentadas 130 denúncias, abertas 179 ações penais, houve 174 condenações somadas a 1ª e 2ª instâncias, fechadas 209 delações premiadas, 174 pessoas foram condenadas, 17 acordos de leniência fechados e realizadas 79 operações policiais.

Já no Rio de Janeiro, 104 denúncias foram apresentadas, 104 ações penais abertas e 183 pessoas condenadas somadas a 1ª e 2ª instâncias, ocorreram 180 acordos de delações e

nove de leniência com 56 operações realizadas. Em São Paulo, nove denúncias foram apresentadas com nove ações penais abertas, quatro pessoas foram condenadas (1ª e 2ª instância), 10 acordos de delações e dois de leniência foram firmados e seis operações realizadas. No Supremo Tribunal Federal, 71 inquéritos foram abertos, 45 denúncias apresentadas e 126 denunciados. Segundo as informações do MPF, R\$ 4,3 bilhões foram devolvidos aos cofres públicos, R\$ 2,1 bilhões previstos em multas compensatórias decorrentes de acordos de delação premiada e R\$ 12,7 bilhões previstos para serem recuperados por meio dos acordos de leniência firmados pelas empresas investigadas e condenadas. Ao todo, foram decretadas 163 prisões temporárias, e 132, preventivas. A Lava Jato cumpriu 1.450 mandados de busca e apreensão e feitas 211 conduções coercitivas.

A Lava Jato ainda tem espaço na agenda da mídia em 2023. Nas últimas eleições, o Paraná elegeu Sergio Moro (União Brasil) para o cargo de senador e o coordenador da força-tarefa em Curitiba Deltan Dallagnol (Podemos) como deputado federal. O ex-procurador, porém, teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, decisão que foi confirmada pela Câmara dos Deputados⁴⁰ onde também está Rosângela Moro (União Brasil), esposa do ex-juiz, eleita pelo estado de São Paulo.

Os desdobramentos dessa operação, que se transformou em força política por meio do uso intensivo do *law fare*, ainda terão interferências na vida institucional do país. Estudar o passado como forma de entender o presente é uma saída para inverter a lógica de domínio simbólico do lavajatismo que vigorou nos últimos dez anos no Brasil. Nesta pesquisa, escolhemos as revistas *Veja* e *CartaCapital* para explicar como Sergio Moro e a Lava Jato foram ao mesmo tempo o céu e o inferno dependendo de que lado da polarização política o brasileiro estava.

⁴⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/06/06/cassacao-deltan.htm>. Acesso em 7 de junho de 2023.

3 O JORNALISMO E A CRIAÇÃO DE MITOS IDEOLÓGICOS

Os estudos sobre mitos têm como objetos de pesquisas as religiões, os ritos culturais de sociedades primitivas, a origem do Universo (ELIADE, 2016), a representação dos animais, de plantas e de fenômenos da natureza e, mais recentemente, o jornalismo (MARTINEZ, 2008) e o cinema. É um campo do conhecimento amplo que permite variadas linhas de investigação. De acordo com Joseph Campbell (1990), um dos maiores mitólogos do século XX, os mitos possuem quatro funções: a mística, a cosmológica, a sociológica e a pedagógica.

A presente pesquisa propõe investigar como as reportagens das revistas *Veja* e *CartaCapital* construíram a representação discursiva de Sergio Moro no período em que ele chefiou a operação Lava Jato a partir da função sociológica estabelecida por Campbell (1990). O estudo vai analisar as representações do então juiz feitas pelos dois veículos de comunicação como uma construção ideológica que associa tanto o pensamento sociológico de um tempo como o seu caráter de ensinamento dos valores vigentes.

Mas, antes de estabelecer o marco conceitual de ideologia pelo qual a pesquisa irá transcorrer, é importante buscar a conceituação do que é o mito. Rocha (1999) afirma que o mito é uma narrativa que “possui um valor e, mais que isto, uma eficácia na vida social” (ROCHA, 1999, p. 11). Outros autores contribuíram para expandir esse conceito.

Os mitos são metáforas da potencialidade espiritual do ser humano, e os mesmos poderes que animam nossa vida animam a vida do mundo. Mas há também mitos e deuses que têm a ver com sociedades específicas ou com as deidades tutelares da sociedade. Em outras palavras, há duas espécies totalmente diferentes de mitologia. Há a mitologia que relaciona você com sua própria natureza e com o mundo natural, de que você é parte. E há mitologia estritamente sociológica, que liga você a uma sociedade em particular (CAMPBELL, 1990, p.24).

Já para Eliade (2016), o mito é uma “realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares” (ELIADE, 2016, p.11). Este autor afirma que a narrativa mítica tem por essência o relato das ações sobrenaturais que aconteceram. “É sempre, portanto a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que ocorreu, do que se manifestou plenamente. Os personagens dos mitos são os Entes Sobrenaturais” (ELIADE, 2016, p.11). O autor afirma ainda que os heróis são protagonistas dos mitos dos contos, mas que não pertencem ao mundo cotidiano. Neste ponto difere da narrativa mítica

feita pelo jornalismo cujo personagem em estudo faz parte da vida real, é um ser humano que julga, em teoria, de acordo com a objetividade da lei e não possui nenhum poder sobrenatural. No entanto, a hermenêutica própria de analisar os processos criminais, as quebras de hierarquia do sistema jurisdicional e os métodos coercitivos de prisão preventiva em excesso para forçar uma delação premiada são evidências que ajudaram Moro a construir uma imagem de homem corajoso disposto a lutar contra o sistema político. Uma luta que simboliza certa essência sobrenatural devido ao desequilíbrio das forças, ou seja, um indivíduo que se dispôs a discursivamente combater a corrupção entranhada no poder público brasileiro.

No caso estudado, *Veja* representa a atuação de Moro à frente da Lava Jato em uma aventura do herói (CAMPBELL, 1990) nacional. Já *CartaCapital* constrói a imagem do magistrado como um justiceiro dos romances populares (ECO, 1978) e contesta justamente essa imagem do salvador da pátria feita pela revista da Editora Abril. Mais adiante vamos aprofundar esses conceitos. Antes, é preciso demonstrar como as narrativas míticas no século XX ganharam outras mídias de divulgação.

Roland Barthes (2012), por sua vez, analisa o mito sob a perspectiva estruturalista cuja ideia pode ser um signo da moral, da ética e do poder político de uma época. Essa representação influencia a significação da narrativa e forma uma imagem do senso comum que, conseqüentemente, ditará padrões de sociabilidade. Ao considerar o mito uma fala escolhida pela História, Barthes amplia os suportes de mídia. “Esta fala é uma mensagem. Pode, portanto, não ser oral; pode ser formada por escritas ou representações: o discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos, a publicidade, tudo isso pode servir de apoio à fala mítica” (BARTHES, 2012, p.200). Já as conclusões de Eliade (2016) se equivalem as de Barthes (2012) sobre como as sociedades modernas constroem os seus mitos. “O que deve ser salientado é que a prosa narrativa, especialmente o romance, tomou, nas sociedades modernas, o lugar ocupado pela recitação dos mitos e dos contos nas sociedades tradicionais e populares” (ELIADE, 2016, p.163).

A teoria do filósofo francês tem por objeto de pesquisa as criações culturais do sistema capitalista e as divisões de classe da sociedade burguesa, linha de pensamento que dialoga com a presente pesquisa. “Todo mito tende fatalmente a um antropomorfismo estreito e, o que é pior! a um antropomorfismo de classe. Marte não é apenas a Terra, mas também a Terra pequeno-burguesa, o pequeno domínio de mentalidade cultivado (ou expresso) pela imprensa ilustrada” (BARTHES, 2012, p.46).

3.1 As características

Outra característica do mito é o seu efeito repetitivo como descreve Barthes (2012) ao analisar como funciona discursivamente a pequena-burguesia. É a reafirmação de uma ideia que impede a divergência e mantém o *status quo* dos regimes capitalistas. A imprensa burguesa desde a sua origem (HABERMAS, 1984) é uma ferramenta de divulgação e de criação deste tipo de narrativa uma vez que são empresas privadas que detêm o controle dos meios de comunicação cujo compromisso é a manutenção da propriedade privada e do poder simbólico do capital. “A tautologia dispensa ter ideias, mas ao mesmo tempo exalta-se quando faz desta licença uma dura lei moral; daí seu sucesso: a preguiça é promovida ao patamar do rigor. Racine é Racine: admirável segurança do nada” (BARTHES, 2012, p.100).

Ao estudar a significação dos mitos para o homem primitivo, Eliade (2016) confirma essa tese da repetição, porém acrescenta uma característica que dialoga, principalmente, com a hipótese da pesquisa sobre a representação de Moro em *Veja*. “Graças à repetição contínua de um gesto paradigmático, algo se revela como fixo e duradouro no fluxo universal. Através da repetição periódica do que foi feito *in illo tempore*, impõe-se a certeza de que algo existe de uma maneira absoluta. Esse algo é sagrado, ou seja, transumano e transmundano, mas acessível à experiência humana” (ELIADE, 2016, p.124).

A partir desses argumentos a construção de mitos pelo jornalismo de revista, objeto da presente pesquisa, começa a ganhar força teórica. As manifestações de Junho de 2013 e o início da Lava Jato materializaram um momento sociológico em que houve um movimento organizado da sociedade contra o sistema político, mais especificamente, o governo de Dilma Rousseff, políticos e partidos aliados no Congresso Nacional.

O início da Lava Jato, um ano depois, mesmo sem uma relação direta com aqueles protestos, foi abastecida por esse novo momento cívico existente no país em que as pessoas passaram a contestar com mais veemência os gastos do governo federal, principalmente após a construção bilionária de estádios para Copa do Mundo de 2014 em detrimento da má qualidade dos serviços públicos. “Em vista da paralisia completa do governo diante de tais revoltas e da incapacidade de todo setor da esquerda se constituir como um intérprete qualificado das novas demandas, a direita soube captar o momento, absorvendo de vez um discurso anti-institucional” (SAFATLE, 2022, p. 123).

Os personagens destes dois movimentos possuíam um lugar de fala e discursivamente evidenciavam uma hierarquia socioeconômica. Empresários, donos de conglomerados de mídia e parte do Congresso Nacional por meio do amplo espaço na mídia pautavam a opinião pública e reverberaram aquilo que o capital queria, ou seja, menos direitos trabalhistas, como se deu com a Reforma Trabalhista aprovada no governo Temer, que assumiu após a derrubada de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, e menos controle da Petrobras sobre as reservas do pré-sal¹.

Os porta-vozes do MBL, Vem Pra Rua, Nas Ruas faziam parte das classes médias² e apoiaram a Lava Jato e ratificavam as ações de Moro e dos procuradores de Curitiba. A convocação para os atos por meios das redes sociais e a ampla cobertura da mídia hegemônica pautaram a opinião pública e reforçaram estereótipos da política brasileira. A repetição, com a publicação de capas com a foto de Moro dentro do contexto do combate à corrupção e a sua contestação, no caso de *CartaCapital*, é outra característica que ajuda a explicar a hipótese deste estudo, que é demonstrar a construção discursiva do mito do herói feita por *Veja* e do justiceiro, elaborada pela revista dirigida por Mino Carta.

Outro conceito que caracteriza a construção dos mitos pelo jornalismo é o uso sistemático do que Campbell (1990) chamou de arquétipo e Walter Lippmann (2010) de estereótipo.

São ideias elementares, que poderiam ser chamadas ideias “de base”. Jung falou dessas ideias como arquétipos do inconsciente. “Arquétipo” é um termo mais adequado, pois “ideia elementar” sugere trabalho mental. Arquétipo do inconsciente significa que vem de baixo. A diferença entre arquétipos junguianos do inconsciente e os complexos de Freud é que aqueles são manifestações dos órgãos do corpo e seus poderes. Os arquétipos têm base biológica, enquanto o inconsciente freudiano é uma acumulação de experiências traumáticas reprimidas no curso de uma vida individual. O inconsciente freudiano é um inconsciente pessoal, biográfico. Os arquétipos do inconsciente de Jung são biológicos. O aspecto biográfico é secundário, no caso.

Em todo o mundo e em diferentes épocas da história humana, esses arquétipos, ou ideias elementares, apareceram sob diferentes roupagens. As diferenças nas roupagens decorrem do ambiente e das condições históricas (CAMPBELL, 1990, p.54).

¹ Disponível em: <https://epbr.com.br/quem-vendeu-mais-areas-de-petroleo-e-gas-fhc-lula-dilma-ou-temer/>

² Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150316_pressreview_protestos_lab

Embora sejam conceitos parecidos, a definição de estereótipo de Lippmann se difere do arquétipo porque leva em conta a interpretação sociológica de um determinado momento, mas as duas definições são fundamentais para entender como as reportagens escolhidas para o presente estudo formam uma narrativa mítica. “Os estereótipos estão, portanto, altamente carregados com os sentimentos que estão presos a eles. São as fortalezas de nossa tradição, e atrás de nossas defesas podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos” (LIPPMANN, 2010, p.97).

As reportagens de *Veja* e *CartaCapital* que expuseram a foto de Moro em suas respectivas capas de 2014 a 2018, época que marcou o início e o auge da Lava Jato, evidenciaram, portanto, uma simbiose entre a imagem arquetípica e os estereótipos. De um lado, a exaltação de aspectos biológico e biográfico de Moro sendo um homem branco, letrado e ocupante de um cargo com poder de decisão, com atuação em processos criminais de contrabando e lavagem de dinheiro, como no caso Banestado. De outro, um clamor na opinião pública por menos corrupção e de prisão para quem praticou desvios de dinheiro público. Em *Veja*, o juiz era representado como um herói. “O salvador é o mito político arquetípico. É alguém dotado de características mágicas (mesmo que revestidas de uma roupagem racional), capaz de reverter a situação vigente, considerada má, e de instaurar uma nova era de paz e prosperidade” (MIGUEL, 2004, p.391).

O ponto mais sensível na demonstração dessas hipóteses é a relação que essas duas representações simbólicas de Moro têm com a verdade. Nas discussões sobre mitos existe esse tensionamento entre o que é verdadeiro e o que é considerado mentira. Os discursos das revistas em análise estão nesse limiar de relatar com verossimilhança os acontecimentos da Lava Jato a partir de aspectos que reforcem as suas concepções de mundo. Para Campbell, “...a mitologia não é uma mentira; mitologia é poesia, é algo metafórico. Já se disse, e bem, que a mitologia é a penúltima verdade — penúltima porque a última não pode ser transposta em palavras” (CAMPBELL, 1990, p.173). Já Cornu (1999) afirma existir uma complexidade da ordem da verdade jornalística. “Verdade dos factos (num espírito próximo do cientista), verdade das opiniões e dos julgamentos (fundada sobre uma hermenêutica crítica), verdade das formas de expressão jornalísticas (por analogia à problemática da verdade na arte e na literatura)” (CORNU, 1999, p.321).

Tanto o conceito de Campbell (1990) quanto o de Cornu (1999) nos ajudam a explicar como a reportagem de revista consegue a partir de uma verdade de opinião, que pode

ou não ter um embasamento factual construir uma narrativa metafórica de uma ideia escolhida por um grupo, no caso as empresas e os jornalistas que fazem partes delas.

Todas essas características da narrativa mítica feitas pelas revistas estão em uma estrutura própria de narrar. As reportagens se baseiam no enredo do conflito para relatar as ações de Moro à frente da Lava Jato. “A caracterização, disposição e hierarquização das personagens em torno de conflitos é, portanto, uma atividade estratégica fabricada pelo narrador no ato de enunciação: ele vai representar as personagens de uma ou de outra maneira na intriga, conforme sua apreensão da realidade” (MOTTA, 2013, p.234). O jornalismo escolhe os personagens e a maneira pela qual serão vistos pelo público. O próprio critério de seleção das edições escolhidas para a presente pesquisa evidencia que as duas empresas jornalísticas têm maneiras divergentes de compor as suas capas e seu conteúdo jornalístico.

Além dessas características descritas acima, a fonte criadora e reprodutora desses mitos, nos caso estudado, as revistas, também influenciou na interpretação dessas narrativas. O campo simbólico (BOURDIEU, 2006) em que esses discursos estão publicados antecipa um estado de consciência que será determinante na leitura. “Uma árvore é uma árvore. Sim, sem dúvida. Mas uma árvore, dita por Minou Drouet, já não é exatamente uma árvore, é uma árvore decorada, adaptada a um certo consumo, investida de complacências literárias, de revoltas, de imagens, em suma, de um uso social que se acrescenta à pura matéria” (BARTHES, 2012, p. 200). Obviamente, a ideologia faz parte dessa composição simbólica de quem comanda cada empresa. E é o aprofundamento deste conceito que iremos no ocupar nas próximas linhas.

Foi possível identificar, portanto, características das teorias dos mitos nas reportagens estudadas. As narrativas possuem enredos baseados no conflito, o personagem possui poderes que transcende a objetividade dos fatos, há uma repetição da representação, seja como herói nacional seja como justiceiro, durante o período analisado, de 2014 a 2018, há uma associação entre a imagem arquetípica com os já consolidados estereótipos da sociedade brasileira e a verdade jornalística está associada mais à opinião e a uma questão metafórica de analisar os fatos.

3.2 A ideologia

Embora haja similaridades na forma de contar o enredo das narrativas míticas antigas com as de hoje, o contexto simbólico é diferente. As narrações e os personagens míticos das

sociedades primitivas estavam inseridos num imaginário social em que as relações de produção capitalistas ainda não atuavam. Existia naquela época a necessidade de buscar comprovações para certos fenômenos sociais. É importante deixar claro essa mutação pela qual passaram as histórias sobre mitos. Em grupos étnicos que não se abriram ao sincretismo cultural, certas mitologias permanecem. Entretanto, o que se busca com esse trabalho é fazer uma análise das reportagens e, para isso ser realizado, a partir de base teórica empírica, é preciso considerar as relações de produção impostas pelo sistema capitalista.

Atualmente, boa parte das nossas referências culturais está atrelada às instituições do mercado, que precisam convencer o indivíduo para controlá-lo principalmente pelo uso permanente das mídias digitais. É a sociedade do controle como definiu Deleuze (1992). O que se quer demonstrar neste trabalho é que, embora haja uma racionalidade técnica e uma comunicação global e em tempo real, o indivíduo transformou o imaginário social, base fundante dos mitos, a partir dos interesses próprios atrelados ao capital.

O jornalismo faz parte desse conjunto de instituições que propagam valores de consumo, de comportamento, de decisão política. Existe, portanto, uma ideologia dominante para manter as relações de produção do sistema capitalista. Cada mídia tem uma linguagem, e os assuntos, um tipo de narrativa. Ou para estimular o consumo, ou estabelecer um consenso compactuado com os interesses da classe proprietária dos meios de produção. A editoria de Política das revistas por reverberar os discursos de instituições da esfera pública e privada é um dos locais onde o poder do capital se materializa. “A reprodução bem-sucedida das condições de dominação não poderia ocorrer sem a participação ativa de poderosos fatores ideológicos para a manutenção da ordem existente” (MÉSZÁROS, 2004, p.327). O jornalismo ao estruturar suas narrações a partir da entrevista, por exemplo, reforça o poder das lideranças econômicas, políticas e sociais. Ou seja, é uma divulgação interessada.

A decisão de analisar a construção dos mitos pelo jornalismo a partir dessa perspectiva sociológica tem a ver com o poder que a ideologia alcançou no sistema político global, tanto capitalista como socialista. A presente pesquisa, no entanto, escolheu o referencial teórico que trata das consequências do mundo do capital nas representações simbólicas, porque o estudo vai analisar dois produtos jornalísticos cujas empresas estão inseridas neste processo de dominação do capital.

Mesmo que haja uma teoria da objetividade jornalística (SPONHOLZ, 2009) que sustenta a base técnica desta atividade profissional com a descrição de práticas de se fazer

uma boa apuração jornalística, a fim de demonstrar isenção do jornalista ou do veículo de comunicação, as decisões editoriais são influenciadas por algum interesse econômico, político ou social. O fato de a Lava Jato ter sido o maior acontecimento da política brasileira entre 2014 e 2018, as sucessivas fases da investigação, os vazamentos de informações constantes e o apoio intenso da grande mídia hegemônica permitiram a construção de um enredo no qual a ideologia proveniente da polarização política determinou a unidade de sentido das reportagens preparadas para atender aos anseios de parte da opinião pública. Ou seja, *Veja* com um discurso pró-Lava Jato personificando a operação na imagem de Moro, enquanto *CartaCapital*, por sua vez, criticava a condução das investigações e desconstruía o suposto consenso de que a corrupção no Brasil seria erradicada.

Mészáros (2004) critica aqueles que em nome da objetividade e da ciência deixam de considerar “categorias vitais do pensamento crítico” e afirma ser impossível não ser influenciado por algum tipo de ideologia.

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2004, p.65).

Os mitos construídos pelo jornalismo, no caso em análise, fazem parte desse conjunto de representações que compõem essa consciência social a que se refere Mészáros (2004). Ou seja, esse tipo de narrativa é a manifestação de quem quer exercer o domínio discursivo e influenciar os processos materiais e simbólicos na sociedade. Servem como guias porque confirmam uma determinada visão de mundo. A sua penetração em determinado segmento social é facilitada. Não é possível compreender o alcance e a adesão ou não à Lava Jato e a Moro, mais especificamente, sem identificar os confrontos ideológicos, na prática, nas dimensões prática, material e culturalmente eficaz (MÉSZÁROS, 2004).

A narrativa mítica elaborada pelo jornalismo, portanto, está inserida em um contexto de confronto ideológico. Para entender a eficácia social dos mitos (ROCHA, 1999),

principalmente aqueles produzidos pelo jornalismo, é necessário conhecer as origens sociais das fontes de informação escolhidas cujas informações servirão de base do texto final.

Nesse sentido, o que determina a natureza da ideologia, acima de tudo, é o imperativo de se tornar *praticamente consciente* do conflito social fundamental — a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social — com o propósito de resolvê-lo pela luta. Em outras palavras, as diferentes formas ideológicas de consciência social têm (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura, assim como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua vinculação sociopolítica a posições progressistas ou conservadoras (MÉSZÁROS, 2004, p.66).

A constatação de Mézáros (2004) associada com a de Barthes (2012, p.208) “porque o mito tem efetivamente uma dupla função: designa e notifica, faz compreender e impõe” têm sustentam a constatação de que as revistas representaram Moro como um mito ideológico. A segunda década dos anos 2000, no Brasil, ficou evidente uma divisão social até então não vista no país. As manifestações de Junho de 2013 despertaram um espírito cívico que colocou os brasileiros de diferentes classes econômicas contra o Estado (FIGUEIREDO, 2014). Grupos radicais de direita se organizaram como movimento social, assunto já discutido no primeiro capítulo, e deram um selo popular aos interesses da elite brasileira. A visão estereotipada de que “todos os políticos são ladrões e merecem ir para cadeia” foi uma premissa desse pensamento sociológico que ganhou força política desde então e ajudou o movimento a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. O que ocorreu no Brasil foi que o discurso antissistema tomou conta da mídia hegemônica, da qual *Veja* faz parte, e se institucionalizou uma agenda de caça a “corruptos” selecionados de acordo os interesses da elite econômica ou “uma espécie de soberania judicial autoconstruída” (SOUZA, 2019, p.231).

Mesmo que *CartaCapital* tenha contestado as decisões da Justiça brasileira nos casos da Lava Jato, a prisão de Lula e a omissão para conter as arbitrariedades de Moro e dos procuradores da força-tarefa de Curitiba, o que prevaleceu nas reportagens foi a visão dominante e evidenciou a ideologia de empoderamento da Justiça brasileira e de seus personagens. O Poder Judiciário, por ser uma instância decisiva na sociedade atual, simboliza uma espécie de poder supremo do capital. Independentemente da visão progressista mais alinhada com os valores de esquerda, a revista como todas as outras está inserida no mercado e sobrevive financeiramente dependente do capital.

Em circunstâncias normais, os diversos interesses dos capitais concorrentes não somente permitem, mas até impõem o modo pluralista de legitimação político-ideológica da ordem estabelecida, para assegurar a manifestação efetiva e a interação das estratégias alternativas que correspondem às diferenças objetivas de interesse dentro da própria classe dominante (MÉSZÁROS, 2004, p.244).

O que o autor quer dizer é que o capital, para exercer a sua dominância, permite visões antagônicas às suas. Portanto, a mitificação de Moro como o juiz justiceiro (ECO, 1978), como defende esta pesquisa, não significa uma contestação da ordem jurídica vigente, mas serve para emancipar um debate de que regras constitucionais estavam sendo quebradas, principalmente na forma como foram conduzidas as delações premiadas e as prisões preventivas, dois temas já trabalhados no primeiro capítulo. Essa representação serviu para manter ativo o discurso contra os métodos lavajatistas das alas políticas mais à esquerda.

As revistas, portanto, reproduziram essas tendências intelectuais e alimentaram esse imaginário social para a criação de mitos ideológicos. As reportagens ao longo da cobertura da Lava Jato passaram a ter uma unidade de sentido.

É evidente — ninguém negaria isso, especialmente no século XX — o poder dos vários instrumentos e instituições cultural-ideológicas para manipular a opinião pública. Assim fazendo, podem não apenas distorcer gravemente a importância relativa daquelas manifestações ideológicas que se alinham com os interesses materiais dominantes da sociedade analisada, mas também prolongar artificialmente seu período de existência (MÉSZÁROS, 2004, p.104).

A ideologia faz parte da construção dos mitos pelo jornalismo porque as narrativas são produzidas dentro do contexto da dominação do capital, as empresas têm a necessidade de sobreviver financeiramente e por isso atendem a interesses de patrocinadores e de grupos políticos. Além disso, as narrativas jornalísticas desta época, mesmo com suas características polissêmicas, (MOTTA, 2013) adotam um padrão cognitivo que permite uma leitura de acordo com a consciência econômica, política e social dos donos do veículo de comunicação. A partir de agora, o estudo propõe especificar como as fases da jornada do herói (CAMPBELL, 2007) e da tese de justiceiro (ECO, 1978) podem dialogar com o conceito de ideologia.

3.3 A jornada do herói

Por se tratar de duas representações com produções de sentido divergentes de um mesmo personagem, no caso a atuação de Sergio Moro como juiz da Lava Jato, o estudo quer

demonstrar que a mitificação no jornalismo político é uma questão ideológica. E as formas de narração, base organizativa e cognitiva dos mitos, são as estruturas pelas quais o receptor da informação conseguirá formar a sua opinião. “Quando narramos algo, estamos nos produzindo e nos constituindo, construindo nossa moral, nossas leis, nossos costumes, nossos valores morais e políticos, nossas crenças e religiões, nossos mitos pessoais e coletivos, nossas instituições. Estamos dando sentido à vida” (MOTTA, 2013, p.18).

As seis reportagens de *Veja* que tiveram Moro na capa, entre 2014 a 2018, serão analisadas a partir do conceito da jornada do herói escrito por Campbell (2007) que se desenvolve em 17 fases dentre três estágios: a partida, a iniciação e o retorno. O presente estudo, no entanto, não irá relacionar todas, mas irá escolher as principais para confirmar o argumento. São elas: o chamado da aventura, o auxílio sobrenatural, a passagem pelo primeiro limiar, o caminho de provas, a apoteose, a benção última, a recusa do retorno e Senhor dos dois mundos.

Tarcis Prado Junior (2020) usou também a jornada do herói para analisar a representação de Moro em publicações do jornal *Gazeta do Povo*, do Paraná. O autor tem enfoques diferentes do nosso, mas é um trabalho que dialoga com o que está sendo proposto nesta pesquisa.

Até chegar ser considerado um herói como também constatou Prado Junior (2020) o personagem precisa ser o protagonista de uma história, passar por provações, combater inimigos e obter algum tipo de redenção. Nas manifestações pelo *impeachment* de Dilma, Moro era ovacionado pelos manifestantes de direita que pertenciam à classe média alta a ponto de em um protesto o rosto do então juiz da Lava Jato ser colocado em um boneco inflável com o corpo do *Super-man*³. A consciência de classe da elite brasileira foi decisiva para manter viva a história do herói Moro.

3.3.1 A partida

Campbell (2007) define: “O herói composto do monomito é uma personagem dotada de dons excepcionais. Frequentemente honrado pela sociedade de que faz parte, também

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/04/advogado-mobiliza-vaquinha-e-faz-bonecao-de-super-moro-em-mt.html>

costuma não receber reconhecimento ou ser objeto de desdém” (CAMPBELL, 2007, p.41).

A segunda parte da definição do autor pode ser atualizada se compararmos com a representação de Moro durante a Lava Jato, porque o então juiz era reconhecido nacionalmente, participou de vários eventos políticos e precisou até mudar a sua rotina de trabalho e de lazer com a família (NETTO, 2016). Este “herói” era sim assumidamente reconhecido tanto por quem o idolatrava como por quem o desdenhava. Essas diferenciações em relação ao que Campbell escreveu têm a ver com a ideologização da sociedade e como os heróis hoje não são mais uma unanimidade. Aos possíveis questionamentos sobre ser ou não um herói a justificativa de Prado Junior (2020) é bem fundamentada para quem escolheu estudar esse objeto de pesquisa. “O estudo é um retrato da fotografia da época, 2016, portanto, a oscilação de aceitação do herói não descaracteriza esse trabalho posto que seu objetivo é mostrar como a imprensa construiu sua imagem naquele período[...]” (PRADO JUNIOR, 2020, p.51).

Segundo Campbell (2007), a partida é o primeiro estágio do herói e está dividida em cinco fases, das quais o presente estudo irá relacionar três: o chamado da aventura, o auxílio sobrenatural e a passagem pelo primeiro limiar. A primeira fase representa como se inicia a jornada.

Campbell (2007) conta que havia uma princesa muito bonita que se banhava em uma fonte em dias quentes em uma floresta. Para passar o tempo, ela levava uma bola dourada que um dia caiu no fundo do lago. Um sapo propôs à princesa uma troca. Se ele trouxesse novamente a bola dourada, ela se comprometeria a permitir a presença do animal em suas atividades cotidianas. A princesa, no entanto, não cumpriu com a sua parte no acordo. “Eis um exemplo de um dos modos pelos quais a aventura pode começar. Um erro — aparentemente um mero acaso — revela um mundo insuspeito, e o indivíduo entra numa relação com forças que não são plenamente compreendidas” (CAMPBELL, 2007, p.60). Nesta fase, como o conto demonstra na figura do sapo, há um arauto que anuncia esse chamado.

O arauto ou agente que anuncia a aventura, por conseguinte, costuma ser sombrio, repugnante ou aterrorizador, considerado maléfico pelo mundo; e, no entanto, se prosseguirmos, o caminho através dos muros do dia, que levam à noite em que brilham as joias, nos será aberto. O arauto pode ser um animal (como no conto de fadas), representante da fecundidade instintiva reprimida que está dentro de nós. Pode ser igualmente uma figura misteriosa coberta por um véu — o desconhecido (CAMPBELL, 200, p.62).

Ainda sobre o chamado da aventura, Campbell (2007) nos traz uma particularidade que dialoga com a representação de Moro em *Veja* enquanto juiz da Lava Jato e, de certa forma, demonstra que a ideologia daquele alçado ao posto de salvador pode influenciar na narração. “O herói pode agir por vontade própria na realização da aventura, como fez Teseu ao chegar à cidade do seu pai” (CAMPBELL, 2007, p.66).

O auxílio sobrenatural é outra fase em que é possível estabelecer uma relação com o objeto em estudo. Campbell (2007) conta uma história de uma tribo do leste africano em que um homem muito pobre chamado Kyazimba em desespero se dispôs a buscar a terra onde nasce o sol. Ele, cansado, viu uma mulher decrepita se aproximar e a envolvê-lo em suas vestes. Ela o levou ao zênite, onde encontrou um ilustre chefe que o abençoou. Desde então, Kyazimba viveu em prosperidade. “E, quando a ação do herói coincide com a ação para a qual sua própria sociedade está pronta, ele parece seguir o grande ritmo do processo histórico” (CAMPBELL, 2007, p.76).

A fase da passagem pelo primeiro limiar é emblemática para contar a história de Moro na Lava Jato. Por ser uma operação complexa que mexeu com a alta cúpula do poder, cujos alvos investigados tinham acesso a renomados escritórios de advogados, as cortes superiores de justiça também tiveram papel ativo neste processo de investigação. “Tendo as personificações do seu destino a ajudá-lo e a guiá-lo, o herói segue em sua aventura até chegar ao “guardião do limiar”, na porta que leva à área da força ampliada” (CAMPBELL, 200, p.82).

3.3.2 A iniciação

Já no estágio posterior, na iniciação, o herói é submetido ao caminho de provas. No caso estudado, é o momento em que o sistema político se volta contra Moro. Essa fase revela a amplitude das ações da Justiça Federal de Curitiba e como a ideologização de movimentos sociais influenciou na resistência ao contra-ataque dos que eram alvos do juiz da Lava Jato. “Tendo cruzado o limiar, o herói caminha por uma paisagem onírica povoada por formas curiosamente fluidas e ambíguas, na qual deve sobreviver a uma sucessão de provas” (CAMPBELL, 2007, p.102).

A fase da apoteose do mito descrita por Campbell (2007) é evidenciada na estrutura da reportagem de *Veja* que anuncia como um duelo, o que reforça a tese da narrativa de conflito (MOTTA, 2013), o julgamento de Lula no processo que o petista era acusado de ser o

proprietário do triplex do Guarujá proveniente de dinheiro de propina da Petrobras, denúncia que até os procuradores da força-tarefa não tinham segurança jurídica da ligação dos desvios com a suposta compra do imóvel como provaram as reportagens da série Vaza Jato (DUARTE, 2022).

Campbell (2007) conta a história de um dos mais poderosos e amados Bodisatvas do budismo Mahaiana do Tibete, da China e do Japão que é o “Portador do Lótus, Avalokiteshvara, ‘o Senhor que Olha para Baixo com Piedade’, assim chamado porque olha com compaixão para todas as criaturas sensíveis que sofrem os males da existência (CAMPBELL, 2007, p.144). Esse personagem mítico é considerado um guia para sua sociedade e questioná-lo é ir contra a correção das coisas do mundo. “O mundo é feito e iluminado pelo Bodisatva (“aquele cujo ser é iluminação”), mas não o retém; pelo contrário, é ele quem retém o mundo, o lótus” (CAMPBELL, 2007, p.145).

A benção última é fase da etapa da iniciação que o presente estudo irá utilizar para encerrar a análise das edições de *Veja* do auge da Lava Jato sem, no entanto, ser incomodado pelo Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável por fiscalizar o trabalho dos juízes. Campbell (2007) conta a história do Príncipe da Ilha Solitária que passou seis noites e seis dias no divã de ouro com a Rainha do Tubber Tintye. Na sétima manhã, porém, ele decidiu ir embora. Encheu três garrafas do poço flamejante, comeu uma perna de carneiro e um pedaço de pão e os deixou como havia encontrado. Depois escreveu uma carta à rainha para avisá-la que estivera ali enquanto ela dormia. O príncipe passou pela janela, saltou sobre o lombo de um cavalo magro e passou ileso pelas árvores. “A facilidade com que a aventura é realizada aqui significa que o herói é um homem superior, um rei nato. [...] Onde o herói comum teria um teste diante de si, o eleito não encontra nenhum empecilho e não comete erros” (CAMPBELL, 2007, p.163).

3.3.3 O retorno

O último estágio da jornada do herói é dividida por Campbell (2007) em 5 fases, mas o presente estudo escolheu duas delas para analisar a representação de Moro na reportagem de *Veja*: a recusa do retorno e Senhor dos dois mundos. A saída do então todo-poderoso juiz da Lava Jato do comando da operação e a aceitação do convite para ser ministro da Justiça e da Segurança Pública do governo Jair Bolsonaro evidenciaram que ele não queria sair dos holofotes depois de cumprir a missão de condenar sem provas o candidato favorito daquela

eleição Luiz Inácio Lula da Silva. Quatro anos mais tarde, em 30 de outubro de 2022, porém, o petista derrotou o presidente Bolsonaro no 2º turno por uma diferença de mais de 2 milhões⁴ de votos, na disputa mais apertada da Nova República.

Campbell (2007) afirma que o herói, depois terminada a sua busca, precisa retornar com troféu conseguido por meio de uma graça feita por alguma personificação humana ou animal.

O círculo completo, a norma do monomito, requer que o herói inicie agora o trabalho de trazer os símbolos da sabedoria, o Velocino de Ouro, ou a princesa adormecida, de volta ao reino humano, onde a benção alcançada pode servir à renovação da comunidade, da nação, do planeta ou dos dez mil mundos.

Mas essa responsabilidade tem sido objeto de frequente recusa (CAMPBELL, 2007, p.195).

O Senhor dos dois mundos é a última fase escolhida para análise. Campbell (2007) afirma ser nessa etapa que o mito passa a ser entendido além da perspectiva que ele próprio representa, ou seja, outros sentidos podem ser associados a ele. “Os mitos não costumam apresentar numa única imagem todo o mistério do livre trânsito. Quando o apresentam, o momento é um precioso símbolo, cheio de importância, a ser tratado como um tesouro e contemplado” (CAMPBELL, 2007, p.225).

3.4 O justiceiro

A presente pesquisa objetiva demonstrar que há uma ordem da narração da reportagem de revista que não tem necessariamente a obrigação de se ater a descrição objetiva dos fatos, mas sim construir personagens de acordo com a ideologia de classe à qual está associado o grupo político que comanda o veículo de comunicação. Na verdade, o que se defende aqui é que a matéria-prima do jornalismo é o acontecimento, mas que há uma tendência a não se comprometer com a realidade e seus vários pontos de vistas, o que pode produzir representações simbólicas fundadas na imaginação, como histórias sobre mitos e literatura.

A historiografia e o jornalismo são exemplos da narrativa objetiva, relatos que pretendem se aproximar do real. Os narradores da história e do jornalismo procuram, por estratégias e artimanhas próprias (veremos isso em detalhes no capítulo sobre metodologia), manter a objetividade do relato,

⁴ Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>

representar fielmente o real: procuram contar desde uma visão externa dos fatos, para provocar a falsa imagem que os fatos falam por si mesmos. Os contos populares, os mitos e a literatura são exemplos de narrativas fictícias, fundadas na imaginação, sem o compromisso de representar fielmente o real (o mundo do como se). Os narradores dos mitos e da literatura não se atêm aos fatos nem procuram ser fiéis à realidade (MOTTA, 2013, p.89).

Da mesma maneira que *Veja* representou Sergio Moro como herói nacional, *CartaCapital* também mitificou este personagem da política brasileira recente. Entretanto, a representação do então juiz da Lava Jato foi crítica a seus métodos de trabalho e ao autoritarismo de “peitar” decisões de magistrados integrantes de tribunais. A revista comandada por Mino Carta durante esse período ao escolher Moro para estampar as suas capas se aproximou das narrativas dos romances populares.

Sem poder ser revolucionário porque deve ser consolatório, o romance popular é obrigado a mostrar que, se existem contradições sociais, existem forças que podem saná-las. Ora, tais forças não podem ser as populares, porque o povo não tem poder, e se o tomar, temos a revolução e por conseguinte a crise. Os saneadores devem pertencer às classes hegemônicas. Mas visto que, como classe hegemônica, não teriam interesse em sanar as contradições, devem pertencer a uma estirpe de justiceiros que vislumbrem uma justiça mais ampla e harmônica. E visto que a sociedade não reconhece essa sua necessidade de justiça e não compreenderia esse seu desígnio, devem eles lutar por alcança-los contra a sociedade e contra as leis. Para conseguirlo devem ser dotados de qualidades excepcionais e terem uma força carismática que legitime sua decisão aparentemente eversiva. Assim se gera o Super-homem (ECO, 1978, p.94).

A partir desta definição de Eco (1978), a pesquisa vai analisar as edições de *CartaCapital* identificando algumas características dos romances populares contidos na narração das reportagens. São elas:

O Super-homem do folhetim tem consciência de que o rico prevarica contra o pobre, e que o poder se fundamenta na fraude; mas não é um profeta da luta social, como Marx, e conseqüentemente não repara essas injustiças subvertendo a ordem da sociedade. Simplesmente sobrepõe sua justiça à comum, aniquila os maus, recompensa os bons, restabelece a harmonia perdida. Neste sentido o romance popular democrático não é revolucionário, é caritativo, consola seus leitores com a imagem de uma justiça fabulística; (ECO, 1978, p.111).

Embora seja possível identificar algumas dessas características nas quatro edições analisadas, as reportagens de *CartaCapital* não têm o objetivo de consolar seus leitores, o que evidencia o compromisso do jornalismo em explicar outros pontos de vista sobre o assunto. Mas, a mitificação do personagem Moro na revista é encontrada na composição das capas, na abertura (título e lead) e na composição de fotos.

Antes da análise empírica, o que se buscou nesta parte do capítulo foi relacionar conceitos que podem orientar um estudo sobre a construção de mitos pelo jornalismo. Para finalizar, a pesquisa vai fazer uma discussão sobre as características da reportagem e conectar pontos em comum com a narrativa mítica e explicar a base metodológica.

3.5 Jornalismo de revista

Até agora a presente pesquisa buscou teorizar como se dá a construção discursiva de personagens míticos pelo jornalismo, mas ainda não evidenciou aspectos deontológicos da reportagem de revista que ajudaram a confirmar a influência da ideologia neste tipo de narrativa. O estudo irá problematizar dois deles: as características do jornalismo de revista, no caso, as semanais de informação geral (LAGE, 2012), e a opinião e o conflito com a categoria do jornalismo interpretativo.

Para Scalzo (2020, p.11-12), “uma revista é um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento”. Embora seja uma definição simplista, ela já demonstra que o que é vendido nas bancas ou por meio de assinaturas digitais obedece à lógica do mercado, ou seja, quem detém os meios de produção e a *expertise* exerce influência no campo simbólico de capitais. Ou seja, a revista é um suporte em que a consciência social (MÉSZÁROS, 2004) orientada esconde uma ideologização e assume papel preponderante nas narrativas jornalísticas.

Já Benetti (2013) ampliou a definição.

O jornalismo de revista é um discurso e um modo de conhecimento que: é segmentado por público e por interesse; é periódico; é durável e colecionável; tem características materiais e gráficas distintivas dos demais impressos; exige uma marcante identidade visual; permite diferentes estilos de texto; recorre fortemente à sinestesia; estabelece uma relação direta com o leitor; trata de um leque amplo de temáticas e privilegia os temas de longa duração; está subordinado a interesses econômicos, institucionais e editoriais; institui uma ordem hermenêutica do mundo; estabelece o que julga ser contemporâneo e adequado; indica modos de vivenciar o presente; define parâmetros de normalidade e de desvio; contribui para formar a opinião e o gosto; trabalha com uma ontologia das emoções (BENETTI, 2013, p.55).

Como nas narrativas míticas em que se espera e confia em uma transformação prestes a surgir (CAMPBELL, 1990), a reportagem de revista estabelece uma relação de confiança (Scalzo, 2020) com o seu leitor, que é fiel à qualidade das informações publicadas. Uma prova dessa fidelidade é que, mesmo com a queda nas vendas de bancas e de anunciantes, as

revistas em estudo, possuem trajetórias consolidadas no mercado editorial. *Veja* circula desde 1968. *CartaCapital* nasceu em 1994. Mais adiante, a pesquisa irá aprofundar mais a história dos dois veículos de comunicação.

Essa relação de confiança com leitor advém de outras características apontadas por Benetti (2013): os temas de longa duração, a autoridade e a emoção. Como anteriormente explicado, a repetição de uma deliberada produção de sentido é o pontapé inicial para consolidar um personagem ou uma visão sistematizada de algum problema social com características que possam suprir o anseio de parte da opinião pública ou do público que compõe o segmento da revista.

As edições de *Veja* e *CartaCapital* que expuseram a representação visual de Sergio Moro sozinho em suas respectivas capas, objetos deste estudo, nas narrativas de conflito (MOTTA, 2013) que nortearam as reportagens durante a Lava Jato exemplificam que o jornalismo de revista como um produtor da mitificação do então juiz da maior operação de *lawfare* já deflagrada no Brasil, ora como herói, ora como justiceiro. Foi um tema de longa duração amplamente debatido pela sociedade com a visão majoritária de que Moro tinha o poder de extirpar da vida pública políticos e empresários selecionados pela força-tarefa como bem provou o escândalo da Vaza Jato (DUARTE, 2020).

Além da escolha dos temas a serem publicados, o jornalismo de revista constrói outro tipo de saber: a autoridade, o que compactua com a estrutura da narrativa mítica que fala do quê e como ocorreu (ELIADE, 2016). “O dispositivo de autoridade é, obviamente, fundamental a todo discurso. No jornalismo, ele adquire função elementar, pois permite reforçar a própria credibilidade de modos exaustivamente repetidos” (BENETTI, 2013, p.53-54). A autora e pesquisadora afirma que esse discurso de autoridade se sustenta porque há uma pré-disposição do leitor em pressupor que as informações publicadas são novas e atuais e foram apuradas e checadas pelo repórter. De uma maneira geral, essa relação acontece, mas cabe aqui, diante do objeto desta pesquisa, destacar que a autoridade do discurso dessas duas revistas passa por atender aos anseios ideológicos de seu público também.

A emoção é outra característica presente tanto na reportagem de revista como nas narrativas míticas. “O mito é o sonho público, e o sonho é o mito privado. Se o seu mito privado, seu sonho, coincide com o da sociedade, você está em bom acordo com seu grupo” (CAMPBELL, 1990, p.42). Ao ler o leitor produz sentimentos como tristeza, alegria, medo,

indignação, surpresa, por exemplo, que funcionam como guias de interpretação. Essa característica do jornalismo de revista dialoga com a função pedagógica dos mitos descrita por Campbell (1990). Eles têm o poder de induzir um pensamento ou dizer o que precisa ser feito para solucionar determinada situação.

Pode-se afirmar que o jornalismo de revista explora uma ontologia das emoções pela ativação: o prazer sensorial de folhear uma coleção de páginas agrupadas, coloridas e com papel de textura agradável; da fruição estética de imagens belas, dramáticas, chocantes, intensas, hiper-reais; dos relatos que provocam emoções universais, como o medo, desejo, curiosidade, estupefação, alegria, melancolia, inveja, desassossego, solidão; do movimento entre o mundo concretamente vivido e o mundo apenas imaginado das histórias de outras pessoas, em outros lugares (BENETTI, 2013, p.55).

É um processo de afetação e consequente parceria entre o leitor e sua revista a qual reúne, portanto, características narrativas que associadas a um momento político e ao senso comum podem produzir mitos de acordo com a matriz ideológica da empresa.

3.6 A reportagem

A revista é o veículo de comunicação em que o gênero jornalístico reportagem mais se desenvolveu tanto textualmente como graficamente desde a sua primeira publicação neste formato com assuntos variados e certa periodicidade. “A primeira revista de que se tem notícia foi publicada em 1663, na Alemanha, e chamava-se *Erbauliche Monats-Unterredungen* (ou Edificantes Discussões Mensais)” (SCALZO, 2020, p.19)⁵.

Os jornais impressos e digitais também desenvolvem reportagem, mas como o tempo de preparação da edição de uma revista é maior, dependendo da periodicidade, —semanal, quinzenal ou mensal—, o produto final é bem mais elaborado. “É necessário lembrar que a revista é mais literária que o jornal, no que se refere ao tratamento do texto, e mais artística quanto aos aspectos de programação visual. Nisto não vai qualquer juízo de valor: tal literatura e tal arte são aqui consideradas como meras formações ideológicas” (LAGE, 2012, p.113-114).

A proximidade da reportagem com a literatura pode ser evidenciada por este objeto de

⁵ No Brasil, a primeira revista publicada chamava-se *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, em 1812, em Salvador. Um ano depois, em 1813, no Rio de Janeiro surge *O Patriota*, a segunda revista publicada no país (Scalzo, 2020).

estudo que problematiza as distintas representações de Sergio Moro à frente da Lava Jato. Em *Veja e CartaCapital*. Ferrari e Sodré (1986) afirmam que a reportagem se assemelha a um conto literário e elencam cinco características fundamentais para constru o desse gênero jornalístico: a força, a clareza do texto, a condensac o, a tensão e a novidade.

A força   a qualidade do relato,   o que prende a aten o do leitor, que pode ser de ordem emocional ou racional. A clareza tem a ver com a capacidade de o texto promover a compreensão imediata daquilo que está sendo narrado. A condensac o   o poder de simplificar e cortar informa es desnecessárias. A tensão   o clímax da história. Já novidade diz respeito   matéria-prima do jornalismo que   contar o que ninguém ou boa parte do público ainda não sabe.

Dessas características elencadas por Ferrari e Sodré (1986), pelo menos duas delas, a força e a tensão, fazem parte da estrutura de uma narrativa mítica. “Os mitos estimulam a tomada de consciência da sua perfei o possível, a plenitude da sua força, a introdu o de luz solar no mundo. Destruir monstros   destruir as coisas sombrias” (CAMPBELL, 1990, p.157).

A escolha desses conceitos estrutura um modelo de análise que propõe uma discussão de como o jornalismo de revista pode criar e alimentar uma representa o mítica. Portanto, a pesquisa identificou três campos do conhecimento que dialogam com o objeto de estudo. A primeira parte foi entender as características das narrativas dos mitos que também estivessem presentes nas reportagens estudadas com as quais outros autores já tivessem se preocupado em produzir teorias. Em um segundo momento da montagem do conjunto de teorias com aderência ao objetivo central da pesquisa identificou-se a necessidade de adotar um modelo de caracteriza o do herói (CAMPBELL, 2007) e definir um conceito de justiceiro (ECO, 1978). Assim, as análises empíricas partirão de teorias já testadas por outros pesquisadores.

Para finalizar a discussão, estabeleceu-se um marco teórico do jornalismo de revista para entender os elementos que contribuem para a forma o de mitos. Nesta pesquisa, entendidos como ideológicos devido ao contexto simbólico em que são criados. Ou seja, representam os interesses de quem detém os meios de produ o no sistema capitalista de classes como também entende Barthes.

Qual   a fun o específica do mito? Transformar um sentido em forma. Isto  , o mito   sempre um roubo de linguagem. Eu roubo o negro que faz a sauda o militar, o chalé branco e marrom e a baixa do preço das frutas na esta o não para transformá-los em exemplos ou símbolos, mas para, graças

a eles, neutralizar o Império, o meu gosto pelas coisas bascas e o Governo (BARTHES, 2012, p.223).

Portanto, a escolha por essas teorias tem a ver com as questões que o objeto de pesquisa traz tanto para o campo do jornalismo como para política brasileira. A formação de mitos se dá por meio da linguagem que camufla sentidos que, no caso estudado, expõe disputas ideológicas do sistema capitalista.

4 AS HISTÓRIAS DE *VEJA* E *CARTACAPITAL*

Antes de entender a linha editorial que cada revista adota e a partir dela evidenciar a ideologia que alimenta determinada prática discursiva (FAIRCLOUGH, 2016), como as reportagens analisadas nesta pesquisa, é importante resgatar a história desses importantes veículos de comunicação para a sociedade brasileira. O presente estudo parte do pressuposto de que a trajetória de cada veículo constitui um ponto de partida para uma análise da evolução do gênero reportagem e do modo de narrar.

Independente da crise financeira pela qual atravessa o segmento das revistas de uma maneira geral — essa dissertação foi escrita entre fevereiro e maio de 2023 — com a queda nas vendas de bancas, a concorrência da internet e a migração dos anunciantes para as plataformas digitais, *Veja* e *CartaCapital* ainda possuem tiragens impressas. É um segmento que consolidou um público-leitor interessado em assuntos diversos como a política, a economia, o esporte, culinária, automóveis, fotografia, religião, quadrinhos entre tantos outros. De certa forma, essa confiança do leitor com sua revista predileta da qual trata Scalzo (2020) pode ser considerada um elemento facilitador para que a empresa dissemine os seus valores sociais e a forma como a sociedade deve se comportar. Só que essa relação é resultado de um estado de permanência do público consumidor com as edições lançadas ao longo do tempo. Nesta primeira parte do capítulo, vamos descrever como aconteceu o desenvolvimento das principais revistas de informação do país.

As revistas começaram a circular no Brasil depois da chegada da família real, em 1808. Elas eram consideradas livros e, à medida que as técnicas de impressão e fotografia foram evoluindo, surgiram outros títulos. O começo da expansão para uma escala industrial, porém, se deu a partir do começo do século XX. A partir dos 1930 esse setor se expandiu com a chegada de imigrantes alfabetizados para trabalhar na incipiente indústria e o aumento do número de pessoas que passaram a morar nas cidades. As revistas ilustradas, conhecidas pela plasticidade das páginas, textos variados e a utilização de fotografias foram as primeiras a vender milhares de exemplares.

Em 1928, nasce o que viria a ser um dos maiores fenômenos editoriais brasileiros: *O Cruzeiro*. Criada pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, a publicação estabelece uma nova linguagem na imprensa nacional, por meio de grandes reportagens e dando uma atenção especial ao fotojornalismo (SCALZO, 2020, p.30).

*O Cruzeiro*¹ que em suas primeiras edições não tinha o artigo definido no nome foi lançada em 10 de novembro de 1928 e vendeu cerca de 700 mil exemplares (SCALZO, 2020) por semana na década de 1950. Em 1952, Adolpho Bloch, profissional gráfico, lança a *Manchete*², periódico que valorizava a qualidade da impressão e fotografias bem elaboradas. A revista de Chateaubriand teve vida longa, mas deixou de circular em 1976. *Manchete*² foi publicada até 2007, segundo consta no acervo da memória da Biblioteca Nacional. Antes de as semanais de informação ganharem espaço no mercado editorial brasileiro ainda houve outra importante publicação do segmento lançada pela Editora Abril: a Revista *Realidade*³. Lançada em abril de 1966, mensal, apostava em reportagens polêmicas, textos que dialogavam com a literatura e o intenso uso de fotografias bem produzidas. No ano de lançamento de *Veja*, em 1968, *Realidade* já havia se consolidado, como relata Maranhão (2016, p.156). “Estaca vendendo quase quatro vezes mais do que a circulação inicialmente projetada de 100 mil exemplares, que já seriam suficientes para torná-la rentável”.

4.1 VEJA

Dois anos depois, em 11 de setembro de 1968, *Veja* publica sua primeira edição. Lançar uma revista semanal de informação era um sonho antigo de Roberto Civita, filho de Victor Civita, que teria fundado a Editora Abril, em 12 de junho de 1950 com o lançamento da primeira revista do *O Pato Donald*. No entanto, a história não foi bem assim. César Civita, irmão de Victor, havia conseguido ser o representante dos produtos da *Disney* na América do Sul. Na Argentina, César criou no dia 21 de novembro de 1941 a Editorial Abril.

Na história oficial da Editora Abril brasileira, ela teria sido fundada por Victor Civita em 12 de junho de 1950, com o lançamento da primeira revista, *O Pato Donald*. Mas os fatos são diferentes. Estão documentados. No dia 16 de dezembro de 1947 — ou seja, dois anos, seis meses e 26 dias antes —, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o número 100 325, o contrato social de uma nova empresa, com sede na rua Líbero Badaró, 158, 22º andar, a poucos passos do viaduto do Chá [...]

Por livre-arbítrio de César, a nova empresa que fundou foi batizada como Editora Abril Ltda (MARANHÃO, 2016, p.50).

¹ As edições e as informações podem ser acessadas no acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em : <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=4> . Acesso em 4 de fevereiro.

² Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=3> . Acesso em 4 de fevereiro.

³ Disponível em : http://memoria.bn.br/pdf/213659/per213659_1966_00001.pdf . Acesso em 4 de fevereiro.

Maranhão (2016), que escreveu a biografia de Roberto Civita, também explica que a primeira publicação da Abril no Brasil não foi *O Pato Donald*, mas *Raio Vermelho* que teve cinco edições publicadas em cujo expediente constava o nome da Editora Primavera, sem registro na Junta Comercial, porém com o endereço da Abril. O autor documenta que o *Raio Vermelho* teve ainda 53 edições, até 1953. “Victor Civita jamais explicaria os motivos que o levaram a reescrever a história da empresa. Mas certamente preferiu que ela não fosse lembrada por um lançamento malsucedido — quis evitar a glória de ter plantado a maior editora da América Latina fosse de seu irmão” (MARANHÃO, 2016, p.59).

A Editora Abril lançou ainda publicações que caíram no gosto popular que fizeram sucesso e reforçaram a segmentação (SCALZO, 2020) que é característica das revistas. *Capricho* com as fotonovelas, *Manequim* e os moldes de costura, *Cláudia* com matérias de comportamento direcionadas às mulheres da emergente classe média no Brasil, a *Quatro Rodas* para atender ao público interessado nos veículos das indústrias automobilísticas que haviam instalado suas fábricas no país, a *Exame* direcionada a assuntos de economia, a *Placar* sobre futebol e a *Playboy* que trazia a nudez de celebridades e entrevistas com diversas personalidades da política, economia e da cultura (MARANHÃO, 2016) são algumas das revistas mais longevas junto a *Veja*.

Mas como o objeto da pesquisa é a *Veja* é preciso detalhar o começo, o auge e a fase atual desta revista cujas reportagens pautam a opinião pública, embora nos últimos anos a crise financeira fez com que a influência fosse reduzida na sociedade brasileira e escolhas editoriais impuseram a perda de parte da credibilidade da publicação.

4.2 O começo

Roberto Civita fez estágio na revista americana *Time* e o seu desejo era lançar uma publicação com esse perfil editorial. Chegou ao Brasil determinado a expandir o mercado com uma visão capitalista e anticomunista, mas liberal nos costumes (MARANHÃO, 2016). O empresário, em 1966, lançou *Realidade* da qual foi o diretor de redação. O nome da revista foi inspirado em uma ilustrada francesa *Réalités* fundada em 1946 e que deixou de existir em 1979. A redação era formada por jornalistas homens e boêmios sem ainda uma formação universitária consolidada nos currículos, mas com textos impecáveis e coberturas de assuntos inovadoras. “Cada matéria demandava pelo menos um mês de elaboração, entre pesquisas, deslocamentos, trabalho de campo, redação de texto e acompanhamento da edição final” (MARANHÃO, 2016, p.126).

A revista abordou temas polêmicos para a época como o uso da pílula anticoncepcional, o sexo entre os jovens e associou a homossexualidade ao mundo do crime e a doença, o que, como afirma Maranhão (2016), foi um dos grandes erros da publicação. Mas a revista, por outro, desbravou outras territorialidades simbólicas (HAESBAERT, 2006) ao abordar temas considerados tabus como o racismo e a religião. “Existe preconceito de cor no Brasil”, afirmava o título de uma matéria (MARANHÃO, 2016, p.142). Foi um sucesso editorial e chegou a vender 400 mil exemplares, o que aumentou o faturamento da Editora Abril.

Em 11 de setembro de 1968, *Veja* estava nas bancas e foi um sucesso de vendas. “Das suas 122 páginas, 60,6 foram de publicidade. Todas vendidas a preço de tabela, no escuro, pois o mercado ignorava o que seria a revista. Ficaram de fora, por falta de espaço, 31 anunciantes. Dos 695 600 exemplares da tiragem, foram vendidos 649 200” (MARANHÃO, 2016, 177).

A segunda edição já mostrou o contrário. Maranhão (2016) detalha que o encalhe (274 mil exemplares) foi maior do que o número de revistas vendidas (228.100). O problema naquele momento era o alto investimento feito para viabilizar o novo produto. Victor Civita aceitou gastar à época 1.569.565 dólares. A menor circulação de *Veja*, segundo Richard Civita, irmão de Roberto, foi de cerca de 38 mil exemplares no início de 1969. Maranhão (2016) não deixou de registrar que Domingo Alzugaray, então diretor comercial da Abril, afirmara que *Veja* teve tiragem de 32 mil e venda de 16 mil exemplares. *Veja* só foi parar de dar prejuízo quando Roberto Civita implantou a venda por assinatura e negociou com os donos de bancas (MARANHÃO, 2016). “Para termos ideia desse crescimento, segundo o IVC (Instituto Verificador de Circulação), no último trimestre de 1972, *Veja* teve uma venda média semanal de 97 mil exemplares, sendo 52 mil em bancas e 45 mil por assinatura” (ALMEIDA, 2009). Só a partir do sexto ano que a revista começou a dar lucro.

Bardawil (1999), que fez parte do primeiro time de repórteres da *Veja*, afirma que demorou para direção de *Veja* entender qual a linha editorial correta para uma revista semanal de informação.

A *Time*, então, era uma revista de redator. E foi isso que os caras da *Veja* não entenderam na época. Eles pensavam que a *Veja* seria uma revista de repórter, e não era. Só com o tempo foi que se descobriu que realmente tinha de ser uma revista de redator. Tanto é que os editores foram ficando cada vez mais importantes, nos primeiros seis meses, e os repórteres foram sendo

demitidos. Dos 50 repórteres selecionados no curso inicial, eles demitiram 26, mais da metade (BARDAWIL, 1999, p.70).

O Curso Abril recebeu inscrições de 1.800 profissionais com curso superior que tinha interesse em jornalismo, já que naquela havia poucas faculdades. Em 4 de março de 1968, o curso foi aberto. Duzentos candidatos foram entrevistados e 100 foram aprovados, segundo Maranhão (2016). Esse último número contradiz o que escreveu Bardawil (1999) em sua autobiografia que 50 profissionais foram selecionados para trabalhar nos números zero. Almeida (2009) também confirma o número do jornalista político. “Dos 100 participantes iniciais, foram aprovados 50” (ALMEIDA, 2009, p.28). A pesquisadora detalha que ao todo foram 13 números zero até a primeira publicação. Eles faziam parte, segunda a autora, do Projeto Falcão, nome dado pela Abril à iniciativa editorial de *Veja*, descrito na edição comemorativa do quarto ano da revista. A primeira redação de *Veja* era composta por cerca de 100 jornalistas, dirigidos por Mino Carta.

Durante a feitura dos números zero, a enorme redação estava praticamente formada. Para os postos-chave, Mino levou jornalistas com os quais havia trabalhado no *Jornal da Tarde* ou que conhecia. Inspirado no que observara nas semanais americanas e europeias, ele montou editorias estanques. Trabalhariam em espaços separados por divisórias que logo ganhariam o nome de baias. Cada uma tinha editor, editores- assistentes e repórteres. Dez repórteres especiais não ligados diretamente às editorias. Podiam ser recrutados por qualquer uma delas. Foram criadas grandes sucursais, chamadas inicialmente pelo nome francês de *bureaux*: a do Rio de Janeiro (quinze jornalistas) e a de Brasília (sete). E mais cinco sucursais menores, em Recife (quatro jornalistas), Belo Horizonte (dois), Porto Alegre (dois), Salvador (dois) e Curitiba (um), sem contar dez correspondentes nacionais e um em Nova York. Para a arte e a produção, foram destacadas nove pessoas. Fotógrafos era dez (quatro em São Paulo, mais o editor, dois no Rio e os demais espalhados nas sucursais). Desse grupo superdimensionado, fazia parte um corpo de 46 repórteres baseados em São Paulo. Para efeito de comparação, em 2015 a revista teria dezenove repórteres em São Paulo, três sucursais (com um total de dez jornalistas) e nenhum fotógrafo (MARANHÃO, 2016, p.169).

Entre os jornalistas monitores da turma do Curso Abril estavam Sebastião Rubens G. Pinto (Tão Gomes); os irmãos Sérgio e Renato Pompeu, Ulysses Alves de Sousa, Carlos Souliê do Amaral e Roberto Muggiatti. Almeida (2009) descreve com detalhes a história de cada membro da equipe inicial. *Veja* ainda tinha nomes como José Roberto Guzzo no comando da editoria de Internacional. Ele assumiu a direção da redação após a saída de Mino, em 1976. Almyr Gajardoni foi para sucursal de Brasília, enquanto Paulo Totti para a de Porto Alegre. Paulo Henrique Amorim era editor de Economia e, segundo Almeida (2009), foi um dos responsáveis por convencer Dorrit Harazim a migrar da França para o Brasil e trabalhar

na editoria de Internacional. Carmo Chagas, Raimundo Pereira, Marcos Sá Correa, Elio Gaspari, Hermano Henning, Geraldo Mayrink, Edgard de Silvio Faria, Luis Nassif, Alcelmo Gois, dentre outros nomes fizeram parte do começo do que seria a maior revista de informação do Brasil.

4.3 Censura prévia

Veja nasceu sob o regime ditatorial imposto pelo golpe de 1964. Mas, três meses depois da publicação da primeira edição, em 13 de dezembro de 1968, o governo Costa e Silva instaurou o Ato Institucional nº 5 que determinou entre outras medidas o fechamento do Congresso Nacional, a suspensão do *habeas corpus* e dos direitos políticos, a proibição de manifestação política, dentre outras proibições⁴. A medida endurecia ainda mais a repressão contra os opositores ao regime.

A censura prévia em *Veja* aconteceu em três épocas diferentes. Os cortes de textos já eram rotina mesmo antes da instalação do censor na redação. Até então as proibições eram enviadas por meio de bilhetinhos e telefonemas para os diretores e editores com a determinação de que temas desfavoráveis à imagem da ditadura e personalidades políticas e culturais não fossem tratados pelas reportagens. É o que Almeida (2009) classificou como censura branca.

Após a publicação da edição nº 169 cuja reportagem principal era sobre a renúncia do governador do Paraná Haroldo Leon Peres, acusado de corrupção, a censura prévia se instalou por um longo período na redação. Entre janeiro e setembro de 1972, os censores rabiscavam as laudas, mandavam substituir palavras e carimbavam os trechos vetados pela ditadura militar.

O maior período da censura prévia se deu dois anos mais tarde. Em 15 de maio de 1974, a diretoria da Abril foi comunicada de que a censura prévia retornaria em *Veja*. O motivo da represália foi porque na edição nº 296 de 8 de maio uma charge de Millôr Fernandes mostrava um prisioneiro pendurado na parede com uma bola de ferro nos pés e o seu carcereiro dizendo pela grade: “Nada consta”.

Mas, a primeira edição apreendida pela Polícia Federal foi a que noticiava a instau-

⁴Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em 27 de fevereiro de 2023.

ração do Ato Institucional nº 5. A capa programada da edição nº 15, de 15 de dezembro de 1968, levou o censor à redação. Almeida (2009), que entrevistou Roberto Civita e outros jornalistas que trabalharam na revista nesta época para sua pesquisa, relatou que a ideia da capa previamente censurada era mostrar uma foto do Congresso Nacional com um vidro estilhaçado por cima. Roberto Civita, então, convenceu o censor de que colocaria o então presidente Costa e Silva sem escrever nenhum texto, o que foi aprovado. No dia 16, quando começou a ser distribuída, a circulação foi proibida pela censura. Bardawil (1999) viajou de Brasília a São Paulo com a foto ampliada que foi a capa da edição entre duas camisas sem que a revista policial a percebesse. “Esse número do Costa e Silva foi histórico porque foi o primeiro número de *Veja* que repercutiu” (BARDAWIL, 1999, p.60).

Almeida (2009) afirma que a partir da edição de nº285, de 20 de fevereiro de 1974 no lugar das partes censuradas Mino Carta teve a ideia de colocar as figuras de anjos e demônios para preencher os espaços. Além disso, em outras ocasiões, a arvorezinha símbolo da Abril foi colocada para preencher os espaços vazios.

Segundo levantamento feito por Almeida (2009) no arquivo da Editora Abril (Dedoc), 138 matérias foram proibidas de serem publicadas pelos censores Richard de Bloch e Nilo Ferreira. A pesquisa mostra que 44 cartas da seção Cartas de Leitores, seção constituída por mensagens de leitores da revista muitas vezes apócrifas escritas pelos próprios jornalistas de *Veja* para atacar o regime (ALMEIDA, 2009), e 52 reportagens da editoria Brasil foram censuradas. Maranhão (2016), por sua vez, traz outros dados. “*Veja* teve 10 352 linhas cortadas e sessenta matérias, 44 fotografias e vinte ilustrações vetada na íntegra” (MARANHÃO, 2016, p.210). A pesquisadora detalha a sua metodologia o que permitiu entender de uma forma mais clara o seu estudo. Ela separou os documentos censurados em seis grandes unidades temáticas, o que a permitiu auferir as razões dos vetos e contextualizá-los.

Questões Políticas, Censura, Questões Sociais, Questões Internacionais, Questões Educacionais e Culturais e Questões Econômicas. Por exemplo: notícias sobre torturas, presos políticos, corrupção política ou militar e sucessão presidencial foram enquadradas na unidade temática Questões Políticas. Por sua vez, matérias sobre a situação dos presídios brasileiros, criminalidade e, até mesmo, sobre a situação dos índios, foram classificadas na unidade temática Questões Sociais (ALMEIDA, 2009, p.179).

Não é o objetivo de a presente pesquisa detalhar especificamente cada matéria que foi censurada total ou parcialmente, porque este estudo já foi feito pela autora e pelo ex-jornalista

da Abril. O que está evidenciado é que existe uma diferença no número de matérias censuradas. Mas isso é um trabalho para outro estudo. O que importa aqui é o resgate desses dados que são relevantes para evidenciar como a *Veja* conseguiu, mesmo com a censura, fazer jornalismo profissional e mostrar que existia um estado contra as leis e os direitos humanos, principalmente.

Neste início da revista com o endurecimento da censura e das restrições às liberdades individuais *Veja* conseguiu driblar o regime e trazer os bastidores do poder, essência do jornalismo político.

Da trombose de Costa e Silva, no início de setembro, até a sua morte, no final de dezembro, *Veja* publicou uma memorável sequência de dezessete capas. Só três não estavam ligadas à crise política. Catorze foram sobre assuntos espinhosos difíceis de averiguar, ainda mais sob censura. A revista focalizou o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, a disputa entre os militares pela Presidência, a candidatura e a posse do general Emílio Garrastazu Médici, a reabertura do Congresso, a morte de Carlos Marighela e a adesão de alguns frades à luta armada (CONTI, 2012, p.54).

Duas edições falaram abertamente sobre a tortura praticada nos porões da ditadura. A de 3 de dezembro de 1969 trouxe a manchete: “O presidente não admite torturas”. O texto, segundo Maranhão (2016) foi atribuído a um porta-voz da Presidência e não foi bem recebido pelos militares. Ao mesmo tempo que a revista de certa forma isentava o então presidente de apoiar a violência política, física, psicológica e moral contra adversários admitia que a tortura existia.

Com a revista nas bancas, veio uma ordem da censura: o assunto não poderia voltar a ser tratado. Apesar da proibição, a revista publicou na semana seguinte uma nova e contundente reportagem. A capa trazia uma ilustração medieval em que presos são pendurados em cordas e submetidos a sevícias, com o título em uma palavra: “Torturas”. *Veja* voltou a ser apreendida (MARANHÃO, 2016, p.195).

Como destacou Bardawil (1999) e Maranhão (2016) *Veja* começou a tomar forma depois da capa com Costa e Silva sentado sozinho no Congresso e foi melhorando aos poucos.

Sua diagramação era confusa, e as reportagens, prolixas. Lentamente, Carta melhorou-a. Chamou Millôr Fernandes para fazer duas páginas de humor. Publicou resenhas de filmes e livros. Colocou na abertura da revista uma entrevista com perguntas e respostas. Havia um estoque de papel amarelo sobrando na gráfica, e ele foi usado na nova seção. Como se tornou uma marca, quando o papel acabou, utilizou-se tinta amarela para colorir as páginas da entrevista. Com a cobertura da doença de Costa e Silva, do

governo da Junta Militar e das torturas, a revista adquiriu relevância política (CONTI, 2012, p.263).

O estudo sobre a história de *Veja* vai aprofundar acontecimentos, mudanças na equipe e edições responsáveis pela consolidação editorial da revista no mercado brasileiro, além de indicar as mudanças tecnológicas as quais precisou incorporar para manter a relevância da marca em um momento de crise dos veículos impressos.

14.4 O auge

Desde a saída de Mino Carta, em 1976, José Roberto Guzzo passou a ser o diretor da redação tendo inicialmente Sergio Pompeu e depois, em 1979, Elio Gaspari como diretores-adjuntos. Segundo conta Maranhão (2016), a dupla Guzzo e Gaspari foi responsável pelo crescimento da *Veja* como revista semanal de informação, pois houve uma melhoria no nível editorial com reportagens exclusivas e textos bem elaborados.

Os destaques, entre outros, incluíam as sete capas consecutivas sobre a doença e a morte do presidente eleito Tancredo Neves. Muitas delas traziam informações exclusivas apuradas pelo editor assistente gaúcho José Antônio Dias Lopes, que graças às fontes que cultivou durante anos na área da medicina (era um dos remanescentes do Curso Abril, sua porta de entrada na *Veja* durante a elaboração dos números zero) conseguia infiltrar-se no Instituto do Coração, onde Tancredo estava internado, com uniforme de enfermeiro, desembarcando de ambulância. Entre muitas outras, seriam lembradas: a extensa cobertura da primeira visita ao Brasil do papa João Paulo II; os relatos em sequência da Guerra das Malvinas, coordenados por Dorrit; a campanha das Diretas Já; o Plano Cruzado; a Constituinte de 1988; os desmoronamentos do mundo comunista; o Plano Collor; e a reunificação da Alemanha (MARANHÃO, 2016, p.299).

Duas edições, uma em 1982, e a outra em 1989, marcariam para sempre a história de *Veja* em seu auge como revista semanal. A morte de Elis Regina por overdose de álcool e cocaína mereceu naquele ano uma chamada de capa com o texto “A tragédia da cocaína” com o título da reportagem “O amargo brilho do pó”. A matéria teve repercussão negativa entre familiares e amigos da cantora que criticaram a escolha por dar mais destaque à causa da morte do que a trajetória de uma das maiores intérpretes da música popular brasileira.

Com Cazuza, em 1989, não foi diferente. A capa da edição de 26 de abril contra o cantor foi publicada antes da sua morte, em 7 de julho de 1990. O título era: “Cazuza — uma vítima da Aids agoniza em praça pública” seguida de uma foto dele que na época pesava 40 quilos e estava em tratamento contra a doença recém-descoberta no Brasil.

Mario Sérgio Conti, que não faz referência a esta capa em seu livro *Notícias do Planalto*, já era redator-chefe da revista ao lado de Tales Alvarenga e foi o responsável pela edição final do texto sobre Cazuzza. Nesta época, em 1988 (CONTI, 2012) Elio Gaspari rompeu com Guzzo e foi ser correspondente em Nova York, o que colocou fim à dupla responsável pela fase de maior repercussão de *Veja* que tinha naqueles anos uma média de 620 mil exemplares vendidos. A edição com Cazuzza teve tiragem de 800 mil e esgotou nas bancas (MARANHÃO, 2016).

Nos anos 90, *Veja* manteve a dianteira como revista mais lida do país e a terceira do mundo no número de exemplares vendidos. Em 1991, Mario Sergio Conti assume a direção da redação no lugar de Guzzo e ficará no comando da revista até 1997. As edições com Fernando Collor de Mello na capa como promessa do sistema político antissistema e presidente alarmado pelas denúncias de corrupção que sofreu processo de *impeachment*, mas renunciou antes do veredicto final do Congresso Nacional em 29 de dezembro de 1992, foram decisivas para os desdobramentos políticos daquela época.

Maranhão (2016) resgata falas de Roberto Civita que apoiavam Collor em seu primeiro ano de governo, o que evidencia uma característica de *Veja* ao longo de sua história e a qual preserva até os dias atuais: a de escolher um lado político-ideológico para apoiar em seu conteúdo editorializado sem, no entanto, deixar claro para o leitor no texto que a revista possui um candidato ou apoia determinado governo.

“Para mim, a grande virtude do governo Collor até”, diria em dezembro de 1990, ao final do primeiro ano da nova administração, “tem sido apontar os caminhos óbvios para o desenvolvimento do país.” Referia-se à redução do tamanho do Estado, às privatizações, à defesa da economia de mercado e à eliminação de subsídios. Em julho de 1991, Roberto permanecia na defesa do presidente. “Apesar de suas falhas e frequente incompetência, o governo Collor vem apontando e abrindo caminhos na direção certa”, acreditava.

Naquele momento, a *Veja* acabara de passar por uma das mais importantes mudanças de sua história. Dois meses antes, José Roberto Guzzo formalizara sua saída da revista. Antes de assumir em seu lugar, Mario Sergio Conti foi conhecer nos Estados Unidos a *Time* e a *Newsweek*, as maiores revistas de informação do mundo. Voltou de lá com a ideia de criar um corpo de editores especiais, que se encarregariam de produzir matérias mais profundas e extensas. Para isso, segundo contaria em seu livro, conseguiu que Roberto o autorizasse a contratar a cúpula do *Jornal do Brasil*, que vivia um de seus cíclicos períodos de crise financeira. Foram ou voltaram para a *Veja* os jornalistas Marcos Sá Corrêa, Roberto Pompeu de Toledo, Ancelmo Gois, Alfredo Ribeiro e Flávio Pinheiro, tidos como do primeiro time da imprensa brasileira (MARANHÃO, 2016, p.312-313).

Conti nesta época foi responsável pela capa da edição 1.241, de 1º de julho de 1992, em que apostara que Collor iria superar a crise e permanecer no cargo de presidente na mesma semana em que a *IstoÉ* publicou o furo de reportagem com a entrevista do motorista Eriberto França que revelou que o tesoureiro de campanha PC Farias pagava despesas pessoais de Collor (CONTI, 2012).

Ainda com Mario Sergio Conti como diretor de redação, a edição número 1513 de 17 de setembro de 1997 trouxe o aborto como tema da capa composta por fotos de atrizes e de pessoas anônimas com a manchete: “Eu fiz aborto”. A revista põe em evidência um assunto polêmico que ainda hoje é alvo de discussões por envolver questões religiosas e políticas. A revista deixa evidente uma mudança de postura da sociedade brasileira. O empoderamento feminino ganha espaço e a com mudança de direção da redação esses assuntos passam a ter mais espaço.

Tales Alvarenga foi o quarto diretor da redação de *Veja*. Ele assumiu em 1998 e foi responsável por priorizar outros assuntos nas capas como pautas sobre saúde e comportamento. Foi substituído por Eurípedes Alcântara, que dirigiu a revista de 2004 a 2016, época que engloba o início da operação Lava Jato e a representação mítica de Sergio Moro. É sob o comando dele que *Veja* assume um antipetismo declarado mesmo que à revelia da veracidade dos fatos. Procurado, Eurípedes não quis ser entrevistado para esta pesquisa. O jornalista André Petry que concedeu entrevista por e-mail à presente pesquisa substituiu Eurípedes e permaneceu na direção de redação de *Veja* até 2019, quando o atual diretor de redação Maurício Lima assumiu o cargo.

4.5 A queda

Veja como todo veículo impresso vem administrando sucessivos anos de queda nas vendas. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)⁵, em 2015 a revista tinha tiragem média semanal de 961.70 exemplares. Em 2018, esse número caiu para 425.920; em 2020 reduziu para 144.120 e chegou a 92.850, em 2021. A assinatura digital também vem caindo. Em 2018 a revista tinha uma 376.216 assinantes, passou para 117.131, em 2020, e fechou 2021 com 91.541.

⁵ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/revistas-em-2021-impresso-cai-28-digital-retrai-21/> . Acesso em 1º de março de 2023.

Atualmente, a revista tem um site e possui perfis nas redes sociais onde dissemina seu conteúdo editorial. Entretanto, os furos de reportagens são publicados primeiro na edição impressa de *Veja*. O canal no *Youtube* possui 957 mil inscritos, no *Instagram* são mais de 2,2 milhões de seguidores e no *Facebook* são 6.786.059 de usuários que curtiram a página da revista⁶.

Como a história de *Veja* é extensa e é improvável detalhar com riqueza de detalhes a sua trajetória na imprensa brasileira seus 55 anos de existência optou-se nesta pesquisa em descrever episódios considerados por diversos autores essenciais para entender a evolução da revista semanal de informação mais lida do país. A ideia foi apresentar as origens do grupo Abril, as características da equipe de jornalistas que iniciaram a publicação, a relação com os governos da ditadura até chegar aos principais acontecimentos que permitiram *Veja* liderar o segmento.

4.6 Pesquisas sobre *Veja*

A *Veja* já foi objeto de pesquisas acadêmicas em variadas áreas do conhecimento como o Jornalismo, a História, a Linguística, a Educação e as Ciências Sociais, entre outras . Uma busca rápida com as palavras “Revista *Veja*” no site de teses e dissertações da Capes⁷ oferece cerca de 300 trabalhos cujos objetos de estudo foram o conteúdo editorial da revista.

Fernandes (2016) também escolheu *Veja* e *CartaCapital* e as respectivas reportagens sobre o início da Lava Jato como objeto de estudo que foram divididas em dois modelos discursivos. Por parte da revista da Abril a premissa encontrada era que o PT era um partido corrupto que loteou a Petrobras e, por outro, existia na semanal de informação dirigida por Mino Carta que “a operação tem abusos”.

Vieira (2016), que em sua dissertação de mestrado analisou a representação de José Dirceu durante e após o escândalo do Mensalão, concluiu que a divergência ideológica com o PT fez com que as reportagens da revista funcionassem como porta-voz da comemoração de parte da população com o julgamento e a condenação dos acusados pelo esquema de pagamento de propina a parlamentares da base do governo Lula (2003-2006).

⁶ As informações sobre o número de seguidores nas redes sociais de *Veja* foram apurados no dia 2 de março de 2023.

⁷ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 15 de março de 2023.

Já Perinelli (2016) estudou a cobertura da candidatura de Collor, em 1989, pela *Veja* em sua dissertação de mestrado. A autora afirma que a revista se apresenta como defensora do liberalismo, mas que se rende às manobras do mercado e da iniciativa privada e, “ao se atribuir credibilidade, se dá o direito de manipular a informação” (PERINELLI, 2016, p.63).

Há análises que evidenciam a manipulação das informações. Outras caracterizam a *Veja* como uma revista editorializada característica que justificaria a sua cobertura dos assuntos políticos. Fato é que os principais acontecimentos dos últimos 50 anos foram semantizados por essa revista e cabe ao campo da comunicação ou do jornalismo demonstrar e explicar as escolhas editoriais a fim de esclarecer os interesses e a ideologia dessa empresa.

4.7 CartaCapital

Fundada e dirigida por Mino Carta, *CartaCapital* nasceu em 1994 como uma revista mensal. “Em março de 1996, na edição de número 20, a publicação passou a ser quinzenal, periodicidade que se mantém até agosto de 2001, quando a revista se tornou semanal e passa a ser publicada pela Editora Confiança” (HORN, 2017, p.36). *CartaCapital* se consolidou como principal revista de cunho progressista no Brasil, mas sua estrutura financeira e de recursos humanos, número de leitores e de assinantes nunca chegou perto do império da Editora Abril mesmo após a venda⁸ do grupo e a drástica redução do número de publicações e jornalistas na redação. Corrêa (2021) publicou um artigo sobre o mercado de revistas no qual descreve que em junho de 2007 a Abril era responsável por 41% das publicações vendidas no Brasil contando com as vendas de assinaturas, bancas e varejo. Neste ano, *Veja* chegou a vender em média por publicação 1.096.000.

O segmento das semanais de informações ficou mais competitivo com a chegada da *IstoÉ*, em 1977, pela editora Três; da *CartaCapital*, 1994; e da *Época*, em 1998, pela Editora Globo. Mas *Veja* continua a vender mais de 1 milhão de exemplares, enquanto a segunda colocada, *Época*, está em cerca de 430 mil. Ou seja, *Veja* vende mais do que as três concorrentes juntas (*IstoÉ*, com 352 mil e *CartaCapital*, com 34 mil) (CORRÊA, 2020, p.229).

No entanto, o final da segunda década dos anos 2000 e o início da terceira piorou a crise do mercado de jornais e revistas impressas a nível mundial. A crescente digitalização,

⁸ Disponível em : <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2018/12/20/grupo-abril-e-vendido-para-empresario-especializado-em-recuperacao-de-empresas.htm> . Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

aliada a uma mudança geracional, fez com que esse modelo de negócios que antes dava certo mostrasse esgotado. *Época* já não circula como revista impressa, *Veja* foi vendida pela família Civita e *IstoÉ* e *CartaCapital* vêm reduzindo o número de leitores. De acordo com pesquisa feita o Instituto Verificador de Comunicação (IVC) publicada pelo portal *Poder 360*⁹, em 2021, *Veja*, em 2015, vendia por semana 961.570 exemplares; em 2018, 425.920. Em 2021 esse número despencou para 92.850. Já *CartaCapital*, em 2018, vendia em média 18.647 exemplares por semana; em 2018, 14.552, em 2021, as vendas chegaram a 2.130.

O redator-chefe da revista, Sergio Lirio no cargo desde 2007, entretanto, afirmou que a revista já teve um pico de tiragem entre 60 e 70 mil e que hoje está em 40 mil, muito acima do detectado pelo IVC. Sergio Lirio (2002) disse que a redação já teve 14 jornalistas contratados, mas que atualmente são oito os que produzem a revista contando com ele e Mino Carta.

Segundo Lirio, o leitor da revista é constituído por formadores de opinião como parlamentares, empresários e pessoas com pós-graduação que pertencem às classes A e B, de acordo com pesquisa feita pela *CartaCapital* e citada pelo redator-chefe. Nas redes sociais, o veículo tem até 14 de fevereiro de 2023, 979 mil seguidores no *Instagram*, 1,7 milhão de curtidas na página no *Facebook* e 2,1 milhões de seguidores em sua conta no *Twitter*.

Você tem um público que é muito fiel à *Carta*. Agora, assim, está um público envelhecido, né. A maioria dos assinantes tem mais de 45 anos pra cima. Você não consegue atrair uma nova geração nem consegue fazer inclusive que eles doem ou assinem a versão digital ou apoiem. As pessoas chegaram à conclusão que querem e têm direito a informação de graça. Não entenderam ainda que não terão isso. Terão *fake news*, terá blá-blá. Informação e apuração não vai ter, não (LIRIO, 2022).

4.8 Mino Carta

Sergio Lirio disse que pela idade avançada de Mino que completará 90 anos no dia 6 de setembro de 2023 não seria possível conduzir uma entrevista de forma remota, mas ele contou como surgiu a ideia de produzir a *CartaCapital*. Outros autores também já documentaram a história do jornalista italiano responsável pela direção e montagem de várias equipes de jornalismo. Casagrande (2019) conta que Mino Carta aceitou o convite feito por Victor Civita para lançar a revista *Quatro Rodas*, em agosto de 1960, mas com a promessa de

⁹ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/revistas-em-2021-impresso-cai-28-digital-retrai-21/>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

produzir uma revista semanal de informação que, anos mais tarde, se chamaria *Veja*. “No entanto, o projeto não saiu do papel. Com a crise política do País em 1961, em que houve a renúncia do presidente Jânio Quadros e a saída parlamentarista para a posse do vice-presidente João Goulart, a decisão da empresa foi adiar o projeto (ALMEIDA, 2009, p.23). Mino, então, foi convidado por Julio de Mesquita Filho, em 1964, para chefiar a *Edição de Esportes* que circularias às segundas-feiras no lugar de *O Estado de São Paulo* com a promessa de lançar uma outra publicação com Ruy Mesquita, filho do doutor Julinho, o *Jornal da Tarde*, em 4 de janeiro de 1966.

Dois anos mais tarde, em 1968, Mino liderou a equipe de repórteres da *Veja*. Sua saída, em 1976, foi conturbada porque ele não aceitou demitir Plínio Marcos que escrevia uma coluna considerada ofensiva pela ditadura. Essa história, contudo, tem mais de uma versão. Lirio relatou (2022) que a Abril naquela época dependia de boas relações com os militares para conseguir um empréstimo de 50 milhões de dólares junto à Caixa Econômica Federal. Só que o então ministro da Justiça Armando Falcão não gostava da linha editorial crítica à ditadura militar implantada por Mino. Maranhão (2016) mostra outro lado da história.

Richard Civita, que naquela altura dirigia as áreas financeira, comercial e industrial da Abril, asseguraria o contrário. “Mino foi sumariamente demitido pelo meu pai. Recebeu todos os seus direitos dentro da lei. E nunca contraímos o empréstimo da Caixa Econômica, ao contrário do que ele diz” (MARANHÃO, 2016, p.236).

Já na autobiografia do jornalista José Carlos Bardawil (1999), que trabalhou no começo da *Veja*, em Brasília, há outros personagens envolvidos, como o diretor da sucursal da *Veja* na capital federal Pompeu de Sousa. A versão, porém, não confirma a versão de Mino sobre o empréstimo com a Caixa nem a da família Civita que admite a demissão.

O Pompeu tornou-se amigo do Armando Falcão e o Falcão acabou falando pra ele que o Mino estava atrapalhando. Em 1975 a *Veja* estava na oposição. O Mino tinha assumido uma atitude política por causa da censura. Ele ficou puto porque sentiu pela primeira vez o que era a ditadura. E ficou contra a ditadura pela primeira vez, porque o Mino, até 1974, era um cara *blasé*. Mas em 1974, com o censor dentro da redação, ele ficou muito agastado. E tomou como um caso pessoal. Política para ele era sempre um caso pessoal. Ao fazer isso, irritou muito o Armando Falcão, que era o ministro da Justiça do Geisel. E o Falcão começou a trocar segredinhos com o Pompeu, queria insinuar que o Mino estava atrapalhando a relação entre a Abril e o governo. Naquela época a Abril tinha altos negócios, dos hotéis Quatro Rodas, por exemplo, que receberam dinheiro do governo, A Abril a essa altura estava virando um império e ter um diretor que não era bem-visto pelo governo realmente atrapalhava. Aí houve uma negociação entre o Civita e Armando Falcão pela qual o Mino sairia. E a *Veja*, a Abril principalmente ficaria de bem com o governo. Então Mino acusa sempre o Pompeu de ter colocado a

cabeça dele numa bandeja pro Armando Falcão. Isso é história que o Mino conta. O Pompeu nunca me disse isso, e eu também nunca cheguei a conversar sobre esse assunto com o Pompeu porque, quando isso aconteceu, eu já não tinha mais contato com o Pompeu (BARDAWIL, 1999, p.92).

Almeida (2009) entrevistou tanto Roberto Civita como Mino Carta apresenta as versões dos dois personagens. Mino contratou Plínio Marcos para fazer uma coluna sobre futebol, mas o ator e teatrólogo era perseguido pelo regime militar e suas colunas tinha um viés político-social. Mino então aceitou tirar três meses de férias com a condição de ninguém da sua equipe ser demitido. Mas logo que saiu da redação a coluna de Plínio foi censurada. Em 19 de janeiro de 1976, Mino volta e conversa com Victor Civita que pede a demissão do colunista para que a censura prévia saísse da redação. Mino recusa e em 17 de fevereiro de 1976 entrega a sua carta de demissão (ALMEIDA, 2009).

Segundo depoimento de Roberto Civita (ALMEIDA, 2009), não havia acordo com o governo para acabar com a censura prévia em troca da demissão de Mino. O que aconteceu foi o impasse diante da recusa de Mino em demitir Plínio Marcos. Roberto disse que o diretor da redação de *Veja* não cumpriu o acordo de não contratá-lo. Lirio (2022) disse que da saída da *Veja* até o início da *IstoÉ*, em 1976, Mino trabalhou como *freelancer* para *Folha de São Paulo* e *Realidade*. O jornalista italiano funda com Domingo Alzugaray, antigo diretor comercial da Abril, a *IstoÉ*.

Os dois lançaram em 27 de agosto de 1979¹⁰, o *Jornal da República*, que acabou após 124 edições no dia 22 de janeiro de 1980¹¹ com um editorial que prometia a volta após uma reestruturação do negócio, o que nunca ocorreu. Conti (2012) descreve que Mino Carta vendeu a *IstoÉ* e o *Jornal da República* a Fernando Moreira Salles, filho de banqueiro Walther Moreira Salles, fundador do Unibanco.

O jornal foi fechado, mas Mino continuou na direção da revista, mas saiu após se desentender com o empresário. Alzugaray então convida o jornalista italiano para dirigir uma nova publicação, a revista *Senhor* e depois recomprou a *IstoÉ*, quando a revista passou a se chamar *Isto É Senhor*.

Entretantes, Fernando Moreira Salles vendeu a *IstoÉ* a Luiz Fernando Levy, da Gazeta Mercantil. A rápida sucessão de donos e redações levou

⁹ Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/194018/per194018_1979_00001.pdf. Acesso em 14 de fev de 2023.

¹⁰ Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/194018/per194018_1979_00124.pdf. Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

IstoÉ a perder a sua identidade e muitos dos leitores. Quando Alzugaray resolveu recomprá-la de Levy, em 1988, para uni-la com Senhor, ninguém lhe disse que tivera uma boa ideia (CONTI, 2012, p.311).

Embora a *IstoÉ* tenha feito capas críticas ao governo Collor como a que estampava a foto do tesoureiro Paulo César Farias com o título “Ele complica a vida do governo” (CONTI, 2012, p. 308), Mino e Alzugaray se desentenderam novamente. O empresário, para recomprar a *IstoÉ* fez uma dívida de 3 milhões de dólares e na época estava construindo a gráfica da Editora Três que custou 20 milhões de dólares. Nessa época, segundo Conti (2012), *IstoÉ* chamava o presidente do Banco do Brasil do governo Collor, Lafaiete Coutinho, de Jaracara, e o presidente da Caixa, Álvaro Mendonça, de Ratinho, o que desagradava Alzugaray, principalmente quando ele foi vender espaço publicitário para os bancos estatais.

O Mino tava lá sustentando a redação pras reportagens que levaram ao *impeachment* do Collor, principalmente a do motorista e história do Elba e tudo mais, No final das contas, o Collor caiu, mas houve um rompimento do Mino com o Alzugaray. O Mino saiu da *IstoÉ*.

Passou um tempinho. O irmão do Mino tinha criado uma editora chamada *Carta Editorial*, que não tem nada a ver com o Mino. Essa editora era do irmão do Mino que trouxe para o Brasil alguns títulos importantes entre eles a *Vogue*, uma editora basicamente de revistas femininas, de revistas de moda. Por muito tempo a *Vogue* deu muito dinheiro para a família do irmão do Mino que nunca teve nenhuma participação acionária na Carta Editorial. Aí o irmão do Mino já tinha morrido nesse período, fim de 93, início de 94, o sobrinho do Mino, o Andrea Carta, que depois viria morrer em um acidente trágico, caiu de uma varanda da casa do Rogério Fasano em uma festa, convidou o Mino para fazer uma revista de economia.

O Mino não queria fazer revista de economia porque ele nunca foi fanático por economia. Ele queria fazer uma revista de poder que escrutinasse o poder que direcionada a um público de decisão de informação. E para equilibrar isso a revista acabou se chamando *CartaCapital* para ter um pé no mundo da economia. E tinha um peso importante na economia. Mas era também uma revista de política e principalmente para cobrir o grande poder, tanto empresarial quanto político. O Mino queria tentar recriar a experiência do *Jornal da República*, que era para ser um jornal progressista que nunca teve essa divisão como teve no resto do mundo. Então, inicialmente, a revista tinha o Luiz Gonzaga Beluzzo até hoje tem um pedaço da revista, constrói o editorial, mas é sócio da revista também (LIRIO, 2022).

Lirio (2022) conta que Mino nunca teve uma visão de empresário que quer expandir o negócio como foi com Civita, por exemplo (MARANHÃO, 2016). *CartaCapital* surgiu, segundo o redator-chefe, para ser um espaço onde Mino pudesse praticar o jornalismo em que acreditava que pudesse ser feito.

O Mino nunca foi um empresário. Nunca teve a preocupação de construir um negócio sólido. Nunca foi o caminho dele. Ele sempre quis, na verdade, ter um veículo onde pudesse ter liberdade de exercer o jornalismo como ele acha que o jornalismo precisa ser. Na época ainda tinha grandes figuras do empresariado brasileiro que fizeram história, que tinha importância, que tinham ideia de um projeto de país, que não eram só financista ou só rentistas como praticamente virou o país. E o Mino tinha construído as suas relações pela passagem dele pela *IstoÉ*, pela *Veja*, pelo fato de ele ter sido tão fundamental na transição democrática.

Ele criou, de uma certa forma uma aliança com o Golbery e com parte da sociedade civil e foi um jornalista muito importante nesse processo de extensão do Brasil. Então, ele tinha Antonio Ermírio de Moraes, o fundador da TAM — que agora me escapa o nome aqui — o Bardella. Por exemplo, a TAM se comprometeu por muitos anos, por mais de uma década, distribuir a *CartaCapital* nos voos, né. Compraram uma parcela da circulação e distribuía nos voos. Antonio Ermírio de Moraes anunciava, o Abílio Diniz anunciava. Isso que fez a sustentação inicial da revista que também nunca alcançou grandes números de circulação porque não tinha uma estrutura comercial e de circulação forte como tinham as outras.

Nunca se atentou na *Carta* ou se levou muito tempo pra a *Carta* entender a importância dele como negócio. Então, por isso, sempre foi muito frágil do ponto de vista financeiro. Nunca teve assim um esquema. Não se pensou lá no início de que a revista precisava ter, apostar firme num sistema de venda de assinatura que pudesse lhe dar sustentação. Esse sempre foi o drama da revista. Mas, no início foi assim. Se sustentou dessa forma. Era uma revista *prum* nicho e que por muito tempo tentou se equilibrar nesse jornalismo entre os interesses, a visão de mundo do Mino e a visão de mundo do Andre Carta no interesse de fazer uma revista de economia. Mas depois esse tempo foi mudando. E Mino foi querendo fazer uma revista mais parecida com o que ele acha que tem que ser, com a visão de mundo dele. Isso foi criando um distanciamento.

Quando a revista virou semanal, em 2001, ela saiu da Carta Editorial e criou sua própria editora, que era a editora Confiança. Nesse momento, se consolidou a parceria do Mino com o Beluzzo. Aí saiu da editora. Até porque a revista foi ficando mais progressista, mais aliada ao pensamento progressista e tendendo cada vez mais apoiar o Lula nas eleições de 2002. Você sabe muito bem que o empresariado nunca gostou dessa ideia. E foi tendo um afastamento cada vez maior (LIRIO, 2022).

O redator-chefe de *CartaCapital* é cético ao dizer que as revistas semanais de informação tende a desaparecer nos próximos 10 anos. “As revistas foram obrigadas a virar uma coisa mais de reflexão e tentar entender o contexto, dá um contexto maior com alguma novidade, preocupada mais em contextualizar a coisa do que trazer furo (LIRIO, 2022).”

Os fatores que influenciam na continuidade do segmento das revistas vão desde a precariedade dos recursos econômicos à escassez de jornalistas capazes de produzir texto de revista com fontes qualificadas e aprofundamento das informações. Lirio afirma que as principais revistas (*Veja*, *Isto É*, *CartaCapital*) são obrigadas a fechar a edição da semana no

máximo até a madrugada de quinta para sexta-feira para não perder o sistema de distribuição e logística. Antes, Veja, por exemplo, fechava na madrugada de sexta para sábado. “Várias decisões do Supremo que são tomadas na quinta-feira no fim do dia a revista já não tem condições de noticiar. Então essa coisa contribui para perda da relevância” (LIRIO, 2022).

3.9 Pesquisas sobre *CartaCapital*

CartaCapital já foi objeto de estudo de dissertações e teses nos programas de pós-graduação no Brasil. Uma busca com o nome da revista no site de catálogo de teses e dissertações foram encontrados 20 pesquisas, entre mestrado e doutorado, que tiveram como objeto de pesquisa esse periódico.

Horn (2017) afirma que a revista é reconhecida por abordar em seu conteúdo jornalístico análises política e econômica críticas ao modelo neoliberal adotado pelo mercado financeiro e que a publicação se distancia das demais semanais de informação como *Veja*, *IstoÉ* e *Época*¹¹ por ser mais liberal em pautas de costumes, por exemplo, e socialmente interessada nas demandas de movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento Negro e da comunidade LGBTQIA+.

Já Melo (2019) ao estudar a representação do *impeachment* de Dilma Rousseff em *Veja* e *CartaCapital* concluiu que a publicação dirigida por Mino Carta pode ser considerada como uma mídia alternativa já que se posiciona de maneira crítica à mídia hegemônica, evidência constatada nas inúmeras capas contra a atuação da Rede Globo. Essa visão é confirmada pelo redator-chefe de *CartaCapital*. Essas linhas foram escritas em 13 de fevereiro de 2023 e pelo que consta no *site* da revista Lirio permanece na função. Em entrevista para presente pesquisa, em 2022, ele afirma que o setor de comunicação no Brasil precisa ser também criticado.

A revista tem uma história de denúncias. E coisas variadas. E a gente não recebe o crédito devido por conta disso. No mundo inteiro, a mídia cobra a mídia. Lá, eles não enganam ninguém. A mídia é parte do poder. Portanto, precisa ser escrutinada como qualquer outro poder, como a Justiça, como o poder público, como o poder privado. Aqui, não. Aqui não pode. Aqui você só faz vendeta. O que esses jornais fazem é vendeta. Não escrutinam, não apuram, não falam da mídia como mídia como acontece no mundo inteiro, como a cobertura que deve ser feita do ponto de vista jornalístico, com a

¹¹ A *Época* foi criada em 1998 e circulou como revista impressa até maio de 2021, quando passou a ser uma seção do jornal *O Globo*.

correção, com equilíbrio necessário, mas informando as coisas. A gente fez várias matérias sobre a *Globo* (LIRIO, 2022).

Nesta parte do capítulo, foi descrita como surgiu *CartaCapital*, as suas dificuldades financeiras e de logística do negócio e resgatamos parte da história de seu criador, Mino Carta. A pesquisa comprovou que seja pela leitura de dissertações e artigos seja pela entrevista com o redator-chefe Sergio Lirio que a revista tem seus posicionamentos ideológicos e deixa esses posicionamentos claros para o seu leitor.

5 O HERÓI E O JUSTICEIRO

A Lava Jato e a sua tendência de produzir o escândalo político (ESPOSITO, 2021) e fatos noticiáveis pelos meios de comunicação de massa foram determinantes para dar visibilidade midiática a personagens do Poder Judiciário que ajudaram a criminalizar a política e a propagar o discurso antissistema. Nas eleições de 2022, Moro e Deltan Dallagnol, foram eleitos senador e deputado federal, respectivamente, pelo voto popular. A estratégia de agendar a opinião pública com vazamentos de informações, espetacularização das operações da Polícia Federal e coletivas de imprensa com direito a apresentação de *Power Point*, atingiram o objetivo de prolongar uma revolta da população com a classe política que começou a se materializar como discurso nas jornadas de Junho de 2013.

Esta insurgência, com sua negação bruta, que pareceu ser uma ferida aberta que poderia não mais parar de sangrar, foi o motor que levou parcelas da população brasileira a, depois de 2013, reagir e abraçar de forma cada vez mais descomplexada os discursos profascistas de ordem e de justificação da violência estatal (SAFATLE, 2022, p.66).

Moro foi responsável por expandir, principalmente, o sentimento de antipetismo que sempre esteve presente na sociedade brasileira, desde a redemocratização do país, em 1989, quando Lula se candidatou a presidente pela primeira vez. Por outro lado, mas em menor proporção havia aquela parte da população que julgava o então juiz um autoritário que interpretava a aplicação da lei de acordo com seus interesses políticos. Assim, a sociedade de 2013 até agora encontra-se nessa polarização. As edições das revistas estudadas refletem esse pensamento sociológico do Brasil.

Neste capítulo será aplicada a metodologia desenvolvida para esta pesquisa. O método, como já explicado anteriormente, consiste em demonstrar a partir de um conjunto de conceitos como acontece a construção de mitos ideológicos pelo jornalismo de revista. A descrição e a explicação das 10 edições estudadas que expuseram o então juiz da Lava Jato Sergio Moro como tema da reportagem principal (seis de *Veja* e quatro de *CartaCapital*) vão permitir obter dados que comprovem as teses lançadas nesse projeto empírico.

Para acrescentar mais informações à discussão promovida por este estudo, serão apresentadas duas entrevistas com jornalistas que trabalharam nas revistas nesta época cujas opiniões vão esclarecer e aprofundar questões desenvolvidas pela pesquisa. São eles: André Petry, ex-diretor e editor de Brasil de *Veja*, e Sergio Lirio que é o redator-chefe de *CartaCapital* desde 2007.

5.1 *Veja* faz o herói para chamar de seu

A história de *Veja* comprova que seu conteúdo editorializado (MARANHÃO, 2016) faz parte da identidade da revista e resume a ideologia da Editora Abril comandada até 2013 por Roberto Civita, um empresário que ajudou o grupo a se tornar um império das publicações e que rezava a cartilha neoliberal do mercado ao discutir negócios e ao pautar os assuntos a serem abordados. Ao longo dos seus 55 anos de vida, a revista destacou a atuação de personalidades políticas que garantissem a perpetuação da propriedade privada, as privatizações de patrimônio público e o discurso reformista deletério de que é preciso diminuir o Estado com a redução de despesas do orçamento.

A significação da Lava Jato como discurso de limpeza moral e ética que se desdobrou em inúmeras operações para alimentar a tese de ser o maior acontecimento político-midiático dos últimos anos se deu pelo apoio maciço da mídia hegemônica, da qual *Veja* faz parte. Novamente, retomamos a tese de Esposito (2016) que afirma que Sergio Moro ocupou no imaginário social o lugar do salvador da pátria, figura presente em outros países, mas que tal representação não se sustentava na história do Brasil.

Como já desenvolvemos as bases teóricas que sustentam essa análise empírica das capas e reportagens das revistas que expuseram Moro como personagem principal da Lava Jato, é preciso identificar na estrutura textual e imagética as produções de sentido que permitam sustentar a tese de que o jornalismo de *Veja* e *CartaCapital* produziu mitos ideológicos.

O critério para selecionar as amostras das revistas, como já afirmado na metodologia, foi o fato de Sergio Moro ser o personagem principal da edição, porque, jornalisticamente, o assunto mais importante, pelo menos para a empresa que comanda a publicação, está na primeira página de modo que todos possam olhar e ver a representação, mesmo sem folhear, nas bancas ou nos arquivos digitais. O estudo propõe um método multimodal que abrange conceitos da teoria dos mitos, da ideologia e do jornalismo para analisar a representação do então juiz a partir da unidade de sentido que há entre a significação da capa com os textos das reportagens. A decisão de analisar tanto as capas como as reportagens faz sentido com a proposta da pesquisa, que vai identificar as estruturas narrativas e as similaridades que existem entre as histórias dos mitos com as que são construídas pelo jornalismo de revista. Cada parte analisada corresponderá a um aspecto dessa interface entre essas duas áreas do conhecimento.

A partir disso será desenvolvida a análise que confirmará a tese de que as duas revistas mitificaram a representação de Moro e se distanciaram da verdade factual, base fundante do jornalismo profissional (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Para isso, a pesquisa irá analisar seis edições de *Veja* dedicadas à aventura do herói (CAMPBELL, 2007) que obedecem ao critério escolhido dentro do período selecionado para o desenvolvimento do trabalho acadêmico.

“Operação Mãos Sujas (VEJA, 2014)”



FIG 1. *Veja*, edição nº 2398 (Acervo da Biblioteca do Instituto Federal Fluminense *Campus* Campos Centro)

A edição nº 2398 é a primeira dedicada ao trabalho de Moro na Lava Jato. Foi publicada no dia 5 de novembro de 2014, seis meses após o começo da operação em março de 2014. Na capa, a foto de Moro está bem iluminada e ocupa 90% do espaço. Ele aparece vestindo terno e uma camisa azul. O olhar do magistrado se direciona para o horizonte à direita de quem olha. Destaca-se o aspecto jovial da sua expressão que divide com certa apreensão confirmada com o texto da manchete daquela edição escrita em caixa alta “OPERAÇÃO MÃOS-SUJAS (VEJA, 2014)”, cuja referência é a Operação Mãos Limpas que ocorreu na Itália nos anos 90, seguida da explicação no subtítulo: “Os acusados do maior caso de corrupção da história brasileira manobram para tirar de cena o juiz responsável pelo

processo” (VEJA, 2014). No chapéu a palavra “Petrolão”, que demonstrara que revista já associava a Lava Jato ao mensalão, escândalo político que estourou em 2005 após o então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) acusar o PT de pagar propina a parlamentares que votassem a favor de projetos do governo Lula.

A página tem ainda duas chamadas que indicavam a polarização política após a eleição de 2014. No canto esquerdo superior a foto de Dilma Rousseff, vencedora do pleito, com o braço erguido com uma expressão caricata com a chamada que evidencia a ideologia da revista e seu antipetismo “Mais quatro anos: Manual de Sobrevivência para o segundo mandato de Dilma”. No canto superior direito, com uma foto do candidato derrotado pela petista Aécio Neves, *Veja* anunciava uma entrevista com o tucano e a chamada. “O Brasil perdeu o medo do PT” (VEJA, 2014).

O título da reportagem “Agora, querem destruir o juiz” (VEJA, 2014) evidencia uma das características apontadas na fundamentação teórica da pesquisa: a de que as personalidades alçadas ao posto temporário de herói nacional estão envolvidas em uma narrativa de conflito (MOTTA, 2013). A função semântica do advérbio “agora” mostra ao leitor que houve ações que causaram insatisfação de quem está no alvo da Lava Jato. Daí, o verbo “destruir” denota essa reação ao que vem sendo praticado pelo juiz, signo que possui credibilidade e a autoridade (BENETTI, 2013) tanto na sociedade como no texto jornalístico. Além disso, o presente verbo dá a conotação da dramaticidade e de emoção (BENETTI, 2013) ao que vem logo no texto principal. Já no olho da reportagem, *Veja* já coloca o então magistrado como alvo daqueles que querem impedir as investigações e afirma ser ele o responsável pelo “processo que está desnudando o maior caso de corrupção da história (BONIN; PEREIRA, 2014, p.63)”. Neste trecho, é possível identificar que a revista coloca Moro como o mito salvador (MIGUEL, 2004) como aquele capaz de punir quem praticou corrupção.

O *lead* da reportagem relembra que o relator do processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal ministro Joaquim Barbosa e então procurador-geral da República Roberto Gurgel foram alvos de críticas de petistas na época do julgamento dos acusados. “Moro agora é quem carrega as responsabilidades que foram de Barbosa e Gurgel e também enfrentará poderosos interesses contrariados” (BONIN; PEREIRA, 2014, p.63). Antes de apresentar o juiz da Lava Jato como “intocável” e “incorrupível”, adjetivos que conotam certa sobrenaturalidade (ELIADE, 2016), e exaltar as suas qualidades, Moro está no primeiro

estágio da jornada do herói escolhido pela pesquisa, o chamado da aventura que, segundo Campbell (2007) pode começar com um erro. A revista traz que as denúncias de corrupção são desvios do sistema político brasileiro. O magistrado acabará enfrentando, segundo *Veja*, a pressão daqueles que exercem o poder, como a princesa na história de Campbell (2007) que engana para se beneficiar.

Em outro trecho é possível identificar como a autoridade do discurso jornalístico (BENETTI, 2013) contribui para exaltar atributos de personalidades escolhidas ideologicamente pelo sistema econômico-midiático como no caso do ex-juiz da Lava Jato sem, no entanto, deixar transparente (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004) quais as fontes das informações. “Com sólida formação acadêmica, coroada com um período de estudos na Universidade Harvard, nos Estados Unidos, Moro também atuou como auxiliar da ministra do STF Rosa Weber no processo do mensalão. Com frequência, suas teses eram citadas por colegas dela nos debates em plenário” (BONIN; PEREIRA, 2014, p.65). O que esse trecho omite do leitor é que Moro foi estudar por 30 dias em Harvard¹, em 1998. A afirmação de que suas teses eram citadas por ministros da corte não encontra evidências que a confirmem.

O fato de o mito ser uma fala (BARTHES, 2012) funciona como uma barreira semântica e assim não permite que o leitor consiga dar valor a informações verdadeiras, mas ditas por aqueles que defendem na narrativa de conflito o suposto Mal como neste trecho da reportagem. “Em outra frente, os advogados estudam a possibilidade de pedir a transferência das investigações para o Rio de Janeiro, onde fica a sede da Petrobras, o foco dos maiores desvios em apuração” (BONIN; PEREIRA, 2014, p.68). Após o escândalo da Vaza Jato (DUARTE, 2022), em 2021, o STF decidiu que Curitiba não era o foro adequado para o julgamento dos processos feitos por Moro. Embora *Veja* tenha publicado essa informação, usou-se do artifício da verdade de opinião (CORNU, 1999), um dos conceitos que constituem a construção de mitos pelo jornalismo defendidos nesta pesquisa. Porque nesta época já existia o conhecimento técnico previsto na Constituição 1988, mas que fora ignorado por questões ideológicas tanto por parte da revista como da sociedade elitista brasileira.

¹ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/quem-e-sergio-moro-mitos-e-verdades-sobre-o-juiz-da-lava-jato-3kozhft10zuunbh9mrtiw0q1z/> . Acesso em 23 de março de 2023.

“O juiz Moro vê mais longe (VEJA, 2015)”



FIG 2. *Veja*, edição nº 2424 (Acervo da Biblioteca do Instituto Federal Fluminense *Campus* Campos Centro)

A edição nº 2424 de 6 de maio de 2015 é a segunda publicação da série de capas de *Veja* que destacaram a atuação de Sergio Moro na Lava Jato. A foto do então juiz ocupa mais de três quartos da página, está bem iluminada e destaca a expressão de seriedade que o magistrado com a ajuda da mídia hegemônica procurava se mostrar perante a sociedade. O seu olhar está compenetrado no horizonte. A produção de sentido desta capa evidencia que Moro está preparado para combater a corrupção subjetivamente escolhida por ele e os procuradores da Lava Jato (DUARTE, 2022). A manchete em caixa alta afirma: “O JUIZ MORO VÊ MAIS LONGE” (VEJA, 2015), seguida do subtítulo: “Por que a soltura, pelo STF, dos empreiteiros presos na Lava Jato não representa o fim da esperança dos brasileiros de que corruptos vão para a cadeia” (VEJA, 2015). No canto superior direito da página há uma foto do ministro do STF Dias Toffoli com o seguinte texto: “E agora, Toffoli? A Polícia Federal interceptou mensagens que mostram proximidade entre empreiteiro da Lava Jato e o ministro do STF”. No canto superior esquerdo uma chamada da editoria de cultura.

O título da reportagem “O juiz e o juízo final” (BONIN; PEREIRA; RANGEL, 2015, p.40) reforça o discurso da autoridade (BENETTI, 2013) que o signo “O juiz” conota, além de fazer referência ao nome da operação que prendeu empreiteiros acusados de desvios de

dinheiro da Petrobras, é evidente que *Veja* colocou Moro como se fosse Deus que irá fazer o juízo final, ou seja, aquele magistrado preparado para condenar os que, na visão dele, praticaram corrupção. Esse título além de dar seguimento à narrativa de conflito propõe uma emoção (BENETTI, 2013) uma vez que a expressão referida dá a entender que haverá uma decisão, o que gera uma expectativa no leitor e reforça a relação de confiança (SCALZO, 2012) que a revista tem com seu público e que as narrativas míticas estabelecem ao longo do tempo. No caso de *Veja*, de exaltar Moro e perpetuar o antipetismo. O título tem força e a tensão necessárias (FERRARI; SODRÉ, 1986) para prender a atenção e despertar o interesse de quem irá ler o texto.

Nessa edição é possível identificar que a construção do mito do herói Moro está na fase do auxílio sobrenatural, fase descrita por Campbell (2007). Isso porque a reportagem trata da libertação de empreiteiros acusados pela força-tarefa que haviam sido presos preventivamente pelo então juiz, mas afirma que a decisão não significa o fim do combate à corrupção. A revista mostra para opinião pública que Moro vê mais longe. Ou seja, *Veja* auxilia e chancela de forma simbólica as ações — muitas delas questionáveis do ponto de vista constitucional como discutido no primeiro capítulo desta pesquisa — contra os que naquela altura eram tratados como inimigos da nação.

Alguns trechos do texto da reportagem evidenciam que Moro em sua jornada do herói encontra dificuldades. É o que Campbell (2007) chamou de passagem pelo primeiro limiar. Logo no *lead* e comprovando a tese lançada por este estudo de que os mitos criados pelo jornalismo são influenciados por estereótipos (LIPPMANN, 2010) presentes na sociedade, no caso do Brasil, o de que a Justiça é falha e favorece a impunidade e passa pano para os crimes de colarinho branco. “Mas veio o tiro no peito, como as autoridades responsáveis pela investigação do petrolão definiram, com apreensão, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de livrar da cadeia executivos de empreiteiras acusados de participar do maior esquema de corrupção da história do país” (BONIN; PEREIRA; RANGEL, 2015, p.40). Para a revista, na ocasião, a mais alta corte da Justiça atrapalhava o herói a atingir seus objetivos. Outro trecho reforça essa tese de que Moro encontrara o seu limiar. “A decisão, tomada pela Segunda Turma do STF, representa a primeira derrota relevante do juiz Sergio Moro na condução da Operação Lava Jato” (BONIN; PEREIRA; RANGEL, 2015, p.43). No final da reportagem, *Veja* garante a sustentação discursiva perante a opinião pública da qual necessita Moro. “A verdadeira queda de braço, entre o juiz Sergio Moro e os corruptos, está apenas começando” (BONIN; PEREIRA; RANGEL, 2015)

“Ele salvou o ano” (VEJA, 2015)!



FIG 3. *Veja*, edição nº 2458 (Acervo da Biblioteca do Instituto Federal Fluminense *Campus* Campos Centro)

Esse auxílio sobrenatural da *Veja* a Moro fica ainda mais evidente após a publicação da edição nº 2458. Novamente, a foto de Moro está bem iluminada, porém algumas sombras reforçam o arquétipo (CAMPBELL, 1990) de homem, branco e juiz sério. A expressão lembra muito a postura do personagem do Super-Homem dos quadrinhos e do cinema, associação que foi incorporada pelos movimentos sociais de direita pró-*impeachment* de Dilma Rousseff. Esta edição foi publicada no dia 30 de dezembro com a manchete em caixa alta “ELE SALVOU O ANO” (VEJA, 2015), seguida do subtítulo: “*Veja* pesquisou 300 sentenças que Sergio Moro lavrou nos últimos quinze anos e descobriu as raízes da determinação e eficiência do juiz que deu ao Brasil a primeira esperança real de vencer a corrupção” (VEJA, 2015).

O título da reportagem é: A cabeça de Moro (PETRY, 2015) na qual são descritas as decisões e a história de Moro enquanto juiz federal. A linha-fina é uma mistura de produções de sentido, porque afirma que magistrado saiu do anonimato para começar a derrubar o sistema.

O mundo discreto do juiz Sergio Fernando Moro começou virar pelo avesso em 11 de julho de 2013. Era uma quinta-feira. O país debatia as ações dos black blocs, alguns políticos eram investigados pelo uso heterodoxo dos jatinhos da FAB, e Moro, instalado em seu gabinete em Curitiba, autorizou a Polícia Federal a fazer “escuta telefônica e telemática” contra um obscuro doleiro. Com essa decisão prosaica, deu-se a largada a uma sucessão de denúncias e delações que, na estupenda confluência de faro e sorte, revelaria ao país a tenebrosa engrenagem das petrorroubalheiras. Mas quem é e o que pensa o homem que começou a derrubar o esquema? (PETRY, 201, p.46).

Nesta reportagem, além de colocar Moro como um juiz que tem “faro e sorte”, típicos dos heróis que lutam contra o Mal a ser vencido, há um exagero no uso do que Cornu (1999) chamou de verdade de opinião, mas que é bem presente nas narrativas míticas: a metáfora. Logo no *lead* há premissas que se distanciam da realidade dos fatos e contradizem o princípio de que o jornalismo é a disciplina da verificação (KOVACH, ROSENSTIEL, 2004) “Não há lugar público — restaurante, aeroporto, fila de táxi — em que ele não seja aplaudido” (PETRY, 2015, p.50).

Petry nesta época era editor de *Veja* e em 2016 se tornou diretor de redação, após a saída de Eurípedes Alcântara. Por e-mail, ele respondeu parte das perguntas enviadas. Uma resposta chamou a atenção e confirmou essa tese do presente estudo de que para sustentar a imagem do herói o jornalismo de *Veja* se utilizou dessa verdade de opinião estabelecida por Cornu e reafirmou a sua ideologia a fim de exercer influência no metabolismo social (MÉSZÁROS, 2004).

Essa é uma boa pergunta, mas que também deveria ser endereçada ao então diretor da revista. Eu apurei e escrevi a reportagem interna, que acabou sendo apresentada na capa com a chamada “Ele salvou o ano”. Ocorre que, na reportagem que apurei e escrevi não há uma única linha dizendo que Moro salvara o ano. A reportagem, se a minha memória não me engana, é integralmente composta por uma avaliação das sentenças que Moro prolatou no período de alguns anos – a matéria informa o período exato. Com isso, a reportagem mostra que aparentemente Moro começou sua carreira tomando decisões um pouco mais alinhadas com um pensamento progressista ou de esquerda (uma delas, se não tivesse sido derrubada mais adiante, teria inclusive inviabilizado o Plano Real) e, ao longo dos anos, foi lentamente migrando para o campo mais conservador. Tudo nesta reportagem é descritivo, fazendo referência ao conteúdo das sentenças, apontando as repetições e as teses que o juiz defendia. A capa da edição e o título – “ele salvou o ano” – não se explica pela reportagem, portanto (PETRY, 2021).

Como nas narrativas míticas, das quais não é possível discordar, mas apenas aceitar a naturalidade do fenômeno ou da entidade representada por algum poder sobrenatural, a reportagem abdica da crítica e se desfaz de uma das principais funções da profissão que “é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”

(KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.31) ao relatar posturas ilegais do juiz como se fossem benéficas à sociedade. “Para Moro, nem a liberdade é um direito ilimitado, pois a prisão é cabível, mesmo antes do julgamento, sempre que há prova irrefutável de que o interesse coletivo ou individual pode ser ofendido” (PETRY, 2015, p.53). Em outro trecho, ratificando o auxílio sobrenatural ao juiz, a reportagem destaca uma visão de Moro de que é possível considerar as acusações de um delator mesmo quando ele não cumpriu o acordo antes firmado com a Justiça, como foi o caso de Alberto Youssef. “Em 2009, Moro escreveu que Alberto Youssef não tem ‘elevada credibilidade’. Nem por isso se deve ignorar o que diz” (PETRY, 2015, p.55). Ou seja, sem a devida contestação, a revista deu o aval simbólico para que Moro pudesse agir na ilegalidade como fez ao liberar o sigilo das declarações do doleiro que acusara Lula e Dilma de saberem do esquema de corrupção na Petrobras a poucos dias da eleição de 2014.

“O complô para calar a Lava Jato (VEJA, 2016)”



FIG 4. *Veja*, edição nº 2480 (Acervo da

Biblioteca do Instituto Federal Fluminense *Campus Campos Centro*)

O processo de mitificação de Moro como herói nacional avança e chega ao estágio da iniciação (CAMPBELL, 2007) no qual a fase do caminho de provas (CAMPBELL, 2007) serve para interpretar a representação do juiz da Lava Jato feita na edição nº 2480. Novamente, a foto do magistrado ocupa mais 90% do espaço da página e está bem iluminada em contraste com o fundo escuro. Moro está com a mesma expressão facial que denota seriedade e percebe-se que veste terno preto como ficou nacionalmente conhecido por sempre ser visto com esta cor. Os aspectos que reforçam a concepção arquetípica (CAMPBELL, 1990) de homem, branco, letrado e ocupante de um cargo que tem poder reforçam a tese defendida nesta pesquisa de que a repetição (BARTHES, 2012) (ELIADE, 2016) de um tipo de representação é um elemento central ao avaliar narrativas míticas.

Essa capa é emblemática porque é quando *Veja* afirma que Moro é a Lava Jato, operação que na época gozava de amplo apoio popular devido aos seus métodos de exposição pública das operações de busca e apreensão e prisão de políticos e empresários, muitas vezes, à revelia de direitos constitucionais. A Lava Jato discursivamente era a representação do combate ao estereótipo (LIPPMANN, 2010) de que os crimes de colarinho branco não ficariam impunes. Na capa, Moro aparece com uma fita na boca dando a ideia de que existia um plano para amordaçar a investigação seguida da manchete em caixa alta: “O COMPLÔ PARA CALAR A LAVA-JATO” (VEJA, 2016). No subtítulo, a explicação: “Como os líderes do PMDB conspiram para travar as investigações” (VEJA, 2016). Logo abaixo, a palavra em caixa alta “EXCLUSIVO” (VEJA, 2016) com a chamada que alimenta o antipetismo da revista como estratégia discursiva ideológica. “Nos 72 anexos da delação de Pedro Corrêa, o diálogo em que Lula deu a ordem para montar o petrolão” (VEJA, 2016). No topo da página uma foto da modelo e apresentadora Ana Hickmann com a chamada sobre o atentado praticado por um fã do qual foi vítima.

Esposito (2021) em sua tese de doutorado afirma que a revista contribuiu para transformar a Lava Jato em sujeito. “Mais do que um recurso técnico do jornalismo, a transformação está repleta de significações que a revista propõe sobre o que deve ser a Justiça e como ela deve se realizar” (ESPOSITO, 2021, p.167).

Analisar o material jornalístico com essa perspectiva de identificar a mitificação de um personagem obriga o pesquisador a fazer as associações entre texto e foto. Por isso, a metodologia desta pesquisa buscou conceitos e caminhos próprios de auferir os seus resultados. Essa capa com Moro amordaçado é um exemplo de como os métodos escolhidos

foram aplicados, pois existem conceitos que vêm da semiologia (BARTHES, 2012), de análise estrutural da narrativa (BARTHES, 2001), de ideologia (MÉSZÁROS, 2004), à teoria dos mitos (CAMPBELL, 2007).

A pesquisa constatou que *Veja* nesta edição torna Moro uma metonímia da Lava Jato, um processo que encontra sustentação no que Barthes (2001) escreveu. “A narração não pode realmente receber seu sentido senão do mundo que dela se serve: além do nível narracional, começa o mundo, isto é, outros sistemas (sociais, econômicos, ideológicos), cujos termos já não são apenas as narrativas, mas elementos de outra substância (fatos históricos, determinações, comportamentos, etc) (BARTHES, 2001, p.142).

Questionado sobre essa constatação da pesquisa, Petry (2021) justificou que esse recurso linguístico ajuda na comunicação com o leitor.

A metonímia é um recurso jornalístico comum e frequente, sobretudo em capas e manchetes, dada a urgência com que o jornalismo precisa se comunicar. Como estamos falando de 2016, não restava então qualquer dúvida de que Moro era a personificação – para bem e para o mal – da Operação Lava Jato. Acredito que, até hoje, o ex-juiz continua sendo um sinônimo daquela operação (PETRY, 2021).

O título da reportagem desta edição era “A HORA DO PÂNICO”, com a foto principal da máscara do personagem Pânico, seguida da linha-fina: “Na segunda semana do governo Temer, cai o primeiro ministro flagrado em aberta conspiração para boicotar a Lava Jato. E com isso, vem a público todo um universo que estava nas sombras: os políticos estão desesperados com o avanço das investigações (PEREIRA, 2016, p.42). Percebe-se que as evidências que motivaram a reportagem foram os diálogos entre o ministro do Planejamento do governo Temer Romeró Jucá com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado que gravou as conversas para tentar acordo de delação premiada e um encontro em Brasília entre políticos entre eles os ex-presidentes Lula e José Sarney, o presidente do Senado Renan Calheiros, os senadores Edison Lobão e Delcídio do Amaral e Jucá. Portanto, para entender a capa e manchete precisa recorrer ao processo metafórico do qual fala Campbell (2007) ao ser questionado sobre verdades mitológicas. Ao representar Moro amordaçado, *Veja*, portanto, afirma que o herói nacional está em apuros e precisa do apoio da opinião pública.

Na reunião, Sarney disse que o juiz Sergio Moro, responsável pela Lava Jato, sequestrara o Brasil e desrespeitara garantias constitucionais, principalmente ao decretar prisões preventivas para forçar acordos de delação premiada. Lula disse que a Lava Jato tinha o propósito oculto de criminalizar a política partidária e, se isso ocorresse, o governo brasileiro poderia cair nas mãos de um aventureiro como Silvio Berlusconi, que

chegou ao poder na Itália depois da Operação Mãos Limpas, base de inspiração de Sergio Moro (PEREIRA, 2016, p.43).

A reportagem, portanto, estabelece o caminho das provas (CAMPBELL, 2007) fase em que o herói está sendo questionado. *Veja*, portanto, ao exaltar o trabalho questionável do juiz da Lava Jato na narrativa de conflito (MOTTA, 2013) em que a classe política é o Mal a ser combatido independente do método de investigação contribui para que a opinião pública estivesse favorável à Lava Jato e contra o sistema político. Por isso, em 2018, muitos candidatos com carreiras militar e jurídica se elegeram com o discurso antissistema cujo pior exemplo foi a eleição de Jair Bolsonaro como Presidente da República.

“O primeiro encontro cara a cara” (VEJA, 2017)



FIG.5 *Veja*, edição n° 2529

(Acervo da Biblioteca do Instituto Federal Fluminense *Campus* Campos Centro)

Finalmente, depois de mais de quatro anos de atuação, a Lava Jato conseguiu o que queria. A condenação de Lula era o objetivo maior da força-tarefa. E para anunciar o julgamento do petista *Veja* não economizou na espetacularização (GOMES, 2004) do embate entre o maior líder popular de esquerda da América Latina com o juiz que contava com o apoio das elites brasileiras e da mídia hegemônica (SOUZA, 2019).

A capa da edição nº 2529, publicada em 10 de maio de 2017, traz os rostos de Moro e Lula frente a frente, separados pela letra X, em uma imagem que lembra o anúncio de duelo entre lutadores. A diferença é que os dois estão com máscaras que remetem a vestes de personagens de cavaleiros de luta mexicana como frisou o texto. Acima das cabeças deles, os nomes dos dois em vermelho. A manchete, mesmo em caixa alta, perde destaque em detrimento da imagem que concentra a atenção no centro óptico da página. “O PRIMEIRO ENCONTRO CARA A CARA” (VEJA, 2017). As duas chamadas abaixo evidenciam o antipetismo da revista e o apoio incondicional à Lava Jato. “POR QUE A LIBERTAÇÃO DE JOSÉ DIRCEU SÓ FORTALECE A LAVA JATO” e “RENATO DUQUE DIZ QUE LULA O ORIENTOU A FECHAR CONTA NA SUÍÇA” (VEJA, 2017). Até o número de estrelas na cor branca com fundo azul na posição horizontal e as vermelhas, na vertical, fazem referência às ideologias dos personagens. Em quantidade maior, as cores branca e azul fazem referência à bandeira nacional e funcionam como se fossem o espaço onde esse duelo iria acontecer e representam o julgador. As vermelhas em menor quantidade remetem ao campo político de esquerda, do qual Lula é a maior liderança. Um efeito de luz lembra o holofote centralizado no ringue antes de começar uma luta.

Petry já era diretor de redação de *Veja* quando esta edição foi publicada. Em entrevista para pesquisa ele afirma que o personagem de herói nacional já estava construído e que a direção era ocupada por Eurípedes Alcântara. A declaração dele sobre esta capa, entretanto, mostra que a ideologia da empresa se sobrepunha aos valores do jornalismo. “Não engane. Isso significa que nunca devemos desorientar o leitor. Enganar as pessoas é uma forma de mentir e fazer pouco caso da ideia de que o jornalismo tem um compromisso com a verdade” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.125).

A capa é autoexplicativa e, a meu ver, histórica: ao mostrar juiz e réu em confronto, mimetizando os antigos cartazes mexicanos de luta livre, fica evidente que a revista estava dizendo que aquilo era uma disputa – uma guerra, uma luta, um tanto folclórica – e não o que deveria ser, ou seja, um tribunal jurídico em que o réu tem pleno direito de se defender diante de um juiz imparcial. O destaque para os personagens – e não para os fatos em si, como você observa – reforça e corrobora essa leitura de um espetáculo algo farsesco: não havia propriamente uma discussão jurídica sobre fatos, mas um réu sendo perseguido por um juiz movido mais por convicções pessoais do que pelos códigos legais, como, aliás, tornou-se público anos mais tarde. É por isso que julgo essa como uma capa histórica (PETRY, 2021).

Essa opinião de Petry (2021) dada durante a apuração dos dados desta pesquisa converge de certa forma com o que concluiu Esposito (2021).

Ou seja, argumenta-se aqui que o discurso da *Veja* sobre a Lava Jato com seus alvos concretos, trabalharia para criar uma ilusão tranquilizadora entre seus leitores, de que a corrupção é possível de ser extirpada do corpo social ao se sacrificar os elementos causadores de infortúnio, por meio das prisões e punições, assumindo uma postura de que se elimina a corrupção com a condenação e prisão de corruptos, e não com discussões institucionais e culturais, por exemplo, dada a complexidade do fenômeno (ESPOSITO, 2021, p.174).

Para continuar a análise sob a perspectiva da jornada do herói de Campbell (2007), com esta edição é possível identificar duas fases do estágio da iniciação do mito: a apoteose e a benção última (CAMPBELL, 2007). Logo no *lead*, *Veja* representa Moro como aquele que tem o apoio da opinião pública (LIPPMANN, 2010) e o poder de reter o mundo (CAMPBELL, 2007) ao ser o julgador dos supostos crimes cometidos por Lula, o que coloca o petista em uma condição de submissão. “O ex-presidente Lula se sentará diante do juiz Sergio Moro nesta quarta-feira, às 14 horas, para prestar seu primeiro depoimento ao magistrado que virou herói nacional no comando da Lava Jato” (VEJA, 2017). Um líder popular será julgado por um juiz considerado herói evidencia uma condenação simbólica e o auge do trabalho da força-tarefa. O texto em nenhum momento fala sobre as informações do processo e a qualidade das provas colhidas pela acusação. O que interessou para revista, portanto, era desmoralizar Lula e o apoio que as centrais sindicais lhe deram em Curitiba no dia do depoimento. *Veja* até reconhece que a divulgação da ligação entre Lula e Dilma, antes da nomeação do petista como ministro da Casa Civil, em 2016, foi irregular, mas não admite a ilegalidade do ato do então juiz que agiu politicamente, o que não é competência de um magistrado fazer, segundo o Código da Magistratura.

A reportagem é direta em apoiar a condenação de Lula, o que demonstra que Moro já tinha a autorização para sentenciá-lo pelo suposto crime, o que reforça o argumento elaborado por Benetti (2013) de que o jornalismo de revista tem essa característica da autoridade e auxilia o leitor da revista a acreditar naquela versão do fato. “Pode até ser que o ex-presidente não seja culpado de tudo de que o acusam, mas é uma improbabilidade matemática que não seja culpado de nada” (VEJA, 2017). Esse trecho demonstra que Moro tem a benção última (CAMPBELL, 2007) para fazer o que a empresa de comunicação desejava: inviabilizar a volta de Lula ao poder, em 2018. Ou seja, independente de eventuais erros, Moro não encontraria empecilhos na sua jornada de continuar a ser o herói nacional.

“A pirueta de Moro” (VEJA, 2018)



FIG. 6 *Veja*, edição nº 2607 (Acervo da

Biblioteca do Instituto Federal Fluminense *Campus* Campos Centro)

A jornada do herói nacional que irá salvar o Brasil da corrupção terminou quando Moro aceitou ser ministro da Justiça e da Segurança Pública do governo Jair Bolsonaro, em novembro de 2018. Após condenar Lula, e o TRF4 confirmar a condenação tornando o petista inelegível, o juiz cumpre a sua missão de inviabilizar o favorito para disputa presidencial daquele ano e abrir caminho para o candidato da extrema direita se eleger com o discurso antissistema e favorável à Lava Jato.

O entendimento de Campbell (2007) de que o herói após concluir sua missão precisa retornar com um troféu se encaixa na narrativa da edição nº 2607, publicada no dia 7 de novembro de 2018, 10 dias depois da eleição de Bolsonaro. É a fase da recusa do retorno (CAMPBELL, 2007). Moro ao decidir largar a toga e se tornar um político do sistema que ajudou a criminalizar evidência que o herói nacional não desejava sair dos holofotes da mídia.

A capa da edição traz uma foto de Moro que ocupa três quartos do espaço com o olhar desviado para o lado esquerdo da página, como se estivesse pensando nos possíveis questionamentos à sua decisão de integrar um governo que ajudou a eleger. O dedo indicador

em riste sobre a boca indica que herói preferia o silêncio daqueles que o criticavam por aceitar o convite para ser ministro. *Veja*, embora adote um tom crítico em relação à decisão de Moro, deixa seu herói iluminado ainda com a expressão séria do juiz que conseguiu pautar a agenda pública mesmo que seus métodos e julgamentos não estivessem em consonância com os ritos constitucionais, discussão já feita no primeiro capítulo sobre o uso de delação premiadas e prisões preventivas.

A manchete escrita em caixa alta revela a crítica. “A PIRUETA DE MORO (VEJA, 2018) seguida da explicação no subtítulo: “A convite de Bolsonaro, o juiz faz um movimento temerário e troca a Lava Jato pela política” (VEJA, 2018). A página ainda tem três chamadas no topo. No lado superior esquerdo com o título em caixa alta “A REPÚBLICA DA BARRA. Quem são e como vivem os moradores do bairro de Bolsonaro” (VEJA, 2018). A do meio “ARROUBO AUTORITÁRIO. O STF dá um pito nos juízes que mandaram invadir universidades (VEJA, 2018) e a do canto superior direito. “ADEUS, CANUDINHO. A Europa vai proibir o consumo de itens não reutilizáveis” (VEJA, 2018).

O título da reportagem faz uma metáfora com o movimento de Moro. “TRIPLO CARPADO” (BORGES, 2018, p.40) e a linha-fina, embora endosse a crítica já evidencia que a ida do juiz para o ministério poderia ser benéfico ao governo. “A convite de Bolsonaro, o juiz Sergio Moro aceita ser o novo ministro da Justiça. Pode ser excelente para o governo, mas joga uma sombra indevida sobre a idoneidade da Lava Jato” (BORGES, 2018, p.40). O fato de a revista avaliar como “excelente” para o governo ter Moro como ministro demonstra que *Veja* poderia apoiá-lo em suas ações. Neste momento, a semanal de informação abre outra linha para interpretar o mito do herói que está nesta edição na fase do Senhor dos dois mundos (CAMPBELL, 2007), quando o mito quer ser reconhecido por outros símbolos associados a ele. A narrativa publicada endossa o argumento de que Moro irá incorporar várias atribuições e se tornar um superministro.

Moro será o ministro da Justiça do novo governo, uma pasta que voltará a ser turbinada com a presença da Polícia Federal, que fazia parte do Ministério da Segurança Pública. Além disso, sua pasta deve ter o controle sobre uma parte do Coaf, órgão que fiscaliza as transações financeiras do país. Com esses predicados, o Ministério da Justiça passa a ser uma superpasta, e Moro, um superministro (BORGES, 2018, p.40).

É inexistente a concepção de superministro no ordenamento jurídico brasileiro. É signo retórico que na narrativa serve para dar a força e a tensão (FERRARI; SODRÉ, 1986) necessárias para que o leitor confie (SCALZO, 2020) que o herói que expurgou a corrupção

do PT—, mas não daqueles considerados aliados como o caso do arquivamento e da não investigação de doações de empresas ao instituto Fernando Henrique Cardoso, “cujo apoio é importante” (DUARTE, 2022, p.180) como revelaram os diálogos da Vaza Jato —, será agora um político de primeira linha.

Neste sentido, Barthes (2001) traz uma importante contribuição para o objeto da presente pesquisa.

E aqui quero precisar imediatamente que atribuo um sentido muito forte à palavra significar; não se deve confundir significar e comunicar. Significar quer dizer que os objetos não veiculam apenas informações, caso em que eles comunicariam, mas constituem também sistemas estruturados de signos, isto é, essencialmente sistemas de diferenças, oposições e contrastes (BARTHES, 2001, p.206).

Pois é justamente neste ponto do que um objeto pode significar de acordo com a ideologia do veículo de comunicação e seu papel para formar uma consciência social e influenciar o metabolismo da sociedade (MÉSZÁROS, 2004), no nosso caso aqui a representação de Sergio Moro, que iremos analisar as diferenças e oposições da narrativa do herói em quatro edições de *CartaCapital*. Como já falado na metodologia, o critério para selecionar a amostra foi o mesmo do de *Veja*. Foram selecionadas aquelas que expuseram a representação de Moro sozinho na capa.

5.2 O justiceiro

Pela primeira vez na história recente tivemos um personagem tão controverso quanto o então juiz federal Sergio Fernando Moro. A polarização política da sociedade contribuiu para que essas lideranças representassem os anseios de parcelas da população. Lula e Dilma das classes sociais mais populares que aumentaram o poder aquisitivo por um tempo sem que houvesse uma ruptura com o sistema financeiro (SAFATLE, 2022). E Moro aglutinava essa esperança de varrer a corrupção da administração pública na época governada por Dilma Rousseff pelas classes médias e a elite financeira. Existia uma convivência por parte da opinião pública para que o magistrado fosse alçado à condição de herói sem ser perturbado tanto pelo Conselho Nacional de Justiça, que fiscaliza o trabalho dos juízes, como pela mídia hegemônica.

CartaCapital, entretanto, embora tenha menor faturamento e jornalistas em sua redação olhou o outro lado da história da Lava Jato que era ignorado deliberadamente pelos outros veículos. A revista possui uma linha editorial que se alinha aos valores de setores da

esquerda progressista democrática e ao longo da maior operação de *lawfare* do país foi crítica aos métodos de investigação. De 2014 a 2018, período em que Moro liderou a Lava Jato, *CartaCapital* publicou quatro edições em que a representação do juiz era a reportagem mais importante.

A hipótese de que a revista transformou Moro também em um mito, mas do justiceiro (ECO, 1978) é confirmada pelo redator-chefe de *CartaCapital*, Sergio Lirio (2022), que concedeu entrevista por videoconferência à pesquisa. Mas, quais e como as representações confirmam esse argumento de que o juiz nas edições da revista de Mino Carta ultrapassava os limites legais e endossava a ideia de fazer justiça a partir das suas convicções mesmo justificando suas ações com interpretações da lei, vamos analisar a partir de agora. Para análise, iremos utilizar o mesmo método, porém a partir do conceito de Eco (1978) de justiceiro cujas variantes nas quatro edições são: a infantilização e a irracionalidade, o inquisidor, o prepotente e o farsante. Vamos utilizar a semiologia de Barthes (2012) com conceitos de análise da narrativa (MOTTA, 2013).

“Como liquidar o Brasil (CARTACAPITAL, 2016)



FIG. 7 (*CartaCapital*, edição nº 923. Acervo da

Biblioteca do Instituto Federal Fluminense *Campus* Campos Centro)

A edição nº 923, publicada em 19 de outubro de 2016, é a primeira que a representação de Moro aparece sozinha no período analisado. Em anos anteriores, a revista colocou o juiz na capa mas dividindo o protagonismo com outras personalidades políticas. Na referida publicação, a revista fez uma montagem em que coloca a cabeça do chefe da Lava Jato num corpo de um bebê que está vestido com pimpão escrito “Lava Jato e MPF” (CARTACAPITAL, 2016). O bordado com a representação de um jogador de polo acima dos dizeres faz referência à marca da roupa de grife americana Ralph Lauren, o que conota (BARTHES, 2012) ser um representante da elite econômica dado que as vestimentas são utilizadas por esta classe social. Na montagem, Moro bebê está sentado e ocupa 70% do espaço da página. Ele segura na mão esquerda um submarino, na direita um avião e no pé esquerdo uma plataforma de petróleo como se estivesse brincando com os principais setores econômicos do país. A manchete em caixa alta “COMO LIQUIDAR O BRASIL” (CARTACAPITAL, 2016) seguida da explicação do subtítulo complementa o enunciado da capa. “A Lava Jato e a política econômica do governo acabam com os projetos estratégicos de energia e segurança” (CARTACAPITAL, 2016).

A capa é completada com três chamadas no lado superior da página. No canto esquerdo “Michel Temer. Jantar com risotto para 400 e outro, secreto, para FHC e Gilmar Mendes” (CARTACAPITAL, 2016). No centro, “Marcelo Freixo. ‘Derrotar Crivella é vencer o que de mais atrasado há na política’” (CARTACAPITAL, 2016). No canto superior direito. “Vagner Freitas. Aviso aos navegantes: os sindicatos estão sob ameaça e prometem reagir” (CARTACAPITAL, 2016).

A composição da representação imagética com texto permitiu-nos encontrar o que Barthes chama de distorção e expansão da narrativa. “A forma da narrativa é essencialmente marcada por dois poderes: o de distender os seus signos ao longo da história, e o de inserir nessas distorções expansões imprevisíveis” (BARTHES, 2001, p.144). Ficou evidente que houve uma mudança na representação real de Moro como juiz que veste terno e gravata como nas representações dele em *Veja*. Para explicar melhor a construção desse mito ideológico como justiceiro, outra passagem do autor francês nos parece útil.

...quando James Bond pede um uísque enquanto espera o avião, esse uísque, como índice, tem um valor polissêmico, é uma espécie de núcleo simbólico que reúne vários significados (modernidade, riqueza, ócio); mas, como unidade funcional, o pedido do uísque deve percorrer, de um elemento a outro, numerosos pontos de contato (consumação, espera, atraso etc) para chegar a seu sentido final: a unidade é “tomada” por toda a narrativa, mas

também a narrativa só se “mantém” pela distorção e pela irradiação de suas unidades (BARTHES, 2001, p.145).

A partir dessa análise, conclui-se que essa representação de Moro passou por uma distorção e expandiu a produção de sentido em relação ao juiz. Houve, portanto, uma infantilização da representação dele e propõe uma irracionalidade da Lava Jato em punir as empresas que deixaram de gerar empregos, distribuir renda a seus empregados e demitir em massa por supostos erros de seus dirigentes.

O título da reportagem faz uma referência pejorativa à força tarefa. “Destruição a Jato” (DRUMMOND, 2016, p.20) seguido da explicação na linha-fina “Jejuna em economia, a República de Curitiba, em colaboração com privatizações, desnacionalizações e austeridade, arrasam empreiteiras, a Petrobras e o País” (DRUMMOND, 2016, p.20).

Além da visão ideológica crítica à Lava Jato, a reportagem se utilizou de entrevistas com fontes especializadas para corroborar o argumento de que a força-tarefa estava destruindo a economia, o que confirma o poder de voz da revista como afirma Motta (2013). “A quantidade de acordos de leniência é muito pequena e eles demoram demais. São tantas as dúvidas e a insegurança jurídica é tamanha que não há uma aplicação significativa desse instrumento, chama atenção o advogado Rafael Valim, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura[.]” (DRUMMOND, 2016, p.21). Em outro trecho, a característica da autoridade tanto da fonte da informação como da revista, como propôs Benetti (2013), reafirma a produção de sentido da capa desta edição.

Ninguém vai acabar com empresas como essas por causa da corrupção, exemplifica o procurador do MPF e ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão. Aqui no Brasil, entregamos os nossos ativos com uma facilidade impressionante. Isso ocorre, principalmente, porque essa garotada do Ministério Público não tem a mínima noção de economia. Não sabem como isso funciona (DRUMMOND, 2016, p.20).

Portanto, fica evidente que a estrutura desta reportagem de *CartaCapital* se desenvolve como na narrativa de conflito feita por *Veja*, porém, com a distinção de distorcer a imagem pública de Moro de forma pejorativa o representando como uma criança que não sabe as consequências dos seus atos. É o começo da mitificação do justiceiro.

Jamais o super-homem é sequer aflorado pela dúvida de que a plebe possa e deva decidir por contra-própria e, portanto, jamais é levado a esclarecê-la e consultá-la. Em sua incontidência de virtude ele a rechaça constantemente para o seu papel subalterno, e age com uma violência repressiva tanto mais mistificada quanto mais se dissimula sob a máscara de Salvação (ECO, 1978, p.95).

Esse trecho da obra de Eco (1978) é elucidativo para esta pesquisa porque demonstra que, embora a revista estigmatize a figura de Moro tenta também esclarecer ao leitor que há uma mistificação na visão estereotipada de que a força-tarefa irá acabar com a corrupção da Petrobras. A opinião do redator-chefe de CartaCapital comprova parte das hipóteses desta pesquisa.

Mistificação. É isso que o jornalismo faz em parte. Nós não fazemos mistificação na *Carta*. Nós usamos os mesmos instrumentos. Acho que é válido. Porque eles estavam todos lá. E tinha um acúmulo de cobertura que nos permitia dizer isso como o Mino afirmou. E repito. Se hoje comprovasse que a gente tava errado, eu daria a minha mão à palmatória, mas não é o caso. Nós estávamos certos. O que garante o jornalismo que a *CartaCapital* faz? O fato de que hoje nós estamos certos como estávamos em relação à crise 2008, como estávamos em relação à crise de energia do governo Fernando Henrique. Eu fiz as matérias. E lembro uma semana antes do governo anunciar o racionamento a *Veja* fez uma matéria para dizer: fiquem tranquilos porque não vai haver racionamento no Brasil. Essa é a diferença. Como nós estamos num lado sozinhos no mundo, somos apedrejados, mas isso nos honra em grande medida. Como eu te disse uma vez, o grande papel da *CartaCapital* será deixar um registro histórico que permita alguém lá na frente que for estudar alguns momentos do Brasil ter um contraponto, porque, senão, só vai ter distorção, que é em geral o que a mídia produz (LIRIO, 2021).

“O juiz refém” (CARTACAPITAL, 2017)



FIG 8. (*CartaCapital*, edição nº

952. Acervo da Biblioteca do Instituto Federal Fluminense *Campus* Campos Centro)

A edição nº 952 mostra que *CartaCapital* colocou em evidência a dupla personalidade de Moro. A representação dele envolve uma foto do então juiz sentado vestindo terno o que reforça a visão arquetípica (CAMPBELL, 1990) do homem branco, letrado e possuidor de um poder, com o olhar para baixo, rosto contraído como se estivesse em desagrado com alguma situação. Isto é, fazendo a famosa careta, o que reforça o argumento de que a revista buscou sempre caricaturar o magistrado. O fundo é preto, cor que remete à história de terror do cinema. Moro está segurando uma máscara de seu próprio rosto, porém, com a expressão séria, imagem massificada pela mídia hegemônica, principalmente nas capas de *Veja*. A história do justiceiro ganha outra roupagem nesta publicação. A capa e a reportagem vão explorar o lado inquisidor do chefe da Lava Jato.

A manchete utiliza um paradoxo. Em caixa alta “O JUIZ REFÉM” (CARTACAPITAL, 2017) inverte a lógica natural da narrativa, ou seja, a de que o juiz ou herói (agente) irá salvar o refém (paciente). Neste caso, Moro é o sujeito quem faz a ação e o receptor de seus próprios atos. O subtítulo explica. “O interrogatório de Lula revela que Sergio Moro é escravo do papel de inquisidor que se atribuiu” (CARTACAPITAL, 2017). Ao evidenciar um estado psicológico de Moro em “Sergio Moro é escravo” demonstra que esse personagem não ouve ninguém. No sintagma “do papel de inquisidor que se atribuiu” mostra que a revista o classifica como uma autoridade autoritária, como o justiceiro de Eco (1978).

A narrativa de conflito (MOTTA, 2013) já está metaforicamente exposta no título reportagem “As ruas e as janelas” (LIRIO; RUSCHEL, 2017, p.14) que relataria o dia em que Lula foi ouvido por Moro, em Curitiba, pela primeira vez no processo em que o MPF acusara o petista de ser o proprietário do triplex do Guarujá como forma de lavar o dinheiro da propina da Petrobras. Esta acusação, repita-se, sem sustentação em provas. Nas anexadas ao processo nem os procuradores da força-tarefa confiavam na veracidade jurídica dias antes de oferecer a denúncia (DUARTE, 2022). A linha-fina também propunha que o clima de animosidade entre as classes populares, formadas por trabalhadores de sindicatos que foram às ruas de Curitiba, e os moradores brancos dos prédios, era tenso. “No dia do embate entre Lula e Moro, a capital paranaense escancara a insanável divisão do Brasil” (LIRIO; RUSCHEL, 2017, p.14).

Ficou evidente, portanto, que um eminente conflito — que não aconteceu — tanto entre os apoiadores dos dois lados como entre Lula e Moro era o tema mais importante da reportagem junto com a premissa de inquisidor do juiz vendida na capa. A matéria além da

descrição das ações e da movimentação se utilizou de entrevistas de apoiadores do petista que reforçaram a visão de que Lula quando governou o Brasil mudou a vida dos que mais precisavam para reforçar a tese de Moro perseguia o ex-presidente porque era o favorito a retornar à Presidência da República nas eleições de 2022. Vejamos um exemplo. O relato é do agricultor José Noronha da Anunciação, de 60 anos. “Só quem conhece a miséria do Sertão pode saber a importância de Lula para os nordestinos” (LIRIO; RUSCHEL, 2017, p.16) Entre esses relatos de apoiadores há a característica da emoção (BENETTI, 2013) que está presente nas narrativas míticas.

Sobre essa estrutura da narrativa jornalística a pesquisa concorda com o que diz Motta (2013).

O que o jornalista quer significar como narrador e a interpretação que o destinatário faz a partir da retórica das notícias coincidem na sua essência (embora possam ocorrer disparates). Isso não retira deles o caráter narrativo, mas os transforma em uma narrativa singular: um jogo de linguagem situado entre a narrativa da história (realista) e a literária (imaginativa). É esse jogo entre correspondência e desvios textuais da comunicação jornalística que a análise da narrativa pode observar e desvelar o sentido (MOTTA, 2013, p.200).

O estudo identificou, portanto, que a forma de narrar esse episódio do depoimento de Lula receberam o mesmo tratamento jornalístico tanto por *CartaCapital* como por *Veja* que privilegiaram a dramatização e um possível conflito entre os protagonistas ou de seus apoiadores em detrimento do que prevê o rito jurisdicional em que um réu possui amplo direito de defesa em um juízo imparcial. As evidências que em 2019 vieram à tona com a Vaza Jato (DUARTE, 2019) mostraram que Moro era um assistente da acusação e não um magistrado que iria julgar e eventualmente condenar ou absolver. Esse perfil do inquisidor é mais um estereótipo (LIPPMANN, 2010) utilizado pelo jornalismo para vender a sua ideologia (MÉSZÁROS, 2004).

Maior que ele, só Deus (CARTACAPITAL, 2018)



FIG. 9 (*CartaCapital*, edição nº

1002. Acervo da Biblioteca do Instituto Federal Fluminense *Campus* Campos Centro).

O mito do justiceiro feito por *CartaCapital* ao representar Sergio Moro atinge seu auge na edição nº 1002, publicada no dia 9 de maio de 2018. É preciso deixar claro que a hipótese de que o juiz age como tal reúne evidências trazidas pelo discurso da revista, mas que são consideradas nesta pesquisa como uma narrativa mítica porque o magistrado tinha, por outro lado, o respaldo até então das cortes superiores de Justiça. Em tese, agia dentro da interpretação da lei. Ficou claro anos mais tarde distorções jurídicas (DUARTE, 2022) que já eram apresentadas pelo conteúdo jornalístico da redação dirigida por Mino Carta desde 2014, quando a Lava Jato começou.

A composição desta capa permite-nos concluir que a revista aumentou a crítica sobre a atuação do chefe da operação. A prepotência do juiz é o tema da narrativa. O fundo preto traz um efeito de sombras sobre parte do rosto de Moro, o que conota pouca transparência neste personagem. A parte iluminada significa que o sistema, o que inclui a mídia hegemônica, ainda o vê como um ser iluminado. Tanta confiança faz com que o justiceiro extrapole as hierarquias jurisdicionais. Novamente, a expressão facial de Moro é caricata que corrobora com o tema da narrativa de evidenciar a prepotência de Moro em afrontar simbolicamente os

demais poderes da República O olhar está direcionado à esquerda da página. A boca faz um movimento para cima que conota um desdém do personagem que não liga para as críticas feitas ao seu modo de agir nos processos da Lava Jato. Ele está vestindo terno e gravata, elementos que conotam seu *status* de autoridade como juiz e reforçam a visão arquetípica (CAMPBELL, 1990) de que pessoas brancas vestidas com roupas caras compõem os estratos de poder.

A manchete “Maior que ele, só Deus” (CARTACAPITAL, 2018) desta vez não está em caixa alta para dar destaque ao significante “Deus” que está na cor bege em um tom de dourado o que conota o tamanho do poder de Moro naquele momento na política brasileira. No subtítulo, a explicação: “Com uma decisão a respeito de Lula e outra sobre uma extradição de Portugal, Sergio Moro revela que a Justiça tem uma última instância acima do Supremo” (CARTACAPITAL, 2018). Esta edição traz a essência sociológica dos grupos organizados de direita no Brasil, após as manifestações de Junho de 2013, cuja referência foi Sergio Moro: o autoritarismo escancarado sob a justificativa de uma falsa moralidade que se sustentava por meio de uma hermenêutica desvirtuada do ordenamento jurídico brasileiro. A capa ainda tem duas chamadas na parte superior. “Não culpem as vítimas. A tragédia no largo do Paissandu, em São Paulo, é fruto do histórico descaso do poder público com as famílias sem-teto” e Juros. O BC falha na redução das taxas, a Febraban desconversa e Skaf arma mais um lance de marketing. As chamadas mostram a ideologia de esquerda da revista, pois evidencia o descaso com as famílias pobre e criticam os agentes do mercado financeiro e da indústria (CARTACAPITAL, 2018).

O título da reportagem “Onisciente, onipotente” (BARROCAL, 2018, p.16) mostra que para *CartaCapital* Moro tinha o conhecimento absoluto de como punir os crime de corrupção o que lhe respaldava a tomar atitudes que afrontavam cortes superiores e principalmente direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988. Ao evidenciar o tamanho do poder que Moro tinha, a revista propunha que a Justiça brasileira precisava pôr freio no magistrado. A linha-fina da reportagem destaca esse argumento. “O inquisidor da Lava Jato revisa decisões superiores, mas agora corre o risco real de ser catequizado pelo STF em um dos processos movidos contra Lula” (BARROCAL, 2018, p.16). O título e a linha-fina compõem a abertura da narrativa que mostra a dramaticidade e o risco de respaldar as decisões de um juiz que para muitos se tornou o herói nacional. É possível identificar a força e a tensão (FERRARI; SODRÉ, 1986) dos elementos narrativos da reportagem como nas histórias de romance popular. “[...] o que importa é o enredo, o lance dramático, a expansão

desabusada de uma narratividade sem freios — e mais que tudo, mas sobre isto retornaremos mais tarde — o delinear-se de um drama entre oprimidos e opressores com a presença resolutiva do herói carismático, ou melhor, do Super-homem (ECO, 1978, p.83).

O *lead* da reportagem mostra uma subjetivação da narrativa, faz associações irrealistas dentro de um contexto factual para atingir a verdade de opinião (CORNU, 1999).

Sebastián Piñera, o milionário presidente do Chile, passou por Brasília em 2 de Abril e, após rara visita estrangeira a Michel Temer, encontrou uma tiete do emedebista, Cármem Lúcia, a comandante do Supremo Tribunal Federal. No papo com ela, contou que julgamentos do STF são vistos em seu país, graças à TV Justiça — essa excentricidade nacional —, daí o pensamento de cada juiz do tribunal ser conhecido por lá. E curioso, perguntou: “Quando falha a Suprema Corte, a quem se recorre? Meio sem jeito, a mineira respondeu que não cabia recurso. “Então cabe a Deus?”, disse o chileno, a aponta o alto. No Brasil, o deus de Piñera nasceu em Maringá, norte do Paraná, em 1º de agosto de 1972, filho de uma mãe religiosa, aluno do colégio de freiras, adulto devoto do *look* “preto batina”. Dá expediente sempre que a Justiça não guarda algum de seus 90 dias anuais de reclusão coletiva, como a quarta e a quinta-feiras santas. Atende pelo nome de Sergio Moro, sobrenome vindo da morados dos papas, a Itália (BARROCAL, 2018, p.16).

A partir dessa reportagem cujo tema foi a prepotência de Moro, é possível concluir que o jornalismo de revista se ocupa de dramatizar um aspecto a fim de exagerá-lo e atender aos anseios ideológicos da empresa e consequentemente sustentar a confiança com seu leitor que acredita na apuração. Como nas narrativas míticas, existe um entendimento da eficácia do que está sendo narrado.

Sobre esse texto que abre a reportagem, Lirio (2021) confirma as características da emoção (BENETTI, 2013) e da força e a tensão (FERRARI; SODRÉ, 1986) presentes também nas histórias mitológicas.

O *lead* não funciona em revista. Não é o conceito tradicional do *lead* que a gente pensa. A ideia é sempre capturar o leitor logo no início. É mais uma espécie de anzol do que uma proposição de esclarecer logo os fatos. A gente quer que ele prossiga na matéria até o final. Então, esses recursos aí, com estilo literário, é recorrente na revista, a gente até gostaria de usar mais. Mas nem sempre dá pra fazer com tudo. Nem todo repórter tem essa habilidade. Como eu te disse, houve uma perda muita grande no jornalismo por conta dos problemas estruturais. Você perdeu muita gente boa que sabia escrever. E não dá para o Aquário ficar refazendo tudo o tempo todo. Mas é uma orientação importante para introduzir essa ideia de que...Em determinado momento, o Sergio Moro foi onipotente mesmo. É inquestionável. Qualquer coisa que ele fizesse, por mais barbaridade, por mais deslize, por mais equívoco, por mais desrespeito às leis, era sancionado. Tinha poder completo (LIRIO, 2021).

Essa análise de Sergio Lirio faz todo sentido para esta pesquisa, porque é pelo início da história que o leitor ou ouvinte aciona seu repertório cultural e ideológico que o ajudará a compartilhar e estabelecer a sua própria interpretação em relação ao personagem principal do enredo. A última capa de CartaCapital que expôs Sergio Moro sozinho reforçou ainda mais as teses de parcialidade do juiz da Lava Jato e perseguição contra Lula e o PT.

“Cabo eleitoral de Bolsonaro” (CARTACAPITAL, 2018)



FIG. 10 *CartaCapital*, edição nº 1028. Acervo da Biblioteca do Instituto Federal Fluminense *Campus Campos Centro*).

Como nas tramas dos romances populares em que o justiceiro é desmascarado no final, a edição nº1028 de *CartaCapital* trata do convite feito a Moro para assumir o Ministério da Justiça e da Segurança Pública do novo governo. A capa mostra Moro com a expressão de satisfação. O plano médio da foto destaca o terno e a gravata que o caracterizam como magistrado. O sorriso sem mostrar os dentes e o broche da campanha de Jair Bolsonaro produzem a unidade de sentido que a revista queria identificar, que é o lado farsante que até então o juiz desempenhara com o apoio da mídia hegemônica e das elites brasileiras que o chamara de herói nacional. O fundo preto e uma luz pálida reforçam as sombras, cuja intenção é mostrar a falta de transparência e de ética de Moro.

O chapéu com a palavra “Escândalo” em amarelo faz ligação com a cor do broche que foi colocado no peito de Moro. A manchete em caixa alta é “CABO ELEITORAL DE BOLSONARO” (CARTACAPITAL, 2018). Abaixo, o subtítulo: “Tudo explicado: Moro foi convidado durante a campanha e interferiu no pleito ao divulgar a delação de Palocci. Assentada a pedra angular do partido da injustiça” (CARTACAPITAL, 2018). O significante “tudo” conota o que vinha sendo divulgado pela revista até aquela data sobre a atuação do juiz da Lava Jato, além de identificar Moro como sujeito de uma ação que beneficiou Jair Bolsonaro nas eleições, que é o aspecto denotativo da narrativa. As premissas reforçam a tese do justiceiro farsante.

O título da reportagem “A recompensa do cabo eleitoral” (MARTINS, 2018, p.18) reforça a tese de que chegou a hora do justiceiro ganhar a sua parte pelos serviços prestados à elite econômica do país que sabidamente apoiara um candidato compromissado em garantir a opressão das classes populares com o apoio a políticas de retirada de direitos humanos, às privatizações de empresas públicas a fim de alimentar o mercado rentista de juros abusivos e diminuição de orçamentos de áreas fundamentais como a educação e a saúde. Para revista, Moro ter aceitado o convite para ser ministro corroborou a tese de parcialidade do juiz da Lava Jato e de inoperância das demais cortes superiores de Justiça que aceitaram e validaram os métodos de investigação e punição da força-tarefa. O subtítulo evidencia a ideologia da revista. “O juiz Sergio Moro interferiu nas eleições ao liberar a delação de Antonio Palocci e ganha, além de um ‘superministério’, um trampolim para a carreira política” (MARTINS, 2018, p.18). Por mais que possuam evidências que comprovem a proximidade de Moro com a campanha de Jair Bolsonaro afirmar que o juiz foi cabo eleitoral e foi recompensado são conclusões que sustentam a representação do personagem em *CartaCapital* e não possuem uma base factual que comprove essas teses.

A reportagem de revista além do discurso de autoridade, de transmitir uma emoção, de possuir força e tensão e estabelecer uma relação de confiança com o leitor tem uma tendência ao exagero em determinadas produções de sentido que não encontram respaldo nos fatos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho permitiu, antes de comprovar as hipóteses estabelecidas no projeto de pesquisa, descrever um retrato sociológico do Brasil desde 2013 até 2018. Estamos ainda vivendo os resultados das novas configurações políticas e comunicacionais advindas deste tempo. Esse estudo, portanto, é uma interpretação do início e do meio de um momento histórico que ainda está acontecendo a partir das produções de sentido feitas pelo jornalismo de revista.

Os personagens da Lava Jato, em maio de 2023, data em que esta dissertação de mestrado está sendo escrita, são políticos com mandato. Sergio Moro ainda que tenha perdido o *status* de herói nacional depois da Vaza Jato (DUARTE, 2020) conseguiu se eleger senador da República pelo Estado do Paraná após tentativa frustrada¹ de se tornar candidato à Presidência da República em 2022. O ex-coordenador da força-tarefa Deltan Dallagnol foi eleito deputado federal pela mesma unidade federativa, mas após quatro meses teve o mandato cassado² pelo Tribunal Superior Eleitoral porque, segundo a corte eleitoral, o ex-procurador deixou o cargo no Ministério Público Federal para se livrar de um Processo Administrativo Disciplinar. A Lei da Ficha Limpa afirma que integrantes do Poder Judiciário terão a candidatura indeferida se largarem a carreira para se evitar da punição.

Jair Bolsonaro, o maior beneficiado do discurso antissistema, perdeu a eleição para Lula —, o alvo prioritário dos procuradores e do então juiz (DUARTE, 2020) durante aqueles anos de turbulência política —, mas ainda possui densidade eleitoral e influência nos discursos e no modo em que eles são tratados nas mídias sociais. É considerado o líder da extrema direita no Brasil e possivelmente será novamente candidato a presidente em 2026. Está filiado ao Partido Liberal cuja bancada, entre deputados federais e senadores, soma 111 parlamentares. O movimento conservador capitaneado por Bolsonaro possui força política.

Os desdobramentos dos processos da Lava Jato mesmo depois do seu fim em 2021 ainda repercutem na mídia. A operação perdeu poder simbólico, mas no presente momento o sistema político dá sinais de que o lavajatismo na esfera política não terá vida fácil.

¹ Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/moro-desiste-de-candidatura-presidencial-neste-momento.ghtml>. Acesso em 5 de junho de 2023.

² Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Maio/por-unanimidade-tse-cassa-registro-do-deputado-federal-deltan-dallagnol-pode>. Acesso em 5 de junho de 2023.

Só durante a finalização desta dissertação dois acontecimentos surpreenderam a opinião pública. O afastamento³ do juiz Eduardo Appio da 13ª Vara Criminal de Curitiba, antes ocupada por Moro, pelo TRF4, por supostas infrações processuais, a anulação de uma das três condenações de Eduardo Cunha na Lava Jato e a indicação do advogado Cristiano Zanin à vaga de ministro do STF com a aposentadoria de Ricardo Lewandowski têm como contexto as arbitrariedades da força-tarefa. Portanto, esse período histórico merece ser problematizado porque as decisões que ainda são tomadas mexem com a política institucional do país.

O que este trabalho fez foi entender como surgiram esses movimentos conservadores ao analisar, a partir de pesquisas de outros autores, as manifestações de Junho de 2013. Grupos de direita que também participaram daqueles levantes foram a base de apoio popular necessária para que a Lava Jato pudesse conquistar terreno tanto nas mídias tradicionais como nas sociais. Por isso, a pesquisa defendeu que, para entender a força-tarefa como um instrumento institucional de poder, era preciso conhecer os movimentos que compuseram aquele período de levantes contra o Estado (FIGUEIREDO, 2014).

Como provado durante a pesquisa, a construção de personagens míticos pelo jornalismo possui um componente sociológico. O contexto político de contestação generalizada do sistema de representação política, evidenciado nas manifestações de Junho de 2013 e endossado em cada coletiva de imprensa dos procuradores da Lava Jato, reforçou o estereótipo (LIPPMANN, 2010) de que os “políticos são todos ladrões do dinheiro público” e que a regra é a impunidade para crimes do “colarinho branco”.

No entanto, existe uma parcela da sociedade pertencente ao campo progressista que é contra esse movimento conservador. Portanto, a polarização política que desde as eleições de 1994 se dava entre PT e PSDB, desde 2015 passou a ser entre petistas e aqueles que queriam a volta da ditadura ou o fim do petismo. Neste momento da história brasileira, *Veja* que sempre fez coberturas críticas aos governos petistas se posiciona a favor da Lava Jato e de seus

³ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/trf-4-afasta-o-juiz-eduardo-appio-dos-processos-da-lava-jato/>. Acesso em 5 de junho de 2023.

⁴ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/stf-anula-condenacao-de-eduardo-cunha/>. Acesso em 5 de junho de 2023.

⁵ Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/01/indicacao-de-zanin-ao-stf-chega-ao-senado#:~:text=Foi%20publicada%20nesta%20quinta%20feira,Supremo%20Tribunal%20Federal%20\(STF\)](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/01/indicacao-de-zanin-ao-stf-chega-ao-senado#:~:text=Foi%20publicada%20nesta%20quinta%20feira,Supremo%20Tribunal%20Federal%20(STF).). Acesso em 5 de junho de 2023.

métodos inconstitucionais de investigação e punição e constrói uma narrativa em que Moro é o personagem principal que irá salvar o Brasil da corrupção. Enquanto *CartaCapital*, mais alinhada à ideologia do campo progressista, desenvolve uma trama em que o então juiz é contestado por ser parcial e interpretar as leis de acordo com seus interesses políticos.

A pesquisa, a partir disso, com uma metodologia própria constituída por conceitos das ciências políticas, semiologia, teorias dos mitos, análise estrutural da narrativa e estudos sobre jornalismo de revistas e reportagem conseguiu determinar características textuais e visuais que compuseram as 10 publicações estudadas que comprovaram a hipótese de que Moro foi representado em uma jornada do mito do herói (CAMPBELL, 2007) nacional por *Veja*, e como um justiceiro (ECO, 1978) por *CartaCapital*.

O presente estudo determinou a partir de uma interseção de elementos presentes nas narrativas míticas e nas reportagens características que sustentam a hipótese de que o jornalismo de revista construiu mitos ideológicos de acordo com os interesses políticos e econômicos das empresas jornalísticas.

Ficaram demonstradas as seguintes características: o personagem mítico está envolvido em uma narrativa de conflito; a unidade de sentido que o caracteriza é repetitiva; o personagem possui uma imagem arquetípica e está envolvido por um estereótipo. Além disso, o mito construído pelo jornalismo é formado por uma verdade de opinião. Outros elementos estudados por pesquisadores do campo da comunicação social ajudaram a sustentar a hipótese da pesquisa. As revistas tratam de temas de longa duração, possuem um discurso de autoridade sobre determinado assunto e buscam emocionar o seu leitor que, por sua vez, como nas histórias míticas, tem uma relação de confiança com o emissor.

A pesquisa demonstrou também por meio da análise crítica e da apuração das entrevistas dos jornalistas de *Veja* e *CartaCapital* como a ideologia do veículo se sobressai no produto final que é vendido nas bancas ou nos meios digitais. Esse estudo, portanto, provou que a reportagem tem um viés opinativo e não somente informativo. O que as revistas fizeram foi uma dramatização que confirmasse os seus posicionamentos políticos e econômicos. Portanto, é evidente que Moro não foi o herói que acabou com a corrupção nem o justiceiro dos romances populares porque ele exercia o cargo de juiz federal e precisava seguir os ritos processuais e tinha as cortes superiores e o Conselho Nacional de Justiça como instâncias fiscalizadoras do seu trabalho. Daí, o trabalho sustenta que as duas revistas mitificaram, de acordo com a ideologia de cada uma, a representação de Moro.

A pesquisa prova que o jornalismo de revista se distancia da informação e busca vender uma unidade de sentido que corrobore com a sua ideologia. O estudo atestou que houve manipulação de imagens e até de uma manchete sem o respaldo no próprio conteúdo da reportagem. Essas estratégias discursivas comprovam que há um distanciamento entre os valores deontológicos da profissão que se ensina nas universidades de jornalismo e o que é publicado pela imprensa.

A investigação acadêmica permitiu também registrar que *CartaCapital* bem antes do escândalo da Vaza Jato (DUARTE, 2020) já havia antecipado as condutas ilegais da Lava Jato, apesar de a polarização ideológica ter ofuscado ou não ter permitido à opinião pública majoritária dar a importância que merecia ser dada aos desmandos dos procuradores com a anuência de Moro.

Embora tenham reconhecido as ilegalidades feitas por Moro e os procuradores da força-tarefa, a imprensa tradicional ainda o vê com um nome em potencial para disputar a Presidência da República da centro-direita no Brasil. *Veja* reconheceu que o herói agia na ilegalidade como relata o diretor de redação Maurício Lima, que substituiu André Petry em 2019.

‘Para quem olhava de fora era até difícil ver essa convergência entre *Veja* e *Intercept*’, sorri Lima, apertando os olhos atrás dos óculos de grau sem aro. ‘Mas, nesse caso específico, a gente estava do mesmo lado: do lado do jornalismo e da defesa de determinados princípios. Um juiz não pode fazer o que o Moro fez durante aquele episódio. Ponto. E a gente tinha provas muito significativas ali. É um escândalo, é algo grande, é notícia, é jornalismo. Estamos juntos’, resume (DUARTE, 2020, p.72).

O reconhecimento do erro, porém, não fez com que *Veja* alterasse o seu apoio a Moro como político com condições de chegar à Presidência da República. A revista continua a reafirmar a sua ideologia antipetista, neoliberal e privatista. A jornada do herói serviu para que o então juiz tivesse reconhecimento nacional e se tornasse um *player* do sistema político com condições de representar os interesses das elites brasileiras.

Já *CartaCapital* continua a ser uma revista crítica a Moro e ao movimento conservador brasileiro. A mitificação do juiz como um justiceiro foi importante para equilibrar as produções de sentido e não deixar que a visão majoritária do herói prevalecesse na sociedade brasileira. Se fosse assim, os rumos político e eleitoral seriam outros. A pesquisa provou que mesmo estando mais próxima de uma verdade factual a representação de Moro foi ideológica tanto quanto a de *Veja*.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Lia. A prisão de Lula e a crença na “justiça verdadeira”: reflexões sobre o lugar do direito na reprodução da sociedade de classes. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1598-1620.
- ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.
- ARTIGO 19. **Protestos no Brasil**. São Paulo, 2014.
- AS MENSAGENS secretas da Lava Jato. **The Intercept Brasil**, [2019]. Disponível em: [As mensagens secretas da Lava Jato \(theintercept.com\)](https://theintercept.com). Acesso em: 24.mar.2022.
- A SOMBRA na Política: **Corrupção-Causas, Origens e Cura**. Portal PUC-SP, 7 nov.2005. Disponível em: https://www5.pucsp.br/jung/portugues/simposios_eventos/III_simposios.html. Acesso em 24 mar.2022.
- AVRITZER, Leonardo. Operação Lava Jato, Judiciário e degradação institucional. In: KERCHE, Fábio; FERES Júnior, João; ET al. **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.
- AVELAR, Idelber. **Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- AUDI, Amanda; BISPO, Fabio. O Agro é golpe. **The Intercept Brasil**, [s.l], 21 ago.2021. Disponível em: [Ruralistas financiam manifestação golpista de 7 de setembro \(theintercept.com\)](https://theintercept.com). Acesso em: 24 de mar. 2022.
- BARBOSA, Marialva. **Comunicação e método: cenários e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- BARDAWIL, José Carlos. **O repórter e o poder: uma autobiografia**. São Paulo: Alegro, 1999.
- BARON, L. Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-*impeachment* e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil. **Simbiótica**. Revista Eletrônica, 6(2), 191–217. 2019.

BARROCAL, André. Onisciente, onipotente. **CartaCapital**. n.1002. 9 de maio de 2018. Reportagem de Capa, p.16-23.

BENETTI, Márcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In. TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges (org). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2012.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru: Edusc, 1999.

BEZERRA, Marcos Otavio; MOURA, Gabriela da Silva. Entidades evangélicas e o combate à corrupção no Brasil (2012-2018). **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 41(2): 183-208, 2021.

BONIN, Robson; PEREIRA, Daniel. Agora, querem destruir o juiz. **Veja**. São Paulo, n. 2398. 5 de nov. 2014. Brasil, p. 63-70.

BONIN, Robson; RANGEL, Rodrigo; PEREIRA, Daniel. O juiz e o juízo final. **Veja**. São Paulo, n. 2424. 5 de maio. 2015. Brasil, p. 40-55.

BORGES, Laryssa. Triplo carpado. **Veja**. São Paulo, n. 2607. 7 de nov. 2018. Eleições 2018, p. 40-45.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; CASSOTA, Priscila Leine; CONTRERA, Flávio. O impacto da operação Lava Jato na atividade do Congresso Nacional. In: KERSCHE, Fábio; FERES Júnior, João; ET al. **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado, 1988.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre, Zouk, 2006.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.

CAMPBELL, Joseph; Moyers, Bill. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARVALHO, Mario Cesar; COLON, Leandro; NUBLAT, Johanna; TALENTO, Aguirre. Condução coercitiva de Lula foi decidida para evitar tumulto, diz Moro. **Folha S.Paulo**, São Paulo, 4 mar.2016. Disponível: [Condução coercitiva de Lula foi decidida para evitar tumulto, diz Moro - 04/03/2016 - Poder - Folha de S.Paulo \(uol.com.br\)](#). Acesso em: 24 de mar.2022.

CASADEI, Eliza Bacheга. Como contar os fatos: a história da narrativa do jornalismo de revista no século XX. São Paulo: Alameda, 2014.

CASAGRANDE, Ferdinando. **Jornal da Tarde**: uma ousadia que reinventou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2019.

CASO LAVA JATO, Resultados. [Brasília: MPF] 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CIRNE, Alexcina Oliveira. **Uma análise crítica do discurso da delação do grupo JBS nas ações cautelares do STF**. 2020, 189 f. Tese. (Doutorado em Ciências da Linguagem — Universidade Católica de Pernambuco, Recife. Versão digital.

CHAPARRO, Manuel. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 3 ed. São Paulo: Summus, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CODATO, Henrique; LOPES, FLOR. Semiologia e semiótica como ferramentas metodológicas. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org). **Métodos e técnicas de Pesquisas em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2017. p. 206-214.

COM VAQUINHA, advogado faz boneco de 12 metros de 'Super Moro' em MT. **Portal G1**, Mato Grosso, 1º abr.2016. Disponível em: [G1 - Com vaquinha, advogado faz boneco de 12 metros de 'Super Moro' em MT - notícias em Mato Grosso \(globo.com\)](#). Acesso em 24. Mar.2022.

CONFIRA na íntegra o depoimento de José Dirceu ao juiz Sergio Moro. **Youtube**: @jovempannews. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7raePzNJb4g> . Acesso em 8 de julho.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2021.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e o poder nos anos Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DATAFOLHA: Lula lidera corrida pela Presidência em primeira pesquisa após condenação. **El País Brasil**, 31 jan.2018. Disponível em: [Eleições 2018: Datafolha: Lula lidera corrida pela Presidência em primeira pesquisa após condenação | Brasil | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#). Acesso em: 24 mar.2022.

D'AGOSTINO, Rosanne; GIMENES, Erick; KANIAK, Thais; PARIS, Letícia. PT anuncia candidatura de Fernando Haddad à Presidência no lugar de Lula. **Portal G1**, Brasília e Curitiba, 11. set.2018. Eleições 2018 Paraná. Disponível em: [PT anuncia candidatura de Fernando Haddad à Presidência no lugar de Lula | Eleições 2018 no Paraná | G1 \(globo.com\)](#). Acesso em: 24 mar.2022.

DALLAGNOL, Deltan. **A luta contra a corrupção**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora. 34, 1992.

DRUMMOND, Carlos. A destruição a jato. **CartaCapital**. n.923. Capa. p.20-23.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org). **Métodos e técnicas de Pesquisas em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2017. p. 62 – 83.

DUARTE, Leticia. **Vaza Jato**: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

DONADON, João Arthur. **Manifestações de Junho de 2013**: análise da atuação dos movimentos sociais e antissistêmicos. Orientador: Antonio José Escobar Brussi. 2016, 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília. Versão eletrônica.

ECO, Umberto. **O Super-Homem de Massa**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ESPOSITO, Mauricio Pontes. **Corrupção, justiça e o herói trágico no imaginário brasileiro**: um estudo dos processos de criação das capas da Revista Veja sobre o personagem Sergio Moro. Orientadora: Profa. Dra. Lucia Isaltina Clemente Leão, 2021, 232f . Doutorado (Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo. Versão eletrônica.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

Fernandes, Pedro Veríssimo. **Arautos da crise: a cobertura da Operação Lava-Jato em Veja e CartaCapital**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FERRARI, Maria Helena; SODRÉ, Muniz. **Técnica de reportagem**. São Paulo: Summus, 1986.

FIGUEIREDO, Rubens. “A espiral do silêncio” e a escalada da insatisfação.

In:FIGUEIREDO, Rubens (org). **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014.

FLUSSER, Villém. **Comunicologia**: reflexões sobre o futuro. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 244-270.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na Era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HORN, Maria Rita. **A construção narrativa da rua na seção *Brasiliiana* da revista *CartaCapital***. Orientador: Cida Golin. 2017, 163 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Versão eletrônica.

JANOT, Rodrigo. **Nada menos que tudo**: bastidores da operação que colocou o sistema político em xeque. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

JUNHO DE 2013 – o começo de avesso. Coordenação: Paulo Markun e Angela Alonso. Santa Catarina: PRODAV, 2016. Documentário (2h30min).

KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. O Ministério Público na Operação Lava Jato: como eles chegaram até aqui? **In: KERCHE, Fábio; FERES Júnior, João; ET al. Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2012.

LEITE, Paulo Moreira. **A outra história da Lava-Jato**. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LIRIO, Sergio; RUSCHEL, René. As ruas e as janelas. **CartaCapital**. Curitiba, n.952. 17 de maio de 2017. Reportagem de Capa, p.14-22.

LIRIO, Sergio: **História de CartaCapital**. Entrevistador: Vitor Carletti. Videoconferência. Arquivo digital. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa. [mar.2022]

LIRIO, Sergio: **As reportagens de capa de CartaCapital sobre Sergio Moro.**

Entrevistador: Vitor Carletti. Videoconferência. Arquivo digital. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa. [abril.2022].

MANIFESTAÇÕES levam 1 milhão de pessoas às ruas em todo país. **Folha de S.Paulo**, 20 jun. 2013. Disponível em: [Manifestações levam 1 milhão de pessoas às ruas em todo país - 20/06/2013 - Cotidiano - Folha de S.Paulo \(uol.com.br\)](#). Acesso em: 24 mar. 2022.

MARANHÃO, Carlos. **Roberto Civita: o dono da banca** — A vida e as ideias do editor da Veja e da Abril. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARQUES DE MELO, José. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo, 1972.

MARTINEZ, Monica. **Jornada do herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo**. São Paulo: Annablume, 2008.

MARTINS, Rodrigo. A recompensa do cabo eleitoral. **CartaCapital**. n.1028. 7 de novembro de 2017. Reportagem de Capa, p.18-23.

MAXIMO, Wellton. Com 100% das urnas apuradas, Bolsonaro obteve 57,7 milhões de votos. **Agência Brasil**. Brasília, 28 out.2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/com-100-das-urnas-apuradas-bolsonaro-teve-577-milhoes-de-votos>. Acesso em: 24 mar.2022.

MELO, Vanderléia Valéria. **Abordagens das revistas Veja e CartaCapital sobre o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff**. Orientador: Caroline Kraus Luvizotto.2019, 218 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Bauru. Versão eletrônica.

MENSALÃO. **Memória Globo**, [s.d]. Disponível em: [Mensalão – Memória \(globo.com\)](#). Acesso em: 24 mar. 2022.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MIGUEL, Luís Felipe. O Mito Político. In: RUBIM, A. (org). **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 379 - 408.

MORAES, Denis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX` : neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MORO, Sergio. **Contra o sistema da corrupção**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2021.

MORO X LULA. **Veja**. São Paulo, n.2529.10 de maio de 2017. Brasil, p.44-45.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NETTO, Vladimir. **Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

OLIVEIRA, Ivanilce Santos. **Redes sociais online e o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff: uma análise do discurso e das relações de poder nas fanpages do Facebook**. Orientador: Carla Reis Longhi, 2018, 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Midiática). Universidade Paulista, São Paulo. Versão eletrônica.

OLIVEIRA, Regiane. STF anula condenações da Lava Jato contra Lula e deixa seu caminho livre para 2022. **El País**, Brasília, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-15/stf-anula-condenacoes-da-lava-jato-contralula-e-deixa-seu-caminho-livre-para-2022.html>. Acesso em: 24 mar.2022.

PAVARIN, Guilherme. O ostracismo do maior revoltado online: de caçador de pedófilo na internet a extremista digital pelo impeachment de Dilma Rousseff, Marcello Reis xingou, berrou, ameaçou e sumiu. **Revista Piauí**. São Paulo. 26 de maio de 2017. Anais do impeachment. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PEREIRA, Daniel. A hora do pânico. **Veja**. São Paulo, n. 2480. 1º de jun. 2016. Brasil, p. 42-52.

PETRY, André. A cabeça de Moro. **Veja**. São Paulo, n. 2458. 30 de dez. 2015. Brasil, p. 48-56.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SILVA, Daniel Pinha. Sergio Moro negacionista? Operação Lava Jato, transparência atualista e negação da política. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.41, nº87, 2021. 135-159. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/qKYbd8qQTVwhyx6ks785kfp/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em 14 set.2022.

PERINELLI, Fernanda Soares Borges. **O ESPETÁCULO POLÍTICO: Fernando Collor De Mello E A Revista Veja Em 1989'** 18/04/2016 165 f. Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, Anápolis Biblioteca Depositária: CSEH ANÁPOLIS JUNDIAI.

PESQUISA mapeia tramitação de processos de corrupção na Justiça. **Portal CNJ**, [s.l], 25 de fev.2019. Disponível em: [Pesquisa mapeia tramitação de processos de corrupção na Justiça - Portal CNJ](#). Acesso em: 24 mar.2022.

PRADO JUNIOR, Tarcis. **Moro, o herói construído pela mídia**. Curitiba: Kotter Editorial, 2020.

QUEM SOMOS. **Nas ruas**. [São Paulo s./d.]. Disponível em: <https://www.nasruas.net.br/quem-somos/> . Acesso em 27 jun. 2022.

ROCHA, Everardo. **O que é mito**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ROTHBERG, Danilo. Jornalismo e informação para democracia: parâmetros de crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org). **Vitrine e vidraça: Crítica de mídia e Qualidade no jornalismo**. Covilhã: LabCom Books, 2010.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço: como chegamos até aqui ou como o país dos “pactos”, das “conciliações”, das frentes amplas produziu seu próprio colapso**. São Paulo: Vestígio, 2022.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2020.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. **O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 184-208, abr./jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/198053145980>

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org). **Métodos e técnicas de Pesquisas em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2017. p. 51-61.

TRAQUINA, Nelson. Questões críticas do jornalismo contemporâneo: os papéis pulverizados do capitalismo. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Questões críticas do jornalismo contemporâneo: os papéis pulverizados do capitalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2023. p. 15-30.

VIEIRA, Aletheia Patrice Rodrigues. **A construção do personagem José Dirceu pela revista Veja durante e depois do escândalo do mensalão.** 11/02/2016 181f. Mestrado em Comunicação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ANEXOS

ANEXO 1 (Veja edição nº 2398. Capa e reportagem analisadas)

FIG. 11 Capa da edição de *Veja* nº 2398, de 5 de novembro de 2014

FIG. 12 Reportagem da edição de

Veja nº 2398. Páginas 62 e 63.



FIG. 13 Reportagem da edição de *Veja* nº 2398. Página 64.



FIG. 14 Reportagem da edição de *Veja* nº 2398. Página 65



FIG. 15 Reportagem da edição de *Veja* nº 2398. Página 66



FIG. 16 Reportagem da edição de *Veja* nº 2398. Página 67



FIG. 17 Reportagem da edição de *Veja* n° 2398. Página 68



FIG. 18 Reportagem da edição de *Veja* n° 2398. Página 69



FIG. 19 Capa da edição nº 2424, de 6 de maio de 2015



FIG. 20 Reportagem da edição de

Veja nº 2424. Páginas 40 e 41.



ALVARO Ricardo Pessoa, dono da UTC, caminha na imobilidade do Jucá em companhia de delegados com a Justiça antes de ser solto. Léo Pinheiro, da OAB, advoca a possibilidade de regresso da delegação com o



...vale, tem um corpo devidamente ne-
 cessário. São membros da família, la-
 mentáveis e integrados que trouxa-
 ram Laila. Falta licitar a capta de-
 se, organizado, correção. Foi, inesse-
 davelmente, os empreiteiros soltos tinham
 informações de onde para cadastrar
 esse posto e cogitaram fazê-lo. Os en-
 genheiros Ricardo Pessoa, dono da
 UTC, e Léo Pinheiro, ex-presidente da
 OAB, integram emblemas no presi-
 dente Laila, a campanha da presidente
 Dilma Rousseff e das ministros de Es-
 tado na cadeia de comando do petro-
 lío. Liberado depois de quase um mês
 de cárcere, eles tendem a ficar cala-
 dos e guardar seus valores escondidos.
 O governo pressiona para que essa seja
 a postura adotada se contarem o que
 sabem, as empresas jamais assinariam
 novos contratos com órgãos públicos.
 Mas, se continuarem em silêncio, os
 empreiteiros serão obrigados a suportar
 a fúria da Justiça e na esfera em-
 presarial. "Eles não podem querer a
 redução de confiança com o governo.
 Quem assina acordo de delação preci-
 sadas se mantêm em pé, contra
 um governo que trata de habere cor-
 pus do empreiteiro que o STF determi-
 nou, na sentença passada, a saída dos
 presos da cadeia. Todos estão agora
 em prisão domiciliar, obrigados a usar
 tornozeleiras eletrônicas e proibidos
 de deixar o país."
 A decisão, tomada pelo segundo
 Turno do STF, representa a primeira
 decisão favorável de juiz Sérgio Moro
 na condução da Operação Lava Jato.
 Advogado de defesa acusou Moro
 de manter a prisão preventiva dos em-
 preiteiros a fim de forçá-los a fechar
 acordos de delação premiada. Aos en-
 genheiros Alberto Torres, defensor de Ricardo
 Pessoa, disse que Moro tinha "poderes
 absolutivos" e que não havia mais
 razões jurídicas para que seu cliente
 continuasse na cadeia. A prisão
 decretada em Curitiba. O julgamento
 aboliu o caráter de recurso, quando
 Teori Zavascki "sem nenhuma motivação
 jurídica, que certamente passou longe
 da cogitação do juiz de primeira grau

FIG. 21

Reportagem da edição de *Veja* nº 2424. Páginas 42 e 43.



MUITO PERTO
 Laila: reforma de alibi,
 empreiteiros presos na prisão
 e espera a saída em apuro
 — São grandes frentes de
 empresas que se precipitam

Moro, cujo desleixo até então eram
 chamados pelos tribunais superiores,
 não, fora da prisão, podem ser presos
 investigações. Advogados de Pessoa, a
 exemplo, tentaram convencer uma Juiz
 conciliadora e, depois, estendido a em-
 preiteiro e funcionários da OAB, Manoel
 Camargo, Carlos, O pleitear apelado mo-
 tivado, da estrutura e que a Justiça de-
 bora servida tanto na prisão quanto na
 dos órgãos das empresas. Cabe à autarquia
 impedi-lo que a suspensão temporária do
 STF pendure até o fim do processo. Para
 por Ricardo Pessoa e Léo Pinheiro,
 vo de procuração dos governados. Em
 decisão emitida quando outros pres-
 empreiteiros à campanha da presidente
 Dilma Rousseff em 2014 foram conde-

FIG. 22 Reportagem da edição de *Veja* nº 2424. Página



FIG. 23 Reportagem da edição de *Veja* nº 2424. Página 45



FIG. 24 Reportagem da edição de *Veja* nº 2424. Página 46



FIG. 25 Reportagem da edição de *Veja* nº 2424. Página 47



FIG. 26 Capa da edição nº 2458, de 30 de dezembro de 2015.



FIG. 27 Reportagem da edição de *Veja* nº 2458. Páginas 46 e 47.

2458. Páginas 46 e 47.

FIG. 28 Reportagem da edição de *Veja* nº 2458. Página 48



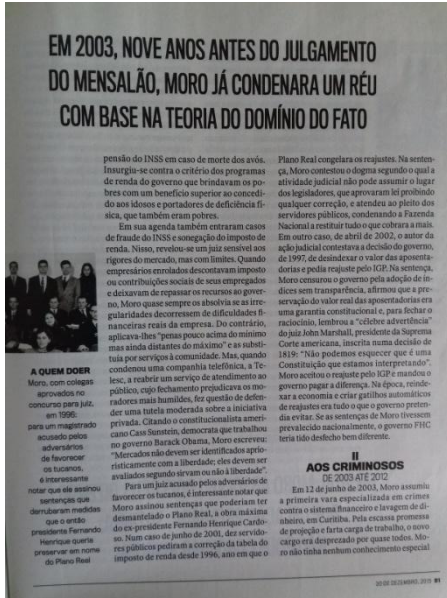


FIG. 29 Reportagem da edição de *Veja* nº 2458. Página

49



FIG. 30 Reportagem da edição de *Veja* nº 2458.

Página 50



FIG. 31 Reportagem da edição de *Veja* nº 2458. Página 51



Página 52

FIG. 32 Reportagem da edição de *Veja* nº 2458.



Página 53

FIG.33 Reportagem da edição de *Veja* nº 2458.



FIG.34 Reportagem da edição de *Veja* nº 2458. Página 54



FIG. 35 Capa da edição nº 2480, de 1º de junho de 2016

FIG.36 Reportagem da edição de *Veja* nº 2480. Página

EM 19 DE JUNHO DE 2015, a Polícia Federal prendeu os presidentes da Odebrecht e da Andradia Guterres, as duas maiores empreiteiras do Brasil, fundadas por Efraim Caplan, expresso latão que significa que foi vale para todos, a ação teve o efeito de um terremoto em Brasília. Ficava claro para os políticos que ninguém seria poupado pela Operação Lava-Jato, nem mesmo as figuras mais prominentes da República. Ali, disseminou-se a convicção de que os políticos precisavam registrar, sob pena de também escaparem sem pecuniária ou cadeia.

Menos de duas semanas depois, em 30 de junho, o presidente do Senado Renan Calheiros, abriu as portas de sua residência oficial para os ex-presidentes Lula e José Sarney e os senadores Romero Jucá, Edson Lobão e Delcídio do Amaral. Segundo a versão oficial, o grupo debaterá temas como a reforma política, a recuperação da economia e a redução da dívida entre PT e PMDB. "Foi uma conversa boa, de definitiva tranquilidade, sobre a presença de Lula, o principal candidato."

A missão de paz verdadeira era outra. Ao redor de uma mesa de café da manhã, os conselheiros trataram de um candidato indesejado que, por dois meses, deveria ser mantido em sigilo. Eles negociaram uma estratégia para impedir o avanço das investigações do petróleo e garantir a própria impunidade. Foi a primeira reunião de uma audaciosa operação abafa. Na reunião, Sarney disse que o juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava-Jato, sequestrara o Brasil e desmontara as garantias constitucionais, principalmente no decurso prisão preventiva para forçar acordos de delação

SENADOR ROMERO JUCÁ, sugerindo que a troca de prisões formais poderia frear a Operação Lava-Jato.

SENADOR RENAN CALHEIROS, falando de sua intenção de mudar a legislação e estabelecer o esquema de corrupção do Lava-Jato.

EX-PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, sugerindo, na reunião, que se entregasse César Augusto Rocha, amigo de Teófilo Zavascki, relator da Lava-Jato.

"Tem que resolver essa p...! Tem que mudar o governo para poder estancar essa sangria!"

"Primeiro, não pode fazer delação premiada preso. Porque aí você regulamentaria a delação e estabelece isso."

"Tem total acesso ao Teori. Muito, muito, muito, muito acesso, muito acesso. Eu preciso falar com Cesar."

APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 1.232/2015

FIG.37 Reportagem da edição de *Veja* nº 2480. Página 43

na abo entre a Odebrecht, que pagou pelos serviços do marqueteiro José Souto à sua campanha à reeleição, ao presidente corrupto e as mangas. Ela chegou a nomear um ministro para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) movendo o compromisso dele com o voto a favor da soltura de Marcello Odebrecht, conforme relato de Delcídio em acordo de delação premiada. Com base nesse depoimento, a Procuradoria-Geral da República pediu ao STJ a abertura de inquérito para apurar se Dilma tentou obstar a Justiça. Marcelo Navarro, o ministro indicado ao STJ, até votou pela liberação do suspeito, mas foi derrotado. Outras iniciativas de sabotagem também falharam.

A Lava-Jato continua irrefreável em sua marcha contra o maior esquema de corrupção já investigado no país. Que o digam os sorridentes se- soboros da foto ao lado, tirada logo depois daquele café da manhã na residência oficial do presidente do Senado em 30 de junho. Todos eles apuraram em conexão do petróleo. A situação de cada um deles, que já é ruim, tende a piorar diante da revelação de diálogos espantosos gravados à secretia por Sérgio Machado, peemedebista que presidiu uma sub- divisão da Petrobras durante dois anos. Na semana passada, o jornal *Folha de S.Paulo* divulgou conversas de Machado com três personagens: Romero Jucá, que já foi demitido do cargo de ministro do Planejamento, Renan Calheiros e José Sarney.

A passagem mais explícita da operação para alistar a Lava-Jato saiu da boca de Jucá, numa conversa ocorrida em março, segundo o jornal: "Tem que resolver essa p...! Tem que mudar o governo para poder estancar essa sangria", diz Jucá. A "p..." causadora da sangria é a Lava-Jato. Tudo

... mundo entendem que, ali, estava dito que era preciso tirar Dilma Rousseff do cargo para poder aprofundar as investigações. O PT já anunciou que usará a declaração de Jucá para recorrer da decisão do Senado de afastar Dilma da Presidência, retomando o discurso do "golpe" contra ela. Os fatos mostram, no entanto, que Dilma não quis, e não porque não quis (veja a reportagem na pág. 46).

Os diálogos gravados com Renan e Sarney são menos explícitos, mas constroem um clima de bastidores que chega a ser assustador por sua semelhança com as reuniões de criminosos que vivem tentando despistar a polícia. Eles falam um pouco cifrado, sem usar todas as palavras. Preocupam-se, o tempo todo, em fazer contato com o menor número possível de pessoas, de modo a manter as coisas até dentro de um velho político para quem uma conversa entre dois "é um reunião" e entre três "já é comício".

Renan demonstra toda a sua contradição com o mecanismo da delação

na abo entre a Odebrecht, que pagou pelos serviços do marqueteiro José Souto à sua campanha à reeleição, ao presidente corrupto e as mangas. Ela chegou a nomear um ministro para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) movendo o compromisso dele com o voto a favor da soltura de Marcello Odebrecht, conforme relato de Delcídio em acordo de delação premiada. Com base nesse depoimento, a Procuradoria-Geral da República pediu ao STJ a abertura de inquérito para apurar se Dilma tentou obstar a Justiça. Marcelo Navarro, o ministro indicado ao STJ, até votou pela liberação do suspeito, mas foi derrotado. Outras iniciativas de sabotagem também falharam.

A Lava-Jato continua irrefreável em sua marcha contra o maior esquema de corrupção já investigado no país. Que o digam os sorridentes se- soboros da foto ao lado, tirada logo depois daquele café da manhã na residência oficial do presidente do Senado em 30 de junho. Todos eles apuraram em conexão do petróleo. A situação de cada um deles, que já é ruim, tende a piorar diante da revelação de diálogos espantosos gravados à secretia por Sérgio Machado, peemedebista que presidiu uma sub- divisão da Petrobras durante dois anos. Na semana passada, o jornal *Folha de S.Paulo* divulgou conversas de Machado com três personagens: Romero Jucá, que já foi demitido do cargo de ministro do Planejamento, Renan Calheiros e José Sarney.

A passagem mais explícita da operação para alistar a Lava-Jato saiu da boca de Jucá, numa conversa ocorrida em março, segundo o jornal: "Tem que resolver essa p...! Tem que mudar o governo para poder estancar essa sangria", diz Jucá. A "p..." causadora da sangria é a Lava-Jato. Tudo

↑ **EDISON LOBÃO,** senador, seu ministro do governo Dilma, acusado de receber propina do petróleo

↑ **RENAN CALHEIROS,** o presidente do Congresso, acusado de receber propina do petróleo

↑ **DELÍCIO DO AMARAL,** ex-líder do governo Dilma, preso por tentativas de suborno a uma testemunha do petróleo

FIG.38 Reportagem da edição de *Veja* nº 2480.



FIG.39 Reportagem da edição de *Veja* nº 2480.

Página 45



FIG. 40.Capa da edição nº 2529, de 10

de maio de 2017

FIG.41 Reportagem da edição de *Veja* nº 2529. Páginas 44 e 45



FIG. 42. Capa de *Veja* edição nº 2607, de 7 de novembro de

2018



FIG.43 Reportagem da edição de *Veja* nº 2607.

Páginas 40 e 41



FIG.44. Reportagem da edição de *Veja* nº 2607. Página 42



FIG.45 Reportagem da edição de *Veja* nº 2607.

Página 43



FIG.46 Reportagem da edição de *Veja* nº 2607.

2607. Página 44

ANEXO 2



FIG. 47 CartaCapital edição 923, de 19 de outubro de 2016.



FIG.48 Reportagem da edição de

CartaCapital nº 923. Páginas 20 e 21



FIG.49 Reportagem da edição de CartaCapital nº 923.

Página 22



FIG.50 Reportagem da edição de CartaCapital nº 923.

923. Página 23

FIG. 51. Capa de *CartaCapital* da edição nº

952, de 17 de maio de 2017.



FIG.52 Reportagem da edição de

CartaCapital nº 952. Páginas 14 e 15



FIG.53 Reportagem da edição de

CartaCapital nº 952. Página 16



FIG.54 Reportagem da edição de

CartaCapital nº 952. Página 17



FIG.55 Reportagem da edição de *CartaCapital* nº

952. Página 18

FIG.56 Reportagem da edição de *CartaCapital* nº 952. Página 19



confirmaria em uma rede social, orgulhosa, Rosângela Moro, mulher do magistrado.

O desembarque de Lula do carro e a caminhada até a sede da Justiça Federal não foi planejada com antecedência, mas negociada com as forças de segurança minutos antes da chegada do ex-presidente para o encontro com Moro. Não era bem o clima imaginado por quem apostou no confronto e no desgaste do petista. O adiamento em uma semana do depoimento pareceu integrar uma estratégia de "desestabilização" do investigado. Foram sete dias de uma *Mitzkrieg* midiática, alimentada sobretudo pelo vazamento, na sexta-feira 5, das declarações de Henato Duque, ex-diretor da Petrobras.

Duque, condenado a 53 anos de prisão e após ter negado no passado o envolvimento de Lula em atos de corrupção, reformou suas afirmações em troca da possibilidade de um acordo de delação premiada, a exemplo de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS. Indicado para uma diretoria da estatal pelo PT, Duque declarou a força-tarefa ter se reunido com Lula em 2014 em um hangar no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. No encontro, o ex-presidente quis saber se o executivo recebera propina e mantinha contas no exterior. "Tinha, né, mas eu falei não", confessou. A pergunta, disse Duque, o teria levado a suspeitar que o petista conhecesse o esquema de propina.

Não foi a única surpresa da semana. Na terça-feira 9, veio a público a decisão do juiz Ricardo Augusto Soares Leite, substituto na 1ª Vara Criminal de Brasília, de suspender as atividades do Instituto Lula. Leite, figura controversa, investigado pela Corregedoria Federal sob acusação de barrar pedidos de prisão preventiva no âmbito da Operação Zelotes, redigiu despacho com base em uma solicitação inexistente do Ministério Público. O juiz acessou o instituto de seu "instrumento" ou pelo menos local de encontros para a perpetração

esforço maciço de sustentar a perseguição a Lula. A culpa do ex-presidente resume-se no seu favoritismo nas próximas eleições. Quem quiser saber dos fatos da quarta 10 de maio leia a imprensa estrangeira. Aí, nessa, estereótipo do estado de exceção, como de hábito controlá a sua versão, cada vez mais falaciosa até os limites do ridículo.

No país da casa-grande, a caçada a Lula é movida a dois de classe e a pregação midiática estimula o confronto entre ricos e pobres. Os coronéis

e seus jagunços são os verdadeiros subversivos. Não há carbonários a trarem a revolta popular, são os senhores que a inflam, sem dar-se conta dos efeitos de seu comportamento. Há neste enredo um toque espartano de desvario, de criminoso insensatez.

Ade quando teremos de ler e ouvir a respeito do triplex mirrado na praia dos farofeiros? Ainda haveremos de posseder as histórias do sítio de Atibaia, com vista para a favela, da reforma da cozinha, do

borquismo de lata? O Brasil sofre com a situação precipitada pelo golpe de 2016, sofre muito e tudo indica que sofrerá ainda mais, mesmo porque difícil é imaginar uma saída a curto ou médio prazo. O governo ilegítimo promete uma recuperação econômica graças às medidas contra o trabalho solicitadas pelo mercado. Há quem acredite, gosta de enganar-se. A solução pacífica e inteligente está na convocação de eleições antecipadas. Mas como premiar a sensatez em meio à crise mental?



FIG.57 Reportagem da edição de

CartaCapital nº 952. Página 20



FIG.58 Reportagem da edição de CartaCapital nº

952. Página 21



CartaCapital nº 952. Página 22

FIG.59 Reportagem da edição de



de 9 de maio de 2018.

FIG. 60. Capa de CartaCapital edição nº 1002.



FIG.61 Reportagem da edição de CartaCapital nº

1002. Páginas 16 e 17



FIG.62 Reportagem da edição de CartaCapital

nº 1002. Página 18



FIG.63 Reportagem da edição de

CartaCapital nº 1002. Página 19



FIG.64 Reportagem da edição de

CartaCapital nº 1002. Página 20



1002. Página 21

FIG.65 Reportagem da edição de CartaCapital nº



nº 1002. Página 22

FIG.66 Reportagem da edição de CartaCapital



FIG.67 Reportagem da edição de CartaCapital

nº 1002. Página 23



FIG. 68. Capa de CartaCapital da edição

nº 1028, de 7 novembro de 2018.



FIG.69 Reportagem da edição de

CartaCapital nº 1028. Páginas 18 e 19



FIG.70 Reportagem da edição de CartaCapital

nº 1028. Página 20



FIG.71. Reportagem da edição de

CartaCapital nº 1028. Página 21



FIG.72. Reportagem da edição

de CartaCapital nº 1028. Página 22



FIG.73. Reportagem da edição de CartaCapital nº

APÊNDICES

Entrevista com o ex-diretor de redação de Veja André Petry realizada por e-mail com perguntas enviadas e respondidas posteriormente.

Caro André Petry,

Sou Vitor Carletti, aluno do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo. Agradeço a sua disponibilidade em colaborar com a pesquisa que irá ajudar a pensar o jornalismo no Brasil.

A presente investigação acadêmica vai analisar como as rotinas produtivas da redação influenciaram a representação discursiva de Sergio Moro nas reportagens de Veja no período de 2014 e 2019. As edições que expuseram a foto do ex-juiz na capa são objetos da pesquisa. Seguem as perguntas cujas respostas serão interpretadas como um registro histórico da atividade jornalística no Brasil.

André Petry

Caro Vitor,

Como sua pesquisa trata da representação do juiz Sergio Moro de 2014 a 2019, é relevante entender que eu não era o diretor da Veja de 2014 a 2016. Trata-se do período mais quente da Lava Jato e, portanto, a época em que os holofotes estavam voltados para Moro. Eu dirigi a Veja do início de 2016 até meados de 2019, quando Moro já vinha deixando de ser o centro das atenções e – mais importante que isso para sua pesquisa – a Veja já havia construído sua narrativa jornalística sobre o personagem. Isso posto, você verá pelas minhas respostas que grande parte da sua pesquisa vai requerer uma entrevista com o diretor de então ou alguém que tivesse contato com o núcleo de comando da revista.

Perguntas específicas

Edição 2398 – Operação Mãos-Sujas

1 – Na abertura da reportagem intitulada “Agora, querem destruir o juiz” há uma narração da biografia profissional de Sergio Moro. Na sua opinião, o personagem, à época, era mais importante e interessante que a própria ação contra a sua atuação? Por quê?

André Petry - Não tenho como responder. Não estava envolvido na cobertura, nem estava na direção da revista. A decisão sobre a capa, ou mesmo a publicação da reportagem nas páginas internas, não passou por mim.

2 – Nesta mesma reportagem, há o uso de frases em aspas sem citar a fonte da informação. Quais foram os critérios de checagem para autorizar a publicação desses “offs”?

André Petry - Também não sei responder.

3 – A reportagem desta edição tem um conteúdo editorializado. Quais eram os critérios para selecionar o enquadramento da matéria? Era definido na reunião de pauta ou a apuração do repórter determinava a angulação do texto?

André Petry - Idem.

4 – A linha editorial de Veja se distanciou, neste caso, do método da objetividade jornalística? Por quê?

André Petry - Idem.

Edição 2424 – O juiz Moro vê mais longe

1 – O título da reportagem desta edição “O juiz e o juízo final” inicia uma narrativa em que Sergio Moro estava tendo dificuldades em continuar o combate à corrupção. Havia a orientação editorial para que Moro fosse representado como um predestinado que teria a coragem necessária para colocar os “políticos corruptos” na cadeia? Por quê?

André Petry - É o mesmo caso da edição anterior. Desconheço como a matéria foi orientada, produzida ou editada.

2 – Como o conselho editorial de Veja determinava ou não a presença de opiniões contraditórias ao enquadramento adotado pela reportagem?

André Petry - Aqui, só posso te dizer que não havia um “conselho editorial” nesta época. Ou, se havia, não era ativo.

Capas das edições 2458, 2480 e 2529

1 – A capa da edição 2458 traz a manchete “Ele salvou o ano”. Você acredita que o jornalismo de Veja extrapolou o discurso informativo para construir a imagem de Moro como um mito do herói nacional? Por quê?

André Petry - Essa é uma boa pergunta, mas que também deveria ser endereçada ao então diretor da revista. Eu apurei e escrevi a reportagem interna, que acabou sendo apresentada na capa com a chamada “Ele salvou o ano”. Ocorre que, na reportagem que apurei e escrevi não há uma única linha dizendo que Moro salvara o ano. A reportagem, se a minha memória não me engana, é integralmente composta por uma avaliação das sentenças que Moro prolatou no período de alguns anos – a matéria informa o período exato. Com isso, a reportagem mostra que aparentemente Moro começou sua carreira tomando decisões um pouco mais alinhadas com um pensamento progressista ou de esquerda (uma delas, se não tivesse sido derrubada mais adiante, teria inclusive inviabilizado o Plano Real) e, ao longo dos anos, foi lentamente migrando para o campo mais conservador. Tudo nesta reportagem é descritivo, fazendo referência ao conteúdo das sentenças, apontando as repetições e as teses que o juiz defendia. A capa da edição e o título – “ele salvou o ano” – não se explica pela reportagem, portanto.

2 – Já a capa da edição 2480 afirma que há um complô para calar a Lava Jato com a representação de Moro com uma fita na boca. Neste caso, a metonímia (associação do personagem com a força-tarefa) não distorceu a realidade? Por quê?

André Petry - A metonímia é um recurso jornalístico comum e frequente, sobretudo em capas e manchetes, dada a urgência com que o jornalismo precisa se comunicar. Como estamos falando de 2016, não restava então qualquer dúvida de que Moro era a personificação – para bem e para o mal – da Operação Lava Jato. Acredito que, até hoje, o ex-juiz continua sendo um sinônimo daquela operação.

3- O primeiro encontro entre Moro e Lula foi representado como um confronto na edição de 2529 com o título “O primeiro encontro cara a cara” Moro x Lula. Qual é a sua avaliação sobre personalização da reportagem quando há mais destaque para os personagens do que o fato em si?

André Petry - A capa é autoexplicativa e, a meu ver, histórica: ao mostrar juiz e réu em confronto, mimetizando os antigos cartazes mexicanos de luta livre, fica evidente que a revista estava dizendo que aquilo era uma disputa – uma guerra, uma luta, um tanto folclórica – e não o que deveria ser, ou seja, um tribunal jurídico em que o réu tem pleno direito de se defender diante de um juiz imparcial. O destaque para os personagens – e não para os fatos em si, como você observa – reforça e corrobora essa leitura de um espetáculo algo farsesco: não havia propriamente uma discussão jurídica sobre fatos, mas um réu sendo perseguido por um juiz movido mais por convicções pessoais do que pelos códigos legais, como, aliás, tornou-se público anos mais tarde. É por isso que julgo essa como uma capa histórica.

Outras perguntas

1 – As narrativas das reportagens que tiveram Sergio Moro como personagem principal se pautaram pelo senso comum de que há um clamor da opinião pública em ver políticos acusados de desvios de dinheiro público na cadeia? Por quê?

André Petry - De novo, não posso responder pelas edições todas que você menciona, mas a corrupção, na vida pública brasileira, tem sido historicamente mais uma questão político-eleitoral do que propriamente uma questão ética -- o udenismo, histórico ou redivivo, está aí para comprovar.

2 – Como entende o conceito de objetividade no jornalismo?

André Petry - É o conceito mais simples de definir e mais difícil de praticar: atenha-se aos fatos, respeite os fatos, curve-se aos fatos.

3 – A dramatização da narrativa ajuda ou atrapalha o jornalismo a construir um relato mais próximo da realidade?

André Petry - Dramatizar ajuda apenas a ampliar a audiência -- e prejudicar o jornalismo.

Grato,

Vitor Carletti

Entrevista com o redator-chefe de *CartaCapital*, Sergio Lirio, realizada por videoconferência

Temas: História da *CartaCapital*, reportagem e crise do jornalismo

Vitor Carletti— **Sergio, para começar nosso bate-papo, queria que você contasse um pouco sobre como surgiu a *CartaCapital*.**

Sergio Lirio - Vou te contar um pouco que eu sei. Eu tô lá...vai completar 22 anos, mas não estou desde o início. A revista nasceu em 94. Ela nasceu mensal. O resumo é o seguinte. O Mino (Carta) saiu da *Isto É* em uma situação que...na verdade tinha chegado ao limite porque o Domingo Alzugaray...você conhece bem a história, não preciso remontar a história do Mino depois você dá uma pesquisada. O Mino criou a *Veja*, foi o primeiro diretor de redação, aí teve aquela briga...

A Quatro Rodas né....

A *Quatro Rodas* e tudo mais. Mas no caso específico da *Veja*...ele pediu demissão depois que a *Veja* aceitou demitir o Millor Fernandes em troca de um empréstimo da Caixa Econômica Federal de 50 milhões de reais, de cruzeiros da época. Não sei dizer qual é o valor hoje, mas depois você faz a conversão depois, que ajudou a *Abril* a alavancar os negócios dela e tomar uma proporção que ela não tinha. A *Abril* começou publicando no Brasil revistas de quadrinhos — não sei você sabe — como *Pato Donald*...trouxe essas marcas para o Brasil. Depois começou se aventurou por outras áreas, aí *Quatro Rodas*, tal. Aí em determinado momento resolveu fazer uma revista para concorrer com *Cruzeiro* e a *Manchete*. Nessa época, 1968, estava se consolidando no mundo essas revistas semanais de informação de credibilidade. Aí você tinha *Time*, *People*, *NewsWeek*, nos Estados Unidos. *Der Spiegel*, na Alemanha. Você tinha várias experiências no mundo ele quis reproduzir isso porque o *Cruzeiro* e a *Manchete* tinham outro formato. Muita foto, pouco texto. Um coisa muita mais voltada pra dona de casa, pra mulher. O *Cruzeiro* tinha lá as suas reportagens e tal. Mas a *Veja* foi a primeira revista que trouxe esse formato de revista semanal de informação com reportagem, com denuncia, com texto sendo mais importante que a fotografia né. O Mino foi o primeiro diretor de redação. Ele inclusive foi estágio na *NewsWeek*, na *Time*, foi visita a *Der Spiegel*, foi visitar uma dessas revistas francesas que eu não me lembro o nome...uma delas vou lembrar daqui a pouco. Criaram essa revista. E você sabe o Mino Carta com a independência que lhe foi dada empreendeu uma posição crítica em relação à ditadura. Embora ele tivesse uma boa relação com o....esqueci...que foi muito tempo chefe da Casa Civil...o Golbery...a revista era crítica ao regime. E o Millor Fernandes era particularmente nas charges, nos desenhos, crítico. Aí teve esse episódio. O Mino saiu. Então brigado da *Veja* por conta disso. A *Abril* recebeu esses 50 milhões de cruzeiros de financiamento, virou a empresa que virou. E o Mino foi lá se aventurar. Passou um tempo fazendo frila para *Folha*, pra *Revista Realidade* um tempo. Depois, outras coisas. Aí surgiu a ideia de fazer a *Isto É*. Ele com o Domingo Alzugaray que era um antigo diretor comercial da *Abril*. Entraram nessa

aventura. Fizeram a Isto É. E logo em seguida fizeram o Jornal da República, que foi um fracasso. Aí para salvar o Jornal da República eles tiveram que vender a *Isto É* para aquele banqueiro que é pai lá dos cineastas..eu estou com a memória ruim hoje

Salles...

É o Moreira Salles. Aí vendeu e por um tempo virou *Isto É Senhor* — não sei se você lembra—. Aí lá na frente o Moreira Salles devolveu a revista para eles e teve o episódio do Collor. O Alzugaray queria apoiar o Collor. O Mino tava lá sustentando a redação pras reportagens que levaram ao impeachment do Collor, principalmente a do motorista e história do Elba e tudo mais, No final das contas, o Collor caiu, mas houve um rompimento do Mino com o Alzugaray. O Mino acabou saindo da *Isto É*. Passou um tempinho. O irmão do Mino tinha criado uma editora chamada *Carta Editorial*, que não tem nada a ver com o Mino. Essa editora era do irmão do Mino que trouxe para o Brasil alguns títulos importantes entre eles a *Vogue*, uma editora basicamente de revistas femininas, de revistas de moda. Por muito tempo a *Vogue* deu muito dinheiro para a família do irmão do Mino que nunca teve nenhuma participação acionária na Carta Editorial. Aí o irmão do Mino já tinha morrido nesse período, fim de 93, início de 94, o sobrinho do Mino, o Andrea Carta, que depois viria morrer em um acidente trágico, caiu de uma varanda da casa do Rogério Fasano em uma festa, convidou o Mino para fazer um revista de economia. O Mino não estava querendo fazer revista de economia porque ele nunca foi fanático por economia. Ele queria fazer uma revista de poder que escrutinasse o poder que direcionada a um público de decisão de informação. E para equilibrar isso a revista acabou se chamando *CartaCapital* para ter um pé no mundo da economia. E tinha um peso importante na economia. Mas era também uma revista de política e principalmente para cobrir o grande poder, tanto empresarial quanto político. O Mino queria tentar recriar em alguma medida a experiência do *Jornal da República*, que era para ser um jornal progressista no Brasil que nunca teve essa divisão como teve no resto do mundo. Então, inicialmente, a revista tinha o Beluzzo, o Luiz Gonzaga Beluzzo até hoje tem um pedaço da revista, constrói o editorial, mas é sócio da revista também. E na época ele juntou alguns jornalistas que tinham trabalhado com o Mino em outros momentos. O próprio Fernandes e alguns outros nomes que começaram na *CartaCapital* mensal. Aí a revista foi mensal até 1998, quando ela virou quinzenal. Mas o Mino sempre teve a intenção de transformá-la em semanal. Em 2001, ela virou semanal, um ano antes da eleição do Lula. Aí ela foi tomando mais o formato que ela tem hoje, que é uma revista mais de política do que de outro assunto. Mas é basicamente três áreas. O tripé da revista: a política, a economia e a cultura. Continuam

sendo esses os três eixos que movem a revista. A *CartaCapital* nunca foi uma revista para cobrir cotidiano, celebridade, televisão. Nós cobrimos televisão, mas de uma forma muito peculiar. Mas não é uma revista para ser lida assim pela família como eram as outras no período áureo. Uma revista para ser lida por todo mundo da casa. É uma revista para ser lida por formador de opinião e tinha uma característica peculiar. Em 2001, ela virou semanal. Eu entrei em maio de 2000. Eu peguei essa transição da quinzenal para semanal e virei redator-chefe desde 2007, pegando os piores momentos....eleição do Lula, Mensalão....

Eu queria que você voltasse um pouquinho ainda no começo da criação da revista para falar como é que foi essa negociação do Mino com o empresário. Quem tinha o capital? E como foi a organização do negócio?

Sempre foi uma coisa muita familiar e muito...vamos dizer assim.. não diria pouco profissional, tanto quanto “bambêmio”. O Mino nunca foi um empresário. Nunca teve a preocupação de construir um negócio sólido. Nunca foi o caminho dele. Ele sempre quis, na verdade, ter um veículo onde pudesse ter liberdade de exercer o jornalismo como ele acha que o jornalismo precisa ser. Na época ainda tinha grandes figuras do empresariado brasileiro que fizeram história, que tinha importância, que tinham ideia de um projeto de país, que não eram só financista ou só rentistas como praticamente virou o país. E o Mino tinha construído as suas relações pela passagem dele pela *Isto É*, pela *Veja*, pelo fato de ele ter sido tão fundamental na transição democrática. Ele criou, de uma certa forma uma aliança com o Golbery e com parte da sociedade civil e foi um jornalista muito importante nesse processo de extensão do Brasil. Então, ele tinha Antonio Ermírio de Moraes, o fundador da TAM — que agora me escapa o nome aqui — o Bardella, o pessoal do Grupo Ultra, todo mundo. Por exemplo, a TAM se comprometeu por muitos anos, por mais de uma década, distribuir a *CartaCapital* nos voos né. Compraram uma parcela da circulação e distribuía nos voos. Antonio Ermírio de Moraes anunciava, o Abílio Diniz anunciava. Isso que fez a sustentação inicial da revista que também nunca alcançou grandes números de circulação porque não tinha uma estrutura comercial e de circulação forte como tinham as outras. Nunca se atentou na *Carta* ou se levou muito tempo pra a *Carta* entender a importância dele como negócio. Então, por isso, sempre foi muito frágil do ponto de vista financeiro. Nunca teve assim um esquema. Não se pensou lá no início de que a revista precisava ter, apostar firme num sistema de venda de assinatura que pudesse lhe dar sustentação. Esse sempre foi o drama da revista. Mas, no início foi assim. Se sustentou dessa forma. Era uma revista *prum* nicho e que por muito tempo tentou se equilibrar nesse jornalismo entre os interesses, a visão de mundo do Mino e a visão

de mundo do Andre Carta no interesse de fazer uma revista de economia. Mas depois esse tempo foi mudando. E Mino foi querendo fazer uma revista mais parecida com o que ele acha que tem que ser, com a visão de mundo dele. Isso foi criando um distanciamento. Quando a revista virou semanal, em 2001, ela saiu da Carta Editorial e criou sua própria editora, que era a editora Confiança. Nesse momento, se consolidou a parceria do Mino com o Beluzzo. Aí saiu da editora. Até porque a revista foi ficando mais progressista, mais aliada ao pensamento progressista e tendendo cada vez mais apoiar o Lula nas eleições de 2002. Você sabe muito bem que o empresariado nunca gostou dessa ideia. E foi tendo um afastamento cada vez maior. E daí esses nomes foram ou deixando o poder ou morrendo, e aí essas novas gerações do empresariado brasileiro, você bem como é que é; não existem mais lideranças. Não existe mais o empresariado brasileiro. O industrial brasileiro. Um projeto nacional. O presidente da Fiesp até o ano passado era um cara que não tinha empresa, não tinha indústria, que era o Paulo Skaf. Um cara extremamente ligado aos piores projetos que se tinha inclusive do Bolsonaro, de destruição do Brasil. Então virou outra coisa. A revista então foi se afastando. A gente tinha muito mais trâmite, circulação. Por muitos anos, a gente fez um prêmio chamado “As revistas mais admiradas do Brasil” que era o contato que tinha com o empresariado. E depois a gente foi vendo também que isso foi perdendo sentido, porque a gente achou que todos viraram golpistas ou quase todos.

Desde o começo como funcionava a estruturação gráfica? A *Carta* chegou a ter um parque gráfico?

Nunca teve isso. Nem esquema próprio de distribuição. Era contratado. Por muito tempo a gente...no passado tinha lá uma diversidade distribuidoras por exemplo que praticamente acabou. Não existe mais. Distribuição de revista e jornal no Brasil é uma coisa cada vez menos...vai desaparecer. Você tem hoje empresas de logística que distribuem televisão, geladeira e, eventualmente, levam também revistas. A Total, que era da *Abril*, que juntou a Dinap com a empresa que a *Abril* tinha, praticamente faliu. Ninguém mais tem uma distribuição nacional como tinha no passado. E gráficas tinha um monte que também estão todas fechando, todas quebrando. Hoje, por exemplo, a gente roda na antiga gráfica que foi criada pela Folha e depois foi vendida para os canadenses. Mas não tem mais aquele esquema de uma gráfica funcionando 24 horas por dia, sete dias por semana. Em 94, no fim dos anos 90, início dos anos 2000 tinha um monte. Rodou em várias gráficas e distribuía como podia. Nunca foi também uma tiragem...porque nunca teve dinheiro pra fazer investimento ou nunca se pensou em reservar um dinheiro para fazer esse investimento.

Para pegar esse ganho da tiragem, você tem ideia do pico da tiragem, de como está hoje..

Eu acho que chegou a 60, 70 mil. Hoje tá em 40 por aí..

Não oscilou tanto igual a Veja...

É..mas também era uma coisa muito pequena. Então, assim; você tem um público que é muito fiel à *Carta*. Agora, assim, está um público envelhecido né. A maioria dos assinantes tem mais de 45 anos pra cima. Você não consegue atrair uma nova geração nem consegue fazer inclusive que eles doem ou assinem a versão digital ou apoiem. As pessoas chegaram à conclusão que querem e têm direito a informação de graça. Não entenderam ainda que não terão isso. Terão fake news, terá blá-blá. Informação e apuração não vai ter, não.

Esse público da Carta ele em alguma época chegou a ser esse público mais jovem?

Sempre foi mais velho. Sempre foi. E continua sendo. Muitos que acompanham o Mino desde lá de trás..Mas a gente ainda tem uma influência na política, sim. Se você ver, se você procurar algumas pesquisas você vai ver que a revista é uma das mais lidas no Congresso por conta da bancada de esquerda mais do que tudo que acompanha. Tem influência em alguns setores. Nosso público é hiper-qualificado. Mas também porque a revista não é tão fácil de ler e ela também é uma revista muito de nicho. As pesquisas que a gente fez no passado, nosso público é A e B. Não tem classe C. Maior número de pós-graduados entre os leitores de qualquer revista semanal. Compram mais e estão mais interessados em tecnologias, novidades. Vão mais ao cinema, ao teatro, viajam mais. Isso é muito o perfil do leitor. Mas você sabe muito bem que é um público muito específico no Brasil e muito pequeno. Então, assim. É muito na universidade, muito no meio político. É um tanto quanto em algumas áreas do setor privado, um pouco na Justiça. É mais ou menos esse o público que forma os leitores da *CartaCapital*.

Agora mais assim nos furos jornalísticos se você pudesse lembrar a história da Carta...

Depois você busca lá, mas tem várias. Tem muitas que foram importantes. Agora você sabe que a *Carta* sempre foi muita crítica ao jornalismo, aos demais meios de comunicação. A gente sofre um boicote tremendo. Coisas que a gente faz que uma semana, duas semanas, um mês depois aparece em outro lugar como se fosse novidade. A revista deu os grampos do BNDES primeiro, né. Deu toda a história da privatária da telefonia. Acompanhamos as

histórias de corrupção do Daniel Dantas. Eu fiz uma matéria — até ganhei um prêmio com isso — anunciando que nós teríamos racionamento enquanto o governo negava. A *Veja* dizia que não ia ter racionamento né. Tem uma capa que é essa “Preparem as velas”. Dois, três meses antes cravando que ia ter racionamento e não haveria qualquer possibilidade de não haver racionamento. Fizemos uma cobertura constante de várias CPIs e desmontamos várias mentiras também. Eu acho que um papel importante da *Carta* foi desmontar as mentiras que mídia contou em vários momentos sobre o governo Lula ou das eleições. A bolinha de papel do Serra, aquela história do dossiê contra o Serra. Várias histórias ao longo da nossa vida desmontando essas coisas que culminam na Lava Jato. Foi a única revista que foi crítica em relação à Lava Jato durante esse. E fez isso sozinha. Antes de vir essa história do *Intercept*, antes de vir qualquer outra coisa. A gente já apontava que iria destruir a economia nacional, que era um projeto político, que tinha ligações fora do Brasil. A gente sempre disse isso. A despeito de ter volta e meia quando via alguma coisa na Lava Jato que tinha sentido a gente também noticiou. Denúncias contra o Zé Dirceu e outros chegaram a ser capa da revista. A revista tem esse histórico de ser um contraponto, que é natural... Quer dizer hoje em dia isso tá acabando. Porque a mídia como outras esferas ou outros negócios está sendo dominado pelo capital financeiro. É o mais recente movimento da financeirização do mundo. Então, o esporte, a saúde, a educação e os meios de comunicação estão virando no Brasil e fora daqui, negócios dominados pelo capital financeiro. Mas no século XX, quando os meios de comunicação foram importantes, a mídia fazia a mediação das coisas, você tinha posições diferentes no jornalismo que não independiam da função social do jornalismo e da atividade jornalística. Fazer jornalismo mas ter uma posição no mundo. É assim no mundo inteiro. O *Guardian*, na Inglaterra, sempre foi um jornal ligado ao Partido Trabalhista, enquanto o *The Times* era um jornal ligado aos Tory. O *The New York Times* sempre declarou voto nos democratas, mais simpáticos aos democratas, do que os republicanos. *The Washington Post* tinha outra posição. Na França, o *Le Monde*, mais à direita, o *Libération*, jornal de esquerda. Na Itália, o *La Repubblica* um jornal de esquerda, o *Corriere* um jornal mais centro. Sempre foi assim no mundo. É só aqui no Brasil se inventou essa patacoada que os jornais pairam acima não têm interesse político. É uma força que paira acima só atendendo aos interesses do cidadão. Defensora da liberdade e dos direitos do cidadão. Não tem lado, não tem vontade, não manipulam. É só aqui que se criou essa ideia. A *CartaCapital* sempre foi esse contraponto. E eu acho que o grande papel da *CartaCapital* foi fazer esse contraponto. Segundo: servir lá no futuro para quando alguém vier a estudar certos períodos do Brasil tenha em alguma lugar fontes com informações que não são fruto desse oligopólio no Brasil

que se esparrama para o resto do país. No fundo é isso. A *Globo* muito majoritária, o Estadão, a Folha. E eles três alimentando de informação a mídia estadual, a mídia regional, as rádios. E você tem ainda essas outras TVs que são ainda mais piores que a *Globo*, que é o *SBT*, a *Record*, e tudo mais. Esse é o sistema de comunicação no Brasil. Além de todos os furos — assim poderia citar vários—depois você faça uma pesquisa você vai achar várias coisas que a *Carta* fez, várias histórias importantes. Corrupção no Correios anterior. Coisas do governo Fernando Henrique, coisas do governo Lula também e outras coisas que a gente fez também. Outras denúncias, a Amazônia. Tem uma série de coisas. Aquela história da libertação da ex-parlamentar da Colômbia que foi feita, negociada na Amazônia. Histórias da Polícia federal, das relações com o DEA. Como DEA pagava pra Polícia federal aqui. Dezenas de denúncias. A revista tem uma história de denúncias. E coisas variadas. E a gente não recebe o crédito devido por conta disso. No mundo inteiro, a mídia cobra a mídia. Lá, eles não enganam ninguém. A mídia é parte do poder. Portanto, precisa ser escrutinada como qualquer outro poder, como a Justiça, como o poder público, como o poder privado. Aqui, não. Aqui não pode. Aqui você só faz vendeta. O que esses jornais fazem é vendeta. Não escrutinam, não apuram, não falam da mídia como mídia como acontece no mundo inteiro, como a cobertura que deve ser feita do ponto de vista jornalístico, com a correção, com equilíbrio necessário, mas informando as coisas. A gente fez várias matérias sobre a *Globo*. A única vez que a *Globo* nos citou porque eu fiz uma capa sobre o Garotinho, umas histórias de corrupção do Garotinho. O garotinho conseguiu na Justiça impedir a capa da revista sair, como a *Globo* tinha uma guerra com o Garotinho fez um estardalhaço. Essa foi a edição que mais vendeu, se não me engano, da *Carta*, na história. E a capa era “Por que Garotinho censura essa revista” era alguma coisa assim. Havia uma ordem — eu sei porque tinha gente que trabalhava na *Globo* e nos contava— que era proibido falar da *Carta*. Nem bem, nem mal. Era pra isolar. E os outros fazem isso. Nunca deram crédito. É uma bobagem que eu vou te contar, mas é clássico. A gente deu primeiro que o Randolfe tava coletando assinaturas de vários nomes, não ligados ao PT pra apoiar o Lula. Nós demos isso primeiro. Aí, no dia seguinte, no fim da tarde, a Mônica Bergamo dá isso como se fosse novidade. Um dia depois. É assim com várias coisas que a gente faz. Depois viram notícia em outro lugar.

Entendi. Queria que você fizesse uma trajetória de como o Mino organizou a redação? Eu falo na questão da estrutura, das funcionalidades de cada repórter. Como isso foi evoluindo?

Então...a revista sempre foi uma estrutura muito pequena. O Mino...até porque não tinha dinheiro. Tanto na *Isto É* quanto na *CartaCapital*, que foram projetos que começaram na marra, na força, na vontade, sem um investimento alto, tudo foi feito muito pequeno. E o Mino sempre disse que isso tem a ver com ..as redações na Europa são pequenas. Sim, as redações são pequenas, mas nunca foram tão pequenas. Porque tanto na época inicial da *Isto É* quanto na época inicial da *CartaCapital* — na época inicial, não— na história da *CartaCapital*. Acho que o melhor momento teve ali, em meados dos anos 2000, a gente tinha 14 profissionais na redação, mas sempre operando com menos do que isso. Então, basicamente, uma editoria. Então, não tem uma grande organização. Eu sou o redator-chefe, mas na verdade eu sou um redator de luxo. Sou um editor de luxo, desculpe. Não tô lá para ficar lendo só as coisas principais e ordenando o trabalho do ponto de vista executivo. Eu ponho a mão na massa. O Mino põe a mão na massa. Entendeu? Hoje, cada vez menos, porque ele está indo para os 87 anos e tá ficando mais difícil pra ele. Mas, assim, sempre foi uma história de gato pingado. Todo mundo faz tudo. Eu sou redator-chefe, mas várias vezes escrevo capa, faço coisas, faço reportagem. Lá você faz de tudo. Você carrega o piano, toca o piano. Você bate o pênalti, você defende o pênalti. Bate o escanteio, cabeceia. Sempre foi a história da revista. E sempre foi muito desorganizado assim. E também e meio que parte do espírito da revista. Ser assim. Ela sempre funcionou desta forma. Em poucos momentos, ela teve uma estruturação de editoria, mas foram momentos muito raros. Depois, nunca mais. E aí veio também toda a estrutura da parte do *site* que o Mino nunca quis saber, não teve interesse nenhum que coexiste ali com uma estrutura muito precária, muito pequena. E tanto, que é difícil a integração. Você não consegue fazer a integração porque falta braço. Para fazer essa integração, você precisa de mais gente. Mas é isso. Todo mundo encolheu no jornalismo. Mas a *Carta* sempre foi pequena. Então, nos continuamos a ser uma espécie de editoria. Em qualquer outra revista ou qualquer outra publicação, uma editoria qualquer tem mais jornalista do que a *CartaCapital* inteira. E as pessoas perguntam como é que é fazer isso aí. Eu não acredito em milagre, mas poderia dizer que é um milagre fazer com cinco, seis, gatos pingados, que é o que a gente tem.

Hoje a revista tem seis jornalistas?

Seis, basicamente. Contando eu e o Mino dá uns oito.

Mas teve 14 igual você falou.

Já teve 14.

Isso no auge da revista no começo dos anos 2000.

Isso. É por aí. 2003, 2004.

Entendi. Dentro dessa vertente da estruturação, como é que funciona ou se puder fazer esse quadro evolutivo também da estruturação da edição. Como é que chegam as pautas, como isso é discutido? Pelo que você está falando, como é uma relação muito horizontal, diferente de outras redações — onde eu trabalhei você tinha o editor, a mesa, e o repórter trazia o material da rua que tinha que passar por n avaliações. O que você está falando é um paradigma no jornalismo diferente.

Ele é diferente de um certo ponto por conta da precariedade. Tem uma estrutura vertical. O Mino é o direto de redação, eu sou o redator-chefe e nós dois lemos tudo e aprovamos tudo. Hoje tem o Rodrigo Martins que é o editor executivo que me ajuda neste trabalho, mas fora isso, como eu te disse, todo mundo tem que fazer tudo. Como funciona hoje? Eu faço uma reunião de pauta. E a gente, além de tudo, a gente tem um problema que aconteceu com o jornalismo de uma maneira geral e com as revistas de informação. As revistas de informação em algum momento vão desaparecer né. Eu não sei qual é o horizonte, mas, eu não dou mais 10 anos. Essa ideia subsistir. Vai virar outra coisa. Tudo vai virar uma outra coisa. Mas como revista semanal de informação ela não tem mais o peso. Não sei se você. Esse também foi os momentos de auge da *Carta*, você teve ali nos anos 2000, todo mundo esperava as revistas chegarem na banca no final de semana porque ali que estavam os furos, as novidades. Não tem mais. Acabou. As revistas foram obrigadas e a virar uma coisa mais de reflexão e tentar entender o contexto, dá um contexto maior com alguma novidade, preocupada mais em contextualizar a coisa do que trazer furo. Ela nem tem mais essa relevância, essa pegada porque foram tomadas por outras coisas. Com a internet, estranhamente. O jornalismo diário voltou a ter importância que tinha perdido, que não tinha no início dos anos 2000. As TVs ganharam outro peso. Você tem uma transformação na forma de se distribuir notícias que, para mim, ainda não tá muito claro. Esse formato que também não é só o *site* né. Os jornais têm um peso hoje. Recuperaram esse peso que eles tinham perdido. E as revistas semanais perderam. Elas estão acabando no mundo. A *News Week* já não circula. A *Time* está circulando ainda, mas vai acabar daqui a pouco. Você tem outras coisas que estão acabando. Eu prevejo isso. Uns dez anos de existência. Na melhor das hipóteses, no Brasil.

Você tava falando da reunião de pauta...

Eu vou voltar. Só te dei esse contexto para entender. Eu tava te contando que hoje, por conta dessas dificuldades que você tem com gráfica e distribuição. Antes, a *Carta* também até o fim da primeira década do século XXI, eu diria até 2012, 2013, conseguia fechar na sexta-feira à noite. Hoje nós somos obrigados a fechar na quinta-feira até as duas da tarde porque senão a gente perde as caronas pra distribuir, a gráfica já não funciona desse jeito. E aconteceu com todo mundo. A *Veja* tem algumas horas mais. A *Veja* fechava na madrugada da sexta pro sábado. Hoje fecha na quinta-feira fim da tarde. A *Isto É*, também. A *Época* nem existe mais. Então isso mudou. Veja bem como é o nosso calendários hoje. É uma revista que precisa ser produzida com um fim-de-semana no meio e com o risco de perder várias notícias que é o acontece várias vezes. Várias decisões do Supremo que são tomadas na quinta-feira no fim do dia a revista já não tem condições de noticiar. Então essa coisa contribui para perda da relevância. A gente é obrigado a pensar com o risco de entrar na segunda-feira com o noticiários totalmente diferente mas a capacidade de transformar esse noticiário e dá a ela um peso e fazer dele uma notícia importante. A condenação do Dallagnol, na terça-feira, fim do dia, ou quarta-feira, de manhã, quando saiu, ferra, entendeu? A gente consegue dar, mas não consegue dar com o peso que precisaria dar, entendeu? Aí depende de que o *site* faça isso. Então, nós estamos presos nesse momento. Então, na sexta-feira, hoje mais tarde quando eu sair dessa reunião com você, eu tenho uma reunião com Rodrigo Martins que é o editor executivo conduz, eu participo e oriento, os repórteres põem as pautas e é uma troca ideias ali. Eles trazem as pautas, a gente avalia, eu sugiro coisas, e é uma troca, vamos dizer assim, entre o aquário e a redação, pra partir, pelo menos, com algumas pautas que a gente possa garantir na semana seguinte algumas opções de capa. Os repórteres põem, a gente avalia, e faz dessa forma. São cinco pessoas participando da reunião. Como eu não consigo virar a pauta porque eu não tenho braço, só se a apuração a matéria cair, tiver muito equivocada ou apuração tiver muito ruim que eu derrubo matéria. Se não, eu não tenho mais condições de derrubar coisas. Porque eu não tenho uma cartela de opções pra fazer isso, não é? Por isso que a gente, eu oriento os repórteres a: 1: traga novidade de coisas que você vai conseguir segurar que só você consegue dá ou traga alguma coisa que projete uma reflexão muito interessante e muito mais profunda pra fazer contraposição aos jornais. Porque senão, nós estamos fodidos. E eu acho que as revistas caminham mais para isso mesmo, prum negócio de reflexão. Hoje, por exemplo, a gente dá muito artigo de opinião ou de análise tentando suprir essa coisa. Nessa edição, por exemplo, nós temos três artigos que suprem um pouco essa demanda por refletir sobre a realidade. Na incapacidade física e temporal de produzir novidade ou de entrar nos assuntos mais quentes quando não é possível. Mas a gente tem dado furos neste ano. Por

exemplo, temos dado vários furos sobre a atuação do governo Bolsonaro na Amazônia. Nós temos feito várias coisas. Inquéritos. O aparelhamento do Ibama, do ICMBio. Nós temos dado várias coisas interessantes, de apuração própria, furo. E depois vai aparecer em outros lugares. Mas temos dificuldades também como nessa história do pastor. Como é que a gente entra nisso, difícil, entendeu? Fechando quinta-feira. A revista tem que estar na gráfica uma hora da tarde. Ou seja, no fundo, a gente tem segunda, terça e quarta, basicamente, para trabalhar de fato. Então, é muito complicado, né. Três dias na semana. Para uma revista que só vai chegar na banca na sexta-feira a partir da hora do almoço. Então, você tem aí esse vácuo de um dia e meio. E você tem que toda hora ficar explicando que até o momento do fechamento dessa edição estava assim, poderia ser assim. É tudo muito difícil hoje em dia. Mas a gente se estrutura dessa forma. Tudo passa por mim ou pelo Rodrigo, e o Mino lê as coisas fundamentais. Mas eu vejo quase tudo. O Rodrigo vê muita coisa, entendeu. E a gente divide o trabalho dessa forma.

Entendi. Agora queria falar um pouco sobre o conceito de reportagem da *CartaCapital*. Você acha que assim, por ser um jornalismo de revista, com um texto mais apurado, vocês têm um padrão, uma lente para enxergar esses textos. Como vocês trabalham a questão do texto?

Você sabe que o texto sempre foi importante para qualquer revista semanal e sempre foi importante para qualquer revista que o Mino Carta trabalhe, né. O texto sempre foi uma coisa muito valorizada na revista. Hoje, menos, porque houve uma transformação geracional, Vitor, que a gente precisa notar. Você não tem mais o espaço que você tinha. Depois, você não tem mais jornalistas escrevendo com a qualidade que se escrevia no passado.

Sério isso?

Claro. O jornalismo brasileiro hoje é muito mais precário, do ponto de vista do texto, do que foi né. Não temos mais nenhum grande nome. É claudicante os textos nos jornais. Têm coisas que você não entende. Os caras empilham as coisas. Na revista, a gente faz um esforço assim. Tenta manter um padrão. Mas também houve uma queda de qualidade. Você não tem mais outros nomes, mas a gente se esmera nisso. Duas coisas importantes. Então, um texto bom, um texto rico, um texto que conduza o leitor a uma leitura prazerosa. E segundo. Um texto que a gente permite, mais do que em outros lugares, de uma certa participação do autor. A gente sempre teve a preocupação. É o seguinte. Você não pode deixar que certas coisas passem sem pontuar, quando as coisas são muito absurdas. Não pode simplesmente registrar

uma patacada do Bolsonaro. Você precisa mostrar por que ela é uma patacada. Tem uma certa liberdade para tirar um sarro pra fazer uma avaliação aqui e ali. Às vezes, até resvala no opinionismo. A gente tenta evitar isso. Mas é uma característica de revista semanal. A publicação e o autor se colocam muito mais do que em um texto de jornal que é basicamente ali uma coisa descritiva, salvo raras exceções. Mas também conduzir o texto. É impossível você conduzir um texto sem que a sua presença esteja lá. Conduzir o texto de uma forma elegante, de uma forma bacana, de uma forma emocionante até sem a sua presença tá lá. Isso é inevitável até. Então, o que a gente tenta fazer é orientar para que as pessoas escrevam. Mas vários repórteres não tem mais essa qualidade. E cabe a mim e ao Rodrigo, muito mais a mim, dá o tom dos textos da revista. Vários textos eu pego e enxerto coisas para que eles sejam, né... Em maior ou menor grau para que eles sejam interessantes, para que eles mantenham esse espírito de texto de revista que também está acabando por conta da forma de como se produz notícia hoje. Tudo mais telegráfico, as pessoas não querem ler, tals. Isso influenciou a geração dos repórteres, dos jornalistas. Não tem mais isso. É raro você achar. E as pessoas também não querem isso ou, sei lá, não procuram. Olhando os comentários, mesmo no *site* da *CartaCapital*, a sensação que eu tenho é que as pessoas leram o título, ou viram pelo *Facebook* a chamada, e já tem toda a opinião a dar sobre o assunto. Não é? Por conta de títulos de textos que eu já fiz para o site, já me classificaram de tudo. Obviamente, eu sou comunista, mas também sou petista, mas também sou cirista, mas, ao mesmo tempo, eu posso estar apoiando o Bolsonaro. Aí eu sou pró-Rússia ou pró-Ucrânia. É difícil. Você vê que claramente o cara resolveu ir ali encher o saco só por causa da chamada. Então, tudo é muito pequeno e muito telegráfico. Então, é outra dificuldade das revistas semanais. Mas a questão é: as pessoas são instada a escrever e a organizar e fazer: 1) capturar o leitor logo no início e fazer um texto que o ajude a entender a realidade porque ele vai ler um monte de coisas na internet, vai ler um monte de coisas nos jornais, e a revista semanal serve para dar esse grande contexto. Contextualizar é muito importante. Analisar é muito importante. Isso tem que ser feito com um texto de boa qualidade, com um texto claro e, quando os repórteres não conseguem fazer isso, cabe a mim, e cabe ao Rodrigo, e, eventualmente, cabe ao Mino mexer nesses textos pensando mais na estética do que em tudo. Organizar o texto para que ele esteticamente ele fique interessante, claro, e que conduza o leitor a uma ideia que permite ele compreender o sentido das coisas. E qual é o outro compromisso da *CartaCapital*? É oferecer um ponto de vista diverso. Nós não fazemos isso por birra, entendeu? Não é assim. Ah, se todos os jornais estão dizendo que a coisa é assim, então nós somos obrigados a dizer que a coisa não é assim. Não, não é. Mas também pelo histórico de manipulação que a gente tem da

mídia brasileira, é fácil mostrar quando a ideia é torta, entendeu? E várias coisas estão abertas à discussão. Os jornais insistem que intervir na política de preços da Petrobras é inadmissível. E a *Carta* faz uma matéria para provar que não. Que no mundo tem vários casos assim. Que tem uma política de preços que conjugue os interesses da empresa, dos acionistas, com os interesses da maioria população é possível. Faz, assim, assim, assim. Lá fora tem assim. Tem esse fundo de estabilização. É isso.

Você como redator-chefe como você trabalha essa relação do que o repórter traz da rua e a avaliação da fonte?

Como assim?

Como vocês avaliam o que o repórter traz da rua ou da fonte, tem esse lado nas revistas de você não ver a atribuição da informação à fonte. Eu enxergo isso como um problema porque dificulta muito o leitor entender de onde a informação tá vindo por mais que o jornalismo tenha essa questão da credibilidade — vem se perdendo, mas eu acredito que ainda tenha, têm pesquisas que mostrando, os jornais estão pareando com outras mídias digitais.

Não consigo perceber o que você está dizendo, não. Não é trabalho acadêmico que tudo precisa referenciar cada coisa que tem. Tá longe de ser isso. Obviamente, tem algumas informações que são públicas, algumas são análises totalmente plausíveis, o que a realidade permite e as outras são calcadas em fontes. Mas qual é o compromisso que a *CartaCapital* sempre teve, e por ser uma revista tão pequena, tão frágil financeiramente, ela raramente sofreu ações vultosas, tirando uma ou outra exceção, perdeu ações na Justiça. Porque a gente pede que tudo esteja documentado. Precisa estar tudo registrado. Os repórteres procuram e precisam registrar que as pessoas foram procuradas. Você faz isso por e-mail, você faz isso na gravação por telefone. Toda matéria que tiver de denúncia precisa ter documentação e mais de uma fonte checada, certo? Se em off, a gente precisa ter a garantia de que essa fonte lá no futuro, no eventual processo, possa ser usada. E segundo. Porque também não é só uma questão de se proteger de processo, pra ter certeza de que aquela informação não é uma informação questionável. Ou, se ela é questionável, ela não pode ser assim derrubada, não é uma coisa assim que é frágil. Ter documentos, ter provas e ter registros das coisas e procurar as pessoas pra falar mesmo que a gente não registre que a pessoa foi procurada e não falou.

Porque às vezes eu acho isso desnecessário, uma bobagem. Você procura, não falou, dá lá. Se no futuro a pessoa reclamar, você foi procurada aqui, aqui, aqui. Aqui estão todos os registros e você não respondeu porque não quis. Esse negócio de registrar uma coisa meio. E a *Folha* transformou esse negócio do outro lado uma coisa muito burocrática, chata, né. O Outro lado, obviamente, precisa ter, mas não é aquelas coisas de outro lado. Até separa num box ‘O outro lado’. Esse pedantismo que a *Folha* tinha. Às vezes você conversa com um monte de fonte, você tem uma avaliação comum, você não precisa citar. Muita gente fala: deputados do Podemos querem ver o Moro pelas costas. Isso é porque conversou e mostrou: “eu conversei com o deputado tal, todos falaram em *off*, mas aqui estão os registros das conversas. Ou então diz: O Podemos que ver o Moro pelas costas. Porque às vezes tem uma maioria pra você generalizar. Contextualização e análise fazem parte do jogo. Acho que seria muito difícil, do ponto de vista de espaço, segundo ficaria muito chato, você ficar referenciando tudo, entendeu? Como é chato trabalho acadêmico, eu também fiz mestrado. Tudo que você vai citar tem que ter lá. Mas é parte do trabalho acadêmico. Saco, né Faz sentido. Não faz sentido pro jornalismo diário.

Você falou que o Mino trabalha mais neste ajuste fino do texto. Você que trabalha ao lado dele, como é que funciona...

É..nessa pandemia a gente tá trabalhando menos, né, ao lado. Menos, não, nada. Tem dois anos e meio quase três anos que eu falo com o Mino pelo telefone todo dia. A gente conversa duas vezes por dia. Mas esse é o nosso contato para decidir as coisas. Mas é uma coisa azeitada de 15 anos, né. O Mino, hoje, por exemplo, vê a sessão de cultura. Ele faz questão de olhar. O interesse hoje que ele sempre teve, mas que ficou mais específico para ele nessa altura. Então, ele olha muito os fechamentos de cultura e olha os fechamentos de uma ou duas matérias que são importantes da editoria De Seu País. Mas sempre foi assim. A gente trabalhava uma sala do lado do outro. Eu olhava a maioria das coisas. Quando chegava as coisas importantes, eu lia e passava para ele e batia com ele o que precisava fazer. Às vezes, ele mesmo canetava, dizia o que precisava mudar, o que faltou, o que precisava acrescentar, tirar dúvida de coisas da construção do texto dos repórteres pra deixar a coisa mais clara. E sempre funcionou muito assim nessa parceria. O Mino está com 87 anos. Não é fácil. 10 anos atrás ele lia tanto quanto eu lia da revista. Praticamente, lia tudo, tirando uma ou outra coisa. Aí com o tempo foi diminuindo e hoje é isso que acontece, entendeu. Mas também por conta

dessa situação e da situação da pandemia. Porque seria muito complicado. O Mino não computador, não usa computador. Você imagina. Tem que imprimir tudo no papel pra ele. Ele leva no papel. Aí ele faz correção. Aí volta. Aí tem que voltar de novo. Ele da casa dele. A arte na redação, eu aqui. O Rodrigo na casa dele. Tudo mais complicado. Não é um mundo de produção hoje que caiba mais na forma de trabalho que o Mino fazia. Antigamente, não. Quando tudo tava na redação, as coisas iam para ele no papel. A edição até atrasa por conta desse processo. Ninguém quer excluir o Mino do processo. Porque ele é fundamental. Essa revista é o Mino Carta. Não é mais nada do que isso.

Não sei se você chegou a ler aquela biografia do *Jornal da Tarde* que fala que o Mino participou do começo

Criou o *Jornal da Tarde*.

É criou...Tem informação que o *Jornal da Tarde* remunerava melhor os seus repórteres. Obviamente, era outro contexto econômico e todo enxugamento das receitas dos impressos dificultam muito. Mas como era ideia do Mino de valorizar bem o profissional? Como foi isso no período da *Carta*?

Então, quando a revista tinha condições, uma das justificativas, inclusive até para ter uma equipe menor, era para ter repórteres mais bem pagos. A revista sempre teve repórteres mais experientes, de mais rodagem, né. Alguns entraram...eu, por exemplo, foi um que entrei jovem assim. Jovem porque eu fiz — só para contar rapidamente minha trajetória para você entender — Eu tinha passado no Curso do Estadão, aí não consegui vir fazer. Passei no Curso da *Abril* não consegui vir fazer. Aí consegui uma bolsa para fazer um mestrado, em São Paulo. Aí vim fazer o mestrado. Aí tava na reta final do mestrado, eu fiz aquele Programa de *Trainne* da *Folha*. Entrei no *Trainne* da *Folha*. Aí trabalhei na *Folha* num momento que tinha um *boom* — não sei se você lembra, nasceu o *Valor Econômico*, *Isto É Dinheiro*, nasceu a *Época*. Foi um momento de muito rodízio nas redações. Então, eu saí para trabalhar na *Isto É Dinheiro*. Quer dizer. Comecei na *Folha*, fui *trainne* da *Folha*, comecei na Economia da *Folha*, fiquei seis meses. Fui contratado pela *Isto É Dinheiro*, onde fiquei um ano e meio. Voltei pra *Folha*, fiquei mais seis meses. Fui contratado pela *CartaCapital*. Essa é mais ou menos a minha trajetória. Eu entrei sendo um jornalista jovem. Entrei com subeditor de Economia. Mas todos repórteres e editores eram mais carimbados, mais rodados e porque pagavam um salário melhor. E foi assim por muito tempo. Até que dificuldade começou e hoje a revista tem um salário. Veja bem. A chefia, na *Carta*, sempre ganhou menos do que a

chefia de qualquer outra redação. Mas os repórteres e os editores ganhavam mais. Hoje está mais ou menos a mesma coisa. Porque os salários ficaram muito precários, mas tinha essa política sim do *Jornal da Tarde* que era para ter gente mais qualificada, preparada. O *Jornal da Tarde* era um jornal muito mais elaborado do que o *Estadão*. Valorizava o texto, tinha outras coisas, né. As fotos. Tinha uma outra pegada. De fazer o jornal como arte que sempre foi uma coisa que o Mino quis fazer. Hoje, é impossível fazer. Pra fazer, precisaria ter mais gente. E gente mais bem paga. A revista não consegue reter porque não tem como pagar. Também perdeu essa coisa. O jornalismo como arte, o jornalismo que valoriza seus profissionais, que tem profissionais de primeira grandeza, com textos respeitados, com fotos respeitadas sempre foi o objetivo do Mino atingir...lembra? Era uma expressão muito usada no passado que eu sempre odiei, mas vou usar aqui, que é o tal do estado da arte. Eu lembro que meados da década passada era muito comum essa expressão estado da arte, mas era mais ou menos isso que se perseguia. Mas o jornalismo de grande mídia deixou de fazer. Mas sempre foi isso. Então, isso sempre foi importante. E foi se perdendo por conta da precariedade. A revista sempre foi muito frágil financeiramente e ficou pior porque entrou na onda de fragilidade de todos meios de comunicação. Todos meios de comunicação hoje são frágeis com exceção daqueles que foram vendidos para bancos. A *Abril*, por exemplo, acabou mas hoje é do BTG Pactual. O *Estadão* tá mão de quatro bancos. A *Folha* e o *Uol* sobrevivem porque tiveram o lance da maquininha. Abriram o capital em Nova York, na bolsa de nova York, ganharam uma fortuna e eles estão investindo lá. Mas olha o que aconteceu com a mídia regional? Jornais locais. Você que está aí no Espírito Santo. A *Gazeta*, acabou! A *Tribuna* é o que é sempre foi, sempre foi aquela merda que é e continua sendo...

Trabalhei lá..

É. Eu sei. Tenho amigos lá. Minha mulher trabalhou lá também. Eu tô falando porque sempre foi um jornal popular, popularesco. Conheço o Luciano. Os jornais locais acabaram. Mas voltando à *Carta*. Isso era um negócio. Não é possível mais ser assim. Portanto, a gente não consegue ter hoje os profissionais que o salário paga. São todos muito guerreiros. Eu admiro todos. Mas são todos, hoje, mais jovens, numa fase de formação do que foi no passado. Então, dá muito trabalho fazer revista. Mas são todos muito engajados no trabalho, muito conectado, muito fiéis, muito trabalhadores e jornalistas de respeito, mas são mais “júnior” do que a gente teve no passado.

Na sua visão não tem condições dos veículos de comunicação sustentar bons salários com jornalistas mais experientes na faixa etária de 35 a 50 anos.

Não tem, não tem. Ou alguns estão na chefia, como é o meu caso, mas ganhando muito menos do que no passado, ou foram expelidos do mercado. Tem muita gente boa, incrível, impressionante, que eu queria ter na revista, mas não consigo e estão fora do mercado. E que é gente de altíssima qualidade.

Hoje a *Carta* funciona com carteira assinada?

É um misto né. Quem tem salário menor, tem carteira assinada. Quem tem salário mais alto, está um pouco no sistema de PJ. Mas tem alguns benefícios. Paga 13º salário, paga férias, tem plano de saúde. Só não tem a carteira, a CLT.

Isso para quem tem cargo de chefia?

É. Cargo de confiança.

Pra gente fechar esse tema da história junto com esse panorama atual, a sua visão é até pessimista e eu acho que ela tá conectada com a realidade..

É porque eu sou gramsciano. Pessimista na ideia, otimista na ação. Todo dia acorda para fazer a mesma coisa sabendo que lá no futuro vai dar tudo errado.

Sim, sim. Você falou que as pessoas não têm, o perfil do consumidor de informação hoje é esse perfil que quer tudo de graça até por essa geração da rede social ter tudo muito acessível. E você, às vezes não coloca uma barreira financeira para você acessar um tipo de conteúdo, aquele conteúdo é jogado de lado, independente de ser um furo jornalístico que pode derrubar governo, ministro, enfim...Eu queria saber: na sua opinião por que existe essa dificuldade. Igual você falou. As pessoas iam, esperavam a edição nas bancas e tal. Hoje em dia você tem um universo gigantesco de forma de você se informar, e você tem conteúdo de qualidade acessível, né. Não dá para gente generalizar. Tipo “tá tudo uma merda” ou “O jornalismo é uma merda”

Tem. Tem, mas perde.

Na sua visão, a *CartaCapital* sendo esse veículo importante, profissional — a profissionalização da profissão é um debate que tem que ser posto mesmo porque muita gente acha que é jornalista pelo *WhatsApp* igual você falou anteriormente. Como você vê

essa relação do veículo com essa questão da bolha. Hoje a gente vive, é o termo da moda bolha e bolhas. Por que você acha que não consegue às vezes transformar isso em uma engrenagem como foram antigamente as máquinas e as impressões. Por que hoje o universo digital em vez de facilitar essa massa de informação credível coloca em escanteio esse tipo de jornalismo?

Primeiro, eu concordo com você que tem muito material de qualidade, jornalismo de boa qualidade feito inclusive na internet. Tem um esforço aqui e ali de você ter apoio pra salvar o jornalismo. O jornalismo está virando uma espécie de mico-leão-dourado. Tem muita gente agora tentando financiar e talvez seja esse o caminho da salvação do jornalismo: o mecenato. Como o mecenato foi importante para outras coisas, inclusive para a questão ambiental. Você tem alguns empresários, como aquele Omidyar, fundador do *Ebay*, que reservou aqueles duzentos e cinquenta milhões de dólares pra financiar o *The Intercept* ou Jess Bezos, que comprou o *Washington Post*, ou você tem a experiência muito particular do *The New York Times* que conseguiu atrair. Mas o *The New York Times* é muito particular porque, primeiro, é um jornal global, segundo, que ele tem o Inglês, que é uma língua que não tem barreira como as outras. Ele realmente consegue atrair assinantes do mundo inteiro. Mas eu acho que tem duas coisas. Primeiro, uma mudança geracional que também é influenciada por uma mudança de poder e uma mudança tecnológica profunda que a gente está vivendo. Então, primeiro. Nós vivemos numa bolha porque é melhor para as empresas, as *big tech*. Viver numa bolha não é um desejo nosso. É uma decisão comercial das empresas de tecnologias porque assim é mais fácil vender. Classificar o indivíduo, na verdade, retê-lo num menor número de características que ajudem a impulsionar o algoritmo é melhor. O mundo foi colocado numa bolha e não sairá dela. Não se engane. A não ser que tenha uma regulação mundial das *big tech*. Elas vão dominar. Isso é um risco para a democracia. São um risco para as economias. São um risco para os indivíduos. E elas operam de forma global contra governos que, por mais fortes que sejam, têm atuação local. Então, se você não tiver uma coordenação mundial pra regular essas coisas, o mundo vai tá entregue ao admirável mundo novo, ao controle de poucas empresas que vão definir o que é bom, ruim. Segundo: teve um erro dos meios de comunicação lá trás que, eu acho, se tornou incorrigível nessa altura. Todo mundo empolgado com a chegada da internet e as possibilidades que a internet tinha resolveu abrir conteúdo. A maioria dos meios de comunicação abriu o conteúdo. Colocou o conteúdo de graça. E aí formou uma geração que tem acesso a conteúdo de qualidade de graça. Depois, começou a tentar a cobrar. Pouca gente tem conseguido. As pessoas não aceitam mais isso. E foram criando vários mecanismos

para se burlar isso. As novas gerações elas simplesmente acham que não precisam pagar. E é difícil convencer. Não sei onde isso vai dar. Mas é difícil convencer o sujeito que, para você ter uma informação de qualidade, e informação de qualidade custa cada vez mais, e é preciso pagar por isso. Senão, você vai ter mentira. A gente tava falando de jornalismo de qualidade que existe, mas se você olha, tem várias pesquisas que mostram que, entre as notícias mais acessadas, dez entre as dez são *fake news*. Porque a *fake news* mobiliza muito mais, corrobora uma visão de mundo do indivíduo. E olha só. Não é só a direita, a ultradireita, o bolsonarismo, o tio do Pavê que consome *fake news*. O campos progressista, quem é consciente também consome. E consome em grandes medidas. Por quê? Porque corrobora a sua visão de mundo. Eu digo *fake news*, não só a mentira em si, mas a distorção dos fatos. É a interpretação de uma realidade que atende mais ao seu conforto do que te leva à reflexão. Essa Guerra da Ucrânia é clara nisso. Olha a confusão que nós estamos na história do Putin. Obviamente o Putin invadiu. Isso é um erro em si e deve ser condenado. Mas, tem um monte de gente que achar justificativa pra invasão do Putin. E do outro lado você tem um herói que não é um herói: que é o Zelensky. Olha como é difícil trafegar nesse momento. Tem gente que acha que o Putin até hoje representa os ideais do comunismo. Tem nada a ver. O Putin é um cara ligado ao neoliberalismo, um cara que reestruturou o poder da Igreja Ortodoxa. É ligado a toda ultradireita do mundo na Europa, no Brasil. Teve esse erro lá trás. E agora está difícil. E é no mundo inteiro. Alguns lugares têm mais consciência do que outros. Mas eu tenho visto experiência na Espanha, na França, até mesmo nos Estados Unidos que há uma compreensão de que é preciso sustentar o jornalismo porque o jornalismo é importante para a defesa da democracia, das liberdades individuais. Mas em países como o Brasil não tem funcionado. Não tem coisa que funcione. Todo mundo tenta fazer uma transição pra coisa digital, para um outro tipo de cobrança recorrente, uma contribuição, e não vem na quantidade equivalente à perda de venda em banca, por exemplo. Estamos diante desse problema que é 1) muito do trabalho, obviamente isso tudo é fruto do poder que as plataformas digitais, as *big tech*, têm hoje no mundo e como elas ditam essas coisas. Mas também tem o próprio erro dos meios de comunicação que erraram do ponto de vista comercial, Vitor, mas erraram também do ponto de vista de produção. Porque eles também foram tomados por interesses. Veja bem. A confiança no jornalismo caiu porque o jornalismo se vendeu aos interesses do poder de uma forma como nunca vista antes. O jornalismo cavou a sua própria cova. Não é só culpa das redes sociais. Não é só culpa do *WhatsApp*, do *Facebook*, do *Google*. Veja quanta disseminação nós tivemos nesses 20 anos. Vou citar uma só. A ficha falsa da Dilma da ditadura. Quem publicou? Foi o *Terça Livre*, foi um maluco qualquer no *WhatsApp*, não. Foi

a *Folha de São Paulo*. Aquela capa da *Veja* “Eles sabiam” na véspera da eleição. Quem publicou? Foi a *Veja*. Não foi o *Terça Livre* ou as redes do Bolsonaro. Eles alimentaram o monstro que hoje eles têm medo. Então, esse fato do jornalismo não ter servido à sua função social como deveria ter exercido, ter virado um pastiche dele mesmo, depois do auge dos anos 50, 60 e 70 que eu acho que foi o grande auge do jornalismo, não só da sua qualidade, mas da importância, da forma como ele conseguiu intervir na realidade, a mudar a realidade, a expor as entranhas dos interesses do poder pra maioria da população. De lá pra cá, ele só veio perdendo. Olha a cobertura econômica. Se não é a assessoria de imprensa dos piores interesses financeiros possíveis. Afasta o público também. Precisa recuperar a credibilidade para poder ter essa confiança do público pra pagar. As pessoas não sabem realmente diferenciar o que é uma mentira ou uma informação fidedigna de um jornal porque às vezes a informação desse jornal ou revista não é tão fidedigna assim. Ela esbarra né, se confunde com essa produção de mentiras ou de imprecisão. Eu acho que são esses fatores que pesam mais. Mas eu acho que tem essa mudança geracional. Eu não sei se notícia será uma coisa comercializável. Eu acho que, talvez, caminhe para um modelo, seja necessário...Você compõe a renda com algumas coisas. Talvez, tenha uma espécie de mecenato, associados a outros serviços que você possa vender que ajudem a sustentar o jornalismo. Mas aquele modelo tradicional...O que que acabou? O que que tá se esfacelando? Não é o exercício do jornalismo. É o jornalismo como negócio. Aquela história que você tinha uma publicação você colocava na rua, aí você tinha x assinantes, x compradores em banca, aí você falava ‘eu tenho isso aqui’, vai lá bate na porta da agência de publicidade e arranca um anúncio. Isso, acabou. Porque o anúncio hoje...Outra coisa. O que que o *Google*, o *Facebook*, o *Instagram*, o *Youtube* fizeram? Tornaram muito mais preciso o trabalho de inserção publicitária. Ele é realmente preciso. Não é um tiro no escuro como é colocar um anúncio no *Jornal Nacional*, numa novela da *Globo*, ou numa revista, na *CartaCapital*.

É bem segmentado.

Hiper. O cara escolhe para quem quer mandar, a que horas, como, quando, pra onde, em que parte do país. Então, é impossível concorrer com isso. Não tem mecanismo que os meios de comunicação tradicionais possam criar pra substituir a eficiência deste mecanismo. Por isso, o dinheiro migrou dos meios de comunicação pras plataformas digitais, pras *big tech*. Inverteu o jogo. Antes, você tinha uma agência de publicidade. Sei lá. Você tinha 100 reais para investir, a agência ficava com 20, tá na história do BV, do Bônus de Veiculação 25, 30%, o meio de comunicação ficava com 70, 80%. Hoje é o contrário. O *Facebook* e o *Google* capturam 80,

90% e repassa para você 10, 5%. Não sustenta o negócio. A crise do jornalismo é uma crise do modelo de negócio. E, portanto, vira uma crise do exercício da profissão porque, diante da fragilidade das empresas, elas não têm mais condições de manter as estruturas. Vou te lembrar um caso. A gente estava falando da *Revista Realidade*. No fim dos anos 70, a *Revista Realidade* foi fazer uma grande reportagem sobre a Amazônia e levou 30 repórteres que ficaram três meses trabalhando lá. Trinta repórteres entre fotógrafos e repórteres de texto. Ninguém mais é capaz de fazer uma coisa assim. Você não tem nem três meses para fazer uma matéria. Você uma semana, duas semanas. Então, por isso que você não tem mais furo como você tinha antes. Na quantidade que tinha. Você fica muito mais dependente do Ministério Público, aí dá essas merdas que deu na Lava Jato. Você vira refém. Você não pode questionar também. Você tem que ser só um repassador da notícia, um taquígrafo. Porque senão você fica fora do esquema. Você é limado. Você é vetado. Você uma distorção que várias denúncias das últimas décadas, que não é de hoje que se discute isso, o vazamento de informação do Ministério Público que transforma alho em bugalho, nariz de porco em tomada. Aí depois a reparação não vem dos erros que foram cometidos. Essa capacidade própria com independência ficou muito mais restrito no jornalismo e isso é um problema. Veja bem. Quando o *Intercept* trouxe aquele material lá do *hacker* de Araraquara eles tiveram um grande salto de assinantes, ganharam 10 mil assinantes naquele período. Mas não ganha mais. Você precisa ter uma coisa daquela de tempos em tempos. Mas ficou mais difícil ter uma coisa daquela porque a estruturalmente você não tem mais. Embora aquilo seja um vazamento. Não é exatamente uma apuração em si. Mas olha o trabalho que dá, você pegar todo aquele arquivo, ter equipes para analisar, separa o joio do trigo, aquilo leva tempo! São meses. Precisa de gente, braço. E não adianta um ou dois fazerem não porque perde a qualidade. Tem que ter gente mesmo. Dez, vinte, trinta envolvidos numa análise. Um dos pecados do *Intercept* foi ter pouca gente, e gente pouca experiente. E eles começaram várias bolas. Porque eles não sabiam interpretar certas conversas porque não tinham um referencial daquilo. Esses, Vitor, são os desafios que se vivem nesse momento. Terá que nascer um outro modelo de negócio que não será baseada nem na assinatura nem na venda do produto em si. Você vai ter que vender outras coisas. E provavelmente precisará de um mecenato. Talvez até de algum tipo de fundo público distribuído às cegas pra tentar sustentar. Senão, o jornalismo corre grande risco de também não resistir.

2ª PARTE DA ENTREVISTA

Temas: Análise das reportagens objetos da pesquisa, verdade e objetividade jornalística, *fake news* e redes sociais.

Vitor Carletti — Vou começar pela ordem cronológica. A primeira capa que colocou o Sergio Moro foi a reportagem cuja manchete era “A súmula Hoffmann”. A reportagem tratava de um novo entendimento do Supremo sobre uma investigação que tratava de um suposto esquema de corrupção a então ministra Gleisi Hoffmann. Queria que você falasse um pouco sobre o trabalho dessa reportagem e obviamente o Sergio Moro ainda não estava nesse foco de ser totalmente contestado, embora a reportagem já admitisse, na boca de advogados, um questionamento de seus procedimentos. Queria que você contasse a história dessa reportagem e como vocês chegaram a essa visão de que os procedimentos não eram totalmente legais?

Sergio Lirio — Pra *CartaCapital*, isso sempre foi uma coisa óbvia, né. E, na verdade, pro mundo jurídico, pra juízes sérios, pra advogados de primeira linha, pra ministros do Supremo, isso sempre foi muito claro. O Sergio Moro é o resultado, na verdade, da destruição dos princípios legais do Estado de Direito que vêm desde o Mensalão. Na verdade, o julgamento do Mensalão no Supremo, quando eles inventaram a tal tese do domínio de fato. Não, não é que eles inventaram. Eles distorceram totalmente a tese de domínio de fato. Porque o autor da tese de domínio de fato que inclusive falou a respeito desse assunto e outros que são conhecedores disseram que a interpretação foi totalmente esdrúxula e, vamos dizer assim, heterodoxa. E foi pavimentado esse caminho para o Sergio Moro. O Sergio Moro era um juiz que a gente conhecia de outros carnavais que arregou, no fim das contas, naquela história das investigações do Banestado porque bateu nos amigos, na preferência política dele. E hoje você vê claramente que...olha o que ele tentou fazer como candidato, que pauta e que agenda ele abraçou. Quando bateu na *Globo*, quando bateu no Bornhausen, nos tucanos, quando bateu no Daniel Dantas, lá trás, a investigação diminuiu. Ele sempre foi um juiz performático, aventureiro, que queria holofote. A gente já conhecia ele de muito tempo. Conhecia gente no Ministério Público séria. A construção dessa pauta foi conversando com gente importante que tentavam remar contra essa onda, esse tsunami que tomou. Então, você teve entre os coniventes e os covardes na Justiça, se você consultasse qualquer advogados sérios eles diriam em *off* que tava tudo errado. Advogados conservadores e ligados aos tucanos. Só que era conveniente. Era o PT. Então, o silêncio dominou a advocacia. Vamos lembrar que esse período das acusações contra o PT, conta o Lula e contra a Dilma, o presidente da OAB que

sido eleito era um notório antipetista. Não vou lembrar o nome agora, mas de uma carreira de antipetismo com manifestações sobre isso. Então, a OAB...

Era o Lamachia?

É. Acho que era o Lamachia. Não consigo lembrar. A OAB, vamos lembrar, para quem não tem memória assim, ela sempre foi um pedaço do poder. Ela apoiou o golpe de 64. Ela teve dois momentos que ela fez diferença. No momento em que o Raimundo Faoro foi presidente, aí, sim, a OAB fez oposição, mas num período muito curto, fez oposição à ditadura, tanto é que foi atacada. Teve aquela bomba na OAB, né. O Faoro sofria ameaças e foi importante naquele processo de abertura do governo Geisel, primeiras conversas que depois dariam nessa infame Lei de Anistia, mas isso não é culpa da OAB. E depois, desse mandato curto aí, do Felipe Santa Cruz, que foi alguém que se opôs aos esbirros do Bolsonaro. Fora isso, a OAB sempre foi conivente com o poder tradicional. Mas, então, o que é a gente fez? A gente ouviu as pessoas, não só os advogados do Lula e do PT, mas um corpo de advogados importantes que depois daria nesse grupo Prerrogativas, por exemplo, sempre denunciaram isso. E com argumentos muito sólidos. Conversamos com gente do Supremo. Conversamos com gente de outros tribunais. Vários deles não falavam em *on*, mas falavam em *off*. E nós percebemos logo cedo porque isso é uma fórmula que se repete. Obviamente, não tenho nenhuma influência sobre o seu trabalho, mas gostaria que isso ficasse ressaltado. A mídia e os poderes constituídos repetem as mesmas fórmulas. Aí você tem um componente ou outro. Nos anos 60, como era moda, todo mundo fazia, você tinha o golpe militar. Depois, isso se converteu para uma espécie de uso jurídico, inclusive um sistema que foi inventado nos Estados Unidos, aqui seria uma teoria conspiratória, o que se chamou de *law fare*, esse uso da Justiça, não para exercer o Direito, mas para atacar e subjugar o inimigo, né. Isso foi inventado ou foi incorporado nos Estados Unidos e espalhado como lição pro mundo. Eles criaram aquela lei que qualquer empresa, qualquer negócio que passe pelos Estados Unidos, mesmo numa conta-corrente de uma empresa multinacional, lhes dá o direito de investigar. Qualquer empresa, de qualquer parte do mundo. Pra fazer geopolítica. Pra defender os interesses dos Estados Unidos. Não para fazer justiça. Não para melhorar o mundo. Pra transformar o mundo mais transparente. Isso tudo a gente tava acompanhando. Acompanhava. Conversava com as pessoas. A gente relatou em algum momento — não me lembro em qual reportagem — que agentes do Departamento de Estado dos Estados Unidos acompanharam, em Curitiba, as primeiras delações do bicheiro que agora me escapa o nome — vou lembrar daqui a pouco — e de outros, os primeiros que delataram. Sabe-se que foi o Departamento dos Estados Unidos

que forneceu ao Ministério Público e ao Moro as primeiras informações sobre desvios na Petrobras. Ninguém nega que houve desvios na Petrobras. Mas a questão toda foi: a politização, a forma como você manteve as pessoas presas para delatar, e para delatar de acordo com a tese do Ministério Público e a destruição das empresas brasileiras, como foi feita a destruição da economia brasileira que deu no que deu. Então, era fácil falar isso. Era fácil. Porque a imprensa brasileira é essa merda — desculpa a expressão — essa miséria que ela é. Porque, além tudo, ela é um oligopólio, ela depois mais tarde pode dizer que ‘olha, eu me enganei. As circunstância não era assim.’ Mas, era óbvio naquele momento. Não precisava ter tido a Vaza Jato pra perceber o que era. A Vaza Jato só corroborou o que muita gente já se sabia. O que mais me impressiona nesta a história é o seguinte: a *CartaCapital* é muito atacada. Mas, uma pergunta que eu sempre faço. Quem é que tinha razão naquele momento? Era a mídia tradicional ou era a *CartaCapital*? À luz dos fatos de hoje, quem é que mostrou a verdade? Quem é que fez jornalismo? Quem é que mostrou e colocou os pingos nos is? Foi a *CartaCapital*. A *Globo* até hoje nega essa história. A *Veja* fez esse acordo com a Vaza Jato, a *Folha*...pra limpar a barra. O *Estadão* até hoje é lavajatista. Tudo porque interessa pegar o PT. Vamos lembrar que, em outros momentos, a imprensa agiu, quando era sobre os tucanos. Eu, por exemplo, eu cobri por muito tempo os escândalos do Daniel Dantas, a Operação Satiagraha. Veja como a Operação Satiagraha foi destruída pela mídia, foi desconstruída cometendo pecados muito menos graves. Muito mais incidentais do que tudo que foi feito na Lava Jato e o Moro. Era óbvio. Isso era transparente. Só não via quem não queria.

Só te cortando para retomar um ponto. Você falou: ‘ah, a gente conversava, muitas fontes não falavam em *on*, falavam em *off* — a gente já até falou um pouquinho disso na semana passada — mas eu gostaria que você falasse mais sobre essa questão do uso da informação em *off*. Porque existe um debate de você mostrar, mesmo que você tenha gravado, mas mostrar de onde você tá tirando essas informações. E eu noto que o gênero reportagem, que é uma problemática que eu estou investigando, se utiliza muito desse artifício do jornalismo: ‘ah, a fonte falou em *off*, mas não dá ao leitor essa possibilidade de pelo menos inferir ou ...

Mas, então. Como disse, em outros momentos, a gente, muito mais do que qualquer outra publicação que eu conheça, fazemos a coisa muito mais fundamentada. Registramos tudo. Nós, em geral, temos tudo documentado. Agora, eu não sou desses que acham que o *off* pode ser abolido ou deve ser abolido. Em certas circunstâncias, como essa, é impossível você não fazer. Obviamente, o que você, a sua relação com o leitor é que ele confia no que você tá

falando. E a gente tem a tranquilidade, repito. Tudo que a Carta disse, nesses anos, sobre o Sergio Moro tava errado? À luz dos fatos, não. Nós estávamos corretos. Então, qual é questão? Nós fizemos o jornalismo corretamente. Então é o seguinte: você vai conversar, o Supremo na pressão que tava, com alguns ministros sendo perseguidos, como vários outros políticos foram perseguidos, gente na porta xingando, o cara não podia entrar num restaurante que era abordado, era xingado na rua, né. Como é que você pode esperar que esse cara venha...a gente entendia certas circunstâncias, embora a revista tenha sido sempre crítica ao Supremo. Veja lá, nos continuamos tendo fontes no Supremo, e apontamos que o Supremo era responsável pelo tava acontecendo porque não agiu corretamente. Não agiu pra limitar, pra fazer com que o Moro cumprisse a lei. Não era pra limitar a investigação contra a corrupção, mas que ela se desse dentro dos limites da lei, pra não acontecer o que aconteceu. Essa distorção que pega o PT, mas lá na frente pode pegar você, pode pegar alguém da sua família. Isso que as pessoas não entendem. Quando fizer com o inimigo, você pode linchar, mas você o risco de ser linchado se você não tem um arcabouço jurídico que defenda seus direitos, né. Eu sou o seguinte; conta com a honestidade. A revista é uma publicação privada. Compra quem quer. Obviamente, a gente segue os limites do jornalismo, tenho esse compromisso, nunca escapamos desse compromisso, mas é isso, entendeu?

Quando é muito quente a informação, vocês chegam para o repórter perguntam? Como é esse debate?

Quando tem uma informação muito sensível, o repórter tem que mostrar quem falou, de onde veio, e se ele falou com mais de uma fonte, né. Às vezes, você tem uma coisa documentada, tudo bem. Às vezes você tem uma informação que você precisa checar com outras fontes, com quem participou. Essa sempre foi a dificuldade do jornalismo né, Vitor, como você reconstrói uma história que, na verdade, — a gente sempre ressalta aqui e faz questão de ressaltar sobre a verdade factual, que não é a verdade em si. O que que é a verdade factual? Ninguém pode negar que nós tivemos essa reunião hoje, às 7 horas no Brasil, às 11 horas em Portugal, você está na sua sala aí que tem uma coisas aparentemente de criança aí no fundo. Eu tô aqui numa sala com uma parede branca. Tô com uma camisa cinza, você tá com uma camisa cinza escuro ou preta, você tá usando óculos, a gente discutiu sobre x, y e z. Agora, se for daqui a uma semana, se alguém for perguntar o que a gente discutiu nessa reunião, ou pra mim ou pra você, vai ter variações da realidade. Isso é óbvio. Então, o quê que nós tentamos fazer? É a reconstrução da verdade factual.

Outra coisa que a revista se permite. Ela não é um repositório de versões. Precisa interpretar a partir das coisas. Então nos permitimos não é interpretar, mas pontuar para que não fique uma ideia de que...Por exemplo, você defendeu a Terra plana, e eu defendi que a Terra é redonda e gira em torno do sol. Então, nós temos o compromisso de dizer que você disse que a Terra é plana, e eu disse que a Terra é redonda, mas se eu tenho razão de que a Terra é redonda, precisamos de alguma forma ali de mostrar que você tá enganado. Esse é o ponto que a *Carta* vai a mais. Obviamente, talvez o jornalismo caminhe em determinado momento pra isso. Está tendo uma transformação muito grande. Você vê, por exemplo, eu respeito gente como o Glenn, respeito muito o trabalho do *Intercept*, mas ali é uma fronteira entre o jornalismo e a exposição dos fatos que eu também acho importante. E é um pouco o que faz o *Wikileaks*. Não é exatamente um trabalho jornalístico na acepção tradicional que ele tem. Porque simplesmente você tá pegando um documento e repassando ele cru ali, às vezes você não analisa. O jornalismo precisa ir nesse ponto mais. Talvez seja o desejo de uma nova forma de consumir informação. Mas eu sou apegado ainda aos valores tradicionais do jornalismo. Então, se você vai usar uma fonte em *off*, você tem que ter garantia de que aquilo faz sentido. A luta do jornalista em toda a sua carreira, de dia-a-dia, é lutar para não ser enganado, esse é o grande lance nosso, quer dizer, é tentar chegar mais perto do que há de concreto nos acontecimentos. Eu acho que obviamente, todo cuidado para não ser enganado por fonte. Então, primeiro; você precisa saber quais interesses estão em jogo. Você tem que ser um pouco, não pode ser menino.

Um outro ponto que eu gostaria que você falasse dessa reportagem da Súmula Hoffmann que fala das condenações do Vaccari, do André Vargas, do Renato Duque. Na reportagem não tem a fala das defesas ou deles. Na sua visão, isso atrapalha uma concepção de verdade jornalística ou não é fundamental coloca a defesa do cara em todas as situações?

Não é fundamental. Não acho que tem que ter o registro de todas as coisas, não. Uma reportagem numa revista semanal parte do pressuposto que o leitor está minimamente informado sobre os temas. Esse é o grande lance da revista semanal. Ela é uma amálgama do que aconteceu com alguma projeção do futuro. Este é o grande esforço que se faz. Você parte do princípio que em uma revista semanal passou a semana tendo informação. Aqui e ali. Então, você não precisa voltar a alguns temas. No caso da *CartaCapital*, a gente tem um leitor mais qualificado do ponto de vista intelectual, ou seja, tem informação melhor, é mais conectado ao noticiário. A gente parte do princípio que ele não é alguém que precisa ser

instruído. Aliás, essa é uma das barreiras, por exemplo, que limita talvez o acesso à *CartaCapital*. Como te disse antes, a gente não é uma revista de formação, não é uma revista de família. É uma revista voltada para formadores de opinião. O que a gente quer ajudar a construir e entender certos acontecimentos. Não precisa repisá-los todos. Senão, a gente não consegue avançar. A gente conta que as pessoas saibam, embora a ignorância sobre esses assuntos seja grande demais. Nos últimos anos, o que a gente viu nesses processos é que as pessoas falam demais, pegam frases de efeito, mas nunca pararam para ler exatamente pra entender o conteúdo das coisas. A gente, às vezes, procura as fontes e, às vezes, não querem falar. Às vezes, a gente registra pra algumas questões que fazem sentido, mas nem sempre, eu acho, você precisa dizer: ‘procurado, fulano não quis falar’. É um dos recursos meio canhestros da imprensa. Esse é um deles. Tem outros, também. O jornalismo brasileiro, de certa forma, acabou muito influenciado por um estilo da *Folha* — eu trabalhei na *Folha* — foi um jornal meio claudicante, assim. Meio pedestre. Trata o leitor como se fosse um imbecil, o que, talvez, eles tenham razão devido à formação cultural brasileira. Mas a gente não acha isso, não. A gente quer apostar que nós estamos falando com alguém mais inteligente. Você desinforma, no fundo, porque você perde muito tempo ali registrando que: ‘o sujeito que é do partido tal...aquelas coisas’. ‘A ditadura militar de 1964 a 1985 entre parênteses, porra, a essa altura você ter que ainda registrar que a ditadura aconteceu em entre 1964 e 1985, eu acho deprimente. Então, todos esses penduricalhos, essas coisas que, na verdade, ocupam um espaço e não vão pra lado nenhum.

Então, você leu a matéria?

Li, sim.

Foi compreensível pra você?

Então, é isso. A relação entre o emissor e o receptor — obviamente a sabe que isso nunca é. É sempre passível de...o ruído existe porque o que interessa é só como receptor entende as coisas. Se o emissor não se fez entender a culpa é dele, não é de quem recebeu, certo? Se leitores como você entenderam, é o que nos interessa. Aí a gente vai monitorando, se chega alguma reclamação. A gente sempre está aberto a dar espaço e já fizemos isso várias vezes. O sujeito, eventualmente, não foi ouvido corretamente, e não foi dada oportunidade de ter dado uma versão dos fatos que seja razoável, em vários momentos a gente abriu para que ele pudesse complementar. A gente está sujeito a cometer falhas. Não vou dizer que a gente não comete. A gente é muito mais cuidado e é decente e transparente, entendeu? As pessoas

confundem a transparência da *CartaCapital* com posicionamento. A gente faz questão sempre de ser muito claro. E eu repito. Tanto nesse episódio como no episódio do Mensalão, eu acho que quem fez jornalismo foi a *CartaCapital*. Não é questão de ter apoiado o Lula ou ser simpático às ideias progressistas. É questão de colocar o preto no branco. Mas, no fim das contas, quem é que tava certo? Quem é que disse as coisas que deveriam ter sido ditas no momento em que ninguém dizia. Não é depois, agora, olha ‘eu vi as conversas do *Telegram* como esses caras manipularam a Justiça com interesse político’. Não. É ter dito lá, quando Sergio Moro era o herói nacional, quando dos procuradores todo dia era chamados para uma palestra e ganhavam dinheiro aqui e ali e eram estrelas. E mandavam na mídia brasileira. Porque os jornalistas que cobriram esse período foram sabujos. Agiram como secretários e secretárias. Eram taquígrafos. Eles não fizeram jornalismo. Eles simplesmente pegavam a versão que interessaram ao Moro e à força-tarefa e reproduziam de forma acrítica. Porque tinha interesse que casava o interesse do Sergio Moro com o interesse da mídia. Não teve distanciamento, não teve jornalismo. Como eu sempre digo. Faltou profissionalismo no jornalismo profissional. Quem fez o jornalismo foi a *CartaCapital*. Qualquer outra acusação que venha, de todas as sacanagens que fizeram que o próprio Moro tentou fazer, o tempo mostrou quem estava certo.

Outro dia eu escrevi um editorial, não sei se você chegou a ver, eu fiz um editorial que o Lula foi num programa de rádio de Minas Gerais e disse que 100% da imprensa brasileira foi enganada. Aí eu fiz um editorial e disse que não. Nós não fomos e você sabe muito bem disso. Ele vivia ligando pra falar que ‘só vocês que conseguem dar uma versão desse fato. E agora, porque ele tá em campanha. Ontem ele disse que ‘ah, eu perdoo porque as pessoas foram enganadas. É muita gente para ser enganada. Não é verdade que todo mundo foi enganado. Quem tinha poder não foi enganado, foi conivente, foi associado ou silenciou. É isso que aconteceu. Então qualquer outra discussão sobre isso, pra mim, é secundário. Eu continuo achando isso. Se você tá apurado, se os controles na redação estão sendo respeitados, você não necessariamente precisa registrar as coisas. ‘Ah foi uma fonte não sei aonde’’. Nós fazemos um trabalho jornalístico, somos pagos para isso, nós vendemos uma revista e temos esse compromisso. Não podemos transformar esse veículo que ele perca totalmente a credibilidade e morra por conta disso. É nisso que a gente se fia. Os leitores confiam na nossa apuração e nas nossas análises. Esse é um princípio.

Você acha que por exemplo....

Deixa eu só te contar um episódio rápido que aconteceu recentemente pra mostrar como são essas coisas. Que a gente corrige as coisas de vez em quando. A gente publica no *site* uma coluna lá, que é uma piada, do coronel Siqueira, certo? E nesse momento, eu que sou o redator-chefe, embora não tenha gerenciamento e gerência sobre o *site*, não sabia quem era, não conhecia quem era o autor por trás do coronel Siqueira. Como as pessoas associam e qualquer coisa que a revista faça primeiro ao Mino Carta e depois a mim, porque eu tô lá há mais de 20 anos, todo mundo começou a ligar para mim. Porque saiu uma notícia esdrúxula no DCM, que é outra fonte produtora de *fake news*. É um lugar, esse sim, totalmente inconfiável que o autor, fundador e criador do coronel Siqueira tinha morrido, quando o fundador mora aqui na Espanha. Esse é um caso que causou uma celeuma, eu fiquei perdido. Foi uma falha que devia ter tido. E aí lá conhecer e baixei uma norma que qualquer autor que venha com uma assinatura que não é dele precisa tá tudo registrado em algum lugar da revista e que a direção e os responsáveis legais conheçam pra saber. Porque aquilo ficou um disse-me-disse, e eu fiquei vendido na história. Então, passe para o *site* um procedimento que a gente tem na revista. Alguém na cadeia de comando precisa saber. O Mino precisa saber, mas não precisa saber de tudo. Mas que to ali na redação preciso saber: quem é, quem falou com quem, quem é a pessoa, como é que está registrado, onde você está guardando isso. Primeiro por uma questão prática de você está preparado para qualquer questionamento judicial. Porque virou moda o cara não falar, não se pronunciar e depois pedir um processo. Segundo: pelo fato simples do controle do processo jornalístico que tem que ter. Então, nós estamos fazendo isso. Semanalmente estamos testando nossa relação com os leitores. Mas, algumas coisas podem ficar, sempre, mais transparentes no jornalismo.

Como é também a relação do jornalista com a sua fonte. Você vai construindo fonte ao longo da vida e como é que você constrói isso? Nas vezes em que ela disse tinha sentido. Você não vai. Se você começar a ter uma relação com político, um empresário, ou servidor público, ou com alguém do Ministério Público, ou da Justiça, que comece a passar pra você coisas que não tem sentido que depois você publica e quebra a cara na semana seguinte, você deixa de ter uma relação de confiança com essa fonte, certo? Essa mesma relação de confiança em grande medida precisa existir na relação com o leitor. É nisso que a gente continua apostando. Desculpa, eu te interrompi.

Não, assim, é, ainda voltando um pouco esse tema. Porque a Carta, praticamente, desde o começo, sempre contestou essa postura do Sergio Moro na condução dos processos, na

investigação, métodos heterodoxos, enfim. A Carta chegou a pedir uma entrevista com o Sergio Moro?

Claro. Primeiro, vou te falar duas coisas. Em algumas das nossas reportagens, se você retroceder a 2014 e tal, você vai achar reportagem sobre o Duque e suas relações com Zé Dirceu. Já tinha um repórter chamado...tá me escapando o nome dele — eu vou lembrar o nome dele— que era um cara que falava com o Moro. E tinha uma relação com Moro. Aí depois ele recebeu um convite para ir pro *Estadão*, depois passou pelo *Antagonista*, hoje ele tá ajudando na *Folha de São Paulo*. Ela queria ir pra Brasília, acabou recebendo um convite com salário melhor pra ir pro *Estadão* era um cara que falava com o Moro. O Moro não falava comigo, não falava com Mino, mas falava com ele. Mas desde o início, o Moro tinha na *CartaCapital* um inimigo também. Por quê? Porque tudo que esse repórter pegava a gente...não era transcrito *ipsis litteris* como Moro queria, e aí eles começaram a se irritar. Mas tinha essa linha. Eu vou lembrar o nome dele daqui a pouco.

Nós fizemos várias reportagens dizendo ‘oh, talvez essa Lava Jato consiga fazer uma limpeza em certos setores, talvez ela seja uma coisa importante, mas logo ficou claro que era uma coisa seletiva, que começou a esconder a corrupção de governos anteriores pra não derrubar a tese. Qual era a questão? Não era só proteger o tucanato. Era pra derrubar a tese de que ali havia uma recorrência de corrupção e não que aquilo tina sido criado sob a égide do PT porque o Lula criou, montou uma quadrilha dentro da Petrobras. Essa era a tese. Agora a gente também teve reportagem crítica que tava com provas. Nós fizemos uma matéria logo no início da operação feita pelo Marcelo Auler, que não é um jornalista da revista, mas é um *freelancer* que passou muito tempo, vários anos fez reportagem pra *CartaCapital*, é um repórter conhecido no Rio de Janeiro, falando dos grampos que tinham sido colocados na sala — lembrei o nome do bicheiro — Alberto Yousseff. Na sala dele e na sala da Neuma Kodama, que era outra bicheira que levava dinheiro e tinha sido presa. Nós fizemos essa reportagem lá no início. E a perseguição ao policial federal que descobriu os grampos e que denunciou os grampos. Todas essas histórias você vai encontrar na *CartaCapital*. Isso em 2014. Sabe quando é que a *Folha* falou desse assunto ou *Estadão* mencionou esse assunto? 2017. Três anos depois. Porque isso virou um inquérito e teve uma investigação sobre a atuação da Lava Jato. A gente foi fazendo as nossas coisas, mas tinha espaço para a Lava Jato. Então, você precisa retroceder um pouco até 2014. Você vai achar uma série de reportagens que nem toda reportagem que fizemos foi crítica à Lava Jato. Depois, isso foi ficando mais evidente e mais claro, e a gente foi ficando mais crítico, porque os fatos nos levaram a

entender qual era o projeto do Sergio Moro e da força-tarefa. Mas não foi assim. Nasceu e a gente já foi contra. Agora, nasceu, a gente viu o que podia ter de bom, o que podia ter de errado, mas foi fazendo essa ponderação. Mas também não compramos que era a maior maravilha do mundo. A operação que vai salvar o Brasil da corrupção e vai nos levar para um tempo de glória, né. Nós fomos vendo como é que isso foi sendo construído. Deixa eu lembrar o nome aqui. É o Fábio Serapião. Busca aí Fábio Serapião e você vai achar coisas que ele fez pra *CartaCapital*. E ele é um cara que depois foi pro *Estadão*, aí, sim, se juntou à trupe lavajatista naquele caminho acrítico que tinha. Na *Carta*, a gente sempre tinha uma discussão do que tinha fundamentado, o que que não tem fundamento, o que e excesso, por que você tá levando esses caras para serem presos. Mas ele era um cara que achava, que tinha sido convencido, de que o Sergio Moro e a Lava Jato tinham uma nobre intenção de limpar o Brasil e não de fazer política partidária e de perseguir um certo campo político e todos os seus aliados. Mas era um espaço de discussão e ele, várias vezes quando trazia documentação e a forma como ele apurou era mantida e a gente negociava, não negociava, mas a gente discutia até...onde é que é criticável, onde isso não faz sentido., onde é que essa acusação faz e não faz. Mas nós demos acusações contra vários. Contra Zé Dirceu, acusações contra o ex-marido da Gleisi Hoffmann, o ex-ministro..

Paulo Bernardo né..

É. O Paulo Bernardo. Tem vários registros. Você precisa recuar porque é diferente, repito, da *Globo* e da *Veja* que mesmo diante das evidências continuam a negar o papel nefasto da Lava Jato. Nós, lá no início, não partimos do princípio que a Lava Jato era uma perseguição pura e simples. Isso foi senso entendido ao longo do processo. Então, você pegou as capas de 2015 pra frente, mas volte que o período de 2014 é importante. O Fábio Serapião tá lá. Se um dia você encontrá-lo, ele pode dizer várias, mas ele nunca poderá dizer que a gente não teve uma relação transparente e clara e que as coisas que ele fazia eram registradas. Nós tivemos esse contato. Ele, dele, Fábio Serapião. Eu falava com Moro no passado. Depois, durante essa operação...e eu lembrei que...eu, por exemplo, cobri o Banestado. E aí, num determinado momento, eu fiz uma reportagem sobre como ele errou no Banestado e porque o processo do Banestado foi parar na lata de lixo, certo? Por conta do trabalho porco que o Sergio Moro tinha feito. Depois, ele desistiu quando ele bateu nas pessoas que interessavam. Como ele fez no caso da Mossack Fonseca. Aí ele achou que iria achar corrupção do PT e achou uma corrupção da *Globo*, achou dinheiro lavado da *Globo*. De repente, os caras foram soltos. Você lembra desse episódio?

Ahham. Lembro.

Olha aí. Aquilo é evidente, entendeu? Quer dizer: não precisa ser muito inteligente nem fazer um jornalismo muito investigativo. Tá ali na sua cara. É óbvio que aquilo foi uma manipulação. Ele achou que ia achar mais uma coisa para pegar o PT e o Lula, achou outra coisa que ele não queria, de um aliado, que desde o início se comprometeu a cobrir de forma épica a Lava Jato, e batia na *Globo* não interessou mais. Não teve um caso, Vitor, de gente que foi presa durante a operação da Lava Jato que no dia seguinte tenha sido solta sem nenhuma explicação. Sem nada. Aconteceu no caso da Mossack Fonseca. Qual é a dúvida que possa se ter aí? Nenhuma. Quem é que deixou, então, de fazer jornalismo? Quem é que fez campanha e propaganda?

Vamos avançar um pouquinho pra gente poder comentar todas as capas. A edição 894 “Os ensaístas do golpe”. Uma capa que tem o Moro, tem o Serra, não me lembro agora se tem o Dallagnol..

Tinha o Temer.

Isso. Tinha o Temer. Uma coisa que me chamou a atenção que é a uma *ping-pong* com o então ministro da Justiça Eugênio Aragão. Eu queria perguntar justamete nesse aspecto, como você acha que fica essa questão da objetividade? Você colocar na capa uma manchete e aí você abre a revista e tem uma *ping-pong*.

Não tinha um editorial do Mino também?

Também, também. É porque eu estou analisando só essa parte da reportagem.

Ali se compõem o conjunto. É um caminho que a revista se permite a fazer como outras publicações. Havia ali uma ideia do diretor de redação. Ali era uma coisa que resvalava na opinião. Eu diria uma coisa para você. Nessa altura do campeonato, discutir objetividade no jornalismo é uma coisa que precisava ser revista sob vários aspectos.

Como você entende essa questão da objetividade?

Eu entendo só como transparência. Veja bem. Outro dia eu estava vendo um programa muito interessante de um astrônomo americano. E ele falou o seguinte: todos esses relatos que têm de óvnis e que as pessoas disseram que viram ou que fizeram uma imagem, uma foto. Por que isso nunca se comprovou, essas coisas? Porque você tem hoje telescópio com uma imagem

muito mais definida que alcança quilômetros muito maiores que tiram qualquer chance de que essa coisa do testemunho ocular— tô falando do testemunho ocular porque é o seguinte. Porque por muito tempo o testemunho ocular foi usado como prova em tribunal. Mas nem o testemunho ocular pode ser levado a sério. Porque é um produto inclusive do pensamento, quer dizer, a visão é um conjunto de conexões cerebrais. Então, o que é o testemunho ocular? O quanto o testemunho ocular é influenciado por sua forma de ver o mundo, pelos seus preconceitos, certo? Então, o negócio é o seguinte. Por que nós estamos discutindo a essa altura objetividade na imprensa? Não existe trabalho mais subjetivo do que, do início ao fim. O repórter apura, ele tem uma forma de ver. Isso passa por um editor que vai ler aquilo e vai interpretar para dar um título. Passa pelas instâncias superiores. Do início ao fim, é um trabalho subjetivo. O que você escolhe para ser manchete, o tema que você escolhe para apurar e o que você não escolhe para apurar. A agenda que você tem. Por que você pega escândalos que são de uma mesma dimensão e um você noveliza, conta todo dia e o outro você dá um dia aqui, depois de três meses você dá uma outra notícia. Quatro meses depois, você dá uma pequena nota. Qual é a objetividade? É um trabalho subjetivo. Político no sentido não literal porque são escolhas que você faz. Eu to o quê de objetividade nessa história? Porque o repórter vai fazer o registro ‘fulano disse ou fulano não disse’, mas aí você vai ter no jornal 10 colunistas falando que aquilo é aquilo, o editorial dizendo que algo é assim. O conjunto forma o quê? O que que é que você tem que ser, eu acho. Eu trabalho muito mais com a ideia da transparência, né. Nós admitimos que existe uma subjetividade. Nós admitimos que a revista tem um ponto de vista da realidade. Nós admitimos que a publicação tem seus gostos e as suas preferências e uma forma de entender e encarar as coisas. O que nós vamos ser aqui com vocês é transparente. Então, o que é a *Carta* sempre fez historicamente como fazem todos os meios de comunicação decentes do mundo? Declara a sua posição. Escolhe um candidato nas eleições. E escolhe cedo. Não escolhe um dia antes da eleição quando o cara vai ganhar. Diz quais são as suas posições. Deixa claro. Nós somos muito claros sobre isso. E depois, você faz uma capa com o que diz fulano. Isso é coisa de jornal. Revista sempre tem uma coisa que é mais afirmativa ou uma dúvida generalizada. Eventualmente, você pode até dar um entrevistado na capa, entendeu? Mas, faz sentido colocar na capa o ministro da Justiça e falar blá-blá-blá-? Não. Ali tinha um conjunto de coisas, um conjunto de conteúdos que ia desde essa entrevista, ao editorial do Mino, a outros textos que tavam ali que formavam um conjunto que formavam aquela capa. A capa nem sempre é o resultado de uma única reportagem. Em geral, é. Mas ela não é e não precisa ser assim. Nós já fizemos capa com textos mais editorializado do que o normal.

Essa questão da opinião — eu queria que você comentasse sobre como você vê essa questão —. Porque o jornalismo de revista, eu falo porque estou analisando *Carta e Veja*, ele tem essa questão editorial muito forte, um contraponto à reportagem que em tese ser um gênero informativo. Eu queria ver como vê essa questão.

Então, então. A reportagem também não é.

Não é informativo?

A reportagem não é necessariamente só informativa porque, como eu disse, ela não é um empilhamento de acontecimentos. O que os jornais fazem aí que é essa coisa sem graça e sem sentido que é empilhar, isso é a preguiça, a equipe pequena, a desqualificação do repórter, é uma escolha dos jornais, mas não faz sentido. Às vezes, empilhar coisas só serve para desinformar. Todas as grandes reportagens, aquilo que se chamou *New Journalism*, nos Estados Unidos, o que faz a imprensa europeia, todas as reportagens que tiveram no início do século passado, os livros que saíram disso, é uma mistura um tanto da subjetividade do repórter. Volto ao assunto. É um trabalho eminentemente. Sendo um trabalho humano é um trabalho subjetivo. Não é máquina que tá fazendo. Daqui a pouco será, né. Porque têm várias máquinas já sendo programadas para fazer coisas. Mas é um trabalho subjetivo. Porque o trabalho do jornalista não é só levar ao leitor certos acontecimentos, mas também ajudar o leitor a entender aquilo sob à luz das coisas, sob à luz dos fatos. Então, toda grande reportagem — e as grandes reportagens têm um quê de influência do repórter. Cada repórter faz de uma forma diferente. Senão, você não teria jornalistas sendo diferenciados de um para outro. Então, quando você vê uma reportagem do Gay Talese, ou de outros grandes nomes como tinha aquele grande repórter que morreu lá, que cobriu o Oriente Médio — me escapa o nome agora — tem uma coisa pessoal ali. Você reconhece. Não é uma coisa que a gente chama de estilo, mas é mais do que isso. Então, eu não acho que a reportagem é por si só informativa. Ela carrega em si o caráter informativo, claro, porque ela não é uma mera opinião, mas ela tem a interferência. Quem melhor faz reportagem, as grandes escolas de reportagem são de revistas, não de jornais. Quem sempre fez isso com esmero foram as revistas. O estilo de fazer reportagem é um estilo revisteiro, vamos dizer assim. E ela tem esse grau de intervenção. A *Veja* e a *Carta* são exemplo disso. Melhores do que as outras que tinham. A *Época* tentou ser isso aí. E olha o fracasso que a *Época* foi. Sempre foi uma revista anódina. Sem cheiro, sem sabor. Por quê? Porque nunca teve uma pegada. Porque se recusou

a ter uma pegada. Tem essa pegada que é uma coisa importante que eu admito que a *Veja* tem e acho que a *Carta* tem.

Dentro desse aspecto da opinião o que a gente percebe no texto da *Carta* em alguns trechos vocês colocam alguma ironia. Dentro desse aspecto que você tá falando da subjetividade, o que a ironia ajuda a entender ou a contribuir pro leitor tenha aquele entendimento, né? Ou a ironia, quando vocês vão fechar o texto, vocês dizem que ‘aqui, acho que cabe’. Como é essa questão da ironia?

Eu oriento os repórteres a testarem esses limites. E a gente vai vendo onde cabe. Tem dois aspectos para citar novamente o Faoro. O Faoro dizia que é bom você ser cuidado com a ironia porque os brasileiros em geral têm dificuldade para entender a ironia. Às vezes, eles acham que é verdade. Mas, ao mesmo tempo, a ironia é uma forma melhor de você levar o leitor a refletir sobre alguma coisa que uma declaração peremptória, ou raivosa, ou panfletária nesse ponto. Para não ser panfletário como são os jornais de sindicato ou jornal do PCO, a gente opta por fazer ironia. A ironia é uma forma de você desconstruir. É aquilo que eu estava falando você não pode simplesmente o cara diz que a Terra é plana, você registrar aquilo e achar que é uma opinião possível. Tem limites pra essas coisas. E é preciso estabelecê-los. É um dever do jornalismo. É um engano achar que o jornalismo não deva fazer isso. Isso é uma parte fundamental do jornalismo. Porque, senão, vira aquilo, disse-me-disse. Fulano disse x, fulano disse y. E aí? Com o que você contribui? Porque não ter sido mais firme nessas coisas diante de tudo que desabrochou e floresceu em 2018. Se a imprensa tivesse sido mais clara em relação a essas coisas, talvez a gente não tivesse vivendo o desastre que estamos vivendo. A ironia, pra gente, sempre foi essa. É um estilo que o Mino tinha e que sempre foi uma característica minha. Não estou exagerando o meu papel, mas como redator-chefe eu decido certas coisas. Então, assim, também é um pouco da forma. O que acaba influenciando o texto geral. Primeiro, obviamente, o texto brilhante do Mino, depois as orientações gerais e depois a condução dos editores executivos da revista que dão a forma. Essa tradição é mantida. Não sei se hoje a gente trocasse, eu deixasse de ser redator-chefe, entrasse um outro, isso seria mantido. Mas é um estilo que a gente conseguiu manter da revista desde cedo. Mas que acompanha todas as publicações do Mino. A ironia é uma forma mais inteligente de levar o leitor a refletir sobre certas coisas. E dá uma certa graça ao texto, uma certa leveza. Às vezes, as coisas são muito áridas e difíceis. É uma forma melhor de conduzi-lo por um tempo de um pensamento.

A ironia dá um aspecto mais informal ao texto jornalístico?

Mais agradável, né, eu acho. Você não pode pecar no exagero da ironia. Acho que, em geral, ela dá uma leveza pra conduzir o leitor pelas páginas, principalmente hoje me dia que as pessoas estão menos dispostas a ler. Ir por seis, às vezes, oito páginas de uma reportagem. Pontuar isso. No fundo, no fundo, se a gente pudesse, a gente faria uma revista totalmente anárquica do ponto de vista editorial. É que precisaria ter uma mudança muito complexa e ter apoio dos leitores para isso. Os leitores entenderem. Como eu disse, às vezes, eles não entendem. Nossa vontade era fazer uma coisa meio *Pasquim* que, eu acho que é o jornalismo possível de se fazer no Brasil dado o tamanho da loucura em que nós nos metemos. Quer dizer: às vezes eu me resinto, Mino, também, de a gente tratar com seriedade temas que são totalmente jocosos. O melhor era fazer comédia.

Vou avançar aqui, Sergio, eu trago para você a edição 923 que tem o rosto do Sergio Moro com corpo de criança, ele brincando como se fosse com um estaleiro e tal. A matéria não fala exatamente só do Sergio Moro. É uma matéria mais na área de economia, mas mostra esse desdobramento das decisões da Lava Jato, os acordos de leniência que impuseram às empresas envolvidas e investigadas a demora em reativar seus trabalhos. E isso estava e prejudica até hoje. Como vocês chegaram a essa reportagem?

A gente tinha contatos e conversava muito com as empresas. Eu tive várias vezes conversando com diretores da Odebrecht, da OAS, para entender o que estava se passando. Não para fazer uma defesa das empresas, mas para entender qual era o limite da corrupção e o que estava acontecendo de uma forma geral. Qual foi sempre a posição da revista em relação a isso? Temos problemas de corrupção nessas empresas. Mas as empresas, CNPJ, não cometem crimes. Quem comete crimes são indivíduos. Então, o que é quem tem fazer? Tem que fazer uma limpeza. Nós, inclusive encampamos, tivemos vários artigos também ao longo desse tempo de juristas, de economistas defendendo uma fórmula que era a seguinte: você afasta os administradores centrais, toma deles as ações, revende no mercado, faz uma pulverização do controle e mantém as empresas. O que está acontecendo hoje? Esses empresários ou executivos que toparam fazer delação premiada para no fim levar à prisão do Lula estão em casa. Tiveram parte do dinheiro bloqueado devolvido. Mas olha o que aconteceu com as empresas. Você tinha um conjunto de empreiteiras no Brasil quer eram qualificadíssimas, competitivas internacionalmente, a começar pela Odebrecht que fazia obra no mundo inteiro,

inclusive fez o aeroporto de Miami, tinha obra na China, fazia a maior hidrelétrica no Peru, uma obra de engenharia complexíssima porque era num lugar hiper-íngreme e difícil no Peru. No que elas foram transformadas? O que a gente sempre disse é o seguinte: o combate à corrupção da Petrobras que, em tese, teria desviado 6 bilhões de reais, acabou por destruir empresas e empregos e causando muito mais prejuízo, 10,20, 30 maior pra economia brasileira do que essa investigação em si, da forma como ela foi conduzida. Ela foi conduzida também para acabar com as empresas brasileiras que, na tese do Sergio Moro, sustentavam o governo corrupto do PT. Então, foi para acabar com as empresas. Só a Odebrecht fechou 100 mil vagas de empregos que não vão se repor. A OAS fechou tantas mil. Você tinha uma história, um acúmulo de conhecimento tecnológico, de experiência internacional que foram jogados pela janela. O Brasil tinha uma construção competitiva, que é uma das coisas mais importantes hoje em dia, porque é um produto de exportação incrível porque tem baixo teor de importação.

Vou só dar um exemplo sobre isso. A Embraer é uma empresa muito importante no Brasil, mas 90% do avião da Embraer de peça importada. A Embraer detém os royalties, a inteligência, mas dos 100%, 90% são peças importadas. Quando a Odebrecht vai fazer uma obra dessa, como o aeroporto de Miami, é ridícula a parte de importação. Porque você tá vendendo um serviço. Era uma obra que o Brasil tinha uma vantagem competitiva que foi destruída. Então, a matéria foi feita para contar isso. Os estaleiros, que você gastou tanto tempo para reconstruir, e hoje estariam dando resultado. Foi para dizer o seguinte: o combate à corrupção da forma como foi feito pela Lava Jato causou um problema maior pra economia brasileira. Hoje, ninguém nega o tamanho da destruição. A economia foi jogada abaixo em nome de que? A corrupção na Petrobras era tão extensa assim? Não, não era. Dava para você estancar isso de uma maneira muito mais inteligente e eficiente. Não ter feito com a Petrobras, não ter feito o que se fez com as empresas de engenharia, o que se fez com os estaleiros e com toda cadeia que se perdeu. Não foi uma só reportagem, não fizemos mais de uma mostrando os efeitos disso.

Sergio, vou avançar um pouquinho pra edição de número 942 em que a capa é “Essa é a questão”. A reportagem era “Tempo de folia”. Acho que é um texto do Mino. A Lava Jato é associada a esse estado de loucura pra ter uma brincadeira com o Carnaval. Ali estava muito claro o posicionamento da revista. O objetivo da operação era impedir a volta do Lula, isso lá em 17, 18. A reportagem parte dessas hipóteses do repórter ou do

veículo, mas precisa ter um lado probatório. Como foi esse lado probatório para chegar a essa questão além de toda essa interpretação da Lava Jato?

Não, não é uma mera opinião. Volto ao ponto. Todos os indícios, todas as decisões do Moro, tudo que a Lava Jato andou fazendo e falando, tudo que estava se dizendo desembocava nisso. Qual é a prova que precisava mais? Precisava da declaração do Moro. Só é possível fazer isso com o vazamento do *Telegram*? Ou vendo o que está acontecendo é possível dizer que as coisas estão indo para isso. Repito. A revista estava enganada?

Não, não..

Todos os elementos estavam à vista, estavam ali. Esse texto do Mino é resultado de toda cobertura que a revista vinha fazendo. Não caiu de para-quedas ali. Tudo que vem sendo acumulado e o Mino resolveu fazer isso para deixar claro um ponto que precisava ser registrado em algum momento. Mas ela é o acúmulo disso. A revista, edição por edição, em vários momentos, foi mostrando e juntando os fatos, foi descrevendo as coisas pra mostrar que esse era o objetivo. Mas, aí, eu repito: nós estávamos errados? Não. Portanto, isso foi feito apenas olhando a realidade. E o acúmulo das coisas que a revista vinha fazendo com as suas conversas. O Mino também tem as suas conversas com várias figuras do poder, fora dele, da Justiça, do empresariado. Chegou um momento em que era possível afirmar. Todos os elementos permitiam afirmar isso. E a gente afirmou. Com a coragem que a gente sempre fez as coisas. Não entendo por que precisava mais do que isso. Era tão óbvio. Ao longo do tempo foi ficando claro. Todas as ações do Moro, tudo que foi sendo feito, registrado, como se agiu e agia, depois toda essa mobilização que foi feita...O Mino fala do Carnaval por conta de todas essas manifestações do verde-amarelo, essas coisas todas grotescas que realmente tinham um ingrediente carnavalesco que não tem como negar que é típico do Brasil. Lembra das dancinhas do impeachment? O que que é isso senão o nosso caráter carnavalesco?

Você acha que a observação e, obviamente, a interpretação em seguida, elas conseguem juntar as provas para confirmar essas hipóteses?

Acho que sim. Repito. Você vem de 2014 numa evolução de cobertura. A Lava Jato foi ficando clara. Quando o Mino chega a essa ponto de fazer essa capa era um acúmulo da coisas que foram feitas, né. E ele, como diretor de redação, vendo também, é um jornalista experiente, é o jornalista mais importante brasileiro em atividade, um cara de mais de 80 anos que viveu momentos cruciais da história brasileira sabe, conhece como são as coisas, então

tinham autoridade para fazer isso. Não fui que fiz, não foi o Barrocal ou outro repórter. Foi o Mino Carta que fez. Isso tudo lhe dava autoridade. Não acho que seja um erro, não. E você vai encontrar em várias reportagens da *Veja* coisas construídas dessa forma.

Sim, é exatamente essa a problemática...

A visão da realidade. Nós estamos presos num negócio que não faz sentido, entendeu? Nós teríamos que esperar o vazamento da Vaza Jato pra poder dizer alguma coisa? Não. Era tão óbvio, era tão claro. E tava ali o conjunto das coisas para serem analisadas e ditas. Agora, nós não distorcemos as coisas. A *Veja* sempre usa isso para distorcer em geral. Não é o caso da *Carta*. A diferença crucial é: nós observamos esse conjunto de coisas e interpretamos com princípio jornalístico, clareza, transparência e honestidade. Ao contrário dos demais que, diante da realidade, distorcem. Merval Pereira até hoje continua sendo um morista lavajatista. Nega as coisas. Quem é que está errado? O Merval. O Merval é o cara que está na Academia Brasileira de Letras. A miséria do jornalismo brasileiro. O jornalismo brasileiro é uma farsa sob vários aspectos. Você me entende? Digo da direção, de seus colunistas, de seus principais opinionistas. Cria umas ilusões. A *Carta* não cria ilusão. Nós não fazemos isso para criar ilusão.

Vou te contar outro fato aqui. Daqui a pouco vou ter que entrar em uma outra reunião. Se você quiser marcar pra próxima sexta, a gente pode. Eu tenho uma memória muito clara das coisas. Vou lembrar dois episódios do Sardenberg só para você entender. Três dias antes da crise do *Subprime* — se fosse estudar por exemplo a crise de 2008, você veria que a *CartaCapital* desde 2007 tava fazendo capas dizendo: essa bolha vai estourar, vai dar merda, isso tudo tá errado. A mesma coisa que nós fizemos da Lava Jato. Se você for lá buscar todas as capas de 2007 em diante, atrasou um pouco? Atrasou. Porque o FED foi liberando dinheiro e foi segurando. Mas nós já estávamos anunciando que ia dar merda diante de tudo que estava acontecendo nos Estados Unidos e nós não somos nenhuma publicação dos Estados Unidos. Nós fizemos várias capas. O Sardenberg, três dias antes, do FED anunciar a quebra do Goldman Sacks e os bancos fez uma entrada no *Jornal da Globo* mostrando um gráfico que era o seguinte: o Subprime é 3% do mercado financeiro dos Estados, portanto, não vai acontecer nada, está tudo sob controle. Três dias antes de esse negócio estourar. Mistificação. Outra coisa que ele fez que eu também não esqueço. A Espanha foi campeã da Copa do Mundo de 2010 ele escreveu que a Espanha foi campeã da copa de 2010 porque o Campeonato Espanhol é o exemplo do livre comércio. Porque é um campeonato aberto que

tem jogador do mundo todo e, portanto, a competição do Campeonato Espanhol levou a Espanha a ganhar o título de 2010. Não era pelo fato de ela ter o Xavi e o Iniesta que são dois jogadores que ela nunca mais vai ter na vida. Depois de 2010, a Espanha ganhou algum campeonato mundial? Não. Continua sendo o mesmo campeonato aberto com jogadores do mundo inteiro. Mistificação. É isso que o jornalismo faz em parte. Nós não fazemos mistificação na *Carta*. Nós usamos os mesmos instrumentos. Acho que é válido. Porque eles estavam todos lá. E tinha um acúmulo de cobertura que nos permitia dizer isso como o Mino afirmou. E repito. Se hoje comprovasse que a gente tava errado, eu daria a minha mão à palmatória, mas não é o caso. Nós estávamos certos. O que garante o jornalismo que a *CartaCapital* faz? O fato de que hoje nós estamos certo como estávamos em relação à crise 2008, como estávamos em relação à crise de energia do governo Fernando Henrique. Eu fiz as matérias. E lembro uma semana antes do governo anunciar o racionamento a *Veja* fez uma matéria para dizer: fiquem tranquilos porque não vai haver racionamento no Brasil. Essa é a diferença. Como nós estamos num lado sozinhos no mundo, somos apedrejados, mas isso nos honra em grande medida. Como eu te disse uma vez, o grande papel da *CartaCapital* será deixar um registro histórico que permita alguém lá na frente que for estudar alguns momentos do Brasil ter um contraponto, porque, senão, só vai ter distorção, que é em geral o que a mídia produz.

Eu queria ouvir você, até para não ficar muito repetitivo, também por causa do tempo. Eu trabalho com duas hipóteses. A primeira que o jornalismo da *Veja* construiu a imagem do mito do herói nacional, do salvador, né. Em contraponto, a *Carta*, essa é uma dúvida que eu tenho ainda, ela trabalha com a ideia do mito do justiceiro que à revelia das leis, ele age de acordo com a sua própria opinião. Mas eu queria ouvir de você, se quando vocês estavam fazendo essa série de reportagens de 14 a 18 se chegou a olhar o material...porque tem uma reportagem, até gostaria de você comentasse ela em específico, que é uma capa que eu acho emblemática “Maior do que ele, só Deus”. Essa reportagem, pra mim, é a melhor dessa época. Querida saber se você concorda com essa hipótese minha.

Eu acho que sim. Acho que tem isso em grande medida. Nosso objetivo ao longo do tempo que a Lava Jato e o Sergio Moro estavam atropelando as leis e, portanto, agindo como um justiceiro. Acho que faz sentido essa sua análise. Eu acho que talvez a gente não tenha conseguido, e essa reportagem que você cita é uma tentativa de fazer isso, é mostrar que isso só foi possível com conivência dos Poderes. A gente precisa lembrar que sempre fomos

críticos ao Supremo, porque o Supremo tinha o poder de barrar isso e não o fez. Nisso, talvez, a gente não tenha conseguido ser tão claro em relação a isso. Tentamos várias vezes. O Mino disse isso várias vezes. Essa capa do “Só Deus” é para mostrar isso. Como que um juiz de primeira instância, que se transformou no juiz natural da corrupção do Brasil, coisa que a legislação não permite, e avocou para ele processos que não tinham nada a ver. Não foi só o processo do Lula, não. Foram processos que corriam no Rio de Janeiro, na Bahia,

Todos contra o PT...

Não foi só contra o PT. Tiveram outros casos. Com o MDB. Mas a ideia de que ele tinha que juntar tudo para mostrar a corrupção sistêmica. E outra coisa. Ter conseguido associar aquele caso Lava Jato e Londrina com a corrupção na Petrobras. Tudo foi avocado por ele, certo? Isso é ilegal. Quem deveria ter imposto limites nesse caso era o Supremo ou senão alguma outra instância superior. Senão a segunda instância, mas que era também parceria do Moro. O STJ. Mas, se não fosse o STJ, no fim teria que ser o STF. Tanto que o Teori tentou fazer isso em alguns momentos, foi criticado como foi, morreu dessa forma estranha, mas também não teve força. Porque, sozinho, dentro da divisão que estava tendo no Supremo, sozinho ele não conseguiria fazer isso. Deveria ter imposto lá trás. Não existe um juiz supremo. Nem no Supremo tem um juiz supremo. O Moro se tornou um juiz supremo e que passou a fazer carraspana a dizer como os ministros das cortes superiores deveriam se comportar. Não sei se você lembrar nesse momento maior poder e altivez do Moro quando ele dava lições pro Supremo de Direito. E gente viu que o papel de justiceiro seja menos, porque era mais do que isso no fundo. Na verdade, Vitor, ele agiu dentro de um projeto político e econômico. Talvez ele não tivesse a pretensão de ser presidente, isso veio depois senso cevado nele diante de todo sucesso que ele teve, mas tinha claramente um objetivo político que instalar outro tipo de governo ou outro tipo de partido ou outro tipo de pensamento. Agora você claramente que ele era um cara liberal. Nessa pífia, curta e trágica experiência de pré-candidato a presidente disse que privatizaria todas as empresas públicas no Brasil, o que é de uma estupidez profunda. Parece discurso do MBL, né. Discurso de adolescente.

Um outro ponto, agora mais na ordem na narração, eu queria que você comentasse, é um fato que o jornalismo de revista sai desse padrão da pirâmide invertida, né, que foi consagrado pelo jornalismo. Eu vejo que alguns *leads*, principalmente desta edição, que é até uma proposta que eu faço na minha pesquisa. Esse lead, e também tem um lead da *Veja*, que eu chamo de reportagem personalística porque, tanto você quanto a *Veja*,

obviamente com diferentes visões, antagônicas, vocês consideram o Sergio Moro um personagem assim fora no normal, nessa casca do mito, embora sejam mitos diferentes, assim. Mas vocês exploram essa narração com o pé nos fatos, mas vocês constroem primeiro, não sei se você vai se lembrar desse *lead*, mas tem a construção do personagem primeiro como se fosse uma história de literatura. Queria que você comentasse se foi uma criação do repórter. Não sei se você lembra, posso até pegar aqui para você olhar ...

Se você puder pegar...

O título da matéria é “Onisciente, onipotente”. Aí tem a linha-fina: “O inquisidor da Lava Jato revisa decisões superiores mas agora o corre o risco real de ser catequizado pelo STF nos processos movidos contra Lula. A matéria é assinada pelo Barrocal que ele conta sobre a vinda do Sebastián Piñera, que era então presidente do Chile. Ele tem uma conversa com a Cármen Lúcia que fala que depois do Supremo, ela aponta para o alto, cabe então a Deus?, ele pergunta para ela. E na matéria já entra falando que no Brasil o Deus de Piñera nasceu em Maringá e conta que é filho de uma mãe religiosa, estudou em colégio de freira. Então conta toda a história dele pra chegar nessa tese. Esse lead com personagem como se fosse uma história de literatura. Foi uma intenção, o que você se lembra?

Sim, lembro, lembro. Foi uma negociação com dicas como o Barrocal conduzir provavelmente com retoques na redação. O *lead* não funciona em revista. Não é o conceito tradicional do *lead* que a gente pensa. A ideia é sempre capturar o leitor logo no início. É mais uma espécie de anzol do que uma proposição de esclarece logo os fatos. A gente quer que ele prossiga na matéria até o final. Então, esses recursos aí, com estilo literário, é recorrente na revista, a gente até gostaria de usar mais. Mas nem sempre dá pra fazer com tudo. Nem todo repórter tem essa habilidade. Como eu te disse, houve uma perda muito grande no jornalismo por conta dos problemas estruturais. Você perdeu muita gente boa que sabia escrever. E não dá para o Aquário ficar refazendo tudo o tempo todo. Mas é uma orientação importante para introduzir essa ideia de que...Em determinado momento, o Sergio Moro foi onipotente mesmo. É inquestionável. Qualquer coisa que ele fizesse, por mais barbaridade, por mais deslize, por mais equívoco, por mais desrespeito às leis, era sancionado. Tinha poder completo. E era isso. Ele dizia, mudava, não obedecia. Veja bem. Vamos lembrar de um episódio aqui, não sei se você lembra, que conseguiu interferir na Polícia Federal para a

Polícia Federal não cumprir uma decisão daquele juiz de segunda instância que teria mandado soltar...o Vaccari? Não lembro quem.

O Lula.

O Lula

O Favretto.

É.

Ele (Moro) tava de férias.

Você entendeu? Onde isso acontece? Só pôde acontecer no Brasil nesse momento específico da nossa História. Então, ele era onipotente, onipresente. Talvez, ele tivesse se achando um Deus mesmo naquele momento. E contar um pouco dessa história. E ele que sempre se vestiu daquela forma parecia um fascista do Mussolini, né. Essa coisa, de capa preta, roupa preta, a gravata preta, típica, além de ser um mau gosto desgraçado né. Essa coisa monocromática. Isso sempre foi uma característica importante das revistas que e perdeu, infelizmente. Eu sempre fui um apreciador de revista. Sempre gostei desse jornalismo literário. E eu me ressinto muito hoje em dia. Da dificuldade que os repórteres têm hoje para contar uma história com essa pegada. Levar o jornalismo para uma coisa que vai além de um trabalho de registrar os fatos, entendeu? Contá-los de uma forma que as pessoas se emocionem que só isso leva a uma transformação. Quantas reportagens brilhantes foram feitas durante a Guerra do Vietnã foram importantes para mudar uma certa realidade. Não é só registrar o fato, mas contar com aquela profundidade. Eu digo sempre pro repórteres lá é o seguinte. Você vai viajar. Tem repórter que viaja parece que ele fez uma entrevista por telefone. Passou uma semana apurando uma coisa parece que ele fez uma entrevista por telefone. Parece que nunca teve lá. Não registra as cores, o sabor, os cheiros, o que as pessoas fazem, como elas são. Isso é importante também. Isso que dá uma dimensão humana ao jornalismo. Senão, daqui a pouco, nós seremos trocados por máquinas. O que está acontecendo com o esporte, por exemplo. Com todos esses programas hoje que robôs conseguem fazer registros e contar a história de um jogo de futebol, de futebol americano, de basebol. A única coisa que faz diferença no jornalismo é esse fator humano. Se a gente não consegue levar essa sensibilidade pro jornalismo, ele perde sentido em grande dimensão. Já fizemos muito no passado. Fazemos menos hoje. Gostaria muito que o jornalismo recuperasse isso. Mas é difícil.

Sergio, para encerrar, uma última pergunta. A rede social desta última década dos anos 2000 ela influenciou, foi preponderante na pauta das revistas. Na Carta, talvez, não, mas eu falo de uma maneira geral. Como você vê? O discurso da rede social tendo que ser confirmado por revista?

Mesmo a gente. Menos, em menor medida. Mas a gente ficou refém mesmo. Hoje o que a gente faz em grande medida é ficar corroborando o que as redes sociais dizem. Até porque muita gente deixou de se manifestar de outra forma, só se manifesta pelo *Twitter* ou *Facebook*. Não se se você reparou. Vários políticos, celebridades, figuras importantes fazem isso. Ou as histórias vão pra lá primeiro. É deprimente. Mas essa é uma grande questão. O jornalismo deixou de ser o mediador principal. Ele é um mediador a mais. Mas está ficando um mediador secundário. E passou a ser um checador do que as redes sociais dizem. E com a tendência de ter menos importância pro receptor do que tem o irmão, o primo, o tio. Então, uma das coisas mais deprimente para mim também, Vitor, que surgiu nos últimos anos, foram essas agências de *fact checking*. Eu pergunto: isso não é o trabalho do jornalista? Você precisa de um checador, agora? E quem é que checa o checador? Que comete erros bárbaros várias vezes aí. É uma bobagem completa porque é o trabalho primordial do jornalismo. Só dá fatos que você consegue checar ou que esteja tão claro e tão público que você pode pegar e analisá-los. Não pode inventar nada. Tirar da sua cabeça simplesmente. Nós estamos presos nessa história e é onde as *fake news* ganham facilmente. A gente tava falando de sensibilizar e ligar o leitor. Qual é o grande efeito da *fake news*? Ela não opera no cérebro, ela opera no fígado. Ela corrobora a visão de mundo do indivíduo que tá consumindo. O que o jornalismo precisa fazer? Recuperar a sua capacidade de contar uma história para ele fale ao cérebro mas também fale ao fígado. Você me entende? Falar no âmago das pessoas. Mas nós não estamos conseguindo mais. O que emociona hoje em dia? O que é capaz de mobilizar hoje em dia a partir de uma reportagem? São raros os momentos. Esse é um problema estrutural hoje do jornalismo. Tudo isso é fruto da decadência os meios de comunicação e da mídia como negócio. Porque ela empobreceu. Aí ela perde qualidade. Ao perder qualidade, ela perde mais leitores. Fica mais pobre. Entra no ciclo que não se resolve.